**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA**

**Horizontes mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do
patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental.**

Lucas de Paula Souza Troncoso

**São Paulo
2019**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA**

Horizontes mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental.

Lucas de Paula Souza Troncoso

Tese de Doutorado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Arqueologia.

Tese corrigida. A versão original encontra-se na Biblioteca do MAE USP

**Área de Concentração: Arqueologia
Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia
Linha de Pesquisa: Arqueologia e Sociedade**

**São Paulo
2019**

Autorizo a reprodução e divulgação integral ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Serviço de Biblioteca e Documentação do

Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo

- T853 Troncoso, Lucas de Paula Souza.
 Horizontes mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental / Lucas de Paula Souza Troncoso; orientadora Maria Cristina Mineiro Scatamacchia – São Paulo, 2020.
- Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, 2020.
1. Gestão do patrimônio arqueológico. 2. Arqueologia da mineração. 3. Arqueologia histórica. 4. Fronteira ocidental. 5. Arraial de São Francisco Xavier da Chapada. I. Scatamacchia, Maria Cristina Mineiro. II. Universidade de São Paulo. Museu de Arqueologia e Etnologia. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. III. Título.

DEDICATÓRIA

À Tatiane (uma vez mais) e Gabriel, sempre.

A Jesus Troncoso Carrera (*in memoriam*)

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia
**Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo /MAE-
USP**

Prof^a. Dr^a. Márcia Angelina Alves
**Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo /MAE-
USP**

Prof^a. Dr^a. Célia Maria Cristina Demartini
**Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo /MAE-
USP**

Prof. Dr. Carlos Magno Guimarães
Universidade Federal de Minas Gerais / UFMG

Prof. Dr. Paulo Eduardo Zanettini
Zanettini Arqueologia

AGRADECIMENTOS

À Maria Cristina Mineiro Scatamacchia, por mais uma oportunidade de orientação, e, novamente, por sua confiança e liberdade para com o desenvolvimento desta pesquisa.

A Paulo Zanettini, por seu incentivo, orientação diária e pela oportunidade de poder discutir a respeito desse universo da arqueologia da mineração a partir das pesquisas destacadas neste estudo, realizadas sob sua coordenação. Da mesma forma, agradeço por sua generosidade em disponibilizar todos os dados sem os quais esta tese não poderia ser realizada.

À Célia Maria Cristina Demartini, por suas sugestões e avaliação crítica durante o exame de qualificação.

À Márcia Angelina Alves e Carlos Magno Guimarães, por aceitarem participar da banca de defesa, contribuindo com seus comentários críticos e sugestões.

Aos moradores de Vila Bela da Santíssima Trindade, por sua receptividade, acolhimento e momentos de partilha das memórias acerca do seu patrimônio: Sr. Zeferino Profeta da Cruz, Sr. Elízio Ferreira de Souza, Sandra Maria Miranda da Cruz (Hotel Cascata), Viviane (Secretaria de Cultura), Cintia Santos (Museu Joaquim Profeta da Cruz), Mauro Paschoal Crema (Parque Estadual Serra de Ricardo Franco) e Hoffman Sayd.

A Robinho Profeta, secretário municipal de cultura de Vila Bela da Santíssima Trindade, pela oportunidade de apresentação desta pesquisa aos moradores e público geral de Vila Bela durante as festividades da Festança de Vila Bela da Santíssima Trindade do ano de 2019.

À Roseli Rodrigues (Mineração Apoená), por seu auxílio na divulgação desta pesquisa durante as etapas de campo, bem como pela ajuda com os dados referentes às visitas públicas ao Museu Joaquim Profeta da Cruz.

Aos professores Manuela Arruda dos Santos Nunes da Silva e Leonam Lauro Nunes da Silva, por sua acolhida e receptividade ao abrirem as portas do Instituto Federal de Mato Grosso, Campus Pontes e Lacerda, para que eu pudesse discutir a respeito do patrimônio da região com os seus alunos, aos quais também estendo os meus agradecimentos.

A todos os colegas da Zanettini Arqueologia, pelas oportunidades diárias de trocas de experiências da prática arqueológica.

Aos meus pais, Mônica e Jesus; aos meus avós, Magaly e Antônio; à minha irmã, Rafaela, à Maria Júlia, já não tão pequena, e aos pequenos Bernardo e Leonardo.

À Tatiane, por toda dedicação, incentivo e infinita paciência.

A Gabriel, minha sorte.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Indicação da localização do Arraial de São Francisco Xavier da Chapada no extremo oeste do estado do Mato Grosso, no município de Vila Bela da Santíssima Trindade, próximo à fronteira com o território boliviano.....	24
Figura 2. Matéria veiculada no jornal “O Estado do Mato Grosso”, em 21/09/1989, quando da época da identificação e cadastro do Arraial de São Francisco Xavier da Chapada.	44
Figura 3. Arraiais de mineração do século XVIII localizados na Serra de São Vicente (ou Serra da Borda).	46
Figura 4. Cartografia histórica que faz referência aos diversos conjuntos de ruínas relacionadas aos antigos arraiais e faisqueiras de ouro do século XVIII localizados nos arredores de Vila Bela da Santíssima Trindade, junto à Serra de São Vicente (ou Serra da Borda) . Fonte: Casa da Ínsua, Portugal.	46
Figura 5. Publicação da Portaria Nº030/SEC/2007, que dispõe sobre o tombamento, em esfera estadual, do Arraial de São Francisco Xavier (Diário Oficial do Governo Estadual de Mato Grosso, p.20).....	51
Figura 6. Publicação da Portaria Nº030/SEC/2007, que dispõe sobre o tombamento, em esfera estadual, do Arraial de São Francisco Xavier (Diário Oficial do Governo Estadual de Mato Grosso, p.21).....	52
Figura 7. Quadro esquemático representando a separação entre os diferentes aspectos das atividades de gestão/conservação (Extraído de AVRAMI et al., 2000)..	67
Figura 8. Relação com alguns dos valores dos recursos culturais (Extraído de LIPE, 1984).	70
Figura 9. Processo de significância cultural / avaliação de valor. Extraído de MASON, 2008.	75
Figura 10. Indicação da região onde foi impulsionado o estabelecimento da fronteira ocidental, a partir do município de Vila Bela da Santíssima Trindade, entre o território colonial português e espanhol (Fonte: ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2007).	88
Figura 11. Arraiais de Mineração localizados no entorno regional de Vila Bela da Santíssima Trindade.	89
Figura 12. Exemplos de atividade garimpeira desenvolvidas na Serra do Caldeirão, município de Pontes e Lacerda, no ano de 2015.	131
Figura 13. Mapa da localização da área tombada do Arraial de São Francisco Xavier da Chapada, com a disposição das estruturas que o conformam, elaborado a partir dos levantamentos realizados no âmbito do monitoramento arqueológico, entre os anos de 2005 e 2014 (Fonte: ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014).....	133

Figura 14. Sítios indígenas pré-coloniais identificados a partir dos programas de pesquisa desenvolvidos sob coordenação da Zanettini Arqueologia no entorno regional de Vila Bela da Santíssima Trindade.	218
Figura 15. Sítios históricos identificados a partir dos programas de pesquisa desenvolvidos sob coordenação da Zanettini Arqueologia no entorno regional de Vila Bela da Santíssima Trindade.	219
Figura 16. Sítios multicomponenciais identificados a partir dos programas de pesquisa desenvolvidos sob coordenação da Zanettini Arqueologia no entorno regional de Vila Bela da Santíssima Trindade.	219
Figura 17. Lei Nº 729/2006, que autoriza a criação do Museu Histórico e Arqueológico Joaquim Marcelo Profeta da Cruz, em Vila Bela da Santíssima Trindade.	231
Figura 18. Publicação do Diário Oficial destacando a lei de criação do Museu Histórico e Arqueológico Joaquim Marcelo Profeta da Cruz, em Vila Bela da Santíssima Trindade.	232
Figura 19. Produção Mineral Brasileira (PMB) (Extraído de IBRAM, 2018).	277

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Objetivos das atividades de monitoramento arqueológico junto ao Arraial de São Francisco Xavier da Chapada (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2015).	135
Tabela 2. Ações desenvolvidas no âmbito do Monitoramento Arqueológico (2005 a 2014) (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2015).	136
Tabela 3. Sítios Indígenas pré-coloniais (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2006a)	191
Tabela 4. Sítios Históricos (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2006a).	194
Tabela 5. Sítios Multicomponenciais (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2006a).	196
Tabela 6. Sítios arqueológicos identificados no Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico Projeto Ernesto / Pau-A-Pique (EPP)	203
Tabela 7. Relação de visitantes do Museu.....	239
Tabela 8. Estruturação das ações que compõem empreendimentos de mineração (Extraído de SÁNCHEZ, 2011: 182-183).	282
Tabela 9. Exemplos de minas desativadas que abrigam atrações turísticas (Extraído de SHERMAN, 2019).	305
Tabela 10. Princípios de Ética Arqueológica (Extraído de Society for American Archaeology (SAA) – Principles of Archaeological Ethics, 2016).	315
Tabela 11. Dimensões e critérios de avaliação do patrimônio industrial (Extraído de LANDORF, 2009).	327
Tabela 12. Processos históricos que caracterizam Vila Bela da Santíssima Trindade e região.	328

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Questão: A sua cidade / comunidade oferece alguma atividade cultural? Qual? Quando acontece? (Município de Vila Bela).....	247
Gráfico 2. A sua cidade / comunidade oferece alguma atividade cultural? Qual? Quando acontece? (Município de Pontes e Lacerda).....	247
Gráfico 3. O que você sugere para visitar / conhecer na sua cidade / comunidade? (Município de Vila Bela).....	248
Gráfico 4. O que você sugere para visitar / conhecer na sua cidade / comunidade? (Município de Pontes e Lacerda).	248
Gráfico 5. Você já teve algum contato em sala de aula com temas relacionados à Arqueologia? (Município de Vila Bela).	249
Gráfico 6. Você já teve algum contato em sala de aula com temas relacionados à Arqueologia? (Município de Pontes e Lacerda).....	249
Gráfico 7. O que a palavra patrimônio significa para você? (Município de Vila Bela).	250
Gráfico 8. O que a palavra patrimônio significa para você? (Município de Pontes e Lacerda).	251
Gráfico 9. Você sabe o que é um sítio arqueológico? (Município de Vila Bela).	252
Gráfico 10. Você sabe o que é um sítio arqueológico? (Município de Pontes e Lacerda).	252
Gráfico 11. Em sua opinião, quais as razões para visitar um sítio arqueológico? (Município de Vila Bela).	253
Gráfico 12. Em sua opinião, quais as razões para visitar um sítio arqueológico? (Município de Pontes e Lacerda).	253
Gráfico 13. Você conhece algum sítio arqueológico ou algum outro tipo de patrimônio histórico da região de Vila Bela? Quais? (Município de Vila Bela).	254
Gráfico 14. Você conhece algum sítio arqueológico ou algum outro tipo de patrimônio histórico da região de Vila Bela? Quais? (Município de Pontes e Lacerda).....	254
Gráfico 15. Você já visitou algum desses lugares? Quais? (Município de Vila Bela).	255
Gráfico 16. Você já visitou algum desses lugares? Quais? (Município de Pontes e Lacerda).	255
Gráfico 17. Você tem interesse em visitar algum sítio arqueológico? (Município de Vila Bela).	256
Gráfico 18. Você tem interesse em visitar algum sítio arqueológico? (Município de Pontes e Lacerda).	256
Gráfico 19. Você tem interesse em participar de uma pesquisa arqueológica? Por quê? (Município de Vila Bela).	257

Gráfico 20. Você tem interesse em participar de uma pesquisa arqueológica? Por quê? (Justificativa) (Município de Vila Bela).	257
Gráfico 21. Você tem interesse em participar de uma pesquisa arqueológica? Por quê? (Município de Pontes e Lacerda).	258
Gráfico 22. Você tem interesse em participar de uma pesquisa arqueológica? Por quê? (Justificativa) (Município de Pontes e Lacerda).....	258
Gráfico 23. Você já visitou o Arraial de São Francisco Xavier da Chapada? (Município de Vila Bela).	259
Gráfico 24. Você já visitou o Arraial de São Francisco Xavier da Chapada? (Município de Pontes e Lacerda).....	259
Gráfico 25. Você já visitou o Museu Joaquim Marcelo Profeta da Cruz, em Vila Bela? (Município de Vila Bela).	260
Gráfico 26. Você já visitou o Museu Joaquim Marcelo Profeta da Cruz, em Vila Bela? (Município de Pontes e Lacerda).	260

LISTA DE PRANCHAS

Prancha 1. Localização da área alvo de estudos.....	25
Prancha 2. Localização da área alvo de estudos.....	26
Prancha 3. Localização da área alvo de estudos.....	27
Prancha 4. Estrutura 1.....	139
Prancha 5. Estrutura 2.....	140
Prancha 6. Estrutura 3.....	141
Prancha 7. Estrutura 4.....	142
Prancha 8. Estrutura 5.....	143
Prancha 9. Estrutura 6.....	144
Prancha 10. Estrutura 7.....	145
Prancha 11. Estrutura 8.....	146
Prancha 12. Estrutura 9.....	147
Prancha 13. Estrutura 10.....	148
Prancha 14. Estrutura 11.....	149
Prancha 15. Estrutura 12.....	150
Prancha 16. Estrutura 13.....	151
Prancha 17. Estrutura 14.....	152
Prancha 18. Estrutura 15.....	153
Prancha 19. Estrutura 16.....	154
Prancha 20. Estrutura 17.....	155
Prancha 21. Estrutura 18.....	156
Prancha 22. Estrutura 19.....	157
Prancha 23. Estrutura 20.....	158
Prancha 24. Estrutura 21.....	159
Prancha 25. Estrutura 22.....	160
Prancha 26. Estrutura 23.....	161
Prancha 27. Estrutura 24.....	162
Prancha 28. Estrutura 25.....	163
Prancha 29. Estrutura 26.....	164
Prancha 30. Estrutura 27.....	165
Prancha 31. Estrutura 28.....	166
Prancha 32. Estrutura 29.....	167
Prancha 33. Estrutura 30.....	168

Prancha 34. Estrutura 31.....	169
Prancha 35. Estrutura 32.....	170
Prancha 36. Estrutura 33.....	171
Prancha 37. Estrutura 34.....	172
Prancha 38. Estrutura 35.....	173
Prancha 39. Estrutura 36.....	177
Prancha 40. Estrutura 37.....	175
Prancha 41. Estrutura 38.....	176
Prancha 42. Estrutura 39.....	177
Prancha 43. Estrutura 40.....	178
Prancha 44. Estrutura 41.....	179
Prancha 45. Estrutura 42.....	180
Prancha 46. Estrutura 43.....	181
Prancha 47. Estrutura 44.....	182
Prancha 48. Estrutura 45.....	183
Prancha 49. Estrutura 46.....	184
Prancha 50. Estrutura 47.....	185
Prancha 51. Estrutura 48.....	186
Prancha 52. Estrutura 49.....	187
Prancha 53. Sítio arqueológico São Francisco Xavier II.....	188
Prancha 54. Sítio arqueológico São Francisco Xavier II.....	189
Prancha 55. Vila Bela e o patrimônio da região no âmbito do Projeto Fronteira Ocidental.....	199
Prancha 56. Vila Bela e o patrimônio da região no âmbito do Projeto Fronteira Ocidental.....	200
Prancha 57. Vila Bela e o patrimônio da região no âmbito do Projeto Fronteira Ocidental.....	201
Prancha 58. Cartografia histórica indicando a localização do Arraial de Lavrinhas.....	206
Prancha 59. Sítio Arqueológico Lavrinhas (possível Arraial de Lavrinhas).....	207
Prancha 60. Sítio Arqueológico Lavrinhas (possível Arraial de Lavrinhas)	208
Prancha 61. Sítio Arqueológico Lavrinhas II (possível Arraial de Lavrinhas).....	209
Prancha 62. Cartografia histórica indicando a localização do Arraial de Santa Bárbara.....	210

Prancha 63. Sítio Arqueológico Pau-a-Pique (possível Arraial de Santa Bárbara)....	211
Prancha 64. Cartografia Histórica: sítio arqueológico Arraial de São Vicente.....	214
Prancha 65. Cartografia Histórica: sítio arqueológico Arraial de São Vicente.....	215
Prancha 66. Sítio arqueológico Arraial de São Vicente.....	216
Prancha 67. Sítio arqueológico Arraial de São Vicente.....	217
Prancha 68. Ações educativas e de divulgação científica no âmbito do Projeto Fronteira Ocidental.....	229
Prancha 69. Palácio dos Capitães Gerais, sede do Museu Histórico e Arqueológico Joaquim Marcelo Profeta da Cruz.....	235
Prancha 70. Palácio dos Capitães Gerais, sede do Museu Histórico e Arqueológico Joaquim Marcelo Profeta da Cruz.....	236
Prancha 71. Espaço temporário destinado a abrigar o Museu Histórico e Arqueológico Joaquim Marcelo Profeta da Cruz durante as obras de restauro do Palácio dos Capitães Gerais.....	237
Prancha 72. Espaço temporário destinado a abrigar o Museu Histórico e Arqueológico Joaquim Marcelo Profeta da Cruz durante as obras de restauro do Palácio dos Capitães Gerais.....	238
Prancha 73. Festança de Vila Bela da Santíssima Trindade.....	241
Prancha 74. Festança de Vila Bela da Santíssima Trindade.....	242
Prancha 75. Atividades de comunicação desenvolvidas com as comunidades dos municípios de Vila Bela da Santíssima Trindade e Pontes e Lacerda.....	246
Prancha 76. Mineralizações auríferas.....	275
Prancha 77. Mineralizações auríferas.....	276

LISTA DE ABREVIATURAS

CNCPC - Coordenação Nacional de Conhecimento do Patrimônio Cultural
CNSA - Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos
EIA/RIMA - Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto Ambiental
EPP – Ernesto/Pau-a-Pique
FEMA/MT - Fundação Estadual de Meio Ambiente de Mato Grosso
FNPM - Fundação Nacional próMemória
IBRAM - Instituto Brasileiro de Mineração
ICOM - Conselho Internacional de Museus
ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
NRM - Norma Reguladora
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PAE - Plano de Ação de Emergência
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SAA - Society for American Archaeology
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPHAN - Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

RESUMO

Esta tese busca refletir a respeito da relevância de estudos no âmbito da arqueologia preventiva para com a gestão e preservação do patrimônio arqueológico associado a contextos de exploração mineral colonial. Valemo-nos dos resultados alcançados a partir de projetos de pesquisa desenvolvidos na microrregião do Alto Guaporé para esboçar o quadro de ocupação desta porção estado do Mato Grosso, marcada por uma série de iniciativas, eventos e testemunhos, materiais e imateriais, que refletem o esforço em ocupar o território da fronteira ocidental. Dentre o conjunto de referências patrimoniais que caracterizam esse território, buscamos discutir os episódios de exploração mineral identificados, dando ênfase à reflexão acerca da necessidade de estabelecimento de estratégias de valoração que reflitam sobre o processo de guarda do patrimônio cultural, manifestado sob a forma dos testemunhos que caracterizam o Arraial de São Francisco Xavier da Chapada. Apoiada em elementos que norteiam a discussão sobre a gestão do patrimônio arqueológico, combinados a pressupostos teórico-metodológicos associados ao campo da arqueologia da mineração, esta tese buscou demonstrar ser possível a prática de uma arqueologia preventiva baseada no rigor científico, que objetive a proposição de reflexões críticas sobre o seu papel como ferramenta que permita demonstrar a importância do patrimônio arqueológico, de modo a harmonizar os interesses da disciplina com os interesses da sociedade, inserindo a prática arqueológica dentro das necessidades e expectativas da comunidade, a fim de garantir a defesa e preservação do patrimônio.

Palavras-Chave: Gestão do Patrimônio Arqueológico, Arqueologia da Mineração, Arqueologia Histórica, Fronteira Ocidental, Arraial de São Francisco Xavier da Chapada.

ABSTRACT

The aim of this Ph.D. thesis is to reflect on the relevance of studies in the field of preventive archaeology to the management and preservation of archaeological heritage related to colonial mining exploration contexts. We draw on the results obtained from research projects developed in the Alto Guaporé microregion to outline the occupation of this portion of Mato Grosso, characterized by a series of initiatives, events and testimonies, material and immaterial, which reflect the effort in occupying the territory of the western border. Among the set of heritage references that characterize this territory, we discuss the episodes of mining exploration identified, emphasizing the reflection on the need to establish valuation strategies that reflect on the process of custody of cultural heritage, manifested in the form of testimonies that characterize the Arraial de São Francisco Xavier da Chapada. Supported by elements that guide the discussion about the management of archaeological heritage, combined with theoretical and methodological assumptions associated with the field of mining archaeology, this thesis aimed to demonstrate that it is possible to practice a preventive archaeology based on scientific rigor, aiming at proposing critical reflections on its role as a tool to demonstrate the importance of archaeological heritage, in order to harmonize the interests of the discipline with the interests of society, inserting the archaeological practice within the needs and expectations of the community, ensuring the defense and preservation of the heritage.

Keywords: Archaeological Heritage Management, Mining Archaeology, Historical Archaeology, Western Frontier, Arraial de São Francisco Xavier da Chapada.

SUMÁRIO

1. A gênese de uma preocupação preservacionista para o Arraial de São Francisco Xavier da Chapada	21
1.1. Breves considerações sobre a Arqueologia no bojo do licenciamento ambiental.....	31
1.2. O Arraial de São Francisco Xavier da Chapada como patrimônio cultural: da necessidade de sua preservação	41
2. Por uma arqueologia da gestão: as esferas da preservação do patrimônio e os seus desafios.....	60
2.1. Os valores associados ao patrimônio.....	62
3. O Arraial de São Francisco Xavier da Chapada como parte integrante da paisagem cultural da “Fronteira Ocidental”	85
3.1. A constituição da paisagem da “Fronteira Ocidental” a partir de seu patrimônio arqueológico: entendendo uma fronteira dentro do sistema mercantilista pré-industrial.....	98
3.2. O patrimônio arqueológico da Fronteira Ocidental inserido na paisagem regional: alguns exemplos.....	117
3.2.1. Estudo de caso 1: Programa de Prospecções, Resgate e Monitoramento Arqueológico – Projeto São Francisco	129
3.2.2. Estudo de caso 2: Projeto Fronteira Ocidental	190
3.2.3. Estudo de caso 3: Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico Projeto Ernesto / Pau-A-Pique (EPP).....	202
3.2.4. Estudo de caso 4: Avaliação Arqueológica Rápida da Lavra São Vicente	212
4. Impressões comunitárias: a relação entre Vila Bela da Santíssima Trindade e o Arraial de São Francisco Xavier da Chapada.....	220
4.1. Percepções comunitárias acerca do patrimônio arqueológico regional.....	227
4.2. Discutindo o patrimônio durante a Festa de Vila Bela da Santíssima Trindade	240

5. O encerramento de mais um ciclo de exploração minerária: antes, agora e cenários futuros de preservação do Arraial de São Francisco Xavier da Chapada.....	271
5.1. O processo de fechamento de minas.....	277
5.2. Um modelo para o Arraial de São Francisco Xavier da Chapada	308
CONCLUSÃO.....	331
BIBLIOGRAFIA	335

1. A gênese de uma preocupação preservacionista para o Arraial de São Francisco Xavier da Chapada

“O Passado não é o que passou.

É o que ficou do que passou”.

Alceu Amoroso Lima

Esta tese é resultado de uma reflexão que busca discutir a necessidade de estabelecimento de estratégias voltadas à valoração e preservação do sítio arqueológico Arraial de São Francisco Xavier da Chapada, a partir de pressupostos que consideram a relevância que estudos de arqueologia preventiva apresentam para a preservação do patrimônio arqueológico, tendo em vista o crescimento exponencial de pesquisas no âmbito do licenciamento ambiental ao longo das últimas décadas em nosso país. Dessa forma, com este trabalho, pretende-se refletir a respeito do processo de guarda do patrimônio cultural, manifestado sob a forma de testemunhos materiais identificados no bojo dos estudos desenvolvidos junto ao Arraial de São Francisco Xavier da Chapada, fragmento do contexto marcado pela exploração mineral colonial observado na microrregião do Alto Guaporé, no estado do Mato Grosso.

Igualmente, este estudo busca se apoiar em elementos que norteiam a discussão acerca da gestão do patrimônio arqueológico, combinados a pressupostos teórico-metodológicos ligados tanto à arqueologia da paisagem quanto da arqueologia da mineração, entendendo que é possível a prática de uma arqueologia preventiva baseada no rigor científico, que objetive a proposição de reflexões críticas sobre o papel da arqueologia como ferramenta que permita demonstrar a importância do patrimônio arqueológico, harmonizando os interesses da disciplina com os da sociedade, inserindo a prática arqueológica dentro das necessidades e expectativas da comunidade, a fim de garantir a defesa e preservação do patrimônio.

A discussão exposta neste trabalho está fundamentada, em grande medida, sobre escolhas e experiências pessoais, de caráter profissional e acadêmico, cuja exposição julgo necessária a fim de contextualizar a definição

tanto do objeto desta pesquisa quanto dos pressupostos teórico-metodológicos que serviram de eixo condutor para a sua realização.

A escolha da temática desta pesquisa está relacionada, principalmente, a dois fatores. Em primeiro lugar, o direcionamento de um olhar preocupado com a preservação do objeto de estudo é oriundo do envolvimento de seu autor com programa de arqueologia preventiva ligado ao estudo do Arraial de São Francisco Xavier da Chapada, desenvolvido no bojo do processo de licenciamento ambiental de empreendimento voltado à exploração mineral, localizado em terreno adjacente ao Arraial, desde a segunda metade da década de 1990, coordenado pelo professor Dr. Paulo Eduardo Zanettini. O programa de pesquisa, denominado *Programa de Prospeções, Resgate e Monitoramento Arqueológico – Projeto São Francisco*, objetivou a reconstituição de aspectos do cotidiano do arraial colonial e do sistema minerador implantado no vale do Guaporé mato-grossense, no decorrer dos séculos XVIII e XIX, por meio do estudo de registros escritos, iconográficos e arqueológicos.

Os estudos desenvolvidos no programa de pesquisa em epígrafe envolveram, inicialmente, a análise e resgate de porções afastadas da área nuclear do sítio que sofreriam impactos em decorrência do processo de licenciamento ambiental para a implantação da lavra São Francisco (em operação), implicando, no momento, o acompanhamento periódico do empreendimento localizado em área imediatamente adjacente ao bem cultural, de modo a se dar pleno atendimento às condicionantes exaradas a partir da legislação e normativas legais, no bojo do referido licenciamento. De acordo com Zanettini (2011), as ações de pesquisa contínuas efetuadas no âmbito do monitoramento arqueológico deste programa têm como objetivo

“Acompanhar a evolução das obras da mineração moderna em relação à área tombada do Arraial; avaliar possíveis impactos nas ruínas decorrentes do empreendimento (influências antrópicas); avaliar possíveis impactos nas ruínas decorrentes do meio biótico; identificar eventuais vestígios arqueológicos, dentro do cronograma anual de campanhas arqueológicas da equipe, ainda desconhecidos no interior do Arraial para qualificar a área de modo mais detalhado; avaliar o grau de

integridade e a relevância das novas evidências porventura identificadas; realizar procedimentos arqueológicos de documentação e cadastro passíveis de gerar conhecimento científico sobre o bem, no âmbito dos vestígios arqueológicos enquanto bem não renovável da União” (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2011).

Cabe apontar que, de certa forma, a reflexão proposta neste estudo pode ser entendida como um segundo desdobramento acadêmico a partir do programa de arqueologia preventiva acima destacado. O primeiro desdobramento se deu mediante o desenvolvimento de pesquisa de mestrado junto a este Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, intitulada *“Um estudo arqueometalúrgico dos artefatos resgatados do Arraial de São Francisco Xavier da Chapada”* (TRONCOSO, 2013), voltada exclusivamente ao estudo de conjunto artefactual metálico proveniente de escavações realizadas no Arraial, a partir de uma abordagem arqueometalúrgica, preocupada com o entendimento de aspectos ligados à confecção e transformação dos artefatos metálicos, de modo a tentar uma aproximação do conhecimento acerca da atividade metalúrgica, seu papel nas sociedades do passado, destacando a relevância de uma tentativa de compreensão acerca das possibilidades de influência cultural na produção de artefatos metálicos no contexto da mineração desenvolvida na Colônia (TRONCOSO, 2013; 2018a; 2018b).

O segundo fator diz respeito ao grau de relevância que o Arraial de São Francisco Xavier da Chapada apresenta como patrimônio arqueológico, histórico e cultural em escala local, regional e nacional, retrato pontual do quadro que marcou a exploração minerária durante o período que abarca o Brasil Colônia e o Império. Ademais, deve-se levar em consideração que o Arraial apresenta um conjunto único de edificações e remanescentes estruturais, ainda relativamente íntegros, cujo grau de conservação permite inferir não apenas uma série de características a respeito do seu cotidiano, mas discutir questões acerca da atribuição de valor a partir dos vínculos entre este bem e a comunidade do município da Vila Bela da Santíssima Trindade, localizado no estado do Mato Grosso, sobre cujo território incide o sítio arqueológico (Figura 1).

Figura 1. Indicação da localização do Arraial de São Francisco Xavier da Chapada no extremo oeste do estado do Mato Grosso, no município de Vila Bela da Santíssima Trindade, próximo à fronteira com o território boliviano.

Da mesma forma, o Arraial de São Francisco Xavier da Chapada encerra em si um enorme potencial acadêmico em virtude do já mencionado grau de preservação das estruturas edificadas que o caracterizam, sendo possível o desenvolvimento de inúmeras pesquisas que contemplem desde aspectos relativos à cultura material móvel passível de identificação em sua área nuclear, até o seu conjunto arquitetônico e as características paisagísticas que marcam a sua implantação no alto da Serra de São Vicente (Serra da Borda) (Pranchas 1 a 3).

Prancha 1. Localização da área alvo de estudos

Crédito: Zanettini Arqueologia, 2011.

1. A imagem de satélite mostra a Serra de São Vicente (ou Serra da Borda) onde está localizado o Arraial, estrategicamente localizado de modo a permitir uma visão ampla e clara de toda a planície que marca a fronteira com a América Espanhola e de qualquer movimentação humana pelo local;

2. Vista, ao fundo, do Vale do Guaporé a partir do Arraial: a implantação da ocupação era estratégia na relação do controle da região fronteira, permitindo não apenas a visão clara de aldeias indígenas, como de qualquer outra movimentação no local, inclusive espanhola. Ainda pode-se ver claramente a cidade de Vila Bela.

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

Crédito: Zanettini Arqueologia, 2011.

Crédito: Zanettini Arqueologia, 2011.

Prancha 2. Localização da área alvo de estudos

1. Visão do Arraial a partir da Estrutura 8: percebe-se como Estrutura 3 (Casarão, à esquerda da imagem) e Estrutura 1 (Igreja, à direita da imagem) dominam a paisagem;
2. Ruínas do Arraial de São Francisco Xavier localizadas entre a Igreja (Estrutura 1, ao fundo) e o Casarão (Estrutura 3), de onde a foto foi tirada: percebe-se o conjunto de estruturas que compõem porções da área nuclear do Arraial, configurando parte do seu plano urbano.

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

Crédito: Zanettini Arqueologia, 2011.

Crédito: Zanettini Arqueologia, 2011.

Prancha 3. Localização da área alvo de estudos

1. Indicação do Arraial de São Francisco Xavier da Chapada, com destaque para a Estrutura 3 (Casarão), localizada na porção noroeste do Arraial;
2. Vista panorâmica do conjunto de estruturas localizadas na área nuclear do Arraial de São Francisco Xavier da Chapada.

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

Conforme destacam Moratto & Kelly (1978: 1), a avaliação da significância de um determinado bem arqueológico é fundamental para a pesquisa arqueológica e para o planejamento de sua gestão e manejo, uma vez que a sua percepção influencia tanto decisões no bojo de programas de pesquisa, quanto quais sítios devem ser alvos de investigação e quais os tipos de dados a serem coletados. Da mesma forma, as decisões de gestão, que envolvem a preservação, alteração ou destruição de determinado recurso cultural, podem aumentar o valor desses recursos diante de outros aspectos inerentes ao planejamento de sua gestão.

Finalmente, o elo condutor do desenvolvimento desta pesquisa pode ser entendido como a preocupação fundamentada nas condições que marcarão o cenário futuro de preservação do Arraial após o efetivo encerramento das atividades de exploração mineral atualmente em desenvolvimento, as quais impõem a responsabilidade por todos os cuidados que envolvem as condições de salvaguarda do sítio, até o momento, sobre o empreendedor encarregado pela exploração em curso.

Os empreendimentos onde hoje se encontram tais contextos de mineração colonial possuem um período de vida útil de operação e exploração. Alcançado este limite, se dá a efetiva desativação da frente de lavra, através do processo de descomissionamento de mina, que abarca as fases de desativação e fechamento, a partir das quais é sentida uma série de impactos socioeconômicos que devem ser atenuados por meio de programas de recuperação pensados para as áreas degradadas (SÁNCHEZ, 2011). Diante deste cenário, para o caso específico do Arraial de São Francisco Xavier da Chapada, o programa de arqueologia preventiva no qual está inserido também tem buscado insumos a fim de fundamentar propostas voltadas ao seu futuro uso público.

Nesse sentido, cabe a questão: uma vez desativada a frente de exploração minerária, de que maneira se dará a preservação do Arraial? A resposta a essa indagação problema norteia o desenvolvimento desta pesquisa e, ainda que a sua resolução ou efetivação real se mostre de difícil materialização, importa estabelecer uma reflexão preocupada com as estratégias de valoração e preservação, a partir do enfrentamento de questões teórico-metodológicas e práticas que as caracterizam, de uma referência

patrimonial que reflete os primeiros movimentos de ocupação dessa porção ocidental do território do Brasil Colônia.

Cumprе destacar que o Arraial de São Francisco Xavier da Chapada não deve ser entendido como episódio isolado nesse movimento de ocupação regional, mas, sim, como componente de um conjunto amplo de manifestações presentes na paisagem regional, entre sítios arqueológicos e outras categorias de referências patrimoniais, cuja articulação entre si mostra-se indispensável tanto para a compreensão da ocupação da região, quanto para a gestão correta desse conjunto patrimonial.

Assim, entendendo as potencialidades da arqueologia, por meio de ferramentas próprias de avaliação e significação, e, diante dos componentes materiais que marcam esse passado de exploração minerária, pretendemos discutir como a arqueologia, em especial, a arqueologia preventiva, pode contribuir para a preservação dos remanescentes que marcam o patrimônio arqueológico destes contextos em questão, a despeito do conjunto de críticas que recaem sobre essa prática disciplinar.

A ideia de preservação que permeia esta pesquisa dialoga com os pressupostos destacados por Sant’anna (2015), que associa este conceito

“... à gestão prática do patrimônio por meio da implementação de instrumentos de identificação, proteção e gestão... como um conjunto de ações que constituem o que, atualmente, se denomina processo de patrimonialização, o qual tem início com a atribuição de valor a determinados objetos, construtos, obras da natureza, paisagens, saberes e práticas e se completa com ações concretas que visam mantê-los ou lhes dar continuidade”
(SANT’ANNA, 2015: 2).

Pode-se dizer que um dos principais propósitos desta pesquisa é a busca por uma reflexão preocupada com a forma como são concebidos, definidos e atribuídos os valores aos bens arqueológicos, entendidos como patrimônio e recurso cultural, tendo em vista que, desde o nascimento da Arqueologia como disciplina, arqueólogos sempre estiveram à frente das decisões a respeito daquilo o que deveria ser protegido e preservado para as futuras gerações, assim como daquilo o que poderia ser, eventualmente,

destruído. Sobre essa condição que envolve o pretensão papel do pesquisador voltado ao estudo do patrimônio cultural como um dos poucos habilitados a falar a seu respeito, compartilhamos com Gonzalez Mendez (1999) a ideia de que, a partir de interpretações e condutas restritas à academia, muitas vezes nos afastamos dos grupos sociais que guardam vínculos diretos com o patrimônio, os quais devem ser entendidos como os principais responsáveis por atribuir sentido e legitimidade ao patrimônio.

Seguindo essa mesma linha de entendimento, Mathers et al. (2005: 2) apontam que, em certo sentido, os recursos arqueológicos são aquilo que os arqueólogos definem, ou seja, uma forma de matéria-prima a partir da qual interpretações, explicações e compreensões a respeito do passado podem ser ancoradas ao mundo ao nosso redor. Contudo, essa posição dos arqueólogos como únicos árbitros de nosso patrimônio arqueológico passa por constante exame e questionamento. Quem faz as determinações críticas sobre o patrimônio arqueológico, e como essas decisões são tomadas, são dois aspectos que vêm sendo alvos de considerável mudança e discussão nas últimas décadas, à medida que as decisões sobre nosso patrimônio cultural se tornaram mais públicas e políticas, assim como à medida que novas vozes emergem de grupos até então sub-representados ou ignorados, a partir de uma reformulação considerável do discurso e prática arqueológicos em relação ao que é significativo, quais os protocolos apropriados para chegar às decisões e como diferentes tipos de recursos serão tratados (LAYTON, 1994; MATHERS et al., 2005; LITTLE, 2012).

Ainda segundo Gonzalez Mendez (1999), o patrimônio arqueológico nos cativa, exercendo uma espécie de fascínio, pela possibilidade que oferece de indagar a respeito do passado e dos indivíduos, sendo que os bens culturais ilustram o passado humano, e sua preservação e gestão mostram-se como a condição fundamental de nossa existência enquanto pesquisadores envolvidos com o patrimônio. Deve-se ter em mente, contudo, que sua conservação depende, em grande parte, do papel que adquire no seio da sociedade, uma vez que serão destinados recursos à preservação de uso social mediante o alcance de dado bem dentro de uma comunidade (op.cit).

Tais decisões estão relacionadas às dimensões de valor e importância, dois conceitos fundamentais no campo da gestão dos recursos

culturais. Apesar de sua relevância para o universo da disciplina, conforme apontam Mathers et al. (2005), a discussão a respeito da definição, tratamento e interpretação do significado do conceito de patrimônio arqueológico tem feito parte de um movimento cíclico no bojo da disciplina, entrando e saindo de seu foco, desde a década de 1960, ora se configurando como uma temática marcada por um debate ativo, ora sendo negligenciada; ora fazendo parte do conjunto das principais questões disciplinares, ora restrita a arqueólogos preocupados com a questão da gestão do patrimônio arqueológico.

Nesse sentido, esta pesquisa busca não perder de vista a ideia de que a Arqueologia é uma forma de conhecimento que deve estar envolvida com os debates socioculturais acerca do passado e sobre seus significados no presente, não sendo uma disciplina caracterizada exclusivamente pelo exercício teórico e acadêmico, mas como uma forma de conhecimento que ocupa papel de destaque na governança e na estruturação de identidades, impactando diretamente tanto nas concepções de identidade cultural dos indivíduos quanto na interpretação dos valores divergentes que marcam as negociações sobre a legitimidade de reivindicações políticas e culturais feitas com base em vínculos com o passado (SMITH, 2004: 3).

1.1. Breves considerações sobre a Arqueologia no bojo do licenciamento ambiental

A consolidação da legislação ambiental durante as últimas décadas promoveu, em nosso país, o crescimento exponencial de pesquisas inseridas no contexto da arqueologia preventiva ou “arqueologia de contrato” (ZANETTINI, 2008). Neste quadro, é fato incontestável, a maior parte das pesquisas executadas é proveniente de projetos ligados ao licenciamento de empreendimentos potencialmente impactantes ao meio sociocultural, que, condicionados ao conjunto de normas e legislação, promovem os estudos previstos.

Cabe destacar que, em 26 de julho de 1961 foi sancionada a Lei nº 3.924, voltada à proteção do patrimônio arqueológico, segundo a qual, em seu artigo primeiro, “*Os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se*

encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público”. De acordo com o texto legal, são considerados patrimônio arqueológico

“a) as jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos de cultura dos paleoameríndios do Brasil, tais como sambaquis, montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazigos, aterrados, estearias e quaisquer outras não especificadas aqui, mas de significado idêntico a juízo da autoridade competente.

b) os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios tais como grutas, lapas e abrigos sob rocha;

c) os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, "estações" e "cerâmicos", nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico;

d) as inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios de atividade de paleoameríndios” (BRASIL, 1961).

Duas décadas depois, no início dos anos 1980, estabeleceu-se a legislação que dá início à Política Nacional de Meio Ambiente, voltada a uma política de conservação ambiental na qual eram contemplados os recursos culturais, e, nesse sentido, a arqueologia começa a participar dos processos de planejamento ambiental. No bojo desse contexto, foi elaborada, em 23 de janeiro de 1986, a Resolução nº 1 de Conselho Nacional do Meio Ambiente [Resolução CONAMA 01/86], responsável pela regulamentação do licenciamento ambiental em território nacional, destacando, em seu artigo 6, os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais situados na área do projeto, como elementos a serem considerados nas diferentes fases de planejamento e implantação de um empreendimento (WICHES, 2010: 176). A partir daí, pode-se notar, ao longo das décadas seguintes, o aumento das pesquisas arqueológicas desenvolvidas em território nacional no âmbito da arqueologia preventiva, voltadas ao estudo e preservação do patrimônio arqueológico que possa ser eventualmente impactado por um determinado empreendimento.

Importa mencionar que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, parágrafo IV, fortaleceu os instrumentos legais de preservação do patrimônio arqueológico, quando passa a considerar os sítios arqueológicos como patrimônio cultural brasileiro, garantindo sua guarda e proteção (WICHES, 2010: 176). A Constituição representou um passo importante, pois, ao incluir os sítios arqueológicos na categoria de bens da União, ratificando a lei de 1961, estendeu a proteção a todos esses bens, tombados ou não (SALADINO, 2010 apud WICHES, 2010: 176).

De acordo com Caldarelli (2000), a “arqueologia de contrato” tem seu início no Brasil com a “arqueologia de salvamento”, ligada, em sua origem, a obras do setor hidrelétrico. A autora define o termo como um tipo de pesquisa arqueológica preocupada em localizar, avaliar e estudar o patrimônio arqueológico em determinada área, para a qual haverá um projeto de engenharia que provocará impactos no uso do solo (MONTICELLI, 2010), sendo possível estabelecer, portanto, que a arqueologia de resgate é uma modalidade da disciplina arqueologia, voltada para a preservação e recuperação de recursos arqueológicos sob risco de perda e/ ou destruição (ENDER, 2000). Surgida nas últimas décadas nos países desenvolvidos, é uma resposta a frequente ameaça sofrida pelo patrimônio arqueológico por meio da realização de obras com impacto em grande escala.

As raízes das mudanças observadas na prática da arqueologia preventiva são sentidas ainda na década de 1960, quando a problemática ambiental passou a adquirir grande importância. Segundo Caldarelli (2010: 2), reconheceu-se que não apenas os recursos naturais, mas também os culturais estavam em perigo e precisavam de uma gestão cuidadosa. Isto se tornou a base do nascimento da gestão de bens culturais, passando os arqueólogos a entender que sua fonte de material estava rapidamente desaparecendo e que apenas uma tênue parcela podia ser registrada através de escavações que objetivassem o seu salvamento.

Ainda conforme aponta Caldarelli (2010: 2), *“a inevitável necessidade de seletividade no estudo e preservação dos vestígios arqueológicos indicou que não apenas os arqueólogos precisavam justificar seu trabalho, como também deviam apresentar argumentos válidos sobre o significado, a relevância e o valor dos diversos bens arqueológicos”*. Desta forma, critérios de

significância e relevância passaram a fazer parte das avaliações de impacto ambiental de empreendimentos desenvolvimentistas, com implicações na abrangência dos programas de mitigação e compensação. No Brasil isto se reflete na crescente importância dada à Educação Patrimonial nos estudos arqueológicos aplicados ao licenciamento ambiental de projetos, sendo que, muitas vezes, à divulgação científica dos resultados dos estudos arqueológicos não tem sido dada a mesma importância, embora seus benefícios na conquista do apoio público sejam reconhecidos no cenário internacional (op.cit).

A discussão sobre a “arqueologia de contrato” e sua relação com o universo acadêmico é um tema que recua à década de 1980 (MENESES, 1988; BARRETO 2000; CALDARELLI, 1999; CALDARELLI e SANTOS, 2000; SCHMITZ, 2001; MONTICELLI, 2005; FOGOLARI, 2007; LIMA, 2010; SANTOS, 2001; ZANETTINI, 2008). No cenário internacional, a bibliografia especializada que versa sobre esta temática também é ampla (ANCA, 2000; BERKSON, 2009; COLLCUTT, 1994; DEEBEN, 1999; ENDERE, 2000; CRESPI, 2001; DARVILL, 2005; FERRIS, 2002; HODDER, 1999; KING, 2002, 2005; MATHERS et al., 2005; SHARROCK & GRAYSON, 1979; SKEATES, 2000; WILLIAMSON, 1998; WILLEMS & DRIES, 2007; ZIMMERMAN, 1994, 2006).

De acordo com Lima (2010), nesse debate foram expostos conceitos outrora alheios ao universo da arqueologia, tais como “Gestão” e “Patrimônio”, comuns em discussões acerca de aspectos jurídico institucionais voltados à apreciação de elementos associados à disciplina, que passaram a ser utilizados no âmbito da arqueologia junto aos órgãos oficiais de preservação em seu diálogo com os arqueólogos (LIMA, 2010: 2).

Em artigo de Meneses (1988), observa-se uma avaliação crítica da arqueologia de salvamento no Brasil, onde o autor considera que o conceito inerente à sua prática tem origem na década de 1950, “*quando nomes como P.J O’Keefe e L. V. Prott salientam que a filosofia básica a sustentar tais atividades era a suposição de que todas as evidências dotadas de relevância e impossíveis de preservar in situ deveriam ser salvas por remoção*” (MENESES, 1988 *apud* MONTICELLI, 2005: 126). Ainda segundo o autor, os procedimentos adotados, muitas vezes concebidos mecanicamente, teriam levado a uma prática degradada da arqueologia, marcada por uma produção

mediocre, com a inexistência de projetos científicos, onde o “salvamento” do patrimônio arqueológico coincidiria com sua destruição.

Por sua vez, Mário Simões (1986), avaliando projetos de arqueologia preventiva nos Estados Unidos e na Venezuela, por exemplo, apontou que essa foi a *“melhor solução encontrada para tentar conciliar a questão da preservação de sua memória histórico-cultural com o desenvolvimento tecnológico advindo de construções de barragens, hidrelétricas, rodovias, urbanismo, etc.”* (SIMÕES, 1986 *apud* MONTICELLI, 2005: 128).

Ainda que seja alvo de críticas, como não apontar, conforme Caldarelli e Santos (2000), que a *“geografia da pesquisa arqueológica no país alterou-se substancialmente, passando a maioria dos estudos a ocorrer em áreas anteriormente não abrangidas pela arqueologia tradicional, realizada por museus e universidades?”* (2000: 58). Essa é, possivelmente, uma das maiores contribuições da arqueologia preventiva no Brasil, tendo em vista a enorme parcela de sítios arqueológicos identificados e pesquisados em função dos projetos executados no bojo do licenciamento de obras em nosso país, muitas vezes em localidades jamais pesquisadas.

Diante deste cenário, é evidente que o patrimônio precisa ser preservado de impactos e, como não poderia ser diferente, alguém precisa estar disposto a realizar tal tarefa. Arqueólogos que prestam serviços, sejam vinculados a instituições acadêmicas, ou não, exercendo sua atividade em caráter liberal ou autônomo, estarão sempre condicionados às leis de um mercado onde as noções de progresso e desenvolvimento por vezes falam mais alto e as políticas e ações de caráter preservacionistas são tidas como entraves ao futuro (MONTICELLI, 2010).

Deve-se observar e avaliar o contexto de desenvolvimento da arqueologia em cada época, quais as condições disponibilizadas aos pesquisadores para garantir a realização de trabalhos adequados, apontando, contudo, análises sob uma perspectiva crítica de todo o processo, conhecendo o contexto histórico, político e econômico onde aquele se insere.

Segundo Caldarelli (2010) os maiores desafios que o arqueólogo dedicado ao estudo e à gestão de bens arqueológicos em áreas destinadas a alterações ambientais têm de enfrentar são:

“Detectar, preservar e avaliar a significância desses bens, a maior parte das vezes não visíveis, não apenas para a geração de conhecimento, mas também para o compartilhamento desse conhecimento com as partes interessadas atuais e futuras. Incorporar às decisões do que estudar e do que preservar não apenas critérios arqueológicos, mas interesses e critérios das demais partes interessadas”
(CALDARELLI, 2010: 2).

O anseio preservacionista do arqueólogo diverge, muitas vezes, das proposições econômico desenvolvimentistas propostas pelo governo, assim como dos interesses da iniciativa privada, geralmente responsável pela implementação dos projetos apresentados pelas diferentes esferas de governo. A busca por instrumentos que atenuem esses conflitos deve ser entendida como uma responsabilidade mútua dos órgãos governamentais e dos arqueólogos a cargo das pesquisas em áreas onde os impactos ambientais ocasionarão a descaracterização tanto da paisagem original quanto do patrimônio arqueológico (IBIDEM).

As discussões acerca do papel da arqueologia no mundo contemporâneo indicam a necessidade de uma abordagem que requer um diálogo com o mundo exterior, que influencie as tomadas de decisão políticas e socioeconômicas, exigindo sua inclusão no debate público em geral, divulgando e demonstrando o valor social dos bens arqueológicos, minimizando os conflitos com os diversos atores incluídos neste processo. De acordo com King (2005), uma boa gestão de recursos arqueológicos é caracterizada, fundamentalmente, por visões distintas que buscam soluções em conjunto. Hodder (2002) aponta que *“para sermos aptos a agir, para sermos ouvidos como arqueólogos, precisamos estar aptos a negociar entre interesses conflitantes, usando-os com sensibilidade para atingir nossos próprios objetivos”*.

O patrimônio arqueológico contribui, notadamente, para a formação e consolidação da identidade histórica das nações, das pessoas e das comunidades locais, independentemente das ideologias políticas observadas. Este patrimônio se integra num conjunto de experiências e conhecimentos que constituem a base para a tomada de decisões em vários níveis e aspectos

sociais. Desta forma, representa uma importante contribuição para o estabelecimento da memória coletiva da humanidade.

A relevância dada aos bens arqueológicos varia entre as diversas partes interessadas, assim como as visões sobre o destino a ser dado aos bens arqueológicos. Não é mais possível admitir uma visão que coloque o “público” como um consumidor passivo do passado. As comunidades locais passaram, a partir da democratização das informações sobre os impactos dos empreendimentos, a se posicionar não só sobre os efeitos econômicos da implantação desses empreendimentos, mas também sobre seus efeitos socioculturais (MAGRINHO, 2002).

O enfrentamento dos desafios colocados, assim como a necessidade de minimizar os conflitos observados, são possíveis diante de uma abordagem comprometida com a preservação do patrimônio arqueológico nacional, que seja consciente a respeito da perspectiva de que é impossível a preservação total. Berkson (2009) aponta que a arqueologia deve ser integrada a programas voltados à preservação dos recursos naturais, sugerindo que os interessados na preservação da natureza são parceiros e aliados comuns dos interessados na preservação do patrimônio cultural, devendo unir esforços, seja nas atividades educativas, seja nas lutas preservacionistas.

Sob este aspecto, a preservação de paisagens culturais pode ser entendida como atribuição de órgãos culturais. Sendo assim, a gestão deste patrimônio, bem como do restante dos bens culturais é hoje, na maior parte dos países, tarefa destinada ao Estado, que a realiza através de institutos públicos de proteção patrimonial, chamando para si a propriedade dos sítios e artefatos que constituem o patrimônio arqueológico, garantindo a sua proteção através da legislação em vigor. Para definir o conceito e as condições de preservação da paisagem cultural, é necessária uma forma de acautelamento que corresponda aos critérios da UNESCO. Conforme destaca Delphim (2009)

“Iniciativas particulares de proteção a bens culturais deveriam também ser incentivadas. A exemplo da legislação ambiental, que dispõe de uma lei na qual a vontade de proteger o patrimônio cultural é que decide criar reservas particulares de patrimônio natural, deveriam existir formas legais que permitissem a proprietários de terras, com sítios de valor

cultural, declará-las, por exemplo, uma reserva cultural privada”
(DELPHIM, 2009: 184).

É essencial entender que a gestão do patrimônio arqueológico é um processo implantado sobre uma base ideológica, que ao estabelecer uma identidade cultural, ligada necessariamente a uma função educativa, tem uma base econômica no turismo e uma função acadêmica na salvaguarda e manutenção dos dados e informações científicas. Uma vez que o patrimônio arqueológico é um recurso cultural não renovável, finito e limitado, as questões relativas à sua gestão são ainda mais determinantes na manutenção desse mesmo patrimônio, seja dos aspectos materiais, simbólicos ou culturais, devendo ser encaradas como parte integral de políticas relativas ao planejamento e ordenamento do território, bem como de políticas relativas à educação, cultura e desenvolvimento (CALDARELLI, 2010).

Hoje se reconhece a necessidade de procedermos a uma gestão integrada do patrimônio, que conjugue a gestão administrativa com as necessidades de investigação científica, e, esta, com a vocação para a divulgação que todo o patrimônio cultural deve seguir. Isto pressupõe um modelo baseado na aplicação de uma sucessão de tarefas que começam pelo reconhecimento do existente, através da identificação e inventariação, pela investigação científica e avaliação, pela proteção legal, pela valorização, e pela divulgação.

Coloca-se hoje a possibilidade da gestão dos sítios arqueológicos, evidentemente bens públicos, por entidades privadas. Tais entidades têm demonstrado que podem ser agentes ativos na implantação de ações e na sua execução, com as vantagens que daqui advêm para o Estado, que pode assim concentrar os seus meios humanos e técnicos na definição e estabelecimento das políticas administrativas que devem gerir o patrimônio, constituindo a garantia de uma atuação em benefício do interesse público (MAGRINHO, 2002).

Desta forma, desde a identificação e localização, até a escavação, conservação e restauro dos bens arqueológicos, as entidades privadas podem ser entendidas como um importante agente no fornecimento de trabalhos, diretamente ligado à gestão dos sítios arqueológicos. Tal situação permite que

estas entidades privadas, através das experiências adquiridas, tenham algum conhecimento prático sobre os sítios arqueológicos, ou os conjuntos arqueológicos, bem como dos principais problemas que se colocam à sua efetiva proteção. Verifica-se, entretanto, que os trabalhos executados não estão, na maior parte dos casos, integrados a uma estratégia geral de proteção ou valorização, ou seja, não fazem parte de nenhum projeto de gestão do patrimônio arqueológico, o que torna a sua natureza fugaz e esporádica, muitas vezes sem consequência prática para pesquisadores ou até mesmo para o público (IBIDEM).

Quer seja feito com recursos humanos fornecidos pelo Estado, ou por meio da iniciativa privada, é necessário, antes de tudo, confirmar e estabelecer projetos de gestão de sítios como forma de garantir a continuidade da existência de nossas referências históricas e para o desenvolvimento e evolução das perspectivas e interpretações dessas realidades, essenciais para o progresso da importância da ligação das comunidades com o patrimônio. Isso é garantia da criação de partícipes ativos na sua proteção e conservação, a fim de que os vestígios do nosso passado não desapareçam.

Conforme apontado por Caldarelli (2010), a legislação brasileira utiliza um instrumento denominado “Compensação Ambiental”, que deve ser entendido como um mecanismo financeiro de compensação pelos danos advindos de impactos não mitigáveis, oriundos da implantação de empreendimentos. É um recurso que deve ser destinado à concepção de Unidades de Conservação. De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC),

“... nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório – EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta lei” (SNUC apud CALDARELLI, 2010: 4).

Dentre alguns dos impactos não possíveis de mitigação, Wada (2007) evidencia a perda da biodiversidade e a perda de áreas representativas do patrimônio cultural, histórico e arqueológico. De acordo com a autora, talvez a única solução viável seja a compensação destas perdas através da destinação de recursos para a manutenção de Unidades de Conservação ou a criação de novas unidades.

Caldarelli (2010), apoiada nas proposições de Wada (2007) sugere que

“... as unidades de conservação criadas para atender a compensação ambiental incorporem também critérios arqueológicos. É fato sabido pelos arqueólogos que o patrimônio arqueológico não se restringe a vestígios culturais, como artefatos, estruturas, áreas de atividades, etc., mas também a partes do ambiente que foram usadas ou modificadas pelo homem no passado, ou que podem ajudar a compreender as relações entre o homem e o ambiente no passado. Quando esse ambiente se perde, o patrimônio arqueológico também está sendo perdido” (CALDARELLI, 2010: 5).

Para a autora, arqueólogos, juntamente com o IPHAN, devem reunir esforços para que se cumpra aquilo previsto nas normativas legais que regem o processo de licenciamento ambiental, de maneira que, em áreas onde a implantação de projetos acarretará impactos expressivos sobre o patrimônio arqueológico, as unidades de conservação compensatórias sejam definidas a partir de modelos arqueológicos preditivos, com critérios que permitam à unidade de conservação reproduzir o ambiente impactado, “com seus recursos naturais e culturais, visíveis e invisíveis, que ali permanecerão, para estudo e fruição das partes interessadas não apenas de hoje, mas também de amanhã, com seus múltiplos e distintos interesses, e com novos e talvez mais eficientes recursos tecnológicos” (IBIDEM).

A Carta de Lausanne (Carta para a Proteção e Gestão do Patrimônio Arqueológico, do ICOMOS/UNESCO), em seu Artigo 6º, destaca que o principal objetivo da gestão do patrimônio arqueológico deve ser a preservação de monumentos e sítios *in situ* e que qualquer transferência do patrimônio arqueológico para novos locais deve ser entendida como uma violação do

princípio da preservação do patrimônio em seu contexto original. Desta feita, sempre que possível, deve-se assegurar que sistemas socioculturais passados, representados por seus sítios arqueológicos, sejam preservados nos mesmos ambientes e nas proximidades de áreas onde tenham sofrido impactos oriundos da implantação de empreendimentos.

A pesquisa arqueológica na área sujeita a impactos ambientais apenas atuaria como uma medida mitigatória, não revertendo o impacto negativo da destruição do bem, mas apenas atenuando alguns de seus efeitos (CALDARELLI, 2007). King (2000) esclarece que a pesquisa arqueológica é sempre feita se levando em consideração o interesse público, mas, ao decidir como e o que pesquisar em determinado sítio arqueológico, o pesquisador está sempre decidindo o que importa ser conhecido, através de julgamentos de valor, sujeitos à sua visão do bem, em detrimento de outros valores que os demais segmentos da sociedade lhe possam atribuir (MONTICELLI, 2010).

1.2. O Arraial de São Francisco Xavier da Chapada como patrimônio cultural: da necessidade de sua preservação

No que diz respeito ao patrimônio cultural, este pode ser alvo de uma série de abordagens: ele pode ser entendido como um legado de um passado concluído ou como uma seleção arbitrada, e, neste caso, deve-se questionar suas origens, significados, e os agentes responsáveis por sua seleção (MERILLAS, 2003). A compreensão do patrimônio como uma seleção nos leva a entender o campo de equilíbrio para a arena política.

Ações políticas dentro do campo do patrimônio devem promover a autorrepresentação das comunidades, proporcionando novas perspectivas, tanto do passado quanto do presente, bem como desenvolver uma consciência crítica de reconhecimento e desenvolvimento dos valores que os cercam. É compreensível que qualquer ação que tenha como objetivo a proteção de um bem, seja ele material ou imaterial, móveis ou imóveis, só é possível e durável com a capacidade da comunidade para tomar posse e identificar-se com esta herança, o que pode ser interpretada como parte de suas vidas.

A partir do momento em que se discute o que é de valor para a memória, tem início uma busca por elementos que materializam uma identidade. A

apropriação desses elementos reflete as políticas de conservação adotadas e conceitos que têm interesse em agir. Lidar com o patrimônio cultural significa trabalhar com a condição dinâmica do conceito de cultura. E até mesmo o termo patrimônio cultural tem os seus diferentes significados. Perceber o conjunto que forma o patrimônio cultural de uma sociedade é estar atento aos ativos que fazem referência e adicionam identidade e memória dos diferentes grupos que compõem a nossa sociedade, sejam eles bens artísticos, históricos ou arqueológicos (WICHERS *et al.*, 2013).

A ideia de patrimônio como o DNA do território e da comunidade é apresentada por Hugues de Varine, que ressalta

“Como o DNA é carteira de identidade de um indivíduo, que o associa a sua linhagem inteira, do mesmo modo o patrimônio é a carteira de identidade da comunidade atual ligada a uma continuidade sem limites. Por outro lado, como é difícil, senão impossível, conhecer os todos os detalhes do DNA de uma pessoa, ou o genoma humano, é inútil conhecer o patrimônio em sua totalidade” (VARINE, 2012:45).

Assim, o sentido da preservação está na dinamização (ou uso social) do bem cultural preservado. Para Guarnieri (1990)

“... a preservação proporciona a construção de uma memória que permite o reconhecimento de características próprias, ou seja, a identificação. E a identidade é algo extremamente ligado a auto definição, à soberania, ao fortalecimento de uma consciência histórica” (GUARNIERI, 1990: 10).

Desse modo, os processos de seleção e construção do patrimônio cultural devem ser pautados por um viés preservacionista, que considere o uso social desse patrimônio de forma democrática e plural (WICHERS, 2010).

Um dos aspectos fundamentais que marcam a discussão que envolve a relação da arqueologia com a sociedade relaciona-se com a legislação de proteção ao patrimônio arqueológico, principalmente em virtude da grande demanda de ações educacionais no âmbito da arqueologia preventiva. As principais transformações nesse cenário estão diretamente associadas,

conforme já exposto, aos impactos ambientais provenientes dos projetos de infraestrutura do país, que têm projetado luz nas questões concernentes às ações necessárias para o desenvolvimento econômico das diferentes regiões e às preocupações com a preservação patrimonial e a gestão dos vestígios arqueológicos (SALADINO, 2014). Mesmo no bojo do cenário nacional, fortemente marcado por pesquisas arqueológicas associadas ao licenciamento ambiental, a ideia de que o conhecimento produzido é subjetivo permite uma série de avaliações e releituras não apenas das coleções, mas também das narrativas arqueológicas pelas comunidades (WICHERS, 2014: 24).

Cabe apontarmos, conforme já mencionado, que esta pesquisa busca refletir a respeito do processo de guarda do patrimônio cultural, propondo uma discussão crítica sobre o papel da arqueologia como ferramenta que permita demonstrar a importância do patrimônio arqueológico, garantindo a sua defesa e preservação. Desta forma, esta pesquisa deve apontar e sugerir elementos e propostas que colaborem para a elaboração de um plano de gestão voltado à preservação do sítio arqueológico Arraial de São Francisco Xavier da Chapada.

A identificação do Arraial de São Francisco Xavier da Chapada e sua inclusão no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) remonta ao ano de 1989, quando foi promovida a identificação e realizado o registro do núcleo colonial extinto no alto da Serra de São Vicente (ou Serra da Borda), no âmbito da realização de estudo sob coordenação da extinta Fundação Nacional Pró-Memória, denominado “*A Etnoarqueologia do Negro no Mato Grosso*” tendo como objetivo o reconhecimento e cadastro preliminar de manifestações materiais relacionadas a quilombos surgidos no vale do Rio Guaporé, no decorrer do período colonial (ZANETTINI, 1989) (Figura 2).

Figura 2. Matéria veiculada no jornal “O Estado do Mato Grosso”, em 21/09/1989, quando da época da identificação e cadastro do Arraial de São Francisco Xavier da Chapada.

Zanettini (op.cit) destaca que, conforme solicitado pela 8ª DR SPHAN/FNPM, se promoveu o cadastro de sítios arqueológicos no município de Vila Bela e regiões circunvizinhas, abarcando os municípios de Pontes e Lacerda e Comodoro, ultrapassando os limites propostos pela arqueóloga Maria Lucia Pardi no projeto acima destacado. Como resultado, foram

reconhecidos e cadastrados nove sítios arqueológicos, reunindo uma vila projetada, três arraiais de mineração, uma fazenda/área de mineração isolada, além de quatro manchas de concentrações de vestígios de possíveis aldeamentos/aldeias e/ou quilombos, coletando, também, informações orais para a localização de outros dez sítios na região do vale do Guaporé, abarcando o território localizado entre os rios Sararé e Piolho. Dessa forma, esse projeto, de caráter pioneiro, permitiu atestar o alto potencial da região no que diz respeito ao desenvolvimento de pesquisas voltadas aos estudos dos fenômenos relacionados à ocupação e permanência das comunidades negras no âmbito da sociedade estabelecida com a ocupação europeia a partir do século XVIII (ZANETTINI, 1989: 2).

O patrimônio ora identificado e cadastrado era composto por: Cidade de Vila Bela; Fazenda/mineração isolada no sopé da Serra de Ricardo Franco; Arraial de São Vicente; Arraial de São Francisco Xavier; Arraial sem denominação no alto da Serra de São Vicente (Serra da Borda); Aldeia/aldeamento Cofap-01; Aldeia/aldeamento Cofap-02; Aldeia/aldeamento Cofap-03; Aldeia/aldeamento Cofap-04; Aldeia/aldeamento Sabão; Arraial de mineração de denominação desconhecida em Padronal; Arraial do Pilar na Serra da Borda; Aldeia/sítio cemitério de Betânia (op.cit). A Figura 3 destaca os sítios arqueológicos caracterizados por arraiais de mineração do século XVIII, identificados e cadastrados na Serra de São Vicente (Serra da Borda), no município de Vila Bela da Santíssima Trindade. Por sua vez, a Figura 4 ilustra cartografia histórica que indica o conjunto dos arraiais de mineração localizados junto a Serra de São Vicente.

Figura 3. Arraiais de mineração do século XVIII localizados na Serra de São Vicente (ou Serra da Borda).

Figura 4. Cartografia histórica que faz referência aos diversos conjuntos de ruínas relacionadas aos antigos arraiais e faisqueiras de ouro do século XVIII localizados nos arredores de Vila Bela da Santíssima Trindade, junto à Serra de São Vicente (ou Serra da Borda) . Fonte: Casa da Ínsua, Portugal.

Nesse sentido, a identificação e cadastro do conjunto de bens em epígrafe teve como principal objetivo, segundo Zanettini (1989), a elaboração de

“... uma tipologia prévia de sítios históricos surgidos em decorrência da descoberta de ouro na região do vale do rio Guaporé e áreas adjacentes. Não perdendo de vista o objetivo principal do projeto que é a identificação de quilombos, refúgios de escravos fugidos, acreditávamos ser importante o reconhecimento da cultura material nos diversos ambientes onde a presença escrava se deu quer no contexto urbano (i.e no caso de Vila Bela), quer nas áreas de mineração (arraiais e fazendas isoladas), de modo a obter subsídios suficientes a identificação de prováveis quilombos na sua forma pura, já que inexistem trabalhos anteriores para a região capazes de sugerir quais os indicadores de cultura material/culturais diferenciam tais sítios das demais estruturas presentes na região” (ZANETTINI, 1989: 13).

Cabe destacar que a Fundação Nacional Pró-Memória, órgão público federal supervisionado pelo Ministério de Educação e Cultura, criado em 1979, e extinto em 1990, caracterizou-se, ao lado da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), como uma organização que buscou estabelecer relações mais dinâmicas entre as políticas culturais destinadas à preservação do patrimônio cultural (REZENDE et al., 2015), buscando *“contribuir para o inventário, a classificação, a conservação, a proteção, a restauração e a revitalização dos bens de valor cultural e natural existentes no País”* (BRASIL, 1979, art. 1). Ainda de acordo com o Ministério da Cultura (1986), entre os princípios que serviram de eixo para o desenvolvimento da instituição, estava a necessidade de

“... fundamentar-se no estudo e na apreensão de referências básicas da cultura brasileira, orientando-se pelas aspirações e peculiaridades dos contextos sociais, econômicos e políticos do país [e partindo do princípio de que], os bens de valor cultural e natural deverão ser entendidos tanto em sua dinâmica quanto

em sua correlação com os contextos em que estão inseridos”
(MINC, 1986, art. 1 *apud* REZENDE et al., 2015).

Conforme destacado por Zanettini (2015), a divulgação em torno do patrimônio evidenciado na região, especialmente no que diz respeito à identificação do Arraial de São Francisco Xavier da Chapada, combinado a sua integridade, singularidade e significado histórico, despertou tanto o interesse de estudiosos, quanto de profissionais ligados a agências de preservação em esfera estadual e federal, permitindo a discussão acerca de sua preservação e proteção, apesar de que tal reflexão tenha sua origem quase uma década atrás, em razão do desenvolvimento dos estudos ambientais voltados ao licenciamento da mina de ouro São Francisco, a partir da realização do diagnóstico arqueológico no âmbito dos estudos de impacto ambiental. Na esteira desse processo, o interesse pela proteção e precaução do sítio arqueológico se viu revivido, sendo estabelecidas alternativas locacionais para a instalação do projeto, objetivando a manutenção da área nuclear do Arraial a salvo de intervenções e obras, as quais envolveram o acompanhamento por parte do escritório da Superintendência Estadual do IPHAN Mato Grosso Sub-Regional do IPHAN em Mato Grosso, responsável por fornecer o endosso institucional para o programa de arqueologia preventiva (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2015: 5).

Entre as medidas voltadas à preservação do Arraial de São Francisco Xavier da Chapada, foi estabelecida, definitivamente, a proposta de tombamento de sua área nuclear pelo governo do Estado de Mato Grosso, a qual foi levada a cabo no ano de 2007, tendo sido o perímetro do Arraial reavaliado, ganhando sua conformação final, ampliada, a partir da ideia de que o tombamento se mostrava como ferramenta de proteção adequada para a preservação do Arraial de São Francisco Xavier da Chapada (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2000).

As Figuras 5 e 6 ilustram a publicação, no Diário Oficial do Governo Estadual de Mato Grosso, da Portaria Nº 030/SEC/2007, que dispõe sobre o tombamento, em esfera estadual, do Arraial de São Francisco Xavier. Conforme destaca a Secretaria de Estado de Cultura do Mato Grosso, uma das principais resoluções definidas a partir da criação da Fundação Cultura de Mato

Grosso, em 1975, foi a elaboração de uma legislação de defesa do patrimônio histórico e artístico estadual, que resultou na Lei nº 3.774, de 20 de setembro de 1976, a partir da qual se deram os primeiros tombamentos em esfera estadual (edifícios do Seminário da Conceição, Igreja de Nossa Senhora do Bom Despacho e o “Chafariz do Mundéo”), todos localizados no município de Cuiabá (SECMT, 2016).

Cabe pontuar que, em 1995, a partir do estabelecimento da Lei Complementar nº 36, de 11/10/1995, foi criada a Secretaria de Estado de Cultura, responsável pelo planejamento, normatização, coordenação, execução e avaliação das políticas culturais do estado de Mato Grosso, através do desenvolvimento de pesquisas históricas, da preservação do patrimônio histórico e arquitetônico, da concepção, formulação, normatização e gestão de fundos especiais destinados ao desenvolvimento da cultura no Estado, entre outras (SECMT, 2016).

No que diz respeito ao tombamento como ferramenta de proteção, cabe apontar que o mesmo configura-se como ferramenta legal, criada em 1937, voltada à proteção do patrimônio cultural brasileiro, tendo, como principal efeito, *“a conservação dos bens materiais, coisas móveis ou imóveis, reconhecidas como portadoras de valores culturais. Com a imposição do tombamento, são criadas obrigações para os proprietários de bens tombados, para o poder público, como para a sociedade em geral, de manter e conservar o bem cultural”* (RABELLO, 2009: 2).

Conforme destaca a Constituição Federal em seu artigo 216,

“Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, Artigo 216).

O tombamento em esfera estadual do Arraial de São Francisco Xavier da Chapada adequa-se ao pressuposto apontado por Rabello (2009: 5) de que

“No âmbito da competência executiva, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu o regime de competência comum dos entes federativos – União, estados e municípios – para o exercício da tutela de proteção de bens culturais (art. 23, incisos III e IV da CF). Isso significa dizer que qualquer dos entes da federação poderá, ou melhor, deverá proteger, o patrimônio que for atribuído de significado cultural. Na esfera municipal ou estadual bastará, como já mencionado, dotar a sua administração de órgão competente, regulando apenas o procedimento administrativo respectivo, com a observância das normas nacional e/ou estadual sobre o assunto. Assim, o valor cultural atribuído ao bem pode ter como referência a comunidade nacional, estadual ou municipal. E, em função do respectivo âmbito do valor cultural será também estabelecida a correspondente competência do poder público para o reconhecimento do valor cultural do bem, e a consequente imposição da tutela pelo poder público” (RABELLO 2009: 5-6).

OBJETO: Implantação da Unidade de Inclusão Digital no Município de Novo Horizonte do Norte/MT.
DA VIGÊNCIA: A partir da data de sua publicação até 31/12/2010
DATA DE ASSINATURA: 05/07/2007
ASSINAM: Terezinha de Souza Maggi, Secretária de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social e Junior Pereira Neves, Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte.

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº. 034/NCC/007
PARTE: Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social e a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP
OBJETO: Disponibilizar 03 espaços localizados no Ganhá Tempo, para instalação e funcionamento de posto de atendimento ao público, destinado às 03 unidades da SEJUSP (POLÍTEC – Polícia Judiciária Civil e Perícia Oficial de Identificação).
DA VIGÊNCIA: A partir da data de sua publicação até 31/12/2010
DATA DE ASSINATURA: 15/06/2007
ASSINAM: Terezinha de Souza Maggi, Secretária de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social e Carlos Brito de Lima, Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública.

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº. 07/NCC/007
PARTE: Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social e a Prefeitura Municipal de Marcelândia.
OBJETO: Implantação da Unidade de Inclusão Digital no Município de Marcelândia/MT.
DA VIGÊNCIA: A partir da data de sua publicação até 31/12/2010
DATA DE ASSINATURA: 28/06/2007
ASSINAM: Terezinha de Souza Maggi, Secretária de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social e Adalberto Navar Diamante, Prefeito Municipal Marcelândia.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº. 19/2006/SETECS/MT
PARTE: Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social e a Prefeitura Municipal de Rondonópolis/MT.
OBJETO: Prorrogar o prazo de Vigência e alterar a Cláusula Segunda - § 1º das Obrigações do Município.
DA VIGÊNCIA: A partir da data de 01/01/2007 até 31/12/2010.
DAS OBRIGAÇÕES: alterar as letras b, c, d, e, f, g e criar a letra h das obrigações do Município.
ASSINAM: Terezinha de Souza Maggi, Secretária de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social e Adilton Domingos Sachetti, Prefeito Municipal de Rondonópolis.

SEC

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

PORTARIA Nº 028/SEC/2007

Dispõe sobre Tombamento para o Patrimônio Histórico e Artístico Cultural do Estado de Mato Grosso do "CENTRO HISTÓRICO DE POCONÉ", no município de Poconé/MT.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o art.71, II, da Constituição Estadual, combinada com a Lei n. 3.774, de 20 de setembro de 1976, e,

Considerando que procedimentos referenciais técnicos constitutivos do Processo de Tombamento nº381/2007/CH.GAB/SEC/MT, em tramitação nesta Secretaria nos termos do Art.7º, da Lei nº 3.774/76, e estudos da Coordenadoria de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural concluem pela proteção dos bens, logradouros e paisagens inseridos no perímetro a ser tutelado pelo poder público estadual, conforme especificado no referido processo;

Considerando que na forma estabelecida pelo Art. 18, da Lei Estadual nº 3.774, de 20 de setembro de 1976, o bem tombado fica igualmente protegido de qualquer ação que lhe impeça ou reduza a visibilidade ou paisagem estética e ambiental, tanto do bem, quanto de sua área de entorno e vizinhança;

RESOLVE:

Art. 1º Tombar para o Patrimônio Histórico e Artístico Estadual de Mato Grosso, o "CENTRO HISTÓRICO DE POCONÉ", constituído pelos bens culturais existentes na cidade. São edificações com memorável valor histórico e cultural com alguns imóveis possuindo mais de 100 (cem) anos que exemplificam os métodos construtivos da época. A preservação propiciará a propagação para futuras gerações dos costumes e da forte presença do homem pantaneiro cuja conservação continuará evocando a história, a cultura e a memória desse povo.

§ 1º O tombamento abrange o "miolo histórico" da cidade localizada geograficamente na microrregião do alto pantanal, na parte centro sul mato-grossense cujo perímetro vem a seguir descrito: com uma área a ser tombada de aproximadamente 17.000 m² (dezessete mil metros quadrados) e, perfazendo uma área de entorno (vizinhança) e proteção de aproximadamente 28.000 m², (vinte e oito mil metros quadrados).

§ 2º Com objetivo de preservar as ruínas e as casas do lado direito e esquerdo, ficam considerados os limites de tombamento e de entorno (vizinhança) e proteção os estabelecidos no §1º, deste artigo, sujeitando ao prévio exame do órgão estadual todos os projetos que visem modificar ou alterar o bem tombado para proteger a sua visibilidade e ambiência.

Art.2º Determinar que seja feita a inscrição no Livro do Tombo Histórico nos termos dos artigos 4º e 5º, da Lei Estadual nº 3.774, de 20 de setembro de 1976, pela sua significação histórica e artística para a comunidade e à memória mato-grossense,

Art. 3º Determinar que sejam ratificadas as devidas notificações aos proprietários do referido bem cultural para os fins previstos na Lei nº 3.774, de 20 de setembro de 1976.

REGISTRADA, PUBLICADA, CUMPRÁ-SE.

Cuiabá, 16 de junho de 2007.

JOÃO CARLOS VICENTE FERREIRA
 Secretário de Estado de Cultura

PORTARIA Nº 029/SEC/2007

Dispõe sobre Tombamento para o Patrimônio Histórico e Artístico Cultural Estadual de Mato Grosso do "CASARÃO COTIA", no município de Poconé/MT.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o art.71, II, da Constituição Estadual, combinada com a Lei n. 3.774, de 20 de setembro de 1976, e,

Considerando que procedimentos referenciais técnicos constitutivos do Processo de Tombamento nº553/2005/CH.GAB/SEC/MT, em tramitação nesta Secretaria nos termos do Art.7º, da Lei nº 3.774/76, e estudos da Coordenadoria de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural concluem pela proteção dos bens, logradouros e paisagens inseridos no perímetro a ser tutelado pelo poder público estadual, conforme especificado no referido processo;

Considerando que na forma estabelecida pelo Art. 18, da Lei Estadual nº 3.774, de 20 de setembro de 1976, o bem tombado fica igualmente protegido de qualquer ação que lhe impeça ou reduza a visibilidade ou paisagem estética e ambiental, tanto do bem, quanto de sua área de entorno e vizinhança;

RESOLVE:

Art. 1º Tombar para o Patrimônio Histórico e Artístico Estadual de Mato Grosso, o bem cultural de natureza material, monumento histórico, natural e paisagístico, constituído pelo "CASARÃO COTIA", imóvel localizado na fazenda de nome Bento Gomes, no município de Poconé, cuja importância está relacionada aos métodos construtivos e aos materiais utilizados na construção datada de 1818, feita com paredes socadas e de adobe, grandes, largas e altas, de barro bem amassado, em mistura com capim-corona para maior solidez. Herança arquitetônica de singular beleza na história da ocupação do pantanal poconense e mato-grossense.

§ 1º O tombamento abrange uma área de 933,16m² (novecentos e trinta e três vírgula dezesseis metros quadrados) referente à área construída, acrescida de 7.275m² (sete mil duzentos e setenta e cinco metros quadrados) como área de preservação do entorno (vizinhança) que é constituída por uma faixa de 30m ao redor da construção, totalizando 8.208,16m² (oito mil duzentos e oito vírgula dezesseis metros quadrados) de área tombada.

§ 2º Com objetivo de preservar o bem cultural e histórico ficam sujeitos ao prévio exame e aprovação desta Secretaria todos os projetos que visem modificar ou alterar o bem tombado. Ficando igualmente sujeitos à prévia análise do órgão estadual os projetos relacionados à vizinhança (entorno) da área tombada a fim de se proteger a sua visibilidade e ambiência, evitando que seja descaracterizado.

Art.2º Determinar que seja feita a inscrição no Livro do Tombo Histórico nos termos dos artigos 4º e 5º, da Lei Estadual nº 3.774, de 20 de setembro de 1976, pela sua significação histórica e artística para a comunidade e à memória mato-grossense,

Art. 3º Determinar que sejam ratificadas as devidas notificações aos proprietários do referido bem cultural para os fins previstos na Lei nº 3.774, de 20 de setembro de 1976.

REGISTRADA, PUBLICADA, CUMPRÁ-SE.

Cuiabá, 17 de junho de 2007.

JOÃO CARLOS VICENTE FERREIRA
 Secretário de Estado de Cultura

PORTARIA Nº 030/SEC/2007

Dispõe sobre Tombamento para o Patrimônio Histórico e Artístico Cultural Estadual de Mato Grosso de ruínas do "ARRAIAL DE SÃO FRANCISCO XAVIER", no município de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o art.71, II, da Constituição Estadual, combinada com a Lei n. 3.774, de 20 de setembro de 1976, e,

Considerando que procedimentos referenciais técnicos constitutivos da instrução contida no Processo de Tombamento nº463/2007/CH.GAB/SEC/MT, nos termos do Art. 7º da Lei Estadual nº. 3.774, de 20 de setembro de 1976, e estudos da Coordenadoria de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural concluem pela proteção dos bens, logradouros e paisagens inseridos no perímetro a ser tutelado pelo poder público estadual, conforme especificado no referido processo;

Considerando que na forma estabelecida pelo Art. 18, da Lei Estadual nº 3.774, de 20 de setembro de 1976, o bem tombado fica igualmente protegido de qualquer ação que lhe impeça ou reduza a visibilidade ou paisagem estética e ambiental, tanto do bem, quanto de sua área de entorno e vizinhança;

RESOLVE:

Art. 1º Tombar para o Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico Estadual de Mato Grosso, o bem cultural de natureza material, monumento histórico e arqueológico constituído pelas ruínas do "Arraial de São Francisco Xavier" parte de um conjunto arquitetônico e paisagístico construído em alvenaria de pedra de Mato Grosso, implantado no século XVIII, cuja importância está relacionada à expansão das fronteiras ocidentais da Coroa Portuguesa, à conformação territorial do Brasil atual. É um arraial de mineração, fundado em 1736, no vale do Guaporé, no alto da Serra de São Vicente, atual Serra da Borda, região hoje conhecida como Estado de Mato Grosso.

§ 1º O tombamento das ruínas do arraial, constituídas pelo sítio arqueológico "Arraial de São Francisco Xavier", situado a aproximadamente 70 km de distância da cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, totaliza uma área de tombamento de cerca de 1.006.391m², (um milhão, seis mil trezentos e noventa e um metros quadrados) compreendendo a área das ruínas mais o entorno para preservação e proteção. Apresenta rico material arqueológico, testemunho das diversas etnias e culturas humanas que tiveram participação na exploração do ouro, nas várias fases pela qual passou o arraial. De preservação imprescindível para a manutenção, conhecimento e a valorização da rica história deste Estado.

§ 2º Com objetivo de preservar o bem cultural e histórico ficam sujeitos ao prévio exame e aprovação desta Secretaria todos os projetos que visem modificar ou alterar o bem tombado. Ficando igualmente sujeitos à prévia análise do órgão estadual os projetos relacionados à vizinhança (entorno) da área tombada a fim de se proteger a sua visibilidade e ambiência, evitando que seja descaracterizado.

Figura 5. Publicação da Portaria Nº030/SEC/2007, que dispõe sobre o tombamento, em esfera estadual, do Arraial de São Francisco Xavier (Diário Oficial do Governo Estadual de Mato Grosso, p.20).

Ainda que, de forma geral, as pesquisas realizadas em campo possibilitem a criação de museus e colaborem para a expansão e manutenção de seus acervos, deve-se ter em mente que a restrição do patrimônio a reservas técnicas ou exposições indica que um dos aspectos mais importantes no que diz respeito à preservação do patrimônio arqueológico se perdeu, que é a sua preservação *in situ*, ou seja, a manutenção de seu contexto. Desta feita, esta pesquisa busca, através de reflexões críticas, propor caminhos para a elaboração de um plano de gestão, que forneça elementos para o estabelecimento de uma espécie de “unidade de conservação”, ou instrumento de preservação similar, que incorpore, utilizando critérios arqueológicos, os remanescentes do patrimônio que caracteriza o sítio arqueológico Arraial de São Francisco Xavier da Chapada, a fim de que se preserve este conjunto arqueológico significativo para as gerações futuras, entendidas também como parte interessada no processo de conhecimento do passado comum a todos, bem como para pesquisas futuras, certamente detentoras de métodos, técnicas e interesses ainda a serem desenvolvidos (CALDARELLI, 2010).

O desenvolvimento de qualquer pesquisa arqueológica deve procurar uma abordagem pluralista para o estudo do passado, buscando conciliar os interesses da arqueologia com os interesses da sociedade, inserindo a disciplina dentro das necessidades e expectativas da comunidade (LITTLE, 2009 *apud* SILVA, 2011). Portanto, as comunidades devem participar no estabelecimento de parâmetros relevantes para a arqueologia, tendo suas vozes ouvidas, uma vez que a pesquisa arqueológica deve procurar a inclusão de todos no passado (LITTLE, 2009).

Um dos grandes desafios no desenvolvimento de qualquer pesquisa diz respeito ao binômio que envolve a relação de vínculo entre patrimônio arqueológico para arqueólogos e o patrimônio arqueológico para o restante da população. A partir dessa questão surge a necessidade do estabelecimento de ferramentas conceituais voltadas a alguns aspectos no âmbito da gestão do patrimônio arqueológico que muitas vezes recebem pouco destaque, tais como a divulgação e difusão do patrimônio cultural oriundo do registro arqueológico. Nesse sentido, cada vez mais se faz clara a necessidade de que sejam transmitidos ao público, assim como discutidos, os valores que marcam o patrimônio arqueológico, sendo esta uma das principais responsabilidades dos

arqueólogos e demais envolvidos com a gestão do patrimônio. Ainda que tal necessidade seja reconhecida, conforme destaca Gonzalez Mendez (1999), muitas vezes a mesma passa a ser relegada a outros profissionais que não os arqueólogos, afastando estes do processo de transferência à sociedade dos resultados da *práxis* arqueológica. Ainda de acordo com a autora,

“... pensamos que a divulgação é uma atividade necessária e de alcance cultural tal qual qualquer outra no âmbito de disciplinas que tratam da reconstrução do passado. Com efeito, divulgar e difundir o patrimônio arqueológico não é mostrá-lo belamente recomposto e preparado, mas fazer com que seu sentido seja conhecido. Por isso, ainda que para esclarecê-lo seja necessário restaurar, consolidar, recompor, explicar em uma linguagem acessível, separar o que são os conhecimentos, métodos e termos necessários aos arqueólogos daqueles ao público, o fundamental da atividade arqueológica de difusão é a reconstituição do sentido dos bens e sua transmissão ao público” (GONZALEZ MENDEZ, 1999: 11).

Dada esta perspectiva, a reflexão proposta nesta pesquisa deve levar em conta a relação entre as comunidades associadas com a história do Arraial de São Francisco Xavier da Chapada, especialmente a comunidade do município de Vila Bela da Santíssima Trindade, diretamente relacionado ao contexto ocupação do sítio arqueológico. Com base em uma pesquisa de caráter participativo e democrático, o que implica a consulta às comunidades envolvidas a fim de entender o grau de importância e interesse sobre o Arraial de São Francisco Xavier da Chapada, esta reflexão busca estabelecer um processo crítico e dialógico ao longo da construção do conhecimento arqueológico. Esta prática visa à diversidade das vozes responsáveis pela interpretação do passado e os significados do registro arqueológico a partir da construção de um diálogo entre pesquisadores e comunidade (SILVA *et al.*, 2011).

De acordo com Silva (2011), a reflexão sobre o processo de construção da pesquisa arqueológica e suas consequências ganhou destaque na agenda das discussões que tiveram lugar em diferentes fóruns científicos.

Uma perspectiva interdisciplinar, combinada com a colaboração multicultural, tem sido um dos principais objetivos de diversos projetos científicos na tentativa de explicar a experiência da produção e uso do conhecimento. Tal reflexão tem sido baseada na crítica da natureza colonialista da disciplina, causando transformações na prática arqueológica. Revisões críticas têm sido estabelecidas diante de questionamentos a respeito de quem são os reais beneficiários da pesquisa arqueológica, da relatividade da legislação e da capacidade dos arqueólogos para controlar o conhecimento sobre o passado e a eliminação da supremacia da interpretação científica em detrimento das interpretações étnicas do passado. Assim, tal postura levou ao desenvolvimento de práticas arqueológicas mais inclusivas, no bojo de um processo reflexivo, o que possibilita a percepção de que é preciso investir no desenvolvimento de projetos de arqueologia de colaboração com uma perspectiva dialógica, para permitir a construção de conhecimento sobre o passado de maneira mais dinâmica e dialeticamente relacionada a este (SILVA *et al.*, 2011).

DeMarrais *et al.* (1996) destacam que monumentos arqueológicos, quando entendidos como a materialização de uma ideologia, possuem a capacidade de reduzir as diferenças e os limites tanto no seio quanto fora de uma determinada sociedade, uma vez que sua materialização é algo não textual e, nesse sentido, não se restringe a um único grupo específico. Contudo, uma vez que um dado monumento ou bem patrimonial deve ser interpretado e experienciado por indivíduos que pertencem a um determinado contexto social, torna-se inevitável sua associação com culturas específicas no bojo da sociedade contemporânea, representando, em muitos casos, uma ferramenta para materializar e ressignificar identidades étnicas e sociais (RUSSELL, 2006).

Em um cenário mais amplo, a arqueologia comunitária pode ser entendida como uma prática arqueológica que visa estabelecer a colaboração e o envolvimento de diferentes coletivos em assuntos relacionados com a investigação e gestão do patrimônio cultural (MARSHALL, 2002; MERRIMAN, 2004; TULLY, 2007 *apud* SILVA *et al.*, 2011). A realização de pesquisas colaborativas pressupõe o alinhamento de interesses e benefícios entre os cientistas e comunidades a serem estudadas. No entanto, este tipo de

investigação não requer ideias de coesão ou interpretações dos fenômenos estudados, mas a valorização da multivocalidade, das perspectivas e conhecimentos dos indivíduos ou grupos pertencentes a diferentes contextos disciplinares, institucionais e culturais (ADLER & BRUNING, 2008; KUWANWISIWMA, 2008; SMITH & JACKSON, 2008 *apud* SILVA *et al.*, 2011). Esta abordagem concebe a perspectiva multicultural na construção do conhecimento e isso implica o contraste de diferentes maneiras de ver e conceber o mundo. É preciso compreender que as comunidades locais têm uma relação dinâmica e dialética com seu passado (SILVA *et al.*, 2011).

Como disciplina, dois dos principais pontos que caracterizam a arqueologia, que, quando combinados, oferecem uma perspectiva única sobre a cultura podem ser entendidos como o seu foco persistente na materialidade presente na vida social, além de sua capacidade de fornecer uma perspectiva de longo prazo sobre essa vida social (VOSS, 2008: 121). Nesse sentido, quando refletimos a respeito da importância do passado, devemos levar em consideração que a vida social ocorre através do tempo e, dessa forma, a interação social cria uma espécie de acumulação de dívidas e créditos, a partir da qual é determinada e avaliada grande parte das relações sociais, além de serem avaliadas as interações entre os indivíduos no âmbito de um quadro de expectativas e valores incorporados na cultura compartilhada por uma determinada cultura (LAYTON, 1994). Uma representação precisa do passado, tal como este é percebido no presente, mostra-se como um elemento crítico de toda a vida social e, dessa forma, é o seu valor que torna o conhecimento acerca do passado uma espécie de recurso político (*op.cit.*).

O crescimento do interesse social pelo patrimônio arqueológico, ou, pelo menos, de uma certa atenção voltada a ele, encontra abrigo na legislação que dá conta da proteção jurídica dos sítios arqueológicos, assim como no setor social, junto aos profissionais voltados ao estudo do patrimônio, e aos indivíduos de maneira geral.

Um dos principais problemas que envolvem a questão do campo voltado à gestão dos recursos culturais/arqueológicos diz respeito a uma espécie de visão que o considera como um ramo da Arqueologia constituído inteiramente pela prática, quase ateuórico, muitas vezes separado do universo da arqueologia acadêmica. Carman (1995: 17) defende que a aplicação da

legislação sobre os bens arqueológicos os transforma em um fenômeno distinto, para além de sua condição arqueológica, em um fenômeno legal, um tipo específico de transformação cultural (*C-Transform*) que poderia ser aplicado ao esquema clássico proposto por Schiffer (1972) no âmbito dos padrões verificados no processo de formação do registro arqueológico.

Conforme apontado por Bastos (2007), *“a preservação é uma bandeira que se impõe no domínio arqueológico como uma forma de (re) apropriação, pelo cidadão, daqueles bens de alcance social e de que ele foi expropriado pelas mais diversas formas de domínio e exploração”*. À sua vez, Derani (2010) destaca que, ao indicar em seu artigo 215 que *“o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”*, a Constituição de 1988 determina o dever da memória e o direito da memória, sendo papel do Estado levar a cabo políticas que permitam e garantam a experiência vivenciada do direito à memória por parte da sociedade.

A seção da Constituição Federal de 1988 intitulada *Da Cultura* estabelece as bases conceituais dos direitos culturais, estes entendidos como um direito coletivo difuso de todos, voltado à preservação do patrimônio cultural para fruição pela sociedade brasileira (RABELLO, 2009: 3). O conceito de patrimônio cultural mostra-se ampliado pela Constituição Federal, abarcando não apenas os valores históricos e artísticos destacados pelo Decreto-lei nº 25 de 1937, mas também os valores associados a uma dimensão simbólica e afetiva a partir das referências das comunidades junto às quais o patrimônio está inserido (op.cit). Conforme expresso no artigo 216 da Constituição Federal,

“Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico,

paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, artigo 216).

A maneira como a legislação atua sobre o patrimônio arqueológico permite que o mesmo tenha seu valor publicamente reconhecido e, na maioria dos casos, os indivíduos reconhecem a existência de dois domínios distintos de ação sobre o patrimônio, a saber, público e privado (CARMAN, 1995). De acordo com Carman (op.cit), esses domínios também foram identificados no âmbito da sociologia e da teoria social, e refletem a divisão entre indivíduos com mais ou menos capital cultural ou controle social (DOUGLAS & ISHERWOOD, 1979; BOURDIEU, 1984; GIDDENS, 1984), o que permite uma maior liberdade de movimento entre os reinos público e privado. Ainda segundo o autor (op.cit), as pessoas com maior capacidade de transitar livremente entre esses dois reinos seriam aquelas com maior identificação com a questão da preservação do patrimônio arqueológico (MERRIMAN, 1991). Cabe apontar que a divisão entre os domínios público e privado é uma seara marcada por certa imprecisão e, entendida como ação social, é dependente da posição do observador e dos atores envolvidos (CARMAN, 1995).

Holtorf (2017) destaca que a temática da conservação e da preservação passaram a abarcar, nos últimos anos, quase todo o leque de formas legítimas de se mostrar interesse acerca do passado. A partir desse cenário, Lowenthal (1996) argumenta que a atração de um dado bem patrimonial a ser conservado chega a superar outras formas de se relacionar com o passado, incluindo a tradição, a memória e a história, por exemplo.

Segundo Holtorf (2018: 3), a conservação do patrimônio cultural implica aceitar e testemunhar as mudanças em curso, e não impedi-las. Todos os seres humanos já fizeram ou fazem parte da história humana e, embora as mudanças históricas signifiquem que as coisas sejam diferentes no presente, toda e qualquer ação humana contribui para o seu legado, em vez de ameaçá-lo pelo risco. O patrimônio cultural, assim como o patrimônio natural, é um processo marcado pela contínua evolução, não um legado que se encontre, de alguma forma, completo. Como resultado das mudanças e transformações, em escala global, nas sociedades atuais, a herança cultural está crescendo rapidamente, não diminuindo, assim como sua diversidade, e, mesmo a

destruição e a perda não são necessariamente ameaças ao patrimônio, podendo, ser, inclusive, agentes na criação do patrimônio (op.cit).

Há uma série de maneiras de se olhar para o passado e, no âmbito da prática relacionada à gestão do patrimônio arqueológico e cultural, o fato de o tratarmos como um recurso que pode ser gerenciado acaba por impor uma estrutura que, invariavelmente, impacta nossa concepção sobre o passado e a forma como nos utilizamos dele, podendo, tal estruturação, diminuir ou aumentar o espaço entre os indivíduos, determinando aqueles que falam, e os que escutam (SMITH, 2006: 125).

Dessa forma, os arqueólogos devem estar comprometidos em compreender e lidar com distintas perspectivas relacionadas ao passado, buscando sempre a promoção de um diálogo não apenas com o passado, mas com aqueles cujo passado é estudado.

2. Por uma arqueologia da gestão: as esferas da preservação do patrimônio e os seus desafios

“O passado só pode ser apreendido como uma imagem que pisca no instante em que pode ser reconhecida e nunca mais ser vista... Para cada imagem do passado não reconhecida pelo presente como algo que lhe diz respeito, há a ameaça de desaparecer irremediavelmente” (BENJAMIN, 1992b: 247, tradução nossa).

A ideia de patrimônio, tal qual a concepção de bem cultural, indica nossa relação diante algo de valor, entendido como uma herança coletiva cultural pretérita, capaz de conectar e relacionar comunidades do passado com os indivíduos no presente. Os valores atribuídos a determinado patrimônio são objeto de muita discussão na sociedade contemporânea, especialmente uma vez que a busca por valores e significados se tornou uma preocupação constante na contemporaneidade. O conceito de patrimônio cultural (PROTT & O'KEEFE, 1992; BLAKE, 2000; FRIGO, 2004) pode ser interpretado como uma forma de herança que deve ser protegida e preservada para as gerações futuras. O patrimônio cria a percepção de algo transmitido, algo a ser cuidado e apreciado, implicando o dever de preservação (PROTT & O'KEEFE, 1992).

De acordo com Lipe (1984), que define uma espécie de conceito filosófico para a gestão dos recursos culturais, *“todos os materiais culturais, incluídas as paisagens culturais, que sobreviveram do passado, constituem recursos culturais potenciais, ou seja, guardam algum valor potencial ou uso no presente ou futuro”* (LIPE, 1984: 2). Conforme aponta King (2011), os recursos culturais podem ser entendidos como todos os aspectos do ambiente físico e suprafísicos valorados pelas sociedades a partir de razões relacionadas à cultura. De acordo com essa concepção, a noção de patrimônio envolve uma ampla gama de elementos, tais como sítios arqueológicos, edificações, lugares,

paisagens, objetos, documentos, tradições, artes, meios de expressões, crenças, entre outros, cuja valoração está baseada na sua contribuição para a elaboração de concepções contemporâneas de valores e identidades. Nesse sentido, a gestão dos recursos culturais abarca o conjunto de ações necessárias para identificar e gerir tais fenômenos, assim como os processos que podem conduzir a alguma mudança daqueles (KING, 2011: 18).

A condição de fragilidade inerente ao patrimônio cultural impõe considerável responsabilidade sobre aqueles dedicados à sua preservação e salvaguarda e, ao discutirmos a respeito do patrimônio arqueológico, devemos ter em consideração que este constitui o registro básico das atividades humanas passadas. Dessa forma, a sua proteção e gerenciamento adequado são fundamentais para permitir que arqueólogos e demais pesquisadores possam estudá-lo e interpretá-lo em proveito das gerações presentes e futuras. Lima (2007) destaca que

“O principal argumento para embasar ações preservacionistas em arqueologia é o que reconhece às gerações futuras o direito de conhecer os remanescentes do passado da humanidade, uma aspiração, sem dúvida, nobre, que precisa e deve ser cultivada” (LIMA, 2007: 5).

Os critérios admitidos para a gestão do patrimônio arqueológico que apresentam maior relevância estão associados, em nosso entendimento, ao aspecto da significância dos recursos arqueológicos. O ponto inicial para que sejam pensadas estratégias de gestão do patrimônio arqueológico deve considerar quais os valores que esse patrimônio possui e de que forma a sua gestão pode fazer com que o mesmo seja apreendido como algo que possa trazer benefícios às comunidades a ele relacionadas (LIPE, 2009). Desta maneira, uma avaliação acerca do patrimônio arqueológico deve basear-se em uma série de critérios valorativos que consigam identificar valores/significância de caráter social, científico, estético, econômico, entre outros, levando em consideração as particularidades de cada contexto avaliado (KING *et al.*, 1977; SCHIFFER & HOUSE, 1977; MORATTO & KELLY, 1978; JULIANI, 1996; LIPE, 2009).

2.1. Os valores associados ao patrimônio

A avaliação dos valores e da importância de sítios arqueológicos está no cerne da questão que envolve a possibilidade de geração de benefício público no bojo de grande parte da legislação voltada à gestão do patrimônio cultural em muitos países. Em muitos casos, o benefício público está vinculado ao valor de caráter informativo dos sítios arqueológicos e do papel central do conhecimento profissional em fornecer esse benefício (LITTLE, 2012: 397).

A Carta de Lausanne (Carta para a Proteção e Gestão do Patrimônio Arqueológico) (1990), redigida pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), declara em seu segundo parágrafo que “*O patrimônio arqueológico constitui testemunho essencial sobre as atividades humanas do passado. Sua proteção e gerenciamento adequados são, portanto, indispensáveis para permitir aos arqueólogos e outros cientistas estudá-lo e interpretá-lo, em favor e benefício das gerações presentes e futuras*” (ICOMOS, 1990).

No campo da conservação do patrimônio cultural, os valores a ele atribuídos são fundamentais para decidir o que conservar quais os bens materiais que nos representarão, assim como nosso passado, para as gerações futuras, bem como para determinar de que maneira conservar. A consideração de uma decisão concernente à conservação revela uma série de valores diferentes e, às vezes, divergentes, de maneira que o conjunto de valores relativos a um dado bem é fator determinante para o estabelecimento das práticas atuais e futuras no âmbito da conservação.

O conceito de valor social compartilhado no bojo de uma dada cultura pode ser apreendido como uma concepção de fundamental importância para o entendimento de ações sociais e, nesse sentido, pode apresentar uma categorização que varia de acordo com os contextos nos quais se insere.

Grande parte da discussão sobre o valor em relação aos vestígios arqueológicos se centra em argumentos funcionais simplistas que vinculam o interesse em vestígios arqueológicos a outros interesses e definem o valor mais em termos do número de tais vínculos, em vez de seu significado social ou relação a filosofias subjacentes. Assim, ideias de valor para a educação, para a pesquisa, para o turismo, ou como um recurso econômico, muitas vezes

vêm à tona nas reflexões produzidas pela literatura internacional (GREEN, 1984; LIPE, 1984; MCGIMSEY, 1984; DARVILL *et al.*, 1987).

Para uma apreciação mais ampla do valor com referência ao recurso arqueológico, é necessário identificar os sistemas de valores atribuídos ao patrimônio. Ao fazê-lo, os sistemas de valores que podem ser definidos subscrevem e sustentam algumas das ideias previamente reconhecidas de importância e utilidade. A análise também destaca a diversidade presente no que diz respeito à orientação de objetivos, com o resultado de uma coexistência de uma série de sistemas de valores diferentes (LIPE, 1985; STARTIN, 1995; DARVILL & WAINWRIGHT, 1995; DARVILL, 2005; GONZÁLEZ, 1999). Darvill (2005) aponta para a possibilidade de identificação de três principais sistemas de valores compartilhados nas sociedades ocidentais com referência aos recursos arqueológicos. Estes podem ser caracterizados como valor de uso, valor de opção e valor de existência, e sua definição é baseada em diferentes tipos de orientação e interesses.

Para o autor, o valor de uso baseia-se nas demandas da sociedade contemporânea sobre os bens arqueológicos, sendo o patrimônio um recurso que pode ser explorado a fim de que seja obtido algum tipo de utilidade. As ações que orientam esse sistema de valor estão calcadas, por exemplo, em instituições dedicadas ao estudo e preservação dos bens arqueológicos, a partir de uma visão voltada ao recurso patrimonial como ferramenta que permite aumentar nosso conhecimento acerca das sociedades passadas (GONZALEZ MENDEZ, 1999; DARVILL, 2005).

A segunda categoria de valor, relacionada ao valor de opção, está baseada em uma maior ênfase dada a produção de bens do que no seu consumo, estando relacionada ao fato de que as gerações futuras pretenderão fazer uso dos bens arqueológicos. Essa categoria de valor é orientada pelo princípio da preservação física dos remanescentes físicos de modo a garantir a preservação dos bens para as gerações futuras, que poderão usufruir dos recursos em questão.

Finalmente, a terceira categoria apontada pelo autor, diz respeito ao valor de existência, sistema de valor relacionado à sobrevivência do bem patrimonial, com a sensação de bem-estar e satisfação proporcionada por se saber da existência e preservação do recurso patrimonial (DARVILL, 2005).

A questão dos valores no âmbito da gestão gerenciamento dos recursos arqueológicos deve levar em consideração que cada um dos conjuntos de valores é igualmente legítimo, sendo que diferentes indivíduos e organizações enfatizam, com graus distintos, alguns mais do que outros. Ainda de acordo com Darvill (2005), uma postura de caráter protecionista, por exemplo, tende a favorecer a adoção de valores de opção e valores de existência e, no presente, constitui a principal opção de grupos envolvidos com a gestão de recursos arqueológicos. Contudo, há grupos que optam pela escolha de valores de uso, uma vez que há pessoas cuja subsistência depende do uso dos recursos arqueológicos, inclusive a partir de uma perspectiva associada ao turismo. Nesse sentido, no tocante à gestão, surge uma dificuldade especial quando o mesmo conjunto de bens é classificado como relevante em sistemas de valores conflitantes. Esta é uma das principais áreas que a gestão do patrimônio arqueológico deve abordar, atendendo a complexidade dos sistemas de valores relacionados aos recursos arqueológicos (DARVILL, 2005).

Deve-se levar em consideração que o campo da conservação do patrimônio é parte integrante da sociedade civil, e como tal, deveria ser entendido como uma preocupação permanente e fundamental, especialmente, daqueles que atuam nesse campo. A conservação do patrimônio material pode ser entendida como uma ferramenta que molda a sociedade, sendo moldada, da mesma forma, através das necessidades e dinâmicas dessa mesma sociedade. No entanto, a forma como a prática da conservação é abordada e realizada varia de acordo com a cultura a qual está associada. O termo conservação apresenta vários significados e conotações. Em determinados contextos, conservação possui um sentido amplo, significando todo o campo ou domínio de preservação do patrimônio cultural, da pesquisa acadêmica e da pesquisa histórica até o planejamento e a intervenção técnica. Ao mesmo tempo, o termo conservação pode ser usado com o intuito de indicar a intervenção física ou o tratamento levado a cabo em determinado bem, estando relacionado a funções mais tecnicamente orientadas (BALLART, 1997).

Há, contudo, uma definição mais ampla que pode se referir à conservação como uma prática social complexa, diversa e até divergente, e é essa definição que deve ser colocada em primeiro plano. Parece que esta última definição, mais estreita de conservação, é um elemento da primeira

definição, mais expansiva. No entanto, na prática, o trabalho de intervenção ou tratamento se tornou algo desconectado desse campo mais amplo e da noção de conservação. Decisões sobre o que conservar e por que conservar são frequentemente tomadas independentemente daqueles responsáveis pela preservação. Isso se deve, em parte, ao relativo isolamento de diferentes grupos ou esferas de profissionais que se dedicam às atividades de conservação (LIPE, 1974; LOWENTHAL, 2000).

Apesar de os arqueólogos e demais pesquisadores e profissionais envolvidos com a arqueologia terem consciência, a princípio, do valor de sua disciplina, na maioria das vezes o público, embora apresente certo interesse pelo universo da arqueologia, a vê como algo distante daquelas que seriam as principais preocupações da sociedade. Portanto, simplesmente tornar o público ciente da destruição do patrimônio arqueológico e das demais categorias de bens, não parece ser suficiente para angariar o apoio à sua proteção. Deve haver um esforço no sentido de se buscar um convencimento, por parte do público, a respeito do valor social da conservação de sítios arqueológicos, enfatizando, principalmente, os benefícios positivos que podem surgir para a sociedade através da gestão e conservação do patrimônio arqueológico. Tal abordagem deve buscar incutir junto ao público a ideia de que tudo aquilo que possa ser feito com o patrimônio arqueológico é valioso à sociedade, sendo necessária, portanto, a sua preservação, concebida dentro de uma perspectiva de longa duração, que contemple futuras pesquisas arqueológicas e ações de cunho educacional (LIPE, 1974).

Vivemos em um cenário marcado por um mundo globalizado, onde as dinâmicas sociais impõem desafios e mudanças no âmago das sociedades, sendo possível observar mudanças culturais que alteram a maneira como o patrimônio é encarado. Os desafios futuros do campo da conservação não só se originarão a partir das diversas categorias de bens patrimoniais, entre elas o patrimônio arqueológico, mas também dos contextos em que a sociedade os incorpora. Esses contextos, marcados pelos valores que os indivíduos extraem deles, as funções que o patrimônio serve à sociedade, os usos atribuídos ao patrimônio, são a verdadeira fonte do significado do patrimônio e a razão de ser para a conservação em sentido amplo, e, à medida que a sociedade se transforma, muda também o papel da conservação e a maneira como está age

sobre determinados setores da sociedade civil. Nesse sentido, se faz necessária a concepção de novas formas de pensar a respeito do papel futuro da conservação na agenda social (LOWENTHAL, 2000).

Conforme apontado por Funari et al. (2008: 24-25), o patrimônio arqueológico deve ser entendido como elemento fundamental para o agrupamento dos distintos componentes que conformam a sociedade, sendo responsável pelo estabelecimento de ligações entre o presente e o passado. Por sua vez, McManamon (2002) sugere que os vestígios materiais são fundamentais no processo de reconhecimento do passado, criando uma relação entre aquele e o presente.

O desenvolvimento de uma arqueologia voltada para a gestão do patrimônio arqueológico deve contemplar o patrimônio como um recurso cultural do qual possamos tirar proveito, levando em conta que há uma limitação evidente do potencial dos recursos a serem explorados, uma vez que todo recurso, seja ele natural ou cultural, é escasso e, na maioria das vezes, é caracterizado por bens de natureza não renovável, tornando os mesmos insubstituíveis.

De acordo com Carman (2000), em geral, os arqueólogos não costumam se considerar parte de estudos patrimoniais ou do processo da gestão patrimonial, enxergando-se como historiadores que lidam com sociedades passadas e não presentes (CARMAN, 2000: 303). Considerando o desenvolvimento significativo da teoria arqueológica nas últimas duas décadas e o número sem precedentes de arqueólogos que participam do debate patrimonial, pode-se argumentar que a crítica como de Carman está se tornando obsoleta gradualmente.

Na verdade, os arqueólogos são um dos principais grupos profissionais envolvidos na gestão do patrimônio cultural, apesar de sua influência nas políticas de planejamento e estratégias de desenvolvimento muitas vezes se mostrar relativamente restrita. Ainda há aqueles que não se envolvem suficientemente com questões teóricas porque se concentram em aspectos práticos do contrato de trabalho, têm dificuldade em se posicionar no processo de planejamento e não são tratados como participantes iguais na discussão. Além disso, apesar do crescente interesse pela gestão do patrimônio cultural, como paisagens históricas, patrimônio intangível ou projetos comunitários, a

preservação do patrimônio arqueológico raramente é uma prioridade nas agendas políticas (PLOSKA, 2009).

Os pesquisadores e demais profissionais envolvidos no campo da conservação costumam estar associados a disciplinas tais como as artes, as ciências sociais e demais humanidades, das ciências, e outras áreas do conhecimento, indicando, portanto, que o campo da conservação deve ser marcado por grande esforço interdisciplinar. Mesmo assim, é possível verificar que a colaboração entre distintos campos do conhecimento muitas vezes não é alcançada. Quando se busca mapear a forma atual da política e prática de conservação, encontra-se um caminho bastante linear, com diferentes grupos de profissionais envolvidos em etapas distintas ao longo do processo, de acordo com a Figura 7, a seguir:

Figura 7. Quadro esquemático representando a separação entre os diferentes aspectos das atividades de gestão/conservação (Extraído de AVRAMI et al., 2000).

Conforme indicado, em um estágio inicial, determinado bem ou produto da cultura material, através de um dado processo de seleção, é reconhecido como patrimônio cultural. Esse pode ser considerado o estágio inicial de construção do patrimônio, seja por meio de um discurso acadêmico, ou por meio do processo de pesquisa arqueológica, de interesses gerados a partir das comunidades envolvidas, de aspectos políticos, entre outros. O passo seguinte envolve a proteção deste produto criado através, por exemplo, de sua designação como um sítio arqueológico, ou de interesse histórico, ou por meio de sua incorporação ao universo museológico. Esta etapa geralmente envolve

indivíduos ou grupos, como curadores, comissões de patrimônio, arqueólogos, historiadores e demais profissionais envolvidos no âmbito da questão patrimonial, que avaliam a importância do bem em destaque. Em seguida, aqueles que possuem ou têm responsabilidade para com o bem patrimonial, são cobrados por sua administração, podendo gerar, dessa forma, um programa de intervenção e/ou conservação, envolvendo também distintas categorias de pesquisadores, entre arqueólogos, conservadores, arquitetos, cientistas, devendo ser feitas, nesse momento, consultas junto às comunidades e demais partes interessadas no processo de patrimonialização (AVRAMI *et al.*, 2000).

Segundo apontado, a política e a prática de conservação seguem uma sequência de estágios que parecem envolver esferas separadas dos profissionais, evidenciando uma pequena interação entre as mesmas. A intervenção, por exemplo, encerra-se em sua própria esfera, focando, principalmente, nos aspectos físicos do patrimônio, o que faz com que, muitas vezes se perca a condição de interconectividade do tratamento com as demais esferas. Diante desses desafios imediatos, muitos profissionais e organizações de conservação reconhecem a necessidade de maior coesão, conexão e integração no campo da gestão e da conservação, sendo que as esferas envolvidas no processo devem ser mais bem integradas e incorporadas à cada um de seus contextos, de modo a assegurar que a conservação continue a responder às condições culturais em constante mutação.

Nas últimas décadas, o campo da gestão e da conservação do patrimônio arqueológico tem apresentado avanços significativos e, por meio de um planejamento abrangente para a gestão da conservação, desenvolveram-se abordagens interdisciplinares e integradas para a preservação do ambiente construído, que abordam as novas condições da sociedade contemporânea. O ICOMOS Austrália, o *U.S. National Park Service*, *English Heritage* e outras agências governamentais e não governamentais são alguns exemplos de organismos que têm buscado o estabelecimento de políticas para a gestão integrada da conservação, utilizando-se de metodologias de planejamento, baseadas em critérios de valoração, as quais tentam incorporar tais critérios nas tomadas de decisões no âmbito da conservação (IBIDEM).

Contudo, apesar destes avanços, a integração generalizada das esferas que envolvem as políticas de conservação tem sido lenta, especialmente em virtude do conjunto de conhecimentos bastante fragmentado e desequilibrado que apoia o trabalho da conservação, bem como à especialização do trabalho em diferentes disciplinas. No campo da gestão do patrimônio cultural, somos confrontados por uma série de desafios, tais como aqueles relacionados às condições físicas de um determinado bem, às causas de sua deterioração, possíveis intervenções e eficácia de tratamento no longo prazo; há também questões relacionadas ao contexto da gestão propriamente dita, marcadas por aspectos tais como a disponibilidade e utilização de recursos, incluindo fundos, recursos humanos capacitados, tecnologia, relações políticas e jurídicas, uso da terra, entre outros; e, por fim, há um terceiro conjunto de questões, associadas, por sua vez, a aspectos de significância cultural e valores sociais, que determinam o porquê de um determinado lugar ou bem ser considerado significativo, o porquê de sua conservação e a maneira como o patrimônio alvo de preservação é entendido ou percebido (LIPE, 1974; 1978; BALLART, 1997; AVRAMI *et al.*, 2000; LOWENTHAL, 2000; DARVILL, 2005) (Figura 8).

Figura 8. Relação com alguns dos valores dos recursos culturais (Extraído de LIPE, 1984).

Tradicionalmente, os esforços compreendidos no campo da conservação e preservação aparecem concentrados no bojo de ações voltadas à condição física e estado de conservação de determinado bem, proporcionando avanços consideráveis no tocante ao campo das ciências dos materiais e das intervenções de caráter técnico. Por sua vez, no que diz respeito às questões relacionadas à gestão, muitas reflexões são provenientes do campo jurídico e econômico, estando baseadas em direitos de propriedade, finanças, e não na complexidade da gestão de recursos no campo da conservação. Da mesma forma, é possível encontrar grande quantidade de trabalhos voltados para o valor histórico, para a responsabilidade das futuras gerações, sobre a cultura material e suas funções sociais, sobre o patrimônio incorporado ao ambiente natural, sua administração, entre outras temáticas, que, entretanto, ainda são pouco discutidas e aplicadas no contexto da conservação (AVRAMI *et al.*, 2000).

Cada ato de conservação é moldado pela forma como um objeto ou lugar são valorizados, por seu contexto social, recursos disponíveis, as prioridades locais, entre outros. Decisões no âmbito da gestão de um dado patrimônio não devem se basear exclusivamente em considerações relativas ao decaimento físico, por exemplo. Ainda assim, a falta de um corpo coerente de conhecimento que aborde e integre as distintas esferas do campo da gestão e da conservação torna muito difícil avaliar e incorporar esses outros fatores igualmente importantes no trabalho dos profissionais de conservação.

O campo da preservação e conservação do patrimônio corre o risco de perder espaço na agenda social, a menos que as complexidades não técnicas da preservação do patrimônio cultural, o papel que ela desempenha junto à sociedade moderna e os mecanismos sociais, econômicos, políticos e culturais através dos quais as ações de gestão e conservação sejam mais bem compreendidas e articuladas. Nesse sentido, deve-se buscar entender como o universo da preservação do patrimônio cultural se insere na sociedade, como é moldado por forças econômicas, culturais, e sociais e como, por sua vez, molda a sociedade. Desta forma, este campo disciplinar pode avançar de maneira positiva, incorporando as esferas de conservação em seus contextos relevantes, informando os processos de tomada de decisão, fomentando as ligações com as disciplinas associadas e capacitando os profissionais e organizações de conservação, na busca por uma melhor integração da prática da gestão e conservação do patrimônio arqueológico na agenda social, garantindo ferramentas que permitam lidar com a questão de forma ampla e holística (AVRAMI *et al.*, 2000).

Conforme aponta Murtagh (2006), a discussão, de caráter interdisciplinar, desenvolvida em torno da temática de pesquisas e programas de preservação do patrimônio cultural envolve a participação de especialistas unidos por objetivos comuns, mas que não compartilham, necessariamente, uma linguagem comum. Como a prática da preservação está baseada em um corpo de conhecimento cada vez maior de disciplinas, especialistas de diferentes áreas do conhecimento, tais como arqueólogos, historiadores, arquitetos, especialistas em conservação, entre outros, apresentam dificuldades oriundas de certa falta de uniformidade de conceitos e definições acerca de problemáticas do universo da preservação e suas soluções.

Nesse sentido, ainda de acordo com Murtagh (2006), a falta de um entendimento preciso desses termos acrescenta controvérsia ao que já pode ser uma situação problemática, sendo necessário considerar que a discussão a respeito da preservação histórica deve operar, simultaneamente, em dois níveis. Da mesma maneira que suas definições permitem obter uma compreensão objetiva das ações que tomamos, elas também investem em tons subjetivos, que transmitem nuances de filosofia e atitude endêmicas a preocupações de caráter humanista. A própria concepção do termo “preservação” carrega um significado distinto de ideias análogas tais como “restauração” e “conservação”, podendo ser entendido como um termo abrangente que guarda um conjunto amplo de significados, incluindo a ideia de evitar danos ou destruição, salvar (MURTAGH, 2006: 28-29).

Os profissionais envolvidos com o patrimônio cultural muitas vezes dão por certo que os remanescentes do passado são intrinsecamente valiosos e devem ser mantidos de forma perpétua, dando o máximo, portanto, em seu esforço para preservar sítios arqueológicos, artefatos e todo o conjunto de informação que os acompanha para o futuro. Entretanto, o paradigma voltado à defesa do patrimônio, bem como o discurso sobre o patrimônio contemporâneo pode ser mais bem compreendido quando localizado junto a um contexto histórico-cultural específico, com fortes raízes na civilização europeia, ao longo dos últimos séculos, sendo que políticas e práticas relacionadas ao patrimônio contemporâneo podem ser entendidas como o resultado de uma trajetória histórica particular que segue em constante mutação (CHOAY, 2001; JOKILEHTO, 2005; MURTAGH, 2006; WEST & ANSELL, 2010; HOLTORF, 2017).

A preservação não deve ser entendida como algo meta-histórico, mas histórico. É possível observar uma série de mudanças no que diz respeito à concepção que se faz acerca do conceito de herança cultural. Não é mais corrente a ideia de que o patrimônio cultural e paisagens culturais, em grande parte, dizem respeito a monumentos autênticos com valores e significados inerentes que podem ser apreendidos e mais bem preservados apenas por especialistas (GUSTAFSSON & KARLSSON, 2004). Hoje, é cada vez mais compreendido que a herança cultural, como as paisagens e a cultura em geral, deve servir a grupos mais amplos de pessoas e, de fato, a sociedade como um

todo. Os valores centrais do patrimônio são, portanto, cada vez mais considerados como residindo nos significados culturais e valores que os seres humanos investem em monumentos e paisagens, e não em sua substância meramente física (ARAOZ, 2011; FAIRCLOUGH, 2009b; FOJUT, 2009).

Mesmo algumas outras noções recorrentes e familiares de patrimônio estão cada vez mais pressionadas por inúmeros desafios. Originalmente, fornecer a cada nação uma identidade coletiva exclusiva, manifestando sua origem particular e seu desenvolvimento histórico até o presente, o patrimônio cultural ligado à terra é agora cada vez menos viável se definido em termos de patrimônio nacional. É possível notar que, nas últimas décadas, a sociedade contemporânea vem mudando tão drasticamente que não corresponde mais ao grau de homogeneidade cultural, de uma identidade coletiva exclusiva baseada na noção da nação territorial. Cenários marcados por fluxos migratórios contínuos têm trazido à tona minorias culturais, fortalecendo identidades regionais e laços entre as comunidades de imigrantes, sendo estes alguns dos fatores que têm levado ao desaparecimento de antigas políticas de identidade que costumavam girar em torno de uma herança nacional conjunta (GRAHAM *et al.*, 2000; HOLTORF, 2009).

Nesse sentido, torna-se necessária uma nova concepção acerca da ideia de patrimônio, baseada, por um lado, nos significados e valores atribuídos ao patrimônio pelas pessoas para além da preservação dos monumentos na paisagem e, por outro lado, na necessidade de abarcar as mais diversas comunidades em agendas inclusivas, permitindo que o patrimônio seja usado para promover a justiça e a coesão social (HOLTORF, 2017).

Ioannis Poullos (2010) apresenta argumento para uma alternativa ao pensamento atual sobre o patrimônio, refletindo acerca da transitoriedade do paradigma preservacionista do patrimônio, que

“A conservação deve avançar para um contexto completamente diferente de compreensão e salvaguarda do patrimônio: deslocando o foco da proteção para a criação. Os conservacionistas precisam escapar da descontinuidade criada entre os monumentos, considerados pertencentes ao passado e às pessoas do presente (...), e se moverem para abraçar as associações das comunidades com os sítios arqueológicos e o

contínuo processo de criação dos sítios no contexto dessas associações” (POULIOS, 2010: 182).

Há um grande potencial educacional e prático a ser realizado pela integração e contextualização das esferas que envolvem o patrimônio e, à medida que a mudança social e cultural se intensifica, maiores exigências são feitas para se conservar a herança como uma espécie de freio contra mudanças indesejadas e até mesmo como um meio de promover mudanças. O patrimônio é um dos pilares da cultura, sendo o contexto cultural o responsável por determinar que a pressão pela conservação aumente drasticamente. Perspectivas extraídas da teoria social sugerem que o campo de conservação só acompanhará as tendências recentes se, coletivamente, forem reexaminados os conceitos básicos de patrimônio e conservação (HOLTORF, 2017).

Fazendo eco a uma grande quantidade de pesquisas em ciências sociais e humanidades sobre a cultura na era pós-moderna, a herança deve ser considerada um fenômeno muito fluido, um processo em oposição a um conjunto estático de objetos com significado fixo. Com base nessa percepção, a preservação e conservação do patrimônio deve ser reconhecida como um conjunto de processos sociais altamente politizados, interligados a um conjunto de outros processos econômicos, políticos e culturais.

A museóloga Susan Pearce sugere, por exemplo, que o patrimônio cultural é cognitivamente construído e que a noção de herança cultural abrange todos os aspectos da vida que os indivíduos, em seus diversos grupos sociais, consideram explícita ou implicitamente ser parte de sua autodefinição (PEARCE, 2000). A sua vez, Lowenthal (2000) destaca que o conceito de conservação é paradoxal, onde a herança cultural nunca é meramente conservada ou protegida, mas, sim, modificada, melhorada ou degradada, por cada nova geração. Nesse sentido, a conservação pode ser entendida como um processo complexo e contínuo que envolve determinações sobre o que constitui herança, como é usado, cuidado e interpretado, a quem está destinada, sendo que as decisões sobre o que conservar e como conservar são amplamente definidas por contextos culturais, tendências sociais, forças políticas e econômicas. A importância cultural para fins de tomada de decisões

de conservação não pode ser uma construção puramente acadêmica, mas uma questão negociada entre os muitos profissionais, acadêmicos e membros da comunidade que valorizam o objeto ou o lugar, ou seja, os “*stakeholders*”, conforme representado na Figura 9, abaixo:

Figura 9. Processo de significância cultural / avaliação de valor. Extraído de MASON, 2008.

Por sua vez, Lourdes Arizpe (2000) aponta que, para todas as decisões de conservação, é preciso olhar para quem está valorizando o patrimônio cultural e por que, uma vez que governos o valorizam de uma determinada forma, enquanto populações locais, acadêmicos e demais grupos o valorizam de maneira distinta. Para saber qual a melhor estratégia de preservação do patrimônio cultural, precisamos entender o que cada um desses grupos pensa e qual a relação entre os mesmos, sendo papel dos profissionais da gestão intermediar o diálogo entre as diferentes partes interessadas, diálogo esse que fornecerá uma visão crítica para a gestão estratégica a longo prazo dos recursos patrimoniais, tanto pelos setores privado como público (ARIZPE, 2000).

Para conservar de uma forma que seja relevante para a nossa própria sociedade em nosso próprio momento, devemos entender como os valores são

negociados e determinar como o processo de análise e construção de significado cultural pode ser reforçado. Há também uma obrigação paralela, além de preservar o que é relevante para o nosso próprio tempo – isto é, preservar o que acreditamos ser significativo para as gerações futuras. A perspectiva de administrar às gerações futuras as referências materiais do passado, imbuídas das histórias cumulativas e dos significados do passado, assim como do presente, é a essência da conservação.

O patrimônio arqueológico tem sido frequentemente tratado como um meio de propaganda para promover questões políticas, nacionalistas ou mesmo racistas. No entanto, a preocupação com a sua proteção e gestão está aumentando constantemente entre instituições e governos (FAWCETT, 1976; GATHERCOLE & LOWENTHAL, 1990; DE LA TORRE, 1997a; SILBERMAN & FREICHS, 2001). Como fonte histórica, o patrimônio arqueológico incorpora valores cuja percepção pode diferir de um grupo social para outro, dependendo do significado que cada grupo atribui a sítios e monumentos individuais (DE LA TORRE, 1997b). Portanto, a identificação dos grupos interessados em um determinado sítio é um fator a ser levado em consideração ao ser projetada uma dada agenda política para sua gestão.

Os valores que cada grupo social atribui a um determinado sítio devem ser aprimorados de tal forma que o conflito entre eles seja minimizado (SULLIVAN, 1997). O conhecimento profundo do patrimônio arqueológico é um pré-requisito antes de qualquer decisão sobre sua gestão ser feita. Cada sítio ou monumento arqueológico é marcado por suas próprias propriedades e apresenta seus próprios problemas (MASON & AVRAMI, 2002). Como um testemunho histórico, ele deve ser preservado para as gerações futuras (LIPE, 1984: 2), aumentando assim o seu valor científico. Sua raridade e padrão de preservação podem ser importantes para que um sítio, ou determinado monumento, se torne um estudo de caso para fins de ensino, atribuindo-lhe valor educacional (DE LA TORRE, 2002; SMITH *et al.*, 2010). Cabe destacar que um sítio arqueológico também pode apresentar caráter de recurso recreativo, uma atração turística, caso em que adquire um valor social e econômico para as comunidades locais a ele associadas. O estabelecimento dos valores representados por um sítio facilita sua política de gerenciamento,

permitindo o aprimoramento de cada um desses valores de acordo com prioridades preferenciais elencadas pelas comunidades.

Da mesma forma, a gestão de um sítio arqueológico demanda o gasto de dinheiro público, despesa esta justificada a partir de respostas dadas a questões tais como o que o sítio representa na história, onde está localizado geograficamente e por que uma intervenção se faz necessária. As respostas a essas perguntas podem facilitar a elaboração de uma agenda administrativa a ser implementada para o benefício do sítio e do público (DOUMAS, 2013).

Podemos dizer, portanto, que a preservação do patrimônio arqueológico deve ser enquadrada como uma atividade social, não só como técnica, ligada e moldada por uma série de processos sociais. Este enquadramento é crítico para permitir que o campo da gestão e conservação realize o objetivo de apoiar uma sociedade civil e educar, através de um corpo equilibrado de conhecimento, as futuras gerações de profissionais envolvidos com a preservação do patrimônio. Como atividade social, a conservação é um processo duradouro, um meio para um fim e não um fim em si mesmo, sendo caracterizada por um processo criativo, motivado e apoiado pelos valores de indivíduos, instituições e comunidades.

No que diz respeito à avaliação dos impactos sociais das atividades de gestão e conservação, os indicadores sociais só estão começando a ser desenvolvidos e não existem metodologias padronizadas sobre como avaliar os impactos sociais da preservação do patrimônio cultural. Além disso, quando realizadas as avaliações, muitas vezes é difícil avaliar o impacto de projetos de patrimônio porque não há dados disponíveis para os períodos anteriores ao início do projeto (RIMISP, 2007). Os impactos sociais e a melhoria da qualidade de vida das pessoas têm sido um aspecto frequentemente negligenciado na avaliação de atividades de conservação. No entanto, apesar de estes aspectos não terem sido formalmente avaliados, inúmeros projetos em todo o mundo mostram que a conservação e revalorização do patrimônio cultural se baseiam no capital social de várias maneiras, o que pode contribuir positivamente para o desenvolvimento sustentável das comunidades (ALONSO & MEURS, 2012).

A ênfase nos aspectos sociais caminha conjuntamente ao desenvolvimento de diferentes padrões teóricos na economia do

desenvolvimento, pelo qual o desenvolvimento é compreendido em termos muito mais amplos, incluindo aspectos além do simples crescimento econômico. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) considera que o desenvolvimento humano "é sobre reconhecer seu potencial, aumentando suas escolhas e desfrutando a liberdade de liderar vidas que valoram" (PNUD, 2010). No que diz respeito à cultura, a Comissão Mundial sobre Cultura e Desenvolvimento da UNESCO (1996), em seu relatório final, destaca a relação entre cultura e desenvolvimento, com o objetivo de expandir a noção de desenvolvimento.

Esta ênfase social em alguns projetos de conservação também é paralela à vertente da prática arqueológica da Arqueologia Pública (MERRIMAN, 2004), abordagem que enfatiza o envolvimento ativo dos indivíduos e comunidades, levando em consideração seus pontos de vista e perspectivas nos processos de tomada de decisão e às vezes de atividades de conservação também. Nesse sentido, são muitos os projetos de conservação em todo o mundo que resultaram em um desenvolvimento sustentável das comunidades.

Um aspecto frequentemente mencionado em projetos de conservação do patrimônio diz respeito ao capital social, que é definido como o grau de conexão entre indivíduos ou grupos, o que lhes dá uma variedade de benefícios e a capacidade de se tornar mais produtiva (PAXTON, 1999). O sentido de comunidade também é um aspecto frequentemente apontado na literatura voltada às práticas de gestão e conservação patrimonial, sendo entendido como um sentimento muito poderoso e positivo de indivíduos pertencentes a um grupo social particular que podem ser aprimorados através da valorização e usufruto do patrimônio cultural (IBIDEM). O sentido de comunidade possui um forte efeito sobre os atos e ações das pessoas, uma vez que afeta positivamente a percepção das relações sociais e seu próprio controle e autonomia (CHAVIS & WANDERSMAN, 1990).

O sentido de comunidade está intimamente relacionado ao sentido da identidade cultural, sendo este entendido como um tipo de identidade coletiva, pela qual os indivíduos se sentem, de maneira auto atribuída, conectados a outros indivíduos com os quais compartilham determinadas características culturais (ASHMORE *et al.*, 2004). A identidade cultural baseia-se em um

patrimônio cultural comum que pode atrair valores e aspirações étnicas, religiosas ou nacionais.

O sentido do lugar também é um benefício social potencial obtido com a conservação do patrimônio cultural. A este respeito, o *English Heritage* (2009) afirma que a revalorização do ambiente histórico tem um claro impacto positivo no sentido do lugar que as pessoas possuem, o que, por sua vez, pode afetar os níveis de criminalidade, inclusão social e regeneração. Os indivíduos com maior senso de lugar, portanto, se envolvem com suas comunidades de forma mais ativa, baseando-se, portanto, no capital social. A abordagem do *English Heritage* é calcada na noção de comunidades sustentáveis, que visa, entre outros aspectos, ao desenvolvimento da economia local, encorajando a participação de seus membros e promovendo uma cultura criativa diversificada com um forte senso de lugar (ENGLISH HERITAGE, 2005).

Algumas experiências concretas de projetos de conservação e patrimônio apontam para impactos sociais positivos, como no caso de Incallajta, um importante sítio arqueológico na Bolívia, onde o envolvimento da comunidade local na escavação e gestão do local resultou na revalorização dos remanescentes arqueológicos, que propiciaram um desenvolvimento harmônico e sustentável da comunidade, baseado no fortalecimento dos vínculos sociais (MUÑOZ COLLAZOS, 2007).

Uma abordagem semelhante foi desenvolvida em projetos de conservação da Coordenação Nacional de Conhecimento do Patrimônio Cultural (CNCPC) do México. Esses projetos possuem uma abordagem baseada na comunidade, enfatizando a participação ativa de membros de comunidades rurais, sendo que os profissionais responsáveis pela coordenação da gestão e da conservação apenas intervêm quando as comunidades solicitam assistência profissional (MAGAR, 2003; NOVAL VILAR, 2010), considerando, portanto, os membros das comunidades como os legítimos proprietários desta herança (NOVAL VILAR, 2009), em contraste com o discurso nacional e a legislação que enfatiza a apropriação nacional. Tais projetos visam desenvolver um senso de propriedade comum de sua herança, fortalecendo sua identidade cultural e vínculos sociais (HERBERT, 2003), e vêm apresentando sucesso não apenas na promoção da conservação do patrimônio de maneira sustentável, mas também porque promovem o

desenvolvimento social e econômico das comunidades envolvidas, geralmente empobrecidas e marginalizadas, com baixos índices escolares e altos índices de migração para outros lugares em busca de melhores possibilidades de renda (NOVAL VILAR & SCHNEIDER, 2005).

Da mesma forma, o projeto de pesquisa arqueológica realizado nas Huacas da Costa Norte do Peru centrou-se na revalorização do patrimônio cultural, em particular a arquitetura de barro, para promover o desenvolvimento sustentável através do reforço da identidade cultural territorial, realizando uma avaliação qualitativa, com resultados positivos em aspectos como identidade territorial, inclusão social, coesão social e desenvolvimento do turismo (RIMISP, 2007).

É comum demonstrar, ainda, outros exemplos que dialogam com a proposta desta reflexão, associados a um cenário de conflitos atuais, no bojo de obras que buscaram estabelecer um elo entre a investigação do passado com processos de patrimonialização da materialidade histórica mineira, evidenciando algumas tensões entre o Estado, as comunidades locais e o capital estrangeiro em termos de definição de patrimônio e de quem o detém efetivamente (RIVERA & LORCA, 2010).

Na Bolívia, por exemplo, há o caso de Cerro Rico de Potosí e os conflitos sociais produzidos a partir da contradição entre uma identidade cultural promovida pela UNESCO, e sua recente patrimonialização por parte do governo boliviano (ABSI & CRUZ, 2005), onde grupos mineiros buscam reexplorar áreas de exploração mineral já fechadas. Podemos mencionar outro contexto semelhante, observado na mina de sal de São Francisco de Assis, em Huarhua, no sul do Peru, propriedade do Estado, explorada por uma cooperativa de moradores locais que disputam o seu controle (JENNINGS *et al.*, 2013). Por sua vez, as minas de sal do Vale da Lua, em San Pedro de Atacama, são agora parte de uma reserva natural administrada pelo governo do Chile e por uma associação indígena. Quando outrora abandonadas, tanto o Estado quanto a associação não conseguiam resolver um problema jurídico referente ao controle legal das terras que constituem a reserva (VILCHES *et al.*, 2014a). O denominador comum nos exemplos citados acima diz respeito à situação de abandono total ou parcial de bens marcados por seu valor arqueológico. Esse fato é revelador de que a arqueologia é capaz de mediar

disputas, ajudando a respaldar uma ou mais partes envolvidas em eventuais conflitos (SALAZAR & VILCHES, 2014).

Na esteira dessas ideias, é possível observar que muitos projetos de preservação e outras atividades patrimoniais têm impactos sociais positivos, embora o verdadeiro desafio seja desenvolver e usar indicadores para a avaliação de benefícios sociais porque as conclusões tendem a se basear em apreciações. Nesse sentido, os impactos sociais têm sido muito vistos na avaliação das atividades de conservação, e, embora os projetos de preservação e conservação tenham demonstrado importantes benefícios sociais, os indicadores não foram utilizados, tendo sido os possíveis impactos negativos negligenciados. As ciências sociais e a preservação ambiental desenvolveram algumas metodologias para avaliar os impactos sociais que podem ser aplicados à preservação e conservação do patrimônio cultural (ALONSO & MEURS, 2012).

São distintos os caminhos que ligam os processos sociais e o trabalho de preservação do patrimônio arqueológico. Apesar da realidade do relativismo cultural, há, no entanto, uma recorrência de temas no processo de criação/preservação do patrimônio que sugere uma padronização clara que poderia ser revelada através de uma combinação de pesquisa conceitual e empírica. Nesse sentido, para assegurar a relevância de todo o trabalho de gestão, conservação e preservação para a sociedade, este campo disciplinar deve integrar e contextualizar as diversas esferas que envolvem a preservação do patrimônio cultural. Da mesma forma, ao relacionarmos as diversas esferas da preservação, devemos reconhecer continuamente que objetos e lugares não são, por si mesmos, importantes para o patrimônio cultural. Eles são importantes por conta dos significados e usos que as pessoas atribuem a esses bens materiais e aos valores que representam e, nesse sentido, tais usos e valores devem ser entendidos como parte de uma ampla esfera dos processos socioculturais.

A maneira como os indivíduos lidam e estruturam o passado possui um efeito significativo sobre como o mesmo será apresentado, e, a capacidade de entender o mundo, incluindo os esforços para compreender o passado, é influenciada pela forma como as pessoas escolhem descrevê-lo e com ele se relacionar. Nesse sentido, aqueles que estudam e demonstram preocupação

com questões relativas à preservação do passado devem estar cientes de como a sua estruturação é imposta e quais as influências sobre ele exercidas, levando em conta que toda reflexão acerca do passado é marcada pelo contexto presente de um dado momento (FOWLER, 1992).

O desenvolvimento de qualquer pesquisa arqueológica está incorporado a contextos culturais, políticos e econômicos e, da mesma forma, relaciona-se, invariavelmente, a algum bem patrimonial. A maior parte da comunidade de pesquisadores, em especial, arqueólogos, desenvolve projetos de pesquisa junto a museus, instituições governamentais, órgãos não governamentais e empresas do setor privado, sendo que tal diversidade de atuação permite a proliferação de debates a respeito da ética profissional que deve reger os distintos contextos alvos de pesquisa (IRELAND & SCHOFIELD, 2015).

De acordo com Schofield (2015:1), *"é a inevitabilidade e universalidade de preenchimento de lugares valorizados em nosso mundo que dá ao patrimônio forte relevância e propósito social"*. Por todas estas razões sociais, além daquelas de caráter econômico e político, o patrimônio ocupa lugar central para nossa experiência do mundo.

O patrimônio cultural é visto por muitos como uma espécie de indústria, e a ética e as dimensões sociais das práticas de pesquisa ganham destaque em virtude da complexidade que envolve as partes interessadas e interesses adquiridos dentro desta indústria. Tal complexidade pode ser notada, conforme apontam Ireland & Schofiel (2015), por exemplo, seja porque as ações desenvolvidas em benefício do patrimônio

"... são pagas ou geram receita para empresas privadas ou para o erário; são desenvolvidas de acordo com a legislação e regulamentações; se levam em consideração e requerem o consentimento de indígenas e demais grupos envolvidos; ou simplesmente porque lidam com coisas ou conceitos com os quais as pessoas se sentem fortemente envolvidas, em formas locais e globais de geopolítica, diplomacia cultural, investimento e economia, formas que se cruzam em formas complexas e por vezes surpreendentes com a memória pública e as políticas de identidade e reconhecimento" (IRELAND & SCHOFIELD, 2015: 1, tradução nossa).

Debates sobre a ética do patrimônio cultural no século XX concentraram-se na necessidade de estabelecer padrões de profissionalismo e no desenvolvimento das habilidades e conhecimentos específicos necessários para uma preservação marcada pelo rigor objetivo. Tal desenvolvimento busca estabelecer a autoridade de especialistas envolvidos com a preservação do patrimônio, assim como a confiança pública na autenticidade dos resultados advindos do processo de guarda patrimonial, o qual encerra, segundo Ireland & Schofield (op.cit), três tipos de responsabilidade, a saber: perante o registro arqueológico; diante do público interessado; e diante da arqueologia como disciplina e prática profissional.

Enquanto tem sido mais usual uma abordagem que envolva questões éticas resultantes dos aspectos teóricos e práticos que envolvem o patrimônio cultural, ou a partir da natureza dos lugares e dos objetos que constituem o patrimônio, Ireland & Schofield (2015) defendem uma abordagem que considera o patrimônio como um problema inerentemente ético e político porque esta seria uma das formas a partir da qual a sociedade modelaria ativamente os significados do passado no presente, construindo, nesse sentido, uma visão particular do seu futuro coletivo.

O dever da lembrança, conforme aponta Paul Ricoeur (1999: 9-10), permite a possibilidade de uma reaproximação ética com as feridas da História, um imperativo voltado diretamente à construção do futuro, destacando que o dever da lembrança envolve uma luta contra a erosão dos vestígios do passado, a fim de que o futuro possa herdar os arquivos do passado, os quais poderão ser usados em favor do crescimento e de maneira que prevaleçam sobre a destruição do tempo.

O conceito de destruição trabalhado por Ricoeur é baseado na categoria aristotélica aplicada a esse conceito, marcada por uma tendência de destruição, por parte do tempo, daquilo construído pelo engenho humano, tendência essa que deve ser combatida em prol do desenvolvimento humano. Nesse sentido, a análise feita por Ricoeur joga um pouco de luz sobre as raízes culturais ocidentais da noção moderna de conservação do patrimônio como algo inerentemente bom e ético, necessário para o crescimento humano. Assim, ao longo do século XX, a prática da conservação do patrimônio pode

ser vista por meio de uma mudança que parte de valores ocidentais estéticos, vivamente compartilhados, em direção à aplicação de métodos voltados a formas científicas e objetivas de conservação e gestão do patrimônio através do desenvolvimento de práticas, padrões e códigos de ética que visam explicitar os valores culturais e permitir o reconhecimento dos relativismos culturais (IRELAND & SCHOEFIELD, 2015).

3. O Arraial de São Francisco Xavier da Chapada como parte integrante da paisagem cultural da “Fronteira Ocidental”

“Até que tenhamos voltado nossa séria atenção ao projeto de métodos confiáveis para monitorar as condições passadas de interesse, nunca seremos capazes de abordar questões interessantes através da investigação dos vestígios arqueológicos... Devemos voltar nossa atenção analítica ao papel dos diferentes lugares na organização dos sistemas passados” (BINFORD, 1982: 28-29, tradução nossa).

O Arraial de São Francisco Xavier da Chapada encontra-se, conforme já destacado, em uma região marcada pela presença de sítios arqueológicos associados à política estratégica do Império Português de povoamento e consolidação de sua fronteira ocidental no território colonial brasileiro, tendo no município de Vila Bela da Santíssima Trindade o centro de um complexo que reuniu uma série de iniciativas voltadas a esse processo de ocupação e consolidação do território do vale do rio Guaporé mato-grossense, conformando, nesse sentido, uma paisagem cultural própria à região. Podemos destacar, entre alguns dos fatores que impulsionaram tal política de ocupação, a perda de outros territórios portugueses de além-mar, a posição estratégica da fronteira ocidental diante da presença espanhola em território americano, além da descoberta de ouro e outros minérios na região do Guaporé (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2007).

Conforme apontado por Garcia (2005), a partir do século XVIII, a região passaria a figurar como um marco divisor estratégico entre os territórios sul-americanos de Portugal e Espanha, utilizando-se Portugal das bacias Amazônica e Platina para consolidar – como “fronteiras naturais” - sua jurisdição e disputa com a Coroa Espanhola. A história da fronteira ocidental brasileira associa-se constantemente a esse elemento central: à

localização estratégica de vias fluviais a percorrer de norte a sul o coração da América do Sul. E ainda que este mito tenha cedido ao efetivo conhecimento sobre o território, promovido pelas expedições demarcatórias, a questão da fronteira continuaria a desempenhar função estratégica, especialmente a partir das descobertas auríferas, e a estimular tentativas frustradas de transposição, perspectiva só abandonada no final do século XIX (GARCIA, 2005: 21 *apud* ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2007).

Dessa forma, não se pode deixar de considerar que os primeiros núcleos de povoamento de origem portuguesa, implantados no território hoje conhecido como Mato Grosso,

“... remetem a processos e interesses amplos, muitas vezes em escala global, no bojo do processo de expansão do capitalismo mercantil, devendo-se encarar a expansão colonial lusitana, no rumo do Ocidente, como uma combinação entre a ação planejada e cuidadosamente estimulada pela metrópole portuguesa e a ação de habitantes da colônia” (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2007:10).

As mudanças estruturais oriundas da política portuguesa instaurada pelo Marquês de Pombal a partir de meados do século XVIII, momento em que, por intervenção direta da Metrópole tem início um processo contundente de repovoamento e reurbanização da colônia voltado a estabelecer as fronteiras do Brasil, a manter a unidade do território da América Portuguesa e promover a reorganização econômica, social, administrativa, religiosa, judicial e, sobretudo, política do território, apresentaram reflexos no Brasil Colônia, principalmente em relação à delimitação e defesa do território, preocupação que passa a desempenhar papel decisivo, imperando a manutenção das áreas já conquistadas a novas incursões territoriais (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2007).

De acordo com Garcia (2005), os planos de manutenção da integridade das colônias ultramarinas fortaleciam-se nos quadros de crise do Antigo Regime, momento em que Portugal enfrentava uma delicada situação de atraso econômico em relação a outras potências europeias, às vésperas da Revolução Industrial, assumindo, dessa forma, a defesa militar da colônia um

lugar estratégico, de maneira a ser garantida a integridade dos territórios coloniais, assim como da Metrópole, ameaçada de incorporação pela Espanha (GARCIA, 2005: 18-19).

Pode ser entendida como um dos primeiros sinais da fixação portuguesa em pontos considerados de extrema relevância para o controle da fronteira oeste do território da colônia brasileira, a criação, em 1748, de duas novas capitanias, Mato Grosso e Goiás, a partir de seu desmembramento de São Paulo. Conforme destaca Santos (2010),

“Até meados do século XVIII, a presença portuguesa na América concentrava-se nas áreas litorâneas. O largo interior ainda era um território apenas adivinhado, sem outras povoações senão aquelas situadas em áreas de mineração; grande parte delas concentrada nas Minas Gerais. Entretanto, na segunda metade daquele século, diversas ações dirigidas desde a metrópole tiveram a finalidade de mudar esse panorama. Estas ações distribuíram-se por toda a América portuguesa, ganhando contornos mais específicos conforme as situações locais o exigissem. A conservação dos territórios conquistados pelos luso-brasileiros no oeste já ocupava as atenções da Coroa portuguesa desde as primeiras décadas do século XVIII, o que pode ser observado, por exemplo, por intermédio da fundação da Vila Real de Cuiabá (1727) e de Vila Boa de Goiás (1739), da instalação do bispado de São Paulo e das prelazias de Goiás e de Mato Grosso (1745), além da criação das capitanias régias de Goiás e de Mato Grosso (1748). D. Antonio Rolim de Moura Tavares, primeiro governador da capitania de Mato Grosso, recebeu instruções que expressamente recomendavam que ele deveria tomar as medidas necessárias para “aumentar e fortalecer a povoação daquele território”, tendo em vista a necessidade de arregimentar “forças bastantes a conservar os confinantes em respeito” (SANTOS, 2010: 80).

As medidas necessárias, conforme acima destacado, se materializaram a partir da orientação voltada ao estabelecimento de redes de núcleos de ocupação, marcadas por arraiais, vilas, cidades e fortificações, ao longo de

todo o vale do rio Guaporé, surgindo, no âmbito desse projeto político, tanto o Arraial de São Francisco Xavier da Chapada, quanto o município de Vila Bela da Santíssima Trindade, primeira capital do Mato Grosso (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2007:11-12). De igual forma, como base dessa política, uma série de aldeamentos, ainda que constituídos por baixos contingentes populacionais, seriam alçados à categoria de vila; da mesma forma, foram fundadas fortificações, vilas e arraiais, tais como o forte Coimbra, Albuquerque e Vila Maria, localizados às margens do rio Paraguai, em territórios mais a sul, Cazal Vasco às margens dos rios Barbados, Vila Bela, Viseu e Forte Príncipe da Beira, ao longo do Guaporé (Figura 10).

Figura 10. Indicação da região onde foi impulsinado o estabelecimento da fronteira ocidental, a partir do município de Vila Bela da Santíssima Trindade, entre o território colonial português e espanhol (Fonte: ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2007).

Finalmente, na esteira desse processo, no entorno regional, nas imediações das chapadas próximas à Vila Bela da Santíssima Trindade, se desenvolveria uma rede de frentes de lavra e arraiais de mineração, surgidos a partir da primeira metade do século XVIII, entre os quais o Arraial de São Francisco Xavier da Chapada, Arraial de Santa Bárbara, Arraial de Lavrinhas, Arraial de Santana, Arraial de Nossa Senhora do Pilar, Arraial de Ouro Fino e Arraial de São Vicente (Figura 11) (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2007: 12).

Figura 11. Arraiais de Mineração localizados no entorno regional de Vila Bela da Santíssima Trindade.

Refletir a respeito da tentativa de estabelecimento da “*Fronteira Ocidental*” em território colonial deve levar em conta alguns dos pressupostos que embasam a discussão, no bojo da arqueologia, a respeito da ideia de fronteira. Como definido por Green & Perlman (1985: 3), para poder estudar o comportamento humano, os antropólogos são forçados a construir muros ao redor das atividades sociais a fim de definir unidades de estudo possíveis de serem trabalhadas. Dessa forma, as culturas etnográficas são criadas a partir de observações de grupos vivos, sendo que as culturas arqueológicas, por sua vez, derivam do conjunto de evidências de sociedades passadas.

Cabe apontar, contudo, que a delimitação do comportamento humano pode ser artificial e levar a concepções fechadas de cultura. No âmbito de pesquisas arqueológicas, a problemática que envolve o tema do estabelecimento de fronteiras abarca discussões sobre tipos de artefatos e padrões de assentamento, a partir de considerações, tanto teóricas, quanto práticas, acerca de comportamento, cultura material e suas expressões no registro arqueológico, discussões estas que incorrem no problema de como superar a incapacidade de examinar o processo social aberto dentro das limitações dos modelos analíticos fechados (op.cit: 4).

A definição de fronteira engloba a ideia de *“um limite, de uma linha de divide ou delimita, separando um país ou território de outro; região que está ao lado ou próxima a esse limite”* (FERREIRA, 2008), estando, tal concepção, relacionada, também, à ideia de um limite cultural. Nesse sentido, estudos relacionados à questão de fronteiras e dos territórios que compõem as regiões periféricas voltam suas atenções para zonas limítrofes e franjas de determinadas sociedades, buscando apreender os aspectos característicos que marcam tais espaços, servindo de eixo orientador para a interação entre as sociedades, seja por meio de uma abordagem preocupada com as causas da expansão política e econômica em novos habitats e seus efeitos sobre as sociedades e sistemas ecológicos, seja por uma abordagem voltada ao estudo do comércio, enfocando fatores sociais, marcados por aspectos que envolvem questões de etnicidade e aculturação, fatores políticos, caracterizados por aspectos que envolvem questões referentes a esforços de controle entre grupos, além das distintas formas de conflitos, e fatores econômicos, relacionados, por exemplo, à exploração de recursos naturais, estabelecimento e desenvolvimento de ofícios, distribuição de produtos, comércio, além das diversas formas de exploração da economia colonial (GREEN & PERLMAN, 1985; FEUER, 2016).

Hardesty (1980) aponta que as concepções de fronteira costumam ser marcadas por elementos distintos, mas, invariavelmente, incluem um componente de *habitat* e um componente de processo social. Por sua vez, a partir de uma divisão tripartite, Lewis (1977: 153) afirma ser possível conceber a ideia de fronteira como uma área na qual a borda externa de uma sociedade em expansão se adapta às condições de contato atenuadas pelas condições

físicas de um novo ambiente, espacial e temporalmente instável, sendo possível considerar, a partir de uma percepção evolutiva, que o padrão sequencial de mudança verificada no centro de uma porção territorial localizada em zona de fronteira tende a se repetir ao longo de sua periferia.

Um dos aspectos mais relevantes que envolvem o universo da fronteira e demais espaços periféricos diz respeito à interação mantida entre diferentes grupos e indivíduos, muitas vezes de natureza distinta daquela observada em porções nucleares do território colonial. Apesar de as fronteiras sociais muitas vezes coincidirem com fronteiras naturais e políticas, a possibilidade de interação social mostra-se mais intensa nos espaços de fronteira em virtude de que tais regiões concentram diferentes grupos sociais e culturais em espaços relativamente reduzidos, condição esta que os obriga a guardar certa proximidade entre si, aumentando, dessa forma, a possibilidade de trocas e do trânsito de ideias e objetos (FEUER, 2016: 8). A região da fronteira ocidental mostra-se como um espaço marcado por esse processo de interação e trocas no âmbito, por exemplo da resistência dos escravos desta região. Conforme aponta Volpato (2008),

“Os cativos que viviam na região do Guaporé, próximo à fronteira, atravessam a linha demarcatória. Durante o período colonial, os negros recebiam estímulos das autoridades espanholas para cruzar a fronteira, sendo-lhes oferecida a liberdade. Em contrapartida, os portugueses procuram atrair os índios hispano-americanos. Em algumas ocasiões, as autoridades coloniais se preocuparam em conter essas evasões e formularam acordos de devolução. A fronteira, porém, apresentava-se como alternativa tanto para o escravo evadido como para o colono endividado que, sem condições de saldar seus compromissos, também, fugia” (VOLPATO, 2008: 218).

Conforme sugerido pela “*world systems theory*”, regiões periféricas foram exploradas em busca de matérias-primas, particularmente no âmbito das economias mercantilistas, a partir de uma relação com as regiões centrais e metropolitanas que as obrigavam a fornecer produtos e serviços, servindo, também, como mercado para a circulação dos produtos manufaturados, por

exemplo. De acordo com Green & Perlman (1985), estudos de fronteiras reconhecem que as sociedades localizadas nessas porções territoriais mostram-se como sistemas abertos, no sentido de que representam culturas baseadas na troca de recursos com o meio ambiente e demais sistemas, uma vez que são compostos por uma variedade de aspectos interconectados e interativos, responsivos a um ambiente imprevisível e em constante mudança. Cabe apontar que o uso do conceito de sistema aberto (“*open sytem*”) no âmbito do estudo de culturas humanas, especialmente por parte dos antropólogos, baseia-se em uma incorporação dos princípios termodinâmicos de sistema abertos emprestados da Física, permitindo, através do uso de analogias, o aprimoramento de metodologias de pesquisa no bojo das ciências humanas (BADEN, 2013: 849-850). Um sistema aberto seria aquele, portanto, em que

“... matéria, energia e informação são trocadas entre elementos internos e elementos externos ao sistema. Esses sistemas têm limites semipermeáveis – zonas de baixa interação e não interação. O que é considerado “dentro” do sistema é, em parte, uma questão de conveniência analítica, mas devido à semipermeabilidade dos limites do sistema, ele deve consistir de um número indefinido de variáveis interagindo ou de um número indefinido de tipos de interação entre eles. Como esses dois conjuntos de indefinidos são formalmente equivalentes, um sistema aberto é formalmente um no qual um número infinito de variáveis está interagindo” (JUSTESON & HAMPSON, 1985: 16).

Nesse sentido, estudos de fronteira reconhecem as sociedades como sistemas abertos e, ao fazerem isso, podem contribuir com percepções sobre os processos que produzem, por exemplo, a variabilidade espacial, temporal e organizacional observada no registro arqueológico, a partir de uma abordagem voltada ao estudo sistemático de espaços periféricos e suas ligações com os territórios centrais, estes últimos estudados com mais frequência em função de sua alta visibilidade e da quantidade de inventários já produzidos a partir de conjuntos artefatuais oriundos das pesquisas desenvolvidas nesses espaços (GREEN & PERLMAN, 1985: 9).

Conforme apontam Green & Pearlman (op.cit), o viés voltado ao estudo dos espaços centrais também é importante, uma vez que sítios localizados nessas áreas reúnem exemplos de um vasto conjunto de cultura material de uma sociedade, e podem ser usados a fim de tipificar uma determinada sociedade em geral. O lugar central de uma determinada sociedade, no sentido material, torna-se um padrão para toda uma cultura. No entanto,

“... o interesse em se investigar os processos culturais que envolvem determinada cultura minimiza a importância de se identificar, exclusivamente, conjuntos típicos. Por exemplo, o contexto organizacional só pode ser determinado se toda a gama de sítios e vestígios materiais for estudada dentro de seus contextos temporais (sazonais), espaciais (micro ambientais) e culturais (grupos sociais). Assentamentos fronteiriços, nesse sentido, passam a assumir relevância, uma vez que são parte da variabilidade arqueológica ligada a esse conjunto de contextos. Esse motivo faz com que estudos de fronteiras sejam elementos críticos na análise dos sistemas sociais” (GREEN & PERLMAN, 1985: 9).

O processo de colonização de territórios de fronteira envolve a migração de povos para novas terras, trazendo para essas áreas grupos sociais e estruturas econômicas atrelados a uma sociedade em expansão. Tal movimento de expansão faz parte da história humana e permite explicar o processo de colonização de quase todas as partes do território global, sendo que as formas de colonização apresentam muitas distinções, abarcando desde a ocupação do território por grupos caçador coletores, quanto as ocupações voltadas à implantação de sistemas de exploração em escala industrial do território. Conforme aponta Lewis (1984), tal como outros aspectos da cultura, a colonização reflete a complexidade organizacional da sociedade na qual se originou. É importante lembrar que a ocupação lusitana na fronteira oeste se dá em territórios indígenas. Assim, o local já era povoado por diversos grupos que se tornaram inimigos ou aliados, ou ainda, constituíram a nova família que se formava na região do Guaporé. Não se deve pensar também em índios e portugueses como blocos separados, mas sim inter-relacionados e intra-relacionados (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2006a).

As motivações, assim como a forma e o alcance da colonização, parecem variar com o nível de integração sociocultural da sociedade em expansão e o papel dessa sociedade no meio econômico e político mais amplo. Ao assumirmos que as sociedades, como sistemas comportamentais, se adaptam de maneira padronizada a situações semelhantes, é provável que as regularidades na colonização indiquem causas e circunstâncias de migração comuns ou similares e, nesse sentido, estudos comparativos de áreas de fronteiras são capazes de revelar tais regularidades e delinear suas causas, identificando processos transculturais de mudança que podem ser úteis à investigação de movimentos de colonização sob muitos aspectos, principalmente diante daqueles relacionados aos processos de mudanças culturais observadas em zonas de fronteira em sociedades complexas, concentrando-se, especificamente, na relação de tais processos para o sistema de expansão do qual a sociedade colonizadora é uma parte (THOMPSON, 1973; LEWIS, 1984).

Conforme destacado por Hardesty (1980), as relações sociais mantidas em espaços de fronteira são definidas por uma rede interativa de grupos humanos que muda de acordo com os padrões de colonização e com os processos de contato social. Por sua vez, as relações com o *habitat* são, em parte, controladas por restrições ambientais, tais como o impacto advindo dos movimentos de colonização territorial, que carregam consigo, por exemplo, modificações tecnológicas que alteram a paisagem local. De acordo com o autor (op.cit), para que se apreenda o conjunto dos processos culturais que caracterizam a ocupação de zonas de fronteira, mostra-se necessário um conceito a partir do qual modelos possam ser capazes de explicar a evolução de tais padrões interativos e, dessa forma, conceitos teóricos aplicados no âmbito da ecologia evolutiva podem ser úteis (PIANKA, 1978; KREBS & DAVIES, 1978; HARDESTY, 1980).

Nesse sentido, a ideia de “comunidades ecológicas”, baseada no conceito construído em torno de redes interativas de organismos e sua evolução, poderia ser aplicada às ocupações observadas em espaços fronteiriços em virtude das forças internas que agem nesses territórios, tais como processos tecnológicos ou competição intragrupos, além de forças externas, como os padrões de colonização oriundos desde porções centrais do

território colonial, por exemplo, e sua interação com os espaços regionais. Sob tal concepção, as problemáticas significativas de pesquisa, no que diz respeito a sítios arqueológicos históricos, estariam associadas à identificação, documentação e explicação de processos-chave de transformação, de mudanças ambientais ou internas que colocam os processos em movimento e o impacto dos processos sobre as relações sociais e de *habitat* (HARDESTY, 1980: 69).

Steffen (1980: 17) destaca que é possível estabelecer uma distinção tipológica ao se conceituar as áreas de fronteira, a partir da oposição entre os conceitos de fronteira insular ou fronteira cosmopolita. A primeira, que remete a fronteiras insulares, ou isoladas, entende que tais espaços são marcados por uma economia autossuficiente, com assentamentos de longo prazo, além de seu isolamento geográfico. Seu estabelecimento, segundo Lewis (1984: 17), requer uma adaptação mais ampla às condições locais, fazendo com que possíveis ligações de caráter socioeconômico com os territórios mais nucleares e centrais apresentem aspectos mais indiretos. Fronteiras insulares costumam ser marcadas, por exemplo, por sistemas agrícolas, tanto especializados quanto genéricos, e, no bojo da expansão europeia, a colonização dela decorrente mostrou-se um elemento necessário para o desenvolvimento de uma economia capitalista emergente.

Nesse sentido, o papel das colônias na periferia desse sistema socioeconômico limitava-se à produção de *commodities* destinadas à metrópole, sendo que a posição monopolista dos estados no comércio colonial foi reforçada por políticas mercantilistas que restringiam a produção colonial. Dessa forma, os requisitos de produção diferenciais afetaram os tipos de vínculos sociais e econômicos entre a colônia e a metrópole. A natureza dessas ligações, por sua vez, influenciou a estrutura e organização das áreas de fronteira (op.cit).

Em oposição à ideia de fronteira insular, a fronteira cosmopolita, marcada por assentamentos de curto prazo, é marcada por uma alta difusão geográfica, congregando uma série de atividades tais como a pecuária, o comércio, o estabelecimento de frentes de exploração mineral, um incipiente projeto pré-industrial, entre outros, sendo economicamente especializada, cujo sucesso dos projetos desenvolvidos em seus espaços depende da influência

de questões em escala nacional e internacional, fato que, apesar do isolamento geográfico, conecta a fronteira cosmopolita ao restante dos espaços nucleares coloniais, por exemplo, não sendo observadas alterações econômicas, políticas e sociais significativas. Dessa forma, toda mudança evidenciada neste tipo de ambiente de fronteira cosmopolita se daria, em grande medida, sob influência de fatores a ele externos (STEFFEN, 1980; HARDESTY, 1985).

Embora os conceitos de fronteira insular e cosmopolita tratem de formas distintas de colonização, ambos não são, necessariamente, empresas exclusivas, podendo ocorrer na mesma área, embora geralmente não simultaneamente. Sua ocorrência geralmente ocorre a partir de uma ordem sequencial, sendo a ocupação de caráter cosmopolita a forma inicial de colonização em uma região (LEWIS, 1984). A colonização varia à medida que o nível de interação entre os territórios metropolitanos e as áreas de fronteira se ampliam de acordo com as dimensões de contato, sendo que as atividades desenvolvidas nestes ambientes estão associadas ao nível de interação e são determinadas pelo papel da colônia no âmbito de uma economia mundial mais ampla, o qual varia com a duração e a complexidade do contato (op.cit).

Segundo destacado por Hardesty (1985), os estudos dos processos culturais que marcam áreas de fronteira demandam algum tipo de teoria a partir do qual seja possível o estabelecimento de um conjunto de princípios que os expliquem. Para o autor, o exame das questões voltadas às mudanças culturais, por exemplo, de áreas de exploração minerária localizadas em zonas de fronteira, se beneficiaria de uma abordagem evolucionista (DUNNELL, 1980; KIRCH, 1980), tendo em vista a possibilidade de se tratar os espaços de fronteira como ecossistemas, buscando determinar como os mesmos se desenvolvem.

Quando interpretada no contexto da teoria evolutiva, a tipologia de fronteiras elaborada por Steffen (1980) pode fornecer percepções significativas sobre a dinâmica do comportamento humano em regiões limítrofes. De acordo com Hardesty (1985), a principal diferença entre fronteiras isoladas e fronteiras cosmopolitas, enquadrando-se nesta última categoria as áreas de exploração mineral, e, na medida em que grupos ou assentamentos locais encontram-se isolados, uma vez que a condição de isolamento, no bojo da teoria evolutiva, é um elemento importante nos processos de diferenciação, seja envolvendo a

formação de novas espécies ou novos grupos étnicos. Com o crescente isolamento, surgem mais diferenças entre grupos de eventos historicamente únicos. E com o aumento do isolamento, é menos provável que as diferenças entre os grupos sejam afetadas pelo mesmo processo ou evento histórico (HARDESTY, 1985: 214).

Fronteiras insulares tendem a ser constituídas por grupos mais isolados, que participam menos de uma possível integração sociocultural, em escala nacional e regional, do que os grupos nas fronteiras industriais, cosmopolitas e, por isso, segundo Hardesty (1985), espera-se que tais espaços sejam, culturalmente, mais diversificados. Por sua vez, as fronteiras cosmopolitas, dentre as quais podemos incluir os espaços marcados, conforme já explicitado, por zonas de exploração mineral, inseridos em uma espécie de universo de caráter pré-industrial, apresentam, contudo, padrões bastante diferentes de mudança e diversidade cultural, menores em relação aos espaços de fronteira insular, devido à maior integração em um sistema nacional comum, sendo possível observar a redução de diferenças entre grupos através da padronização de ambientes e culturas por meio da tentativa de criação de uma cultura e ambiente industrial urbano para cada assentamento fronteiriço (op.cit).

Cabe destacar que a “Fronteira Ocidental” do território colonial português é marcada por essas duas concepções utilizadas para espaços fronteiriços (insular e cosmopolita) uma vez que o conjunto de bens patrimoniais identificados na região do vale do Guaporé abarca inúmeros arraiais, frentes de lavra, roças, engenhos, fazendas de gado, estradas e vias de circulação, sendo todas essas manifestações implementadas a partir da compreensão da necessidade de se assegurar o domínio de porções territoriais fronteiriças, ricas em ouro (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2004), permitindo, da mesma forma, tanto o fluxo contínuo de bens de caráter material, quanto a circulação e troca de ideias entre os espaços de fronteira e as áreas mais nucleares da colônia. Conforme aponta Guimarães (1996), a mineração é uma atividade nuclear junto da qual se fortalecem diversas atividades que possibilitam a sustentabilidade da própria mineração, a partir da circulação de pessoas e do estabelecimento de extensos sistemas viários. A cultura material das áreas mineiras dialoga diretamente com a compreensão das redes intra e inter-

regionais de circulação de pessoas, mercadorias e ideias que articularam distintos pontos da colônia e o estabelecimento de atividades paralelas, integrando diferentes áreas do território nacional (COSTA & SCARLATO 2009).

Cabe ressaltar que o estudo de áreas de fronteira deve ser entendido como um elemento necessário para a compreensão de processos de ocupação espacial de longas distâncias, podendo ser incorporado no modelo do sistema mundial proposto por Wallerstein (1977), onde os processos políticos e econômicos de longa distância mostram-se como elementos essenciais para explicações de processos sociais em escala local, regional e mundial. Nesse sentido, essa abordagem suprarregional apresenta o potencial para a criação de novos modelos para a compreensão de sistemas sociais complexos, onde os eventos locais não são apenas o produto das condições locais, mas influenciados por fatores externos, cujo exame pode auxiliar no desenvolvimento de modelos mais abertos de sociedade e construir teorias voltadas ao entendimento das mudanças culturais (HARDESTY, 1985).

3.1. A constituição da paisagem da “Fronteira Ocidental” a partir de seu patrimônio arqueológico: entendendo uma fronteira dentro do sistema mercantilista pré-industrial

A tentativa de compreensão de culturas passadas e dos remanescentes materiais por elas deixados deve buscar abarcar, através de uma abordagem ampla e inclusiva, a maior parte dos aspectos que as caracterizam. Uma das formas de se apreender tais aspectos passa por uma perspectiva baseada na análise da paisagem. Nesse sentido, a maneira como o conceito de paisagem é empregado no âmbito da arqueologia como disciplina é bastante complexa e multifacetada, e serviu para o desenvolvimento de uma série de abordagens teórico-metodológicas heterogêneas que, em essência, compartilham o interesse comum de analisar, através da cultura material, a dimensão espacial da atividade humana, avaliando a forma como os grupos humanos se relacionaram, se apropriaram e transformaram, ao longo do tempo, espaços por meio do trabalho e de distintas práticas culturais (PARCERO-OUBIÑA *et al.*, 2014).

De acordo com Thomas (1993), a noção de paisagem como componente do imaginário arqueológico adentra nesse universo relativamente tarde, após o estabelecimento de um primeiro foco de pesquisa diante dos objetos, seguido da investigação dos monumentos. Nesse sentido, tal movimento – dos objetos, passando pelos monumentos, até as paisagens, poderia ser entendido como um movimento em escala ao longo do tempo, cada fase incorporando um tipo maior de objeto do que o anterior.

Conforme destacado por David & Thomas (2008), a noção da paisagem forneceu aos arqueólogos uma estrutura que permitisse contextualizar observações e estabelecer relações entre sítios arqueológicos de um determinado período, apresentando a oportunidade para o desenvolvimento de investigações tanto de caráter diacrônico, voltadas ao entendimento das mudanças de uso e ocupação de uma região específica, quanto investigações preocupadas com o entendimento da paisagem como uma agregação de recursos fundamentais para o desenvolvimento de grupos humanos, a partir do estudo das relações espaciais entre os indivíduos, solos, matérias-primas, entre outros (DAVID & THOMAS, 2008: 25).

Por sua vez, Ford (2011) aponta que a paisagem existe na intersecção entre cultura e espaço, e, dessa forma, transita, por meio de um diálogo interdisciplinar, entre as ciências humanas, com destaque para a história, geografia e arqueologia, as quais mantêm uma série de correlações de ordem teórico-metodológicas (FORD, 2011; ASHMORE & KNAPP, 1999). Essa intersecção do espaço e do tempo na paisagem representa mais do que um artefato objeto de estudos de distintas disciplinas, sendo, na verdade, matéria fundamental da própria natureza dos conceitos de cultura e espaço.

Ainda de acordo com Ford (op.cit), o espaço deve ser entendido como o meio onde são realizadas as atividades humanas, sendo atribuído significado cultural a ele apenas a partir dessas atividades, e, nesse sentido, sua existência antropológica se dá unicamente por meio do uso e reconhecimento que os indivíduos fazem dele. Dessa forma, os lugares são culturalmente determinados e as culturas são fortemente influenciadas por seus espaços, os quais mudam ao longo do tempo, constituindo paisagens culturalmente distintas e frequentemente sobrepostas, muitas vezes dentro de uma única região geográfica. A percepção de uma paisagem, por sua vez, influencia as

ações de quem a habita, trazendo implicações para sua cultura e para o ambiente físico, tanto no presente imediato, quanto no futuro. Não há como separar cultura, tempo e espaço da paisagem, e, mesmo que haja uma variação na relação entre pessoas, lugares e paisagens que abranja desde aspectos recíprocos até dialéticos, o ambiente físico e as atividades e relações humanas serão sempre objeto principal de estudo (FORD, 2011: 1-2).

Da mesma forma, uma paisagem pode ser entendida como um ambiente simbólico, criado por ações humanas, as quais conferem significado e forma ao meio ambiente a partir de um determinado conjunto de visões e percepções fundamentadas em crenças e valores. Esse ambiente simbólico reflete conjuntos de autodefinições, que representam expressões culturais usadas para definir a relação dos indivíduos com o espaço. Dessa forma, ao se buscar identificar e compreender as possíveis mudanças ocorridas no ambiente natural, é imperativo que as mesmas sejam compreendidas a partir das muitas definições culturais que criam paisagens (GREIDER & GARCOVICH, 1994).

Grupos culturais transformam o ambiente natural em paisagens através do uso de diferentes símbolos que conferem significados distintos aos mesmos objetos ou condições físicas. Esses símbolos e significados não inerentes à natureza das coisas, mas fenômenos socioculturais, frutos de construções sociais, reflexos daquilo o que os grupos culturais definem como relação entre si e o meio físico, resultante das mais diversas negociações em um dado contexto cultural (BERGER & LUCKMANN, 1967; GREIDER & GARCOVICH, 1994). O fato de a paisagem ser parte da cultura material de uma sociedade a torna objeto de estudo ao universo da antropologia, ainda mais quando se discute que a paisagem armazena e transmite a cultura (FORD, 2011). Hoskins (1955: 14) descreveu a paisagem como “*o mais rico registro histórico que possuímos*”, enquanto Anschuetz et al. (2001: 190) a entendem como “*um espelho de uma comunidade*”.

Nesse sentido, pode-se apontar, conforme destacado por Parcero-Oubiña et al. (2014), que a aplicação de uma leitura da paisagem a partir da arqueologia deve se dar de forma contextual, a fim de que seja possível apreender os significados do registro material observado, identificando um retrato de paisagens pretéritas, considerando as mesmas como o próprio

registro arqueológico, ou seja, o artefato em si, produzido e modificado pelos indivíduos através do tempo.

O que permanece no registro arqueológico e histórico muitas vezes determina o foco de uma paisagem reconstruída, e, sítios, artefatos, feições, e a cultura material como um todo, servem como referências do passado, formando um substrato/base material sobre o qual são tecidas as interpretações a respeito do passado. Tanto a história de um lugar, quanto a paisagem, são quase sempre maiores que o artefato, mas é este que permite concentrar a atenção do arqueólogo em aspectos particulares de um passado que pode ser conhecido. Cada paisagem é mais bem compreendida a partir de um contexto que permita a leitura tanto de espaços vizinhos, lugares adjacentes, quanto das paisagens que a precederam, compondo um panorama regional. Da mesma forma, ao analisarmos uma paisagem atual, a mesma deve ser vista e apreendida a partir de experiências passadas, tais como os encontros pessoais pretéritos que construíram um espaço particular, as histórias sobre esse espaço, seu estado atual, além de seus possíveis usos futuros, sendo a paisagem, dessa forma, constantemente construída e alterada, culturalmente dinâmica e uma ferramenta de construção cultural (TILLEY, 1994; FORD, 2011).

Darvill et al. (1993) buscaram estabelecer um quadro classificatório a fim de categorizar aquilo o que entendiam como uma paisagem cultural, definindo quais os tipos de paisagem historicamente criados. A partir dessa categorização, os autores destacam os distintos níveis de percepção que permitem entender a forma como são constituídas as paisagens culturais: partindo de um primeiro nível, marcado por contextos únicos, recursos e componentes; acima deste, um segundo nível, caracterizado por grupos e/ou complexos de monumentos; o terceiro nível seria marcado por padrões e regularidades dos grupos e aglomerados de monumentos; finalmente, abarcando todos esses níveis, tem-se a constituição de uma paisagem cultural (DARVILL et al., 1993).

Através da Portaria nº 127, o IPHAN, valendo-se das premissas estabelecidas pela UNESCO, regulamentou a paisagem cultural como ferramenta de preservação do patrimônio cultural brasileiro, definindo o conceito de paisagem cultural como *“uma porção peculiar do território nacional,*

representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (IPHAN, 2009). Conforme aponta Scifoni (2016),

“... a paisagem cultural diz respeito à determinada porção espacial ou recorte territorial. A paisagem cultural é entendida, assim, sempre como conjunto espacial composto de elementos materiais construídos associados a determinadas morfologias e dinâmicas naturais, formas estas que se vinculam a conteúdos e significados dados socialmente. O recorte espacial é estabelecido a partir de uma condição peculiar e representativa de determinadas relações estabelecidas entre os grupos sociais com a natureza. Ou seja, do ponto de vista da preservação, o que identifica as paisagens culturais a serem protegidas é o caráter peculiar dessa relação tecida ao longo do tempo e que se revela a partir das formas específicas de uso e apropriação da natureza pelo trabalho humano. Essas relações podem tanto materializar-se na sua morfologia, como podem ser explicitadas por meio de valores que lhe são atribuídos socialmente (SCIFONI, 2016: 1).

À sua vez, a Carta de Bagé apresenta o conceito de paisagem cultural da seguinte forma:

“Definição de paisagem cultural brasileira fundamenta-se na Constituição da República Federativa do Brasil de 1980, segundo a qual o patrimônio cultural é formado por bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico culturais, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

A paisagem cultural é o meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todos os testemunhos resultantes da interação do homem com a natureza e, reciprocamente, da natureza com homem, passíveis de leituras espaciais e temporais. A paisagem cultural é um bem cultural, o mais amplo, completo e abrangente de todos, que pode apresentar todos os bens indicados pela Constituição, sendo o resultado de múltiplas e diferentes formas de apropriação, uso e transformação do homem sobre o meio natural. A paisagem cultural é, por isto, objeto das mesmas operações de intervenção e preservação que recaem sobre todos os bens culturais. Operações como as de identificação, proteção, inventário, registro, documentação, manutenção, conservação, restauração, recuperação, renovação, revitalização, restituição, valorização, divulgação, administração, uso, planejamento e outros” (IPHAN, 2007).

Ao nos debruçarmos sobre o conceito de paisagem cultural, devemos levar em consideração, primeiramente, que o discurso e a prática da preservação e conservação do patrimônio cultural constituem iniciativa relativamente recente e, conforme destaca Byrne (2008), ninguém pode desconsiderar seu patrimônio sem correr o risco de se colocar para fora de sua história. Os territórios coloniais apresentam um quadro de ocupação, a partir da chegada dos europeus, que permite discutir a questão das paisagens culturais em diferentes porções do território colonial americano, segundo uma lógica de que aos colonos não bastava ocupar os territórios indígenas, mas sim reinscrevê-los culturalmente, deixando de ser estrangeiros para começar a ser cidadãos, pertencedores do local, de modo que a paisagem ocupada passasse a contar sua história. As porções do território nacional onde houve a instalação de frentes coloniais de exploração minerária, marcadas pela interação entre colonizadores europeus, indígenas e grupos escravizados ainda são pouco discutidas no que diz respeito às relações sociais entre esses distintos grupos, especialmente destes dois últimos grupos, socialmente invisibilizados, assim como diante de sua participação e experiências na construção da paisagem local ocupada.

O campo do patrimônio é marcado fortemente pela contestação e, nesse sentido, os grupos sociais que possuem mais poder tendem a ter mais chances de que sua história e experiências sejam consolidadas historicamente. Hayden (1995) discute como as paisagens históricas nos Estados Unidos não apenas excluíram rotineiramente os afro-americanos e sua experiência histórica, mas também a classe trabalhadora branca e sua experiência histórica, assim como tendem a excluir mulheres e sua experiência histórica. Dessa forma, a visibilidade do patrimônio de grupos minoritários é frequentemente uma questão de luta e, não lutar por sua visibilidade, é permanecer invisível na paisagem do patrimônio. Cabe afirmar, portanto, que o papel dos gestores e profissionais do patrimônio não é participar dessa luta pela visibilidade no cenário histórico-cultural, mas facilitar a visibilidade de todos os agentes sociais responsáveis pela formação do registro arqueológico (BYRNE, 2008).

Importa destacar, igualmente, que as paisagens culturais são socialmente construídas, ou seja, derivam seu significado e constituição física das ações dos indivíduos em seu meio social. Para além da ideia de que a formação da paisagem se dê como um processo geomórfico que envolve a erosão e sedimentação dos terrenos, a formação das paisagens culturais, constituídas de maneira significativa (THOMAS 2004), se dá ao longo do tempo, através de uma espécie de sedimentação cultural em que a ação humana passada deixa vestígios que se acumulam em um determinado território (BYRNE, 2008).

Nesse sentido, as ações não apenas representadas pelos vestígios, mas concretizadas neles, apresentam significados específicos, os quais se encontram incorporados àqueles e, diante dessa lógica, devemos considerar que, a partir da paisagem que hoje vivenciamos, estamos sempre em contato com aqueles que a ocuparam antes de nós. De acordo com Byrne (op.cit)

“A presença deles interage com a nossa presença. Isso não significa que um local de herança significa para nós no presente exatamente o que significava para seus criadores no passado. No curso da interação mencionada acima, interpretamos os traços significativos no contexto de nossas próprias vidas, nossas próprias imaginações, desejos e

ambições. É essa interpretação que constitui o significado social dos lugares e paisagens do patrimônio” (BYRNE, 2008: 7).

Da mesma forma, deve-se considerar o papel que a memória no desenho dos significados de uma paisagem cultural. As pessoas que se movem através de uma paisagem onde viveram ou passaram algum tempo no passado inevitavelmente encontram traços de si mesmas lá, traços esses que não são caracterizados apenas pelos vestígios e remanescentes físicos, mas marcados por correlações de recordações de emoções, estimuladas pela visão de traços na forma de objetos sensações de lugares familiares, mesmo onde não há vestígios tangíveis/físicos de sua presença anterior (op.cit). Nesse sentido, o campo da preservação patrimonial deve reconhecer a importância do patrimônio intangível e, portanto, a importância da memória.

Conforme destaca Smith (2006: 44), o patrimônio é marcado por um processo de criação de significados, sendo ele mesmo um processo intangível no qual os valores sociais e culturais são identificados, negociados, rejeitados ou afirmados. Nesse sentido, o patrimônio é aquilo o que é feito em ou com determinado sítio, por exemplo, e não os próprios locais por si mesmos.

Ainda de acordo com a autora, não existe uma ação definidora do patrimônio, mas uma série de atividades que envolvem o ato de lembrar, comemorar, comunicar e transmitir conhecimentos e memórias, afirmar e expressar identidade e valores e significados sociais e culturais. Como uma experiência e como uma performance social e cultural, o patrimônio é algo com o qual as pessoas se envolvem de forma ativa, muitas vezes, de forma autoconsciente e crítica, do qual são originadas as experiências e memórias compartilhadas (op.cit).

As memórias e experiências criadas e reforçadas pelo patrimônio as ajudam a unir comunidades e outros grupos sociais e culturais por meio da criação de experiências, valores e memórias compartilhadas, as quais ajudam na consolidação ou recriação de redes e laços sociais.

A busca pela reconstrução de uma paisagem arqueológica mostra-se, muitas vezes, como um objetivo difícil de ser alcançado, especialmente devido à falta de dados que possam dar conta da amplitude dos aspectos que a

caracterizam, seja por sua perda, seja pelas mudanças enfrentadas pela paisagem ao longo do tempo, sendo que os dados restantes muitas vezes permitem apenas percepções e interpretações aproximadas (TILLEY, 1994; FORD, 2011).

Ao nos valermos de uma perspectiva baseada na arqueologia da paisagem, deve-se buscar no horizonte uma abordagem equilibrada do passado, muitas vez possível em virtude da comunhão de uma série de outras referências que complementam a cultura material e outros componentes do registro arqueológico, tais como informações obtidas junto aos habitantes de uma determinada comunidade, documentos, cartografia e referências históricas (ASH, 2005). Cabe apontar, contudo, que a reconstrução de uma paisagem arqueológica pode não corresponder ao mundo tal como originalmente concebido, sendo, antes disso, uma interpretação particular daqueles interessados em sua apreensão (FORD, 2011).

As paisagens arqueológicas associadas ao período que abarca os últimos quinhentos anos, conhecido como mundo moderno, oferecem inúmeras oportunidades para documentar a transformação da natureza em cultura através do processo de aprendizagem. O registro arqueológico do mundo moderno documenta as ações e consequências de fatores biológicos, sociais e tecnológicos que transformaram os estilos de vida e os ambientes humanos em escala global. O crescimento populacional, a urbanização e a industrialização provocaram enormes transformações em um período também marcado pela integração de sistemas sociais de grande escala por redes de intercâmbio econômico, produção e comunicação incorporadas a economias de um mundo capitalista. De acordo com Hardesty (2003), tais sistemas correlacionaram ou conectaram ecossistemas locais e regionais aos sistemas mundiais, aumentando as chances de os indivíduos encontrarem, em escala global, ambientes completamente novos sem conhecimento prévio dos recursos naturais neles existentes.

Ao nos debruçarmos sobre o papel da arqueologia na análise de tal contexto, podemos destacar que a arqueologia histórica, em especial, tem buscado discutir os fenômenos do mundo moderno no bojo de seu domínio disciplinar, sendo que alguns dos principais tópicos de pesquisa em arqueologia histórica incluem questões voltadas à identidade cultural,

etnicidade, assimilação cultural e dinâmicas ambientais (DEAGAN, 1996; HARDESTY, 2003). Nesse sentido, ao se avaliar a relação da arqueologia com aspectos relacionados ao conhecimento e percepção de novas paisagens, deve-se ter em mente que o desenvolvimento de conhecimentos acerca da envolve a apreensão tanto de interações entre padrões, elementos e componentes específicos paisagísticos, quanto do significado que uma determinada paisagem possui dentro de contextos históricos, sociais ou culturais específicos.

Igualmente, uma arqueologia preocupada com a leitura do ambiente desempenha um importante papel na documentação, análise e interpretação dos elementos das paisagens pretéritas que marcam o passado recente do mundo moderno. Tais elementos incluem padrões de uso da terra, padrões de vegetação, acidentes geográficos, redes de circulação, estradas e caminhos, fronteiras, e estruturas e remanescentes físicos para o caso, por exemplo, de zonas marcadas pela exploração minerária (HARDESTY, 2003).

Ao mesmo tempo, os estudos arqueológicos voltados à aprendizagem da paisagem vão além dessa abordagem tradicional, concentrando-se mais na história e na atribuição de significado social e cultural aos elementos da paisagem, envolvendo, por exemplo, o desenvolvimento de modelos históricos de transformação da natureza em cultura, aliando a abordagem à ecologia histórica, “*o estudo de ecossistemas do passado, mapeando a mudança de paisagens ao longo do tempo*” (CRUMLEY, 1994: 5-6), de modo a explorar o estudo de paisagens arqueológicas como a expressão material cumulativa da história das relações humano ambientais por meio da agência humana. Da mesma forma, essa abordagem considera as múltiplas escalas de tempo e espaço nas quais eventos e processos ambientais operam e exploram as fronteiras geográficas e estruturas organizacionais em constante mudança em ecossistemas antrópicos (HARDESTY, 2003).

Um dos aspectos que marcam o mundo moderno diz respeito à exploração minerária, em escala global, a partir das descobertas de depósitos de minérios preciosos em territórios coloniais. Esse cenário fornece um retrato claro de como o conhecimento e a aprendizagem do meio ambiente transformaram as paisagens do mundo moderno. As frentes de exploração minerária são consideradas episódios de colonização porque envolvem o

estabelecimento de colônias ou grupos de pessoas em lugares distantes de sua terra natal, até então desconhecidos. A escala, intensidade e magnitude dos fluxos de mineração variaram, contudo, cada um deixou para trás distintas paisagens de mineração, as quais constituem uma expressão material significativa desses eventos de colonização, que também devem ser entendidos no bojo do processo de aprendizado contínuo da paisagem, influenciando a história e os padrões da colonização relacionados à exploração minerária.

A influência do processo de aprendizagem de uma paisagem, no contexto da exploração minerária, pode se dar, por exemplo, tanto por meio dos padrões de ocupação observados, quanto através da arquitetura que caracteriza arraiais de mineração. Entretanto, uma das principais questões que marcam tal cenário diz respeito a como identificar e reconhecer esse processo de aprendizado junto ao registro arqueológico. Conforme Hardesty (2003) aponta, tanto o conhecimento anterior, trazido pelos indivíduos, quanto o aprendizado desenvolvido junto às novas áreas, transformaram paisagens em ambientes novos, sendo possível dividir esse conhecimento em três categorias, a saber: conhecimento geológico, conhecimento tecnológico e conhecimento social.

Patrick Kirch (1980) propõe um modelo evolucionário de adaptação a novos ambientes que sugere como essas três categorias de conhecimento são aprendidas durante o processo de colonização, envolvendo três etapas ao longo desse processo. A primeira diz respeito à aplicação do conhecimento prévio trazido pelos primeiros mineiros sobre os novos recursos naturais. O estágio inicial de colonização reflete essa aplicação de um conhecimento prévio sobre a nova geologia desconhecida e outros recursos naturais, baseado na tradição cultural, em conceitos tradicionais, relações sociais, e em conhecimentos técnicos e tecnológicos refletidos nos métodos de extração dos minérios, no conjunto ferramental empregado (HARDESTY, 2003).

A segunda etapa desse processo é marcada por novas descobertas geológicas, inovações tecnológicas, troca de informações entre grupos locais, indígenas e migrantes, os quais se relacionam nesse ambiente de exploração minerária, por meio da transferência de conhecimento advindos de um ambiente externo. Finalmente, uma terceira e última etapa refletiria a seleção e

o uso do conhecimento prévio e aprendido acumulado para atribuir significado aos elementos da paisagem no novo ambiente. No caso do conhecimento tecnológico, por exemplo, a variabilidade do conhecimento efetivo no âmbito de uma determinada frente de exploração minerária é geralmente reduzida através de um processo que seleciona as tecnologias mais eficientes para localizar, extrair ou processar o corpo mineral (op.cit).

As paisagens minerárias, e aqui está incluído o Arraial de São Francisco Xavier da Chapada, mesmo que completamente abandonadas há séculos, guardam elementos suficientes que permitem sua leitura, e, os registros arqueológicos a elas associados são uma fonte potencialmente significativa para o estabelecimento de analogias para a arqueologia voltada à compreensão do processo de colonização. A busca pelo entendimento dos processos de formação das paisagens de mineração encontra significativos elementos não apenas a partir das referências materiais provenientes do registro arqueológico, mas também de sua interação com outras fontes, sejam elas documentais ou testemunhos orais.

Quando pensamos na leitura da paisagem marcada pela exploração minerária, muitos dos aspectos que a caracterizam vêm à mente a partir de documentos históricos, cartografia histórica, relatos de viajantes e, eventualmente, fotografias, que permitem identificar as modificações presentes na paisagem, cuja recorrência pode ser entendida como um dos fatores mais característicos dessa atividade de exploração, que, nesse sentido, mostra-se como um exemplo bastante preciso dos efeitos exercidos pela sociedade sobre o meio ambiente. A distribuição de arraiais de mineração e demais sítios arqueológicos associados a este tipo de atividade abrange diversas porções do território nacional, sendo que em todos os espaços onde a atividade se desenvolveu houve profundos impactos de ordem econômica e social, podendo a paisagem desses locais ser entendida como o legado visual da relação entre indivíduos e a exploração do meio físico.

De acordo com Volpato (2008: 216), o Mato Grosso, à época da Colônia, mantinha uma produção econômica sob a rigorosa legislação colonial, que buscava garantir a concentração da maior parte dos recursos oriundos da exploração do ouro, limitando, dessa forma, o desenvolvimento de uma atividade agropecuária sem restrições. Contudo, ainda que tais restrições, que

buscavam a geração de um mercado consumidor para a economia de São Paulo, marcada por dificuldades ainda na metade do século XVIII, tenham impedido a introdução de gado bovino e instalação dos primeiros engenhos, por exemplo, até a década de 1730, o entorno de Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade passou a conhecer o estabelecimento do cultivo de gêneros de abastecimento, sendo instaladas fazendas nas porções territoriais localizadas entre as diversas vilas, baseadas na criação extensiva de gado, tendo em Vila Bela, Cuiabá, fortificações e espaços localizados nos limites da fronteira ocidental, seus mais importantes núcleos consumidores.

A exploração mineral produziu paisagens e cenários bastante peculiares, marcados por minas abandonadas, cavas abertas, vestígios de rejeitos, estruturas e edificações típicas, relativamente padronizadas, da atividade minerária, cortes nos terrenos, antigas vias abertas para trânsito e transporte em escala local e regional, entre outras feições, distribuídos, muitas vezes, em terrenos que expressam uma aparência estéril, de abandono, com topografias próprias, de origem antropogênica, características de uma ocupação voltada à exploração, de caráter pré-industrial.

Conforme destacado por Hardesty (1988; 2010), sítios de mineração são caracterizados por aglomerados geográficos de edificações associadas a moradias, depósitos de lixo, estradas e trilhas, vestígios de material estéril proveniente da exploração mineral, entre outros, que conformam um conjunto de feições e remanescentes de alta visibilidade no registro arqueológico, que apontam para uma série de ciclos de ocupações e abandono. E, ao contrário do que se observa comumente junto ao registro arqueológico das mais distintas categorias de sítios, os contextos marcados por sítios de mineração apresentam, na maioria das vezes, uma estratigrafia de caráter muito mais horizontal do que vertical, ou seja, marcada mais por episódios e vestígios remanescentes descontínuos dispersos e separados geograficamente (horizontalmente) ao longo de uma paisagem bastante alterada, do que cronologicamente por estratos (verticalmente). Cabe destacar, entretanto, que, de acordo com o tipo de mineração praticada, é possível que sejam observadas estruturas subterrâneas que permitam uma leitura, por exemplo, acerca da exploração dos depósitos minerais (HARDESTY, 1988).

Hardesty (2010) aponta que as paisagens minerárias apresentam limites variáveis, os quais refletem tanto as características da distribuição geológica dos depósitos minerais alvos de exploração, quanto as redes sociais criadas a partir das comunidades mineiras que, de alguma forma, regulam o acesso às regiões alvos de exploração. Da mesma forma, segundo o autor, as paisagens minerárias também podem ser vistas como representações culturais que transmitem ideias e significados através de sinais e símbolos (HARDESTY, 2010; GREIDER & GARCOVICH, 1994).

A transmissão de uma determinada mensagem por meio da paisagem minerária pode se dar, por exemplo, através de componentes paisagísticos tais como marcos utilizados por garimpeiros a fim de indicar e delimitar os limites de depósitos minerários, bem como por meio da distribuição geográfica e ordenação estabelecida de frentes de lavra e arraiais de mineração, com suas edificações e estruturas, distribuição esta que reflete conhecimentos e conceitos acerca de aspectos topográficos, disponibilidade de recursos naturais, fontes de abastecimento, rotas de transporte, localizações de minas, entre outros, conformando um conjunto de conceitos culturais (HARDESTY, 2010; HARDESTY & FOWLER, 2001).

Entendidos como símbolos, os componentes que marcam paisagens de mineração, conforme aponta Hardesty (2001:23), *“evocam espontânea e involuntariamente emoções profundamente enraizadas em um contexto histórico e cultural específico, trazendo à mente imagens baseadas na cultura ou experiências pessoais do passado”*, evocando também aspectos ecológicos ligados à vida dos indivíduos que constituíam as unidades e redes sociais dos espaços destinados à exploração minerária. Da mesma forma, paisagens de mineração entendidas como locais com sinais e símbolos também podem ter valor educacional significativo, apresentando alto potencial para o estabelecimento de museus ao ar livre, de locais voltados para uma arqueologia de base comunitária, e até mesmo destinados ao turismo cultural (HARDESTY, 2010).

A prática da exploração mineral desenvolvida em território nacional desde os primeiros momentos do Brasil Colônia deixou um legado na paisagem que pode ser observado onde quer que tenha ocorrido a extração, o processamento e beneficiamento de recursos minerais. Nesse sentido, a

paisagem minerária pode ser entendida como expressão material da história da interação humana com o meio ambiente, a qual reflete uma grande variedade de processos sociais, culturais e ambientais, incluindo padrões de uso da terra, interações ecológicas, padrões de organização e tradições culturais, entre outros.

Os sítios de mineração são formados através de episódios sequenciais de ocupação e abandono, resultando em um conjunto de características sobrepostas, estratos deposicionais e objetos, que criam uma estratigrafia horizontal, sendo esta, na maior parte dos casos, a característica preponderante da estrutura do local de mineração. Além disso, o registro arqueológico de ocupações anteriores tende a ser destruído total ou parcialmente por ocupações posteriores, tornando as mutilações um dos processos pós-deposicionais mais comuns. Em muitos casos, apenas uma ou algumas características, estratos ou objetos da ocupação anterior permanecem. Os recursos ou estratos sobreviventes podem ocorrer em qualquer parte do sítio, seja em porções periféricas, seja em sua porção central. Por esta razão, a estrutura dos sítios de mineração deve ser vista como um remanescente descontínuo de múltiplas ocupações e atividades, não como uma acumulação contínua de resíduos históricos (HARDESTY, 1990: 48).

Nesse sentido, ao observarmos o contexto de ocupação do Arraial de São Francisco Xavier da Chapada, podemos notar que seu núcleo urbano permanece bastante íntegro em relação às demais porções da paisagem em seu entorno, alvo de alterações de grande magnitude em função das atividades de exploração mineral posteriores. Dessa forma, em virtude dos processos de ocupação sequenciais, abandono e reocupação, os componentes originais dos sítios de mineração costumam apresentar uma série de modificações e impactos junto às estruturas originalmente pertencentes aos sítios (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014a).

Conforme exposto anteriormente, a implantação de empreendimentos de mineração em áreas onde no passado houve exploração minerária, em conjunto com as normativas legais que regem os estudos no âmbito do licenciamento ambiental, promoveram o aumento de pesquisas junto a arraiais de mineração coloniais. Nesse sentido, a gestão de sítios arqueológicos de mineração mostra-se como uma questão fundamental no bojo do

gerenciamento dessa categoria de recurso cultural, e, um planejamento abrangente deve iniciar com uma imagem documental desse recurso, a partir da qual serão identificados os principais aspectos culturais, períodos de tempo e divisões de paisagem que parecem ter estruturado a conformação histórica da área.

Segundo Hardesty (1988), os temas que envolvem a discussão a respeito do período de vida de determinada frente de exploração minerária, assim como dos padrões de uso e ocupação da terra são bastante relevantes, especialmente no que diz respeito à compreensão acerca das atividades realizadas e as áreas onde estas aconteceram. Em seguida, devem ser inventariados todos os recursos culturais existentes, a fim de guiar ações estratégicas no âmbito de um plano de planejamento de gestão/preservação daqueles. Finalmente, o inventário é avaliado quanto à sua importância, incluindo a identificação das questões temáticas de pesquisa apropriadas a serem feitas sobre o recurso cultural. Deste modo, novas necessidades de dados são identificadas, possibilitando a elaboração de um plano para proteger os recursos culturais é preparado.

Ainda de acordo com o autor (op.cit), o desenvolvimento de um plano de gestão que busque a preservação de sítios arqueológicos de mineração deve ter início, conforme já apontado, com a identificação dos padrões das atividades humanas mais características observadas no uso e ocupação da terra no passado, quando do período de exploração do sítio arqueológico. A relação entre as atividades desenvolvidas e a ocupação local está baseada em um arranjo que articula aspectos tais como padrões de uso e ocupação da terra e características observáveis em documentação escrita e no registro arqueológico. Os recursos culturais inventariados junto ao sítio arqueológico devem fazer parte de um ou mais dos sistemas de características identificados no arranjo acima exposto.

Os temas de uso de terra mais comuns observados junto a zonas de mineração dizem respeito às atividades de exploração propriamente dita (extração, moagem e processamento do minério), transporte, comunicação e estabelecimento de assentamentos de caráter residencial. Nesse sentido, dois importantes aspectos devem ser levados em consideração no âmbito do planejamento de ações de preservação e gestão: a distribuição geográfica dos

recursos culturais identificados e o tipo de atividade que os caracteriza; e a relevância que os mesmos apresentam no bojo de suscitar questões de cunho acadêmico e científico. O primeiro é um tema relacionado diretamente à questão de inventariação dos bens que caracterizam o recurso cultural em questão. O segundo aspecto refere-se a uma questão de significância (HARDESTY, 1988).

Conforme já apontado, a elaboração de inventários de sítios arqueológicos de mineração requer uma combinação de pesquisas documentais e arqueológicas. A estratégia de pesquisa a ser utilizada, no entanto, depende dos requisitos de inventário estipulados pelos responsáveis pela pesquisa desenvolvida junto ao sítio em questão. Os documentos escritos podem representar uma fonte importante de informações sobre as áreas onde os recursos culturais existentes devem ser localizados e quais as atividades que ocorreram lá. Documentação fotográfica, cartografia histórica, jornais, entre outros, podem fornecer dados que ajudem a construir um modelo documental de recursos culturais. À sua vez, evidências arqueológicas que marcam os sítios de mineração podem ser tratadas como um estrato de amostragem separado, devendo ser considerado que a escala de sítios de mineração é um aspecto chave para a elaboração de inventários, uma vez que aqueles podem abranger uma grande área geográfica, conformada por complexos de mineração, espalhados muito além dos limites de um determinado sítio (TEAGUE, 1987).

Além de apontar para aquilo o que deve ser gerenciado, um plano de gestão/preservação de um sítio de mineração também deve refletir a respeito de como os sítios que possuem alguma característica de significância devem ser identificados. Nos Estados Unidos, o *National Historic Preservation Act* aponta para quatro critérios que regem a elegibilidade de um sítio, a saber: (1) o sítio está associado a uma pessoa importante na história local, regional ou nacional; (2) o sítio está associado a um evento histórico que é importante a nível local, regional ou nacional; (3) o sítio é representativo de um tipo ou estilo importante; (4) o sítio contém informações importantes para pesquisas de cunho científico e acadêmico. A este quarto fundamento pode ser adicionado o critério “simbólico”, que coloca importância em propriedades históricas que possuem alto valor educacional e cultural público (HARDESTY, 1988: 109).

Por sua vez, as diretrizes para o registro e avaliação de sítios de mineração apresentadas pelo *South Dakota State Historic Preservation Center* (1985) sugerem várias questões que podem ser discutidas com o intuito de auxiliar na avaliação da representatividade desses sítios. A maioria delas está relacionada com o fator “raridade”, a saber: (1) o sítio é o primeiro de seu tipo? (2) o sítio representa uma grande mudança na tecnologia de mineração? (3) o sítio é o último representante de um determinado período? (4) o sítio representa uma abordagem nova ou inovadora ou experimental para a mineração? (HARDESTY, 1988: 110).

O critério do *National Historic Preservation Act* que está mais diretamente relacionado ao registro arqueológico de um sítio de mineração é o último, que pergunta se o sítio apresenta informações que permitirão responder a questões científicas e de cunho educativo relevantes, sendo, da mesma forma, o critério mais utilizado pelos arqueólogos para avaliar o significado dos sítios de mineração. Hardesty (1987c) aponta, entretanto, que a melhor forma de avaliar a significância de sítios de mineração a partir de critérios de caráter científico e acadêmico se dá por meio do estabelecimento de uma matriz de avaliação de significância que apresente escalas contextuais da conjuntura que caracterize, por meio de uma estrutura hierárquica, o universo da exploração minerária, seja em escala local, regional ou mundial.

Cada matriz de avaliação apresentará resultados de acordo com o embasamento teórico a partir do qual foi elaborada, uma vez que cada estratégia de pesquisa está baseada em um conjunto de pressupostos que controlam o resultado do processo de avaliação de significância. Hardesty (1988) aponta que diferentes estratégias de pesquisa podem apresentar resultados bastante distintos como, por exemplo, uma abordagem calcada no materialismo cultural, que prioriza informações a respeito de aspectos tecnológicos e demográficos, enquanto uma abordagem estruturalista, por sua vez, indaga sobre como a visão mundial é expressa na cultura material, focando no conteúdo de informação ideológica de sítios de mineração. Dessa maneira, o mesmo sítio apresentaria avaliações de significância bastante diferentes como resultado (HARDESTY, 1988).

O impacto desse problema sobre o significado de um determinado sítio pode ser estimado através da construção de uma matriz de avaliação para

cada uma das estratégias de pesquisa. A matriz de avaliação, é claro, não é mais do que uma ferramenta que pode ajudar a identificar a informação arqueológica mais útil no âmbito da pesquisa científica, não devendo ser utilizada de forma rígida, uma vez que as possíveis estratégias de pesquisa existentes, por exemplo, não possuem necessidades de informação mutuamente exclusivas (HARDESTY, 1987c).

Cabe destacar que os sítios de mineração que devem apresentar classificações de significância mais altas são aqueles que contêm as informações mais úteis para o estabelecimento do maior número de estratégias de pesquisa utilizadas no processo de avaliação, levando-se em conta que o significado científico/acadêmico dos sítios de mineração deve ser avaliado no contexto do banco de dados existente, permitindo que a avaliação de significância seja um processo que considere as mudanças acumuladas em nosso conhecimento do passado (HARDESTY, 1988).

A arqueologia voltada à análise e gestão de sítios que caracterizam os primeiros empreendimentos de exploração mineral em território nacional abarca um momento pré-industrial, mas que, de certa forma, pode valer-se, como disciplina, de aspectos teórico-metodológicos da arqueologia industrial, cujo foco de pesquisa pode ser observado a partir do estudo da cultura material associada a um passado industrial ao longo de quase três séculos. Na medida em que elementos dessa cultura material sobrevivem no tempo, eles compreendem um recurso cultural por meio do qual o passado pode ser mais bem compreendido, recurso este materializado em paisagens, edificações, sítios arqueológicos e artefatos, cuja categorização como tal dependerá do uso que é feito deles no presente, sendo que a aceitação de aspectos de culturas do passado em meio à paisagem contemporânea mostra-se como uma questão de percepção pública (PALMER & NEAVERSON, 1998: 141).

A atribuição de valor ao patrimônio arqueológico, conforme destaca Lipe (1984) não é algo inerente à cultura material ou bem patrimonial *per se*, mas uma atribuição dada a partir da sociedade contemporânea e, nesse sentido, depende de quadros de referência cultural, intelectual, histórica, psicológica que marcam indivíduos e grupos comunitários envolvidos com determinado patrimônio. Dessa forma, o valor associativo, ou simbólico, conforme indicado pelo autor, permite que os recursos culturais sirvam como elos concretos com o

passado do qual são uma manifestação material (LIPE, 1984; PALMER & NEAVERSON, 1998).

3.2. O patrimônio arqueológico da Fronteira Ocidental inserido na paisagem regional: alguns exemplos

Projetos de pesquisas arqueológicas desenvolvidos no âmbito do licenciamento ambiental podem fornecer uma série de exemplos de abordagens concebidas não apenas para avaliar o valor de recursos arqueológicos, mas para pensar em sua correta gestão. Uma das principais abordagens, associada à arqueologia da paisagem, busca considerar como os recursos arqueológicos podem ser geridos a partir de uma escala de paisagem regional, aplicada a grandes áreas marcadas por aspectos culturais, históricos, ambientais e ecológicos consistentes e interligados, de modo a levar em conta o quadro total dos valores de caracterizam os recursos arqueológicos. Podemos apontar que esse é o caso da região onde se encontra o Arraial de São Francisco Xavier da Chapada, assim como do conjunto de bens que guardam relação com ele no quadro de ocupação da fronteira ocidental.

Nesse sentido, um aspecto importante no que diz respeito à gestão do patrimônio cultural a partir de uma escala de paisagem regional é a variedade dos valores de cada recurso arqueológico que deve ser levada em consideração. Enquanto valores relacionados à forma e aos aspectos visuais são considerados para descrever e avaliar paisagens culturais, outros valores tais como culturais, educacionais, históricos e científicos devem ser considerados no âmbito do gerenciamento do patrimônio arqueológico em escala regional. McManamon et al. (2016) avaliam serem necessárias considerações tanto a respeito dos valores associados ao patrimônio arqueológico, quanto diante da questão de como os recursos arqueológicos, podem ser classificados, individualmente, quando a importância relativa de valores distintos é avaliada. Cabe destacar que o termo recursos arqueológicos, aqui utilizado, segue o mesmo princípio de que se valem McManamon et al. (op.cit), que enfatizam a necessidade de todo quadro que engloba a gestão do patrimônio deve considerar todos os tipos de sítios

arqueológicos, assim como coleções arqueológicas, registros, relatórios e arquivos de pesquisa.

A viabilidade de um quadro de gestão do patrimônio arqueológico depende de como o mesmo é concebido e implementado, e, caso as condições e diretrizes necessárias para sua implantação sejam atendidas, programas de pesquisa arqueológica baseados na avaliação dos valores patrimoniais a partir de uma escala de paisagem regional podem ser aplicados. Tal abordagem guarda grande potencial para gerar informações arqueológicas relevantes, úteis à gestão e proteção de longo prazo.

Dessa forma, os processos envolvidos no âmbito da gestão do patrimônio arqueológico, independentemente da metodologia sobre a qual se baseiam, devem incluir, para além da necessidade de ações de proteção e conservação *in situ*, ações que permitam o benefício social completo, a partir de esforços proativos que possibilitem, por exemplo, o acesso aos sítios arqueológicos, às coleções e informações oriundas de pesquisas. O desenvolvimento e apresentação de novas informações a respeito do passado e sua disseminação através de publicações acadêmicas e/ou de caráter educativo, por meio da mídia, e através de museus, mostram-se como ferramentas importantes no bojo de uma gestão eficaz e de longo prazo dos recursos arqueológicos.

Conforme destacado por McManamon et al. (2006), a fim de potencializar os benefícios públicos que podem ser derivados dos recursos arqueológicos, certas condições e requisitos necessários para desenvolver uma abordagem correta de gestão do patrimônio arqueológico devem ser respeitados, sendo necessário haver, primeiramente, dados básicos suficientes sobre o patrimônio arqueológico alvo de gestão. Nesse caso, uma importante fonte de informações são as coleções, registros associados e outros documentos e dados de investigações já realizadas junto aos sítios arqueológicos da área-alvo de estudos.

No entanto, este *corpus* documental, incluindo inventários e registros de pesquisas, pode precisar de revisões e reanálises substanciais para que sejam úteis no desenvolvimento do plano de manejo. Da mesma forma, deve haver uma consideração explícita e detalhada do conjunto dos diferentes valores atribuídos a determinado bem patrimonial a partir das comunidades a ele

associadas, sendo necessária uma metodologia clara, voltada à avaliação desses valores e ao estabelecimento de categorias distintas que abarquem os tipos de recursos arqueológicos identificados. Nesse sentido, faz-se necessário o comprometimento, por parte dos responsáveis por programas de gestão do patrimônio, com a revisão regular e atualização de avaliações e procedimentos implantados no âmbito da gestão, e com o cuidado de longo prazo demandado pelos recursos, incluindo os sítios arqueológicos, as coleções e demais registros documentais e materiais (op.cit).

Estudos desenvolvidos na região do alto/médio vale do rio Guaporé, sob coordenação da Zanettini Arqueologia (Programa de Prospecções, Resgate e Monitoramento Arqueológico – Projeto São Francisco; Projeto Fronteira Ocidental; Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico Projeto Ernesto / Pau-A-Pique; Avaliação Arqueológica Rápida da Lavra São Vicente), destacaram tanto o potencial científico, quanto o valor pedagógico dos bens patrimoniais incidentes sobre a região, resultando em uma série de pesquisas de cunho acadêmico, as quais atestam a estrutura de reprodutibilidade daqueles programas de pesquisa, característica fundamental para a possibilidade de geração de conhecimento a partir dos dados oriundos de qualquer estudo. A estrutura teórico-metodológica que marca o conceito de reprodutibilidade em arqueologia abarca aspectos de uma abordagem que expande os limites da prática arqueológica, articulando diversos campos do conhecimento, voltados, por exemplo, a questões de documentação e linguagem documentária, classificação, semiótica, estudos de cultura material, tipologia, teoria arqueológica e filosofia das ciências sociais e humanidades (DALLAS, 2016: 2).

A partir da segunda metade do século XX, é possível notar um interesse crescente diante da questão da classificação formal de elementos descritivos, cuja ideia básica buscava definir, formalmente, elementos descritivos de artefatos de maneira que pudessem ser medidos e apresentados de uma determinada forma. Dessa maneira, a classificação se torna uma questão destinada à configuração de um sistema lógico de sistematização e classificação de objetos, especificando, por meio de uma hierarquia, alcances distintos de medições e a presença de elementos específicos para alcançar uma dada tipificação (MADSEN, 2004: 37).

Dessa forma, cabe destacar que muitos dos aspectos que marcaram o desenvolvimento dos programas de arqueologia aqui destacados vão ao encontro de alguns dos fundamentos que caracterizam o trabalho desenvolvido por Jean-Claude Gardin, marcado pelo interesse pela classificação dos dados oriundos da pesquisa arqueológica, no âmbito do aparecimento de uma corrente de pensamento preocupada com os mecanismos mentais e as arquiteturas intelectuais da produção do saber arqueológico, tendo sua atenção voltada à epistemologia da própria ciência arqueológica, tecendo considerações de caráter teórico que proporcionaram uma profícua discussão científica acerca da constituição e da contínua construção da prática arqueológica.

Os pressupostos defendidos por Jean-Claude Gardin vão além de uma concepção normativa e positivista da pesquisa arqueológica, reconhecendo a sua natureza contextual, carregada de teoria da constituição dos dados arqueológicos, e priorizam a necessidade de se concentrar em práticas reais de interpretação arqueológica, assim como a complementaridade entre representações narrativas e formais do raciocínio arqueológico (DALLAS, 2016: 1). Da mesma forma, sua abordagem busca conectar a sua relação inicial com o desenvolvimento de metalinguagens arqueológicas descritivas e tipológicas com sua posterior elaboração de uma abordagem teoricamente embasada na argumentação, análise e publicação arqueológica, que destaca, a partir da lógica teórica de seu programa, uma contribuição relevante para o desenvolvimento de uma teoria da prática arqueológica, fundamentada sobre a reflexividade e as possibilidades de conhecimento dentro dos limites científicos, apontando para direções potencialmente profícuas para a pesquisa e prática contemporânea no campo da informática e da comunicação, pensando a arqueologia como pesquisa científica lógica, sempre aberta à investigação, com o objetivo de construir uma metalinguagem que expresse sua natureza mais profunda (DALLAS, 2016: 1; RAMAZOTTI, 2014: 37).

De acordo com Gardin, a Arqueologia, tal qual o conjunto de disciplinas de caráter científico, acumula um grande volume de dados, os quais o pesquisador deverá estar apto a recuperar e utilizar de modo a formular e testar teorias interpretativas. Há muitas questões práticas sobre qual a melhor forma de registrar, armazenar e disseminar o conjunto de informações

provenientes de uma determinada pesquisa, mas, segundo o autor, por detrás de tais princípios subjazem questões intelectuais fundamentais (GARDIN, 1980).

As premissas expostas por Jean-Claude Gardin estão calcadas no desenvolvimento tanto de uma abordagem distintiva para a análise quantitativa, quanto para a criação de uma literatura substancial envolvendo questões sobre lógica, metodologia e teoria da pesquisa arqueológica. Gardin discute a respeito daquilo que ele entende como as construções lógicas e semânticas que constituem a arqueologia como uma disciplina intelectual, cujo componente associado a essa condição abarca aqueles aspectos do campo que não seriam essencialmente práticos e técnicos, concernentes a todos os aspectos distintos dos trabalhos de campo e de ações laboratoriais (WHALLON, 1985). Conforme apontado por Dunnell (1981), Gardin equiparou o campo teórico ao metodológico no sentido filosófico e, assim, suas conclusões explícitas abordam as virtudes de sua análise logicista, em vez da teoria arqueológica, sendo que suas conclusões são marcadas por uma importância teórica (DUNNELL, 1981: 447).

Por sua vez, Tabaczyński & Zalewska (2013) apontam que, no âmbito do programa proposto por Gardin, a teoria arqueológica é concebida por meio de estruturas informacionais, compostas de banco de dados e das descrições de etapas individuais no discurso arqueológico, no decorrer dos quais um autor se move de um conjunto de argumentações para o outro. A concepção da ideia de banco de dados, conforme entendida por Gardin, se baseia em uma coleção de declarações referentes a sujeitos ou fenômenos no mundo externo, expressos na forma de descrições do material proveniente de investigações ou introduzidos no curso do estabelecimento de argumentações sobre as quais são justificadas conclusões específicas, construindo-se uma interpretação arqueológica tanto empírico-indutiva, formada a partir dos dados até as conclusões, ou hipotético-dedutiva, em sentido contrário, a partir de uma hipótese até os dados (TABACZYŃSKI & ZALEWSKA, 2013: 1).

Gardin busca detalhar os muitos estágios de registro e interpretação, tais como a observação, compilação, descrição, classificação e explicação, apontando o quão importante é demonstrar que os critérios sobre os quais tais estágios estão baseados devem ser estabelecidos de maneira explícita e

sistemática. Uma variedade de objetivos e procedimentos de seleção está envolvida até mesmo no que parecem ser os tipos mais concretos de registro e, de modo a avaliar qualquer declaração teórica ou interpretativa, é necessário que se esteja apto a reconhecer a hierarquia da informação (DALLAS, 2016). Outrossim, Gardin destaca que, mesmo com o advento de bancos de dados, computadores, publicação de pesquisas por meio digital, por exemplo, para que o aprimoramento do acesso de pesquisadores às informações de real valor seja concretizado, deve-se buscar alcançar tanto um consenso sobre como a informação é selecionada e apresentada, quanto sobre como os processos de raciocínio que esses diferentes modos de apresentação se dão (GARDIN, 1980).

Uma vez que o uso da computação se mostra cada vez mais essencial para a prática arqueológica, é necessário que arqueólogos demonstrem uma compreensão clara do impacto que a tecnologia da informação exerce sobre a disciplina. Este impacto pode ser observado em todos os aspectos da pesquisa e interpretação arqueológica, desde a pesquisa, escavação, análise da paisagem, passando a museus, processos curatoriais e de análise, processos de educação e extroversão dos resultados alcançados por determinado programa de pesquisa. Essa extroversão/publicação dos resultados no bojo de um determinado estudo em formato digital/eletrônico foi tratada por Gardin como uma das ferramentas que facilitam a articulação de dados acumulativos e publicações de trabalhos desenvolvidos em distintas partes do mundo através de uma rede interconectada de informação, permitindo a verificação de conclusões de natureza arqueológica tanto do ponto de vista formal quanto empírico, além da criação de condições para uma abordagem voltada ao processo de estabelecimento de uma perspectiva logicista de caráter arqueológico (TABACZYŃSKI & ZALEWSKA, 2013: 1).

No bojo do esquema de logicismo de Gardin, a linguagem da informação permite o acesso a materiais e textos que servem como base para aquilo o que o autor denominou de *“Archaeological Constructs”*, termo que faz referência aos conceitos de *“Compilações”* e *“Explicações”*, que buscam alcançar o entendimento acerca dos grupos humanos do passado, das suas obras culturais e sociais. É possível destacar que a abordagem de Gardin é constituída por uma estrutura tripartite, composta, primeiramente, por uma base

de dados e de sua descrição a partir de uma linguagem documentária. O segundo ponto dessa estrutura diz respeito às cadeias de proposições que conectam as compilações às explicações, evidência à teoria. Neste ponto, a linguagem apropriada pode ser entendida como uma forma de linguagem científica, baseada em classificações bem produzidas, combinadas com argumentos lógicos e validados, premissas vinculadas a conclusões, que combinam com o mundo real. O terceiro pressuposto é o estudo do processo científico, baseado na construção de uma metalinguagem que torne explícitos os processos interpretativos que articulam os vários estágios de raciocínio proposicional (JOHNSON, 2006: 154).

Na medida em que essas construções possam ser especificadas formalmente, elas podem se tornar parte de uma base de conhecimento. Da mesma forma, à medida que podem afetar a estrutura da forma como os dados são concebidos, podem efetuar, eventualmente, mudanças na estrutura e conteúdo da própria linguagem de informação. É dentro desse quadro de processo reflexivo, que envolve o trabalho com os dados, descrição, classificação, modelos e teoria, que Gardin fundamenta seus pressupostos teórico-metodológicos, explicitando, como fator crucial, a natureza de cada transformação, desde o estabelecimento de premissas até conclusões (IBIDEM).

Ao nos debruçarmos sobre a abordagem proposta por Jean-Claude Gardin, devemos levar em conta a distinção feita pelo autor no que diz respeito, conforme já apontado, aos conceitos sobre os quais está fundamentada a noção de “*Archaeological Constructs*”: “*Compilações*” e “*Explicações*”, conceitos estes articulados a partir de certa polaridade, não necessariamente dicotômica, a partir dos quais é demonstrada a centralidade dos processos de representação na formação do registro arqueológico e na construção do conhecimento arqueológico (GARDIN, 1980).

De acordo com o autor, “*Compilações (C_c)*” divulgam materiais importantes não publicados até determinado momento, ou de difícil acesso, podendo incluir relatórios de pesquisas desenvolvidas em um sítio arqueológico que geralmente são confeccionados a partir da tabulação de dados, pela organização dos tipos de objetos descritos e pelas feições e intervenções, por exemplo, realizadas e a partir das quais os artefatos foram recuperados. Uma

compilação é, contudo, definida menos pela substância ou estrutura, mas por seu propósito. Seu objetivo é apresentar dados arqueológicos de uma forma que permita que outros pesquisadores possam recuperá-los, sem grande esforço, em conexão com investigações comparativas ou históricas que o responsável pela compilação não pode antecipar ou incorporar ao recorte do seu objeto de pesquisa, por exemplo (GARDIN, 1980 *apud* VON GERNET, 1995; SHENNAN, 1981).

Por sua vez, as “*Explicações* (C_E)” podem ser entendidas como textos especulativos, que difundem novas ideias e contêm proposições sobre eventos passados ou formas de organização social, por exemplo, sendo marcadas por exposições lineares e um discurso contínuo. Embora dependam de compilações, as “*Explicações*” são intelectualmente mais ambiciosas, pois não se limitam a descrições dos objetos recuperados de grupos passados, mas também teorizam sobre as atividades, sistema econômico, organizações sociopolíticas e crenças desses grupos (GARDIN, 1980: 26-27).

Dessa forma, podemos apontar que o conceito de “*Compilações*” pode ser materializado, por exemplo, em catálogos de acervos provenientes de pesquisas arqueológicas, em relatórios de escavação, preocupados com os vestígios materiais identificados e seus atributos. Por sua vez, a ideia de “*Explicações*” se vê concretizada em monografias sintéticas e estudos interpretativos, preocupados com as sociedades pretéritas, sua história e modo de vida.

Após um período inicial dedicado à definição de códigos descritivos e linguagens de representação para diferentes classes de materiais arqueológicos (*Compilações*), Gardin voltou sua atenção para o desenvolvimento de um método para a representação formal do raciocínio arqueológico (*Explicações*). Sua epistemologia prática e o imperativo pragmático subjacente ao seu trabalho o levaram a questionar a forma narrativa tradicional de publicação arqueológica e a promover os valores de um modelo alternativo de publicação, logicista, baseado na condensação do discurso arqueológico em uma sequência esquematizada de inferências entre proposições lógicas, conectadas com dados arqueológicos de apoio (DALLAS, 2015: 182).

Apesar das diferenças na natureza das perguntas realizadas, métodos utilizados e premissas epistemológicas, todas as manifestações do conhecimento arqueológico dependem, principalmente, da interpretação sobre as coisas materiais, escavadas e identificadas em campo, ou em arquivos e coleções de museus, e em observações sobre o seu contexto, não apenas o contexto arqueológico de deposição e identificação, mas também o contexto epistêmico de suas biografias culturais (GARDIN, 1980: 66). Portanto, a curadoria ativa do registro arqueológico no sentido mais amplo, vista como parte do trabalho carregado de conhecimento pelos arqueólogos e responsáveis por coleções arqueológicas, é justificada tanto por motivos pragmáticos quanto éticos.

Dallas (2015) aponta que, em um recente estudo qualitativo baseado em entrevistas sobre valores e necessidades relacionadas ao trabalho acadêmico, comunicação e colaboração, muitos arqueólogos destacam a utilidade de disponibilizar dados de escavação para pesquisas futuras, sugerindo a importância de registrar e arquivar as informações de uma escavação, ou seja, a prática de curadoria em arqueologia, que permita a outros pesquisadores a realização de uma espécie de recuperação de todos os dados, de forma a organizar e fornecer acesso a diversas informações não publicadas, incluindo notas de campo, artefatos, fotografias, anotações e bancos de dados para futuras pesquisas arqueológicas (DALLAS, 2015: 182).

Baseando-se nos pressupostos teórico-metodológicos de Gardin, Sullivan e Childs (2003) destacam que, no tocante à questão da curadoria arqueológica, uma coleção bem-feita, bem documentada e com uma organização adequada, pode servir de base para vários projetos de pesquisa, mesmo que tenha sido feita há algum tempo e careça de determinadas classes de material para informação que hoje em dia seja coletada rotineiramente (SULLIVAN & CHILDS, 2003; DALLAS, 2015). Por outro lado, como a coleção de objetos e documentos oriundos de cada projeto de escavação assume o status de um registro insubstituível do passado, deve-se considerar sua preservação em um estado confiável e utilizável como condição necessária para permitir a condução de mais pesquisas, interpretando o passado e gerenciando recursos arqueológicos de maneiras informadas (CHILDS, 2003).

Dessa forma, é necessário levar em consideração que o registro arqueológico congrega diversos significados potenciais, que podem ser classificados tanto a partir da totalidade dos vestígios remanescentes de culturas arqueológicas identificadas por meio da pesquisa em campo (prospecções e escavações), quanto através da documentação derivada do processo de registro desse material remanescente. Essas duas classificações, de acordo com Dallas (2015), não são independentes entre si, mas remetem a duas origens distintas: a primeira, associada ao registro fóssil, pressupõe um processo de formação natural; a segunda está relacionada ao registro histórico, sendo construída como objeto social por meio de um processo estrutural, simbólico e contextual de representação (DALLAS, 2015: 180). Igualmente, o registro físico dos vestígios materiais ocuparia o domínio empírico da arqueologia, quando suas partes são identificadas, escavadas e selecionadas, ao passo que o registro textual é construído através da representação, transformação e interpretação do registro físico (LOCK, 2003; PATRIK, 1985; DALLAS, 2015).

Apesar de os pressupostos que marcam o pensamento de Jean-Claude Gardin estarem presentes, empiricamente, na prática cotidiana dos arqueólogos brasileiros, seja durante a realização de pesquisas de campo, seja no interior de laboratórios, por meio da curadoria e análise dos acervos provenientes das pesquisas, essa temática se encontra quase que ausente do debate acadêmico nacional, sendo pouco discutidos, formalmente, em sala de aula, os aspectos basilares que a fundamentam. Pouco se discute a respeito de seu programa logicista, a partir do qual se busca apreender a compreensão dos mecanismos e bases do raciocínio arqueológico por meio da criação de uma infraestrutura que permita a intensificação da disseminação e maior captação dos resultados de pesquisas arqueológicas. Ainda mais quando se torna claro que a aplicação dos conceitos que caracterizam o pensamento de Jean-Claude Gardin dialoga, diretamente, com a natureza da prática arqueológica, a qual, de acordo com o autor, é a soma de estudos sobre objetos materiais que podem lançar alguma luz, em conjunto com outros dados, sobre a história e modos de vida dos povos antigos (eventos específicos, atividades diárias, instituições, crenças, etc.) (GARDIN, 1980: 5).

Nesse sentido, cabe apontar que os aspectos que caracterizam as ideias destacadas nesta pesquisa dialogam com os pressupostos defendidos por Gardin, uma vez que seu objeto de estudo representa uma fração oriunda de programas de pesquisa que guardam relação entre si, desenvolvidos na região, sistematicamente, há duas décadas.

A produção acadêmico-científica originária do conjunto de pesquisas desenvolvidas no bojo do Programa de Prospecções, Resgate e Monitoramento Arqueológico – Projeto São Francisco, bem como no Projeto Fronteira Ocidental, envolveu estudos voltados a distintas questões temáticas, tais como espaço missioneiro e relações de fronteira entre portugueses da Capitania de Mato Grosso e os jesuítas das missões espanholas de Mojo no início do século XVIII (CASTILHO, 2008); reflexão sobre as resistências dos trabalhadores escravizados na região mineradora do rio Guaporé, na Capitania de Mato Grosso, entre a fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade em 1752 e anos iniciais do século 19 (ROSA, 2009); estudos de arqueometalurgia voltados a coleções de artefatos metálicos oriundos de áreas de mineração (PEDRONI, 2008; TRONCOSO, 2013); estudos da paisagem arqueológica em áreas de remanescentes de quilombos (CARVALHO, 2012; 2018); estudo abordando sítios indígenas localizados tanto no alto da Serra de São Vicente (Serra da Borda), onde se situa o Arraial de São Francisco Xavier da Chapada, bem como assentamentos identificados no vale do Guaporé, denotando a utilização dos dados gerados pelo presente programa (LIMA, 2010).

Diante do exposto, o conjunto de dados, publicações, incluída esta tese, além das inúmeras etapas de pesquisa realizadas em escala regional na microrregião do Alto Guaporé que alimentaram os estudos acadêmicos acima destacados, proporcionaram a elaboração de um denso *corpus* documental que se encaixa na definição dos conceitos de *Compilações (relatórios de pesquisa, dados de campo, artefatos escavados)* e *Explicações (artigos, dissertações e teses)*, conforme concebido por Gardin, e apresenta grande potencial para articular as diversas temáticas tanto das pesquisas já realizadas, oriundas dos programas em epígrafe, quanto de futuras pesquisas, uma vez que o registro arqueológico, visto através da curadoria do trabalho arqueológico, baseado na seleção, arranjo dos conjuntos, seriação dos vestígios materiais, descrições de feições e remanescentes arqueológicos, é

tudo o que resta no tocante a uma possível conexão com a materialidade original de um sítio tal como observado em seu contexto original de deposição/formação. Nesse sentido, o conjunto documental que representa o registro arqueológico existe como fato real, representando os vestígios materiais da atividade humana passada por meio de sua documentação, descrição e interpretação (DALLAS, 2015: 180).

À medida que pesquisas baseadas na avaliação de uma ampla base de evidências arqueológicas e contextuais já levantadas, sejam históricas, geográficas ou antropológicas, se tornam imprescindíveis, permitindo que arqueólogos retomem estudos de sítios arqueológicos, culturas e fenômenos particulares, arquivos e conjuntos de dados e materiais arqueológicos passam a se tornar objetos de análise prioritária, refletindo, dessa forma, um esforço epistêmico inseparável da pesquisa acadêmica e, conforme apontado por Voss (2012) a atenção voltada ao processo de curadoria destaca a materialidade da arqueologia como uma base compartilhada de pesquisa fundamentada em escavações e coleções.

Finalmente, diante da proliferação do trabalho arqueológico em grandes quantidades de relatórios de pesquisas e de um conjunto infindável de dados relacionados aos mais diversos aspectos que marcam uma determinada pesquisa, muitas vezes ainda aguardando publicação, torna-se imperativa a aplicação de uma arqueologia digital que assegure a preservação e relevância de tais dados em benefício da pesquisa arqueológica, de modo que garanta as condições de sua reprodutibilidade, permitindo seu planejamento, bem como a coleta e organização de dados, atestando sua qualidade, além da criação de metadados e da integração de dados de análise. As ações de documentação e registro de sítios arqueológicos encontram-se no centro do processo arqueológico e caracterizam-se como componentes fundamentais da pesquisa e apresentação do patrimônio cultural, podendo ser entendidos como aspectos essenciais sem os quais a interpretação e análise do patrimônio arqueológico não são possíveis.

Dessa feita, apresentamos, a seguir, quatro estudos de caso desenvolvidos no território do vale do rio Guaporé mato-grossense, de modo a oferecer uma síntese para o processo de ocupação e consolidação desse

território, além de elementos relevantes para a gestão do patrimônio arqueológico em escala regional.

3.2.1. Estudo de caso 1: Programa de Prospecções, Resgate e Monitoramento Arqueológico – Projeto São Francisco

Este programa de arqueologia preventiva¹ devotado ao licenciamento da lavra São Francisco teve como objetivo a reconstituição dos sucessivos cenários de ocupação humana verificados no alto da Serra de São Vicente (ou Serra da Borda) e seu entorno, notadamente, as marcas derivadas da atividade minerária ali desempenhada a partir do segundo quartel do século XVIII.

A divulgação ocorrida em torno do patrimônio evidenciado na região e, principalmente, a identificação e cadastro do Arraial de São Francisco Xavier da Chapada, aliada à sua integridade, excepcionalidade e significância histórica, despertou, de imediato, o interesse dos estudiosos e profissionais ligados aos órgãos de preservação em âmbito federal e estadual, sendo desencadeada a discussão em favor de sua proteção. Entretanto, a discussão em torno dos destinos do sítio histórico arqueológico ganhou corpo passada praticamente uma década, em decorrência do desenvolvimento de estudos ambientais voltados ao licenciamento da mina de ouro São Francisco, quando da execução do diagnóstico arqueológico no âmbito do EIA/RIMA do empreendimento e, conseqüentemente, novas incursões ao núcleo arruinado, posicionado em área imediatamente adjacente à futura mina (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2015).

Embora os estudos tenham sido focados no cenário minerário antigo, não estiveram restritos a ele, tendo sido possível detectar e investigar igualmente ocupações mais antigas, relacionadas às ocupações indígenas anteriores ao avanço colonizador nessa porção do alto médio vale do Guaporé (ver por ex. LIMA, 2010).

Contudo, a magnitude das evidências relacionadas à mineração imprimiu o tom no enfoque dado aos estudos que buscaram compreender os aspectos do cotidiano do Arraial de São Francisco Xavier da Chapada,

¹ Portaria nº 257, de 10 de Outubro de 2005, seguida de renovação por meio da Portaria 342, de 24 de outubro de 2006, da Portaria nº 37, de 7 de Novembro de 2008, da Portaria nº 9, de 17 de março de 2011 e, por fim, da Portaria nº 8, de 21 de Fevereiro de 2014 (Anexo II – Item 04 - Processo IPHAN nº 01506.000149/2005-31).

localizado no alto da Serra de São Vicente (ou Serra da Borda), em cota altimétrica variando entre 630 e 745 metros de altitude, a partir de evidências (ecofatos, cavas e monturos de rejeito), que viriam a conhecer impactos em virtude da implantação do empreendimento. Conjuntamente aos levantamentos de campo, intensificou-se a pesquisa documental envolvendo a sistematização de textos históricos, cartografia específica, e relatos orais, de modo a esclarecer o papel exercido pelo arraial no contexto da formação da fronteira colonial no território do Mato Grosso (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2015).

Conforme mencionado, antecederam ao programa de resgate os estudos diagnósticos e prospectivos, executados a partir de 1997, que permitiram avaliar quais porções localizadas no entorno do Arraial que viriam a conhecer impactos em decorrência da implantação da lavra São Francisco e, conseqüentemente, a delimitação da área-alvo de preservação denominada a partir de então como área nuclear do arraial, sendo colhidos subsídios para sua demarcação, diante do risco iminente de invasão por garimpeiros autônomos em movimento recorrente no sopé da serra e porções dos territórios dos municípios de Vila Bela da Santíssima Trindade e Pontes e Lacerda, conforme se observa na atualidade (op.cit) (Figura 12).

Figura 12. Exemplos de atividade garimpeira desenvolvidas na Serra do Caldeirão, município de Pontes e Lacerda, no ano de 2015.

Nesse sentido, o programa de arqueologia preventiva realizado envolveu o salvamento de estruturas isoladas que viriam a ser impactadas, localizadas fora da área protegida do Arraial, pesquisas no interior da área protegida, assim como o acompanhamento periódico, baseado no monitoramento do sítio durante o período de funcionamento da mina, objetivando garantir sua preservação, tornando, assim, o empreendedor corresponsável pela preservação do bem durante todo o período de vida útil de exploração mineral.

O monitoramento arqueológico, desenvolvido entre os anos de 2005 e 2014 envolveu ações devotadas à preservação do sítio com a abertura de acessos para deslocamento, manutenção e avaliação periódica de estruturas que integram o conjunto do povoado extinto. Igualmente, o monitoramento implicou na avaliação sistemática de zonas que guardavam proximidade com a mina em atividade, no acompanhamento e validação de estudos sísmicos devotados à avaliação de eventuais efeitos derivados das detonações, bem como procedimentos de limpeza e supressão controlada de vegetação. Cabe

destacar que a floraturbação é o principal vetor de impactos às ruínas e demais evidências arqueológicas localizadas no interior da zona protegida. Da mesma forma, foram propostas iniciativas para viabilizar a visita ao sítio (proposta de trilha, sinalização e equipamentos de apoio), sendo desenvolvidos ensaios nesse sentido valendo da visita estimulada de munícipes e autoridades. A partir do conjunto de informações obtidas e levantamentos complementares efetuados no arraial, estabeleceu-se sua delimitação, e respectivo entorno paisagístico, abarcando cerca de trinta e cinco hectares da propriedade concessionada para mineração, abarcando porções de terrenos localizados às margens do Córrego Casarão, numa extensão de 1.200 metros em seu eixo N/S (Figura 13) (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2015).

Figura 13. Mapa da localização da área tombada do Arraial de São Francisco Xavier da Chapada, com a disposição das estruturas que o conformam, elaborado a partir dos levantamentos realizados no âmbito do monitoramento arqueológico, entre os anos de 2005 e 2014 (Fonte: ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014).

Conforme anteriormente mencionado, num primeiro momento, os esforços do programa de arqueologia preventiva estiveram voltados ao estudo, documentação e resgate de sítios e evidências localizadas na área a ser efetivamente impactada pelo empreendimento (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2005). Uma vez concluída esta fase, o programa voltou-se à documentação no interior do Arraial propriamente dito dentro de uma perspectiva eminentemente conservativa, a fim de se produzir a cartografia base do sítio, assim como do conjunto de estruturas remanescentes, de acordo com a fundamentação teórico-metodológica das atividades previstas no âmbito do monitoramento do empreendimento, de acordo com o estabelecido pelo IPHAN.

Assim, o monitoramento arqueológico envolveu simultaneamente a avaliação da área protegida e da porção alvo de exploração mineral, envolvendo os terrenos onde se dava a movimentação de maquinário e escavações que poderiam afetar, negativamente, o patrimônio arqueológico situado proximamente, envolvendo a observação e registro controlado dos locais avaliados, coleta de artefatos eventualmente aflorados, ações de salvamento, registros fotográficos, e análises laboratoriais (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2015).

Cabe destacar que o monitoramento arqueológico sistemático mostra-se como um instrumento eficaz, transformando paulatinamente novas intervenções na área licenciada em intervenções sistemáticas e controladas, como um programa de testes arqueológicos em larga escala (VOSS, 2008), pautado nas modelagens estabelecidas nas fases anteriores do programa, cruzando informações oriundas da pesquisa histórica, sítios arqueológicos estudados e a própria paisagem envolvente (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2011).

Coube ao monitoramento arqueológico, nesse sentido, averiguar a presença/ausência de depósitos arqueológicos em áreas para além da zona protegida que não haviam sido intensivamente examinadas durante a prospecção e resgate (CRT, 2011), sendo-lhe conferido um status de complementaridade, por vezes antecipatório, de acordo com a dinâmica do empreendimento. Por isso, o monitoramento pode ser utilizado como suplemento, ou mesmo como uma checagem dos resultados obtidos por meio das tradicionais técnicas e métodos arqueológicos de exame de superfície e

subsuperfície adotados (SEABURY, 1981), cabendo ressaltar que no caso da área nuclear do arraial de São Francisco, não ocorreram quaisquer intervenções e obras.

Com base nas premissas metodológicas estabelecidas pelo Programa como um todo, o monitoramento arqueológico do Arraial de São Francisco Xavier da Chapada baseou-se nos seguintes objetivos:

Tabela 1. Objetivos das atividades de monitoramento arqueológico junto ao Arraial de São Francisco Xavier da Chapada (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2015).

Acompanhar as obras de exploração mineral moderna nas adjacências da área protegida.
Avaliar, periodicamente, a área nuclear do Arraial de São Francisco Xavier da Chapada, de modo a averiguar eventuais impactos advindos da atividade de mineração exercida no entorno, assim como impactos oriundos de distintos vetores, de origem biótica e/ou natural, tais como bioturbação, floraturbação, estes considerados no caso em questão (área protegida), como aqueles de maior efeito cumulativo e negativo.
Desenvolvimento junto à área nuclear de ações devotadas à mitigação dos vetores de impactos evidenciados, promovendo-se através de poda e supressão controladas, métodos orgânicos de controle de crescimento da vegetação, aplicação de defensivos e herbicidas, dentre outras, tarefas executadas em setores diferenciados do arraial anualmente.
Atualização periódica de cadastro de estruturas arqueológicas evidenciadas durante as ações de limpeza e supressão de vegetação, promovendo os registros cabíveis.
Avaliação do grau de integridade e relevância das novas evidências porventura identificadas.
Orientação e capacitação da equipe de manutenção no alto da Serra.
Promoção de ações pontuais de conservação de estruturas notáveis como, por exemplo, as ruínas da igreja de São Francisco Xavier, Casarão, dentre outras.
Proposição de roteiro de visitação e realização de ensaios metodológicos a respeito.
Orientação e capacitação da equipe do museu, bem como de monitor alocado pelo empreendedor para acompanhar a reserva técnica e visitação à mostra montada em Vila Bela.

No tocante aos resultados obtidos, a **Tabela 2** aponta, de forma sintética, as ações promovidas em cada uma das etapas de campo executadas entre os anos de 2005 e 2014:

Tabela 2. Ações desenvolvidas no âmbito do Monitoramento Arqueológico (2005 a 2014) (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2015).

Ano	Ações	Setor/Estrutura alvo da ação no Arraial
2005	Limpeza de Estruturas; Inspeção dos pontos de atenção que configuram os marcos limites do perímetro de tombamento do Arraial; Desenvolvimento de ações relacionadas à salvaguarda de acervo junto ao Museu Histórico e Arqueológico de Vila Bela.	Estruturas 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e SH-01 (Aquaduto).
2006	Limpeza de Estruturas; Inspeção dos pontos de atenção que configuram os marcos limites do perímetro de tombamento do Arraial; Desenvolvimento de ações relacionadas à salvaguarda de acervo junto ao Museu Histórico e Arqueológico de Vila Bela.	Estruturas 01, 02, 03, 04, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e SH-01 (Aquaduto).
2007	Atividade sistemática de limpeza, evidenciação e registro de estruturas notáveis; Implantação do roteiro de visitação e gestão (estudo prévio de acesso alternativo); Limpeza da divisa da área tombada.	Estruturas 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33 e SH-01 (Aquaduto).
2008	Aplicação de método de solarização não poluente para contenção de crescimento de vegetação; Atividades sistemáticas de limpeza, evidenciação e registro de novas estruturas; Atividades sistemáticas de limpeza, evidenciação e registro de evidências relativas ao sistema viário do Arraial.	Estruturas 01, 03, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31 e SH-01 (Aquaduto).
2009	Verificação dos resultados do método de solarização não poluente para contenção de crescimento de vegetação; Atividades sistemáticas de limpeza, evidenciação e registro de novas estruturas; Manutenção da reserva técnica do Museu Histórico e Arqueológico Joaquim Marcelo Profeta da Cruz.	Estruturas 07, 10, 18, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42 e 43 e SH-01 (Aquaduto).

Ano	Ações	Setor/Estrutura alvo da ação no Arraial
2010	Sistematização e levantamento bibliográfico; Manutenção das estruturas alvo do método de solarização não poluente para contenção de crescimento de vegetação; Atividades sistemáticas de limpeza, evidenciação e registro de novas estruturas; Acompanhamento de transferência da reserva técnica do Museu Histórico e Arqueológico Joaquim Marcelo Profeta da Cruz.	Estruturas 01, 03, 08, 10, 41, 44, 45, 46, 47 e 48 e SH-01 (Aquaduto).
2011	Sistematização e levantamento bibliográfico; Avaliação de método para contenção de crescimento de vegetação e implantação de abordagem alternativa nas Estruturas 1 (Igreja) e 3 (Casarão); Atividades sistemáticas de limpeza, evidenciação e registro de novas estruturas e frentes de lavra associadas à mineração Colonial; Realização de intervenções sistemáticas de subsuperfície; Identificação e registro de novo sítio arqueológico, <u>São Francisco Xavier II.</u>	Estruturas 01, 02, 03, 14, 21 e SH-01 (Aquaduto).
2012	Sistematização e levantamento bibliográfico (atualização); Atividades sistemáticas de limpeza, evidenciação de estruturas e substituição de método para contenção de crescimento de vegetação nas Estruturas 1 (Igreja) e 3 (Casarão) e implementação da abordagem em novas estruturas e espaços.	Estruturas 01, 02, 03 e SH-01 (Aquaduto).
2013	Sistematização e levantamento bibliográfico (atualização); Atividades sistemáticas de limpeza, evidenciação de estruturas e manutenção de método para contenção de crescimento de vegetação nas Estruturas 1 (Igreja) e 3 (Casarão) e implementação da abordagem em novas estruturas e espaços; Visita técnica da Superintendente Regional do IPHAN MT; Inspeção ao Museu Histórico-Arqueológico Joaquim Marcelo Profeta da Cruz e sua reserva técnica.	Estruturas 01, 02, 03, 05, 06, 08, 09, 12, 13, 14, 15, 15, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 33, 47 e SH-01 (Aquaduto).

Ano	Ações	Setor/Estrutura alvo da ação no Arraial
2014	Sistematização e levantamento bibliográfico (atualização); Atividades sistemáticas de limpeza, evidenciação de estruturas e manutenção de método para contenção de crescimento de vegetação; Visita técnica da Superintendente Regional do IPHAN MT; Revisão de áreas de atenção no entorno envolvendo barragem de finos, SH-01 e área destinada à ampliação da pilha de rejeitos requerida ao IPHAN; Inspeção à sede provisória do Museu Histórico-Arqueológico Joaquim Marcelo Profeta da Cruz, atividade realizada pela coordenação juntamente com a Superintendente Regional e arqueólogo do IPHAN MT; Visitação a outras áreas de interesse histórico no núcleo urbano (porto e complexo dos militares, Igreja matriz, poço reabilitado (Sr. Lelis).	Estruturas 01, 02, 03, 05, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 28, 29 e SH-01 (Aqueduto).

Diante de tal quadro, as atividades desenvolvidas no bojo do monitoramento arqueológico do Arraial de São Francisco Xavier possibilitaram o aprofundamento de aspectos relativos à organização espacial do arraial e o mapeamento de 49 estruturas de morfologia e dimensões diversas (Pranchas 4 a 52). Da mesma forma, o acompanhamento periódico assegurou efetivamente que fossem controlados e mitigados os efeitos cumulativos derivados do crescimento da vegetação, principal fator de degradação interveniente no conjunto arruinado. A sua vez, a produção mineral, igualmente, assegurou o controle de acesso às áreas, afastando riscos de intervenções indesejáveis por parte de saqueadores e de atividades de garimpo ilegal, conforme tem sido observado no entorno regional (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2015).

Importa destacar que as atividades desenvolvidas no âmbito do monitoramento arqueológico permitiram a identificação e cadastro do sítio arqueológico São Francisco Xavier II, distante cerca de quatro quilômetros a sudeste do Arraial, caracterizado por também abrigar conjunto de ruínas, estruturas e vestígios associados à mineração colonial é possível que essa área esteja relacionada ao Corgo de São João Incógnito, conforme apontado em cartografia histórica (Pranchas 53 e 54).

Prancha 4. Estrutura 1

Estrutura edificada em pedras sobrepostas, argamassadas com barro, com presença de “cabodás”, abarcando área com aproximadamente 376,83 m². Segundo documentação arqueológica, escrita e oral, corresponde às ruínas da antiga Igreja de São Francisco Xavier. A edificação conta com uma nave principal, que ocupa 201,285 m² (e que conta com quatro vãos de porta, dois externos, voltados para o lado oeste, e dois internos, voltados para a sacristia), uma sacristia (apresenta três vãos externos de porta, dois voltados para o leste e um ao norte) e um compartimento interno, ao sul da nave principal, com área de 4m x 8,1m (o qual apresenta dois vãos, um externo voltado para o sul e um interno voltado para a própria sacristia). Segundo informações orais, na área noroeste, adjacente ao edifício, foram localizados indícios de sepultamentos aflorados em virtude da ação, no passado, de garimpagem irregular. Também a noroeste foram localizados blocos de pedra (dois) implantados no solo, a guisa de marcos, que podem estar relacionados à demarcação de limites do campo santo propriamente dito ou assinalando sepultamentos (função tumular). Estão associados a esta estrutura vestígios cerâmicos, de madeira e de telhas. Está localizada na coordenada UTM de referência 21 L 214627 8354702 (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014).

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

(Crédito Imagens: Zanettini Arqueologia, 2013).

Prancha 5. Estrutura 2

Estrutura edificada em pedras sobrepostas, argamassadas com barro, situada na confluência de dois cursos d'água (um deles o córrego casarão), junto à depressão, abarcando área com aproximadamente 87,87 m². Apresenta planta baixa retangular. Justamente por sua localização, foi-lhe atribuída função de controle, ganhando a denominação "Fortim". Em sua extremidade leste, apresenta um prolongamento de 4,1 m, conformando uma amurada anexa ao corpo principal da edificação; em sua face norte, apresenta um pequeno anexo de pedras sobrepostas argamassadas com barro, de formato circular, que se assemelha a uma estrutura de forno ou guarita. Durante a etapa de monitoramento do ano de 2011, a Estrutura foi alvo de escavação sistemática (UE3). Escavada no interior de pequeno anexo de pedras sobrepostas, com formato circular, a UE3 não apresentou qualquer vestígio arqueológico. Estão associados a esta estrutura vestígios metálicos e de madeira. Está localizada na coordenada UTM de referência 21 L 214266 8354525 (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014).

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

(Crédito Imagens: Zanettini Arqueologia, 2013).

Prancha 6. Estrutura 3

Estrutura edificada em pedras sobrepostas, argamassadas com barro, com presença de “cabodás”, popularmente conhecida como “Casarão”, abarcando área com aproximadamente 593,68 m². Localizada em cota superior ao primeiro arruamento, foi atribuída função de controle, a partir do qual tem-se visão de todo o Arraial, até a Estrutura 1. Associa-se não apenas às estruturas que estão nesta mesma cota topográfica (7, 8, 10, 44, 45, 46, 47), na margem oposta de uma pequena drenagem, como também à Estrutura 9 e à via de circulação antiga que passa pela escarpa que se ergue por trás do mesmo. A estrutura, além da edificação principal, é composta por dois anexos, um primeiro, à norte, com 14 m², de formato quadrangular e alicerces erguidos em pedras sobrepostas com argamassa de barro; e uma segunda, à oeste, com área de 40,48 m², do qual resta apenas o embasamento em pedra com argamassa de barro, de formato retangular. Durante a etapa de monitoramento do ano de 2011, a Estrutura foi alvo de escavação sistemática (UE2) em espaço contíguo à parede que divide a porção interna do Casarão e sua porção externa, apresentando baixa incidência de vestígios arqueológicos (metais e cerâmica). Estão associados a esta estrutura vestígios metálicos, cerâmicos, vítreos e de telhas capa e canal. Está localizada na coordenada UTM de referência 21 L 214690 8355311 (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014).

(Crédito Imagens: Zanettini Arqueologia, 2013).

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

Prancha 7. Estrutura 4

Estrutura edificada em pedras sobrepostas, argamassadas com barro, abarcando área com aproximadamente 1403,52 m². É possível que corresponda ao polígono representado na cartografia histórica do século XVIII, no mapa de Joaquim Ferreira. É composta por um total de quatro compartimentos, sendo que um deles apresenta grande quantidade de telhas capa-canal depositadas de modo organizado sobre o solo (popularmente conhecido como “Casa das Telhas”). Além disto, a estrutura contém uma canaleta escavada no solo que cruza, através de um pequeno vão, o alicerce que divide os dois maiores compartimentos. Apresenta, ainda, vestígios de atividades de lavra em seu interior. Está localizada na coordenada UTM de referência 21 L 214578 8354610 (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014).

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

(Crédito Imagens: Zanettini Arqueologia, 2013).

Prancha 8. Estrutura 5

Pequena ponte (ou pontilhão) edificada para transposição de curso d'água, conformada por lajes assentadas perpendicularmente à drenagem, com aproveitamento do afloramento rochoso. A estrutura possui 3 metros de largura por 7 metros de comprimento. Alinha-se com o alicerce externo da Estrutura 17. Está localizada na coordenada UTM de referência 21 L 214713 8355007 (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014).

(Crédito Imagens: Zanettini Arqueologia, 2013).

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

Prancha 9. Estrutura 6

Estrutura edificada em pedras sobrepostas, argamassadas com barro, abarcando área com aproximadamente 651,45 m². Compõe o primeiro arruamento do Arraial, próxima ao córrego casarão. Composta por três compartimento, dentro de um dos quais (à oeste) há uma escada que conecta a área externa (em cota superior) à parte interna da estrutura, mais rebaixada. Apresenta anexo de formato quadrangular, com 4 m². Contém vestígios de lavra em seu interior, estando associados à ela vestígios cerâmicos e vítreos. Está localizada na coordenada UTM de referência 21 L 214740 8355129 (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014).

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

Prancha 10. Estrutura 7

Estrutura construída com pedras sobrepostas com argamassa de barro, composta por dois pequenos compartimentos, abarcando área com aproximadamente 34,29 m². Faz parte do conjunto de estruturas que estão na mesma cota topográfica da Estrutura 3, na margem direita do córrego Casarão. Está localizada na coordenada UTM de referência 21 L 214714 8355393 (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014).

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

(Crédito Imagens: Zanettini Arqueologia, 2013).

Prancha 11. Estrutura 8

Estrutura edificada em pedras sobrepostas com argamassa de barro, compondo o conjunto de estruturas localizadas na mesma cota da Estrutura 3, na margem direita do córrego casarão. A mesma abarca área com aproximadamente 1264,10 m². Apresenta uma planta baixa trapezoidal, na qual destaca-se a presença de compartimento retangular, à sul, medindo aproximadamente 32m² (8,30 m x 4 m). Vale ressaltar que esta estrutura apresenta um vão de acesso na fachada leste, uma abertura na fachada oeste e vestígios de antigos canais em seu interior associados a muros de arrimo que, somados ao declive no terreno na qual está implantada, a caracteriza como uma estrutura em patamares. Além disto, a via de circulação/canal de água que percorre o lado oeste do Arraial, passando atrás do “Casarão”, tem seus arrimos associados aos alicerces da fachada oeste da estrutura. Estão associados a esta estrutura vestígios metálicos. Está localizada na coordenada UTM de referência 21 L 214771 8355556 (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014).

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

Prancha 12. Estrutura 9

Estrutura edificada em pedras sobrepostas, argamassadas com barro, com uso do afloramento rochoso como elemento estrutural, abarcando área com aproximadamente 217,88 m² . É composta ainda por uma via de circulação construída com muros de arrimo. Está localizada na coordenada UTM de referência 21 L 214726 8355319 (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014).

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

Prancha 13. Estrutura 10

Estrutura edificada em pedras sobrepostas com argamassa de barro, composta por dois compartimentos, sendo o menor com área de 23,10 m². Integra o nucleamento, juntamente às estruturas 7, 8, 44, 45, 46, 47, à margem direita do córrego casarão. A estrutura abarca área com aproximadamente 962,54 m², e está localizada na coordenada UTM de referência 21 L 214751 8355403 (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014).

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

(Crédito Imagens: Zanettini Arqueologia, 2013).

Prancha 14. Estrutura 11

Estrutura de barramento, em pedras sobrepostas com argamassa de barro, erguida na parte noroeste da área tombada, conhecida popularmente como “Barragem Portuguesa”. Caracteriza-se como a estrutura de contenção de maiores proporções, levada a cabo no leito do córrego Casarão, apresentando, originalmente, mais de 100 m lineares, dos quais jazem em pé 41,7 m na margem direita, totalizando área com aproximadamente 195,71 m². A estrutura apresenta escalonamento em dois patamares, com largura máxima aproximada de 3 m. A feição externa da barragem sugere o seu reforço por meio da aplicação de um encamisamento de blocos de granito justapostos. Devido a cota de implantação, esta barragem teria suprido de água constante toda a área nuclear do Arraial e suas adjacências. A estrutura está localizada na coordenada UTM de referência 21 L 214430 8356098 (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014).

(Crédito Imagens: Zanettini Arqueologia, 2013).

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

Prancha 15. Estrutura 12

Estrutura edificada em pedras sobrepostas, argamassadas com barro, fazendo parte do primeiro arruamento do Arraial, composta por dois compartimentos, abarcando área com aproximadamente 491,78 m². Possui vestígios de atividade de lavra (cava) adjacente à fachada sudoeste. Em 2005, foi submetida à uma malha de sondagens sistemáticas com intervalos regulares de 3 m (num total de 12 sondagens), sendo identificadas três áreas contendo vestígios cerâmicos. Foram ainda localizados fragmentos cerâmicos e de telha-capa-canal. Está localizada na coordenada UTM de referência 21 L 214660 8354849 (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014).

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

Prancha 16. Estrutura 13

Estrutura edificada em pedras sobrepostas, argamassadas com barro, fazendo parte do primeiro arruamento do Arraial, paralela ao córrego Casarão, em sua margem esquerda, abarcando área com aproximadamente 785,29 m². Composta, aparentemente, por 12 compartimentos, cujas cotas internas estão em diferentes patamares, também em relação à cota externa. No interior dessa estrutura foram encontradas peça metálicas, de vidro e de borracha de fabrico recente relacionados à passagem fortuita de garimpeiros isolados, além de fragmentos de telha capa-canal. Está localizada na coordenada UTM de referência 21 L 214640 8354911 (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014).

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

Prancha 17. Estrutura 14

Estrutura edificada em pedras sobrepostas, argamassadas com barro, compondo o nucleamento que conforma o primeiro arruamento do Arraial, à margem esquerda do córrego casarão, abarcando área com aproximadamente 525,64 m². É composta por três compartimentos contíguos, voltados para o arruamento, e um grande cercamento ("quintal"). Possui, ainda, um vão, em sua fachada noroeste, que dá acesso ao córrego casarão. Durante a etapa de monitoramento arqueológico de 2011 a Estrutura foi alvo de escavação sistemática (UE4) em pequeno cômodo interno, em sua face E, contíguo à principal via de circulação do arraial. Como resultado da escavação local foram evidenciados fragmentos de artefatos cerâmicos, metálicos e vítreos. Está localizada na coordenada UTM de referência 21 L 214667 8354943 (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014).

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

Prancha 18. Estrutura 15

Estrutura edificada em pedras sobrepostas, argamassadas com barro e intercaladas com pedra canga (laterita), compondo o conjunto de estruturas que conforma o primeiro arruamento do Arraial, à margem esquerda do córrego casarão, abarcando área com aproximadamente 330,93 m². Durante os procedimentos de limpeza foram identificados, em um dos compartimentos, vestígios cerâmicos em concentração, sugerindo a possibilidade do mesmo tratar-se de uma “cozinha” ou “despensa”. A edificação apresenta igualmente telhas capa-canal depositadas verticalmente sobre o solo de maneira organizada. Está localizada na coordenada UTM de referência 21 L 214673 8354964 (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014).

ESCALA GRÁFICA:

5m

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

(Crédito Imagens: Zanettini Arqueologia, 2013).

Prancha 19. Estrutura 16

Estrutura edificada em pedras sobrepostas, argamassadas com barro, que compõe o conjunto de estruturas que conforma o primeiro arruamento do Arraial, à margem esquerda do córrego casarão, abarcando área com aproximadamente 942,77 m². Em seu interior foi coletado um fragmento de cachimbo em cerâmica com decoração plástica. Também em seu interior conta-se com uma cava de prospecção mineral de considerável porte. Está localizada na coordenada UTM de referência 21 L 214686 8354997 (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014).

(Crédito Imagens:
Zanettini
Arqueologia, 2013).

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

Prancha 20. Estrutura 17

Estrutura edificada em pedras sobrepostas, argamassadas com barro, e presença de tijolos de adobe, escalonada em patamares, abarcando área com aproximadamente 1003,75 m². Faz parte do conjunto de estruturas que conforma o primeiro arruamento do Arraial, à margem esquerda do córrego casarão. Os compartimentos da fachada sudeste eram provavelmente recobertos com telhas capa-canal e foi possível registrar, em um dos alicerces, evidências remanescentes de tijolos de adobe justapostos, que fornecem dados inéditos a respeito dos procedimentos de construção adotados na área nuclear do Arraial, sendo esta, até o momento, a única edificação registrada com a presença da técnica construtiva em questão. Ressalta-se, igualmente, que a Estrutura 5, “Pontilhão”, está alinhada com a quina ao sul da fachada sudeste da edificação. Está localizada na coordenada UTM de referência 21 L 214698 8355040 (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014).

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

Prancha 21. Estrutura 18

Estrutura em pedras sobrepostas, argamassadas com barro, composta por três compartimentos descontínuos, atravessados por vala escavada no solo em sua porção Norte. A estrutura abarca área com aproximadamente 342,85 m² e está localizada na coordenada UTM de referência 21 L 214402 8354615 (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014).

(Crédito Imagens: Zanettini Arqueologia, 2013).

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

Prancha 22. Estrutura 19

Estrutura construída em pedras sobrepostas com argamassa de barro, implantada sobre patamar artificial, dotada de um lance de escada (dois degraus) responsável pelo acesso à parte interior da estrutura, a partir da área externa (em cota inferior). É composta por quatro cômodos interconectados entre si por vãos e aberturas e um grande cercamento em sua parte posterior. Foi alvo de intervenção arqueológica através da abertura de uma trincheira em um dos cômodos, o qual evidenciou fragmentos de cerâmica e telha capa-canal. A estrutura abarca área com aproximadamente 1210,86 m² e está localizada na coordenada UTM de referência 21 L 214712 8354854 (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014).

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

(Crédito Imagens: Zanettini Arqueologia, 2013).

Prancha 23. Estrutura 20

Pequena estrutura edificada em pedra sobreposta com argamassa de barro, composta por dois compartimentos com presença de vãos e aberturas. Estão associados a esta estrutura vestígios cerâmicos e de telhas capa e canal. A estrutura abarca área com aproximadamente 47,43 m², e está localizada na coordenada UTM de referência 21 L 214677 8354907 (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014).

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

(Crédito Imagens: Zanettini Arqueologia, 2013).

Prancha 24. Estrutura 21

Estrutura edificada em pedras sobrepostas, argamassadas com barro, intercaladas com fragmentos de pedra canga (laterita), abarcando área com aproximadamente 1177,99 m². Faz parte do conjunto de estruturas que conforma o primeiro arruamento do Arraial, à margem esquerda do córrego casarão. Nela foram localizadas telhas capa-canal depositadas sobre o solo de maneira organizada, verticalmente, apontando para um possível desmonte da estrutura. Foram, igualmente, localizados, em superfície, fragmentos de cerâmica (talha com alça), de cachimbo cerâmico, de vidros verdes de garrafas de base quadrada, além de variadas peças metálicas (tesoura, navalha, cravos, fechaduras, espelhos, chaves, etc.) que foram alvo de análises físico-químicas. Durante a etapa de monitoramento do ano de 2011, a Estrutura foi alvo de escavação sistemática (UE1) em pequeno cômodo interno, localizado em sua face NO, próximo a principal via de circulação do arraial, do qual foi exumada uma grande concentração de vestígios arqueológicos (artefatos metálicos, cerâmicos, vítreos e louças). Está localizada na coordenada UTM de referência 21 L 214708 8354946 (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014).

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

(Crédito Imagens: Zanettini Arqueologia, 2013).

Prancha 25. Estrutura 22

Pequena estrutura edificada em pedras sobrepostas, argamassadas com barro, composta por quatro compartimentos com semelhantes dimensões (áreas internas de 18,94 m², 12,10 m², 12,44 m² e 17,85 m²), abarcando área total com aproximadamente 86 m². Estão associados a esta estrutura vestígios cerâmicos e de telha capa e canal. Está localizada na coordenada UTM de referência 21 L 214729 8355024 (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014).

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

Prancha 26. Estrutura 23

Estrutura composta por quatro compartimentos autônomos, com formato retangular, sendo um deles semelhante a um pequeno forno (com 4 m²) construído sob alicerces de pedras sobrepostas, argamassadas com barro, sobre as quais erguem-se pedras cangas (laterita) em formato piramidal (provavelmente colapsadas). Os demais componentes da estrutura foram todos edificados em pedras sobrepostas com argamassa de barro. Apresenta vestígios de lavra entre os compartimentos. A estrutura abarca área com aproximadamente 49,22 m², e está localizada na coordenada UTM de referência 21 L 214751 8355051 (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014).

(Crédito Imagens: Zanettini Arqueologia, 2013).

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

Prancha 27. Estrutura 24

Estrutura construída com técnicas diversas, ora em pedras sobrepostas com argamassa de barro (com presença de “cabodá”), ora em pedras secas (parte da fachada noroeste), abarcando área com aproximadamente 1484,13 m². Apresenta, ainda, compartimento retangular, em seu interior, com possíveis vestígios de patamares ou alicerces em barro socado, único exemplar desta técnica construtiva até o momento no Arraial. Foram localizadas telhas capa-canal no interior do compartimento que se assemelha à um rol de entrada da edificação, na fachada noroeste. Conta-se, ainda, com vestígios de lavra em seu interior, como cavas. Está localizada na coordenada UTM de referência 221 L 214739 8354902 (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014).

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

(Crédito Imagens: Zanettini Arqueologia, 2013).

Prancha 28. Estrutura 25

Estrutura edificada em pedras sobrepostas com argamassa de barro, com presença de “cabodá” e utilização do afloramento rochoso como parte do alicerce. A estrutura é composta por uma edificação principal e dois anexos, com vestígios de lavra em apenas um deles, abarcando área com aproximadamente 903,15 m². Está localizada na coordenada UTM de referência 21 L 214775 8354973 (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014).

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

Prancha 29. Estrutura 26

Pequena estrutura, edificada em pedras sobrepostas com argamassa, em formato quadrangular, aparentemente não relacionada à outras estruturas, à guisa de anexo, por estar destas separada por drenagens e afloramentos rochosos. Possui um vão de entrada em sua face noroeste. Abarca área com aproximadamente 7,99 m² e está localizada na coordenada UTM de referência 21 L 214809 8355009 (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014).

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Trancoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

Prancha 30. Estrutura 27

Estrutura edificada em pedras sobrepostas com argamassa de barro, composta por duas edificação, a maior com dois vãos de porta. Abarca área com aproximadamente 165,41 m² e está localizada na coordenada UTM de referência 21 L 214783 8355025 (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014).

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

Prancha 31. Estrutura 28

Estrutura edificada em pedras sobrepostas com argamassa de barro e presença de pedra canga (laterita), abarcando área com aproximadamente 338,32 m². Ressalta-se a existência de abertura, sob os alicerces da fachada noroeste, através da qual perpassa uma vala escavada no solo, que cruza a estrutura no sentido noroeste-sudeste. O alicerce da fachada leste parece ter tido abertura semelhante a que compõe a vala do alicerce da fachada noroeste, atualmente colapsado. A vala segue em direção à Estrutura 24 (à oeste), associando-se a uma drenagem na qual pode-se perceber a presença de cavas de mineração. Na direção oposta (leste), a vala associa-se a drenagem que parte dos arrimos da via de circulação que percorre a parte posterior da estrutura. Este sistema parece estar associado à uma nascente com regime de sumidouro, também a leste da estrutura, o que corrobora sua função enquanto cisterna ou estrutura ligada a sistema de captação de água. A edificação ainda associa-se à via de circulação que passa a leste e de onde se vê toda a estrutura. Está localizada na coordenada UTM 21 L 214801 8354844 (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014).

Fachada noroeste: detalhe da abertura da vala que corta a Estrutura 28, seguindo em direção à Estrutura 24 (sentido oeste).

(Crédito Imagens: Zanettini Arqueologia, 2013).

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

Prancha 32. Estrutura 29

Estrutura edificada em pedras sobrepostas com argamassa de barro e uso de afloramento rochoso como parte do alicerce, em alguns pontos, abarcando área com aproximadamente 440,85 m². É composta por duas edificações (sendo uma um anexo), a principal com quatro compartimentos, dentro de um cercamento, e a menor com dois compartimentos. Associa-se ao caminho que passa a leste e de onde se vê toda a estrutura. Está localizada na coordenada UTM de referência 21 L 214813 8354929 (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014).

(Crédito Imagens: Zanettini Arqueologia, 2013).

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

Prancha 33. Estrutura 30

Estrutura edificada em pedras sobrepostas com argamassa de barro e utilização de afloramento rochoso como parte do alicerce, abarcando área com aproximadamente 261,58 m². Composta por compartimentos construídos em diferentes patamares. Associa-se ao caminho que passa a leste e de onde se vê toda a estrutura. Está localizada na coordenada UTM de referência 21 L 214840 8354968 (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014).

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

(Crédito Imagens: Zanettini Arqueologia, 2013).

Prancha 34. Estrutura 31

Estrutura edificada em pedras sobrepostas com argamassa de barro, associada ao caminho que passa a leste do Arraial e a partir do qual se vê toda a estrutura. Composta por um compartimento e um pequeno anexo (3,32m²) de formato quadrangular, abarca área com aproximadamente 54,72 m². Está localizada na coordenada UTM de referência 21 L 214862 8355047 (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014).

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

Prancha 35. Estrutura 32

Estrutura construída em pedras sobrepostas com argamassa de barro, composta por quatro edificações; a primeira com três compartimentos de diferentes tamanhos (áreas internas com 8,99 m², 14,57 m² e 7,37 m²) e as restantes com um único compartimento. Abarca área com aproximadamente 82,85 m², e está localizada na coordenada UTM de referência 21 L 214824 8355089 (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014).

(Crédito Imagens: Zanettini Arqueologia, 2013).

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

Prancha 36. Estrutura 33

Estrutura construída em pedras sobrepostas com argamassa de barro, formada por uma edificação principal, com um único compartimento, e dois pequenos anexos (cujas áreas internas são 8,39 m² e 19,5 m²). Além de fazer parte das estruturas que conformam o primeiro arruamento do Arraial, associa-se ao caminho que percorre o lado leste do vilarejo, a partir do qual pode-se ver toda a estrutura. Abarca área com aproximadamente 573,29 m² e está localizada na coordenada UTM de referência 21 L 214788 8355131 (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014).

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

(Crédito Imagens: Zanettini Arqueologia, 2013).

Prancha 37. Estrutura 34

Estrutura composta de um compartimento quadrangular e dois compartimentos anexos em pedras sobrepostas com argamassa de barro, associada tanto ao caminho que passa a leste do Arraial e a partir do qual se vê toda a edificação quanto à frente de lava localizada a noroeste. Abarca área com aproximadamente 113,29 m² e está localizada na coordenada UTM de referência 21 L 214825 8355184 (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014).

(Crédito Imagens: Zanettini Arqueologia, 2013).

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

Prancha 38. Estrutura 35

Estrutura edificada em pedras sobrepostas, argamassadas com barro, composta por um grande cercamento, conformando um espaço único regular com alguns anexos. Abarca área com aproximadamente 315,46 m² e está localizada na coordenada UTM de referência 21 L 214856 8355168 (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014).

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

Prancha 39. Estrutura 36

Estrutura edificada em pedras sobrepostas com argamassa de barro, composta por uma edificação principal, com dois compartimentos, e uma pequena estrutura anexa em formato semicircular. Abarca área com aproximadamente 134,38 m² e está localizada na coordenada UTM de referência 21 L 214927 8355185 (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014).

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

(Crédito Imagens: Zanettini Arqueologia, 2013).

Prancha 40. Estrutura 37

Estrutura edificada em pedras sobrepostas, argamassadas com barro, composta por um cercamento, com divisória interna, e um provável compartimento com seus alicerces desabados. Abarca área com aproximadamente 413,22 m² e está localizada na coordenada UTM de referência 21 L 214938 8355221 (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014).

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

(Crédito Imagens: Zanettini Arqueologia, 2013).

Prancha 41. Estrutura 38

Estrutura edificada em pedras sobrepostas, argamassadas com barro, composta por dois pequenos compartimentos: o primeiro conforma um semicírculo, distante 4 metros do segundo, em formato trapezoidal, com área de 14 m². A estrutura abarca área total com aproximadamente 42,78 m² e está localizada na coordenada UTM de referência 21 L 214959 8355118 (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014).

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

Prancha 42. Estrutura 39

Estrutura edificada em pedras sobrepostas com argamassa de barro, formada por dois compartimentos, abrangendo área com aproximadamente 611,66 m². Está localizada na coordenada de referência 21 L 214988 8355070 (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014).

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

Prancha 43. Estrutura 40

Estrutura edificada em pedras sobrepostas argamassadas com barro, composta por dois compartimentos. Abarca área com 318,59 m² e está localizada na coordenada UTM de referência 21 L 214993 8355213 (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014).

(Crédito Imagens: Zanettini Arqueologia, 2013).

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

Prancha 44. Estrutura 41

Estrutura edificada em pedras sobrepostas, argamassadas com barro, associada a muro de arrimo e drenagens. Está localizada na linha divisória do perímetro de tombamento, na coordenada UTM de referência 21 L 215069 8355259 (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014).

(Crédito Imagens: Zanettini Arqueologia, 2013).

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

Prancha 45. Estrutura 42

Estrutura edificada em pedras sobrepostas, argamassadas com barro, composta possivelmente por quatro grandes compartimentos. Apresenta vestígios de atividades de lavra em seu interior, fragmentos de telha capa e canal, sendo atravessada por vala escavada no solo em sua porção Sudeste. Faz parte das estruturas que compõem a parte sudeste do Arraial, após a Igreja (Estrutura 1). Abarca área com aproximadamente 483,51 m², e está localizada na coordenada UTM 21 L 214527 8354749 (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014).

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

Prancha 46. Estrutura 43

Conjunto de pequenas estruturas edificadas em pedras sobrepostas com argamassa de barro, compostas por três pequenas edificações retangulares adjacentes. Abarca área com aproximadamente 60,44 m² e está localizada na coordenada UTM de referência 21 L 214537 8354685 (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014).

(Crédito Imagens: Zanettini Arqueologia, 2013).

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

Prancha 47. Estrutura 44

Estrutura edificada em pedras sobrepostas com argamassa de barro, associada ao nucleamento localizado na mesma cota topográfica da Estrutura 3, na margem direita do córrego casarão, parte noroeste do Arraial. Está associada a cavas e muros de arrimo que correm bastante próximo de sua fachada leste. Abarca área com aproximadamente 632,81 m² e está localizada na coordenada UTM de referência 21 L 214732 8355449 (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014).

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

(Crédito Imagens: Zanettini Arqueologia, 2013).

Prancha 48. Estrutura 45

Estrutura edificada em pedras sobrepostas com argamassa de barro, composta por dois compartimentos, associada ao nucleamento localizado na mesma cota topográfica da Estrutura 3, na margem direita do córrego casarão, parte noroeste do Arraial. Possui também um pequeno anexo retangular. Composta por dois cômodos maiores e um pequeno círculo/quadrado de pedras, possível forno. Foi localizado vestígio de formato quadrangular de barro, associado as paredes de um dos cômodos, possivelmente representante de taipa desmoronada. Abarca área com aproximadamente 451,87 m² e está localizada na coordenada UTM de referência 21 L 214739 8355482 (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014).

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

(Crédito Imagens: Zanettini Arqueologia, 2013).

Prancha 49. Estrutura 46

Estrutura edificada em pedras sobrepostas com argamassa de barro, associada ao nucleamento localizado na mesma cota da Estrutura 3, na margem direita do córrego casarão, parte noroeste do Arraial. A estrutura está associada a canaletas, canais, cavas em seu interior e ao redor da mesma, onde também se encontram arrimos, resultantes de atividades mineradoras. Abarca área com aproximadamente 517,23 m² e está localizada na coordenada UTM de referência 21 L 214771 8355450 (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014).

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

(Crédito Imagens: Zanettini Arqueologia, 2013).

Prancha 50. Estrutura 47

Estrutura edificada em pedras sobrepostas, argamassadas com barro, associada ao conjunto de estruturas que estão na mesma cota topográfica da Estrutura 3, na margem direita do córrego casarão, parte norte do Arraial. Possui pequeno compartimento retangular e duas paredes não contínuas, paralelas, entre as quais há vestígios de mineração, que continuam ao redor até encontrarem o córrego Casarão. Abarca área com aproximadamente 15,55 m² e está localizada na coordenada UTM de referência 21 L 214770 8355480 (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014).

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

Prancha 51. Estrutura 48

Estrutura caracterizada por pequeno muro e arrimo contínuo ao mesmo, relacionado a área minerada e a drenagem canalizada, construído com pedras argamassadas com barro. Abarca área com aproximadamente 29,24 m² e está localizada na coordenada UTM de referência 21 L 214736 8355535 (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014).

(Crédito Imagens: Zanettini Arqueologia, 2013).

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

Prancha 52. Estrutura 49

Seguindo-se o córrego Casarão à montante, é possível observar nas meias encostas de montanha, situadas à esquerda, um alinhamento regular representado por um corte de canal de adução ou via de circulação a qual apresenta uma extensão de centenas de metros direcionada a oeste; contando com um claro ressalto de blocos de rochas laterais e muros de arrimo. É possível que tivesse uma dupla função de escoamento d'água, bem como a circulação de pessoas ou animais de carga. Possui 2437 metros de extensão, aproximadamente (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2014).

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

(Crédito Imagens: Zanettini Arqueologia, 2013).

Prancha 53. Sítio arqueológico São Francisco Xavier II

Mapa datado de 1769, indicando a abrangência do sistema implantado ao redor da Serra de São Vicente (ou Serra da Borda) no decorrer do período colonial. Fonte: GARCIA, João Carlos (coord.) *A mais dilatada vista do mundo: inventário da coleção cartográfica da Casa da Insua*. Portugal, 2000, pg. 446.

Localizada a quatro (4) quilômetros na direção SE do Arraial de São Francisco Xavier, esta área é caracterizada por abrigar conjunto de ruínas, estruturas e vestígios associados a mineração colonial. Durante a etapa de monitoramento arqueológico do Arraial de São Francisco Xavier da Chapada, realizada no ano de 2011, a área foi cadastrada como sítio arqueológico, denominado São Francisco Xavier II. É possível que essa área esteja relacionada ao Corgo de São João Incógnito, conforme apontado na cartografia histórica.

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

Prancha 54. Sítio arqueológico São Francisco Xavier II

1. Vista da área onde está implantado o sítio São Francisco Xavier II; 2 a 12. Exemplos das estruturas que compõem o conjunto de evidências que caracterizam o sítio São Francisco Xavier II; 13. Mapa com a distribuição das estruturas identificadas no sítio.

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

3.2.2. Estudo de caso 2: Projeto Fronteira Ocidental

O Programa de Prospecções, Resgate e Monitoramento Arqueológico - Projeto São Francisco conheceu momentos de interação com outro projeto desenvolvido voluntariamente sob coordenação técnica da Zanettini Arqueologia na região para o Governo do estado, intitulado Projeto Fronteira Ocidental², devotado à valorização do patrimônio cultural de Vila Bela, contando-se com o apoio de Secretaria Estadual de Cultura e subsídios da Lei Estadual da Cultura.

As ações que marcaram o Projeto Fronteira Ocidental, desenvolvido entre os anos 2002 e 2006, voltado ao estudo da porção ocidental do território do Mato Grosso por parte da equipe da Zanettini Arqueologia, objetivaram o estudo do processo de conformação e ocupação humana da fronteira, nessa porção precisa do alto/médio vale do rio Guaporé, notadamente das manifestações materiais relacionadas ao período colonial, focando as estratégias advindas da aplicação da política pombalina em território luso-brasileiro, a fim de estabelecer a manutenção dos limites fronteiriços da colônia, assegurando a instauração da atividade de exploração mineral e demais atividades humanas necessárias à ocupação daquele território (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2007).

O Projeto desenvolveu atividades de prospecção, escavação, preservação e extroversão do conhecimento obtido com a pesquisa arqueológica e histórica realizada na microrregião do Alto Guaporé, envolvendo a identificação, levantamento, cadastro e valorização de quantidade expressiva de vestígios diversificados e relacionados a ocupações indígenas pré-coloniais ou etno-históricas; sítios históricos, os quais se associam às ocupações efetuadas pelo colonizador luso-brasileiro ou por comunidades negras quilombolas ou libertas, representados por estruturas de antigas fazendas, construções urbanas ou arraiais de mineração, promovendo-se intervenções de variadas intensidades em antigas áreas de lavras, sistemas hidráulicos associados, faisqueiras, arraiais e núcleos habitacionais relacionados ao ciclo de mineração, muitos deles contemporâneos ao Arraial de São Francisco Xavier da Chapada; e sítios multicomponenciais, que apresentam, em seu

² Processo IPHAN nº 01516.000213/2000-01.

espaço físico, ocupações indígenas e históricas (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2006a), conforme indicado nas Tabelas 3, 4 e 5. As Pranchas 55 a 57 ilustram alguns exemplos de ações realizadas junto ao patrimônio arqueológico de Vila Bela e região no âmbito do Projeto Fronteira Ocidental.

Tabela 3. Sítios Indígenas pré-coloniais (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2006a)

Nome do Sítio	Coordenada UTM (SIRGAS 2000)	Categoria	Padrão de Instalação	Condição Atual da Área	Dimensões	Profundidade
Casalvasco-II	20 L 821012 8302259	Cerâmico	Terraço fluvial	Área de plantio de capim.	15000 m ²	Superficial.
Cascalheira da Manilha	21 L 189175 8335075	Cerâmico	Terreno laterítico	Fazendas e lavra de cascalho desativado.	20000 m ²	0-40 cm.
Fazenda Auxiliadora	21 L 179947 8340144	Cerâmico	Terraço fluvial	Área da Fazenda Auxiliadora com plantio de pasto.	49600 m ²	0-70 cm.
Fazenda Formosa	21 L 191152 8332394	Cerâmico	Terraço fluvial	Área de uma escola agrotécnica desativada. Presença de quadras com plantio de milho.	14000 m ²	Superficial.
Idamar	21 L 189652 8340264	Cerâmico	Planície de baía	Área de plantio de capim pertencente a duas propriedades	120000 m ²	Superficial.
Monarelli	21 L 195157 8336169	Cerâmico	Terreno laterítico	Área de pastagem de uma fazenda.	3000 m ²	0-70 cm.
Morrinho	21 L 179839 8336458	Cerâmico	Terreno laterítico	Área de fazenda com pastagens e lavra de cascalho.	78000 m ²	0-45 cm.

Nome do Sítio	Coordenada UTM (SIRGAS 2000)	Categoria	Padrão de Instalação	Condição Atual da Área	Dimensões	Profundidade
Pai e Filho	20 L 819563 8373892	Cerâmico	Planície de baía	Área de fazenda com plantio de roças e pasto.	6000 m ²	Superficial.
Santana do Guaporé	21 L 179197 8342107	Cerâmico	Planície de baía/ terraço	Área de roça abandonada (com capoeira).	2500 m ²	Superficial.
Sítio do Lixão	21 L 194796 8336432	Cerâmico	Terreno laterítico	Antiga lavra de cascalho. Deposito de lixo.	125600 .m ²	Superficial.
Terra Arada	21 L 179977 8337434	Cerâmico	Terreno laterítico	Área de fazenda de plantio de arroz.	300 m ²	Superficial.
Capão do Canga	21 L 211070 8329397	Cerâmico	Terreno laterítico	Área de cascalheira desativada	15625 m ²	0-60 cm
Cabeceiras	21 L 212637 8358103	Lítico	Terraço	Futura área de construção de eixo de represa	660,40 m ²	Superficial
Estrada Nova	21 L 210684 8366545	Lítico	Platô de crista cuestiforme	Futura área de abertura de novo acesso de estrada	200 m ²	Superficial
São Paulo	21 L 217659 8372626	Solo Antropogênico	Planície ampla	Estrutura de fazenda com áreas de pastagem	133897 m ²	Superficial
Sítio Três Coqueiros	21 L 218198 8373379	Cerâmico	Planície ampla	Estrutura de fazenda com áreas de pastagem	3958 m ²	Superficial
Sítio Travessão	21 L 217783 8378318	Cerâmico	Planície ampla	Estrutura de fazenda com áreas de pastagem/ comunidade	11304 m ²	Superficial

Nome do Sítio	Coordenada UTM (SIRGAS 2000)	Categoria	Padrão de Instalação	Condição Atual da Área	Dimensões	Profundidade
				rural		
Sítio Babaçual Grande	21 L 218396 8384087	Cerâmico	Planície ampla	Estrutura de fazenda com áreas de pastagem	86526 m ²	Superficial
Sítio Sancara	21 L 215157 8384834	Cerâmico	Planície ampla	Estrutura de fazenda com áreas de pastagem	8168 m ²	Superficial
Sítio São José	21 L 218415 8374970	Cerâmico	Planície ampla	Estrutura de fazenda com áreas de pastagem	Não mensurado	Superficial
Sítio São Carlos	21 L 217533 8382098	Cerâmico	Planície ampla	Estrutura de fazenda com áreas de pastagem	Não mensurado	Superficial
Subestação Galera	21 L 224594 8393234	Cerâmico	Planície ampla	Estrutura de fazenda com áreas de pastagem. Subestação de energia elétrica.	74091,4 m ²	Superficial e 130 cm
Campo Verde	21 L 224833 8392561	Cerâmico	Planície ampla	Estrutura de fazenda com áreas de pastagem	9938,1 m ²	Superficial e 100 cm
Estrelinha	21 L 224855 8391406	Cerâmico	Planície ampla	Estrutura de fazenda com áreas de pastagem	35796 m ²	Superficial e 50 cm
Franco de Amaral	21 L 214655 8387347	Cerâmico	Planície ampla	Estrutura de fazenda com áreas de pastagem	115395 m ²	Superficial e 100 cm
Fazenda Conquista	21 L 213429 8387023	Cerâmico	Planície ampla	Estrutura de fazenda com áreas de pastagem	8704,08 m ²	Superficial e 100 cm
Santa Rosa	21 L 207157 8387286	Cerâmico	Planície ampla	Estrutura de fazenda com áreas de	18369 m ²	Superficial

Nome do Sítio	Coordenada UTM (SIRGAS 2000)	Categoria	Padrão de Instalação	Condição Atual da Área	Dimensões	Profundidade
				pastagem		
Toca da Onça	21 L 223513 8411194	Rupestre e cerâmico	Calha de córrego	Estrutura de fazenda com áreas de pastagem	580 m ²	Superficial
Diamante	21 L 229138 8407607	Cerâmico	Topo de morro	Estrutura de fazenda com áreas de pastagem e capoeiras	100 m ²	Superficial
Pedra do Urubu	21 L 232570 8404177	Rupestre e lito cerâmico	Abrigo sob rocha em topo de morro (inselberg)	Estrutura de fazenda com áreas de pastagem e capoeiras	400 m ²	Superficial
Sítio Cachoeira Uirapuru	21 L 235312 8404684	Rupestre e lítico	Cachoeiras e calha de rio	Estância turística e de lazer	Não mensurado	Superficial
Retiro II	21 L 182805 8334197	Cerâmico	Planície de baía	Área de comunidade rural ribeirinha com pastos e roças de coivara	8.635 m ²	Superficial

Tabela 4. Sítios Históricos (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2006a).

Nome do Sítio	Coordenada UTM (SIRGAS 2000)	Categoria	Padrão de Instalação	Condição Atual da Área	Dimensões	Profundidade
Barranco Alto	21 L 179996 8309233	Histórico cerâmico	Terraço fluvial	Fazenda de pasto	90 m ²	Superficial
Casalvasco-I ou Casalvasco Velho	20 L 821978 8302713	Povoado implantado a partir de 1783.	Terraço fluvial	Área semiabandonada utilizada periodicamente para festividades.	197600 m ²	Superficial até 3,00 m ao julgar pela profundidade de um alicerce escavado.
Comunidade Morcego	21 L 180144 8321205	Comunidade de afro-descendentes remanescente	Terraço fluvial	Área da Fazenda Porto Esperança.	7000 m ²	Superficial.
Fazenda Arrozal	21 L 186368	Sede de Fazenda	Planície de	Área da Fazenda	Não	Superficial.

Nome do Sítio	Coordenada UTM (SIRGAS 2000)	Categoria	Padrão de Instalação	Condição Atual da Área	Dimensões	Profundidade
	8341478		baía	Arrozal.	registrada.	
Passagem do Sararé (Obs: Corresponde ao sítio MT-GU-14/96 de Gleiser e Blasi 1997).	21 L 182746 8353285	Vestígios de estrada aberta no século XVIII interligando Vila bela aos arraiais	Terraço fluvial	Área de moradias abandonadas e de despejo de lixo e carcaças de veículos inutilizados.	3300 m ²	0-25 cm.
Ruínas do Jatobá	20 L 821314 8355486	Histórica	Terraço fluvial	Área de uma antiga fazenda abandonada.	10000 m ²	Superficial.
São Miguel	20 L 821494 8310152	Histórico	Planície fluvial	Área de fazenda destinada à agricultura e pastagens.	Duas pequenas áreas com extensão de 10 m com cera-mica pré-colonial.	0-120 cm.
Olaria Real	21 L 181911 8388261	Histórico	Terraço fluvial	Área urbana sujeita a inundação do rio Guaporé.	720 m ²	Superficial
São Francisco Xavier da Chapada	21 L 214682 8355249	Arraial de mineração (século XVIII) 1736	Crista de Serra	Estrutura de fazenda	95,98 ha	Superficial
São Vicente	21 L 199603 8391158	Arraial século XVIII/XIX	Crista de Serra	Área de Mineração	Não calculada	Superficial
Santo Antônio dos Militares	21 L 182169 8338861	Complexo de defesa (bateria baixa) e igreja	Terraço fluvial	Área urbana	15000 m ²	Superficial
Três Meninos	21 L 214506 8372287	Arraial Séc. XVIII	Terraço fluvial encaixado em meia encosta de sopé de serra	Estrutura amurada de mineração associada ao Arraial de Boa Vista (1758)	20 m ² (área ocupada pela estrutura)	Superficial
Nossa Senhora do Pilar	21 L 226447 8349540	Arraial Séc. XVIII	Terraço fluvial encaixado em meia encosta de sopé de serra	Estruturas construtivas e de mineração possivelmente associadas ao Arraial de Mineração de Nossa senhora do	Não mensurada	Superficial

Nome do Sítio	Coordenada UTM (SIRGAS 2000)	Categoria	Padrão de Instalação	Condição Atual da Área	Dimensões	Profundidade
				Pilar		
Córrego dos Cágados	21 L 255619 8293603	Arraial Séc. XVIII	Planície Ampla	Estruturas construtivas e de mineração colonial	397210 m².	Superficial
Porto Pedreira	21 L 180630 8336799	Histórico	Planície de baía	Estrutura de Fazenda	Não mensurado	Superficial
Tapera de Lino Bispo de Oliveira	21 L 183830 8333184	Histórico	Planície de baía	Área de comunidade rural ribeirinha com pastos e roças de coivara	4710 m²	0-60 cm
Bom Jardim	21 L 181168 8325190	Histórico	Planície de baía	Área de comunidade rural ribeirinha com pastos e roças de coivara	19625 m²	Superficial
Morada dos Índios	21 L 180853 8323503	Histórico	Planície de baía	Estrutura de Fazenda	Não mensurado	Superficial
Porto Alegre	21 L 186720 8311942	Histórico	Planície de baía	Estrutura de Fazenda	Não mensurado	Superficial
Santa Cruz	20 L 705711 8507239	Histórico	Planície de baía	Estação turística e ecológica	Não mensurado	Superficial
Cooperativa	20 L 725542 8501435	Histórico	Planície de baía	Estrutura de Fazenda	Não mensurado	Superficial
Campinho do Cabixi	20 L 750043 8484577	Histórico	Planície de baía	Estrutura de Fazenda	Não mensurado	Superficial
Dona Maria	21 L 179909 8334109	Sede de fazenda (séculos XVIII/XIX)	Planície de baía	Área preparada para plantio	22000 m²	Superficial
Zeferino	20 L 822011 8337815	Sede de Fazenda/ área de lavra colonial	Sopé de morro	Área de fazenda com plantio de pasto e tanques de pesca.	315 m² (Área da cerâmica pré-colonial). 60000 m² (Área da rede de canais históricos).	Superficial

Tabela 5. Sítios Multicomponenciais (Extraído de ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2006a).

Nome do Sítio	Coordenada UTM (SIRGAS 2000)	Categoria	Padrão de Instalação	Condição Atual da Área	Dimensões	Profundidade
Campina	20 L 798845	Multicomponencial	Planície de	Mata em	Não	Superficial

Nome do Sítio	Coordenada UTM (SIRGAS 2000)	Categoria	Padrão de Instalação	Condição Atual da Área	Dimensões	Profundidade
	8423681		baía	recuperação e ancoradouro	mensurado	
Canivete ou Santa Isabel	20 L 821236 8365059	Multicomponencial	Planície de baía	Área de pastagem de uma fazenda	Não mensurado	Superficial
Carlos Augusto	21 L 178515 8347067	Multicomponencial	Planície de baía	Área de pastagem de uma fazenda	Não mensurado	Superficial
Cubatão	20 L 814895 8389952	Multicomponencial	Planície de baía	Área de pastagem de uma fazenda	3846,5 m ²	Superficial
Longa Vira	21 L 213172 8360591	Multicomponencial	Planície	Futura área de inundação de represa	200.000 m ²	Superficial
Fazenda Primavera	21 L 225315 8390870	Multicomponencial	Planície ampla	Estrutura de fazenda com áreas de pastagem e capoeiras	10401,3 m ²	Superficial
Coopropol	21 L 206415 8381637	Multicomponencial	Base de vertente da Serra da Borda	Área ocupada por cooperativa de garimpo	502,40 m ²	Superficial
Comunidade Porto da Manga	21 L 180433 8313139	Multicomponencial	Terraço fluvial	Área de comunidade rural ribeirinha com pastos e roças de coivara	152.750 m ²	Superficial.
Ilha do Espinho	20 L 819499 8373206	Multicomponencial	Planície de baía	Área de um pequeno sítio sem intervenção Contínua (roças antigas).	12.750 m ²	0-60 cm.
Retiro I	21 L 183929 8332861	Multicomponencial	Planície de baía	Área de comunidade rural ribeirinha com pastos e roças de coivara	18.055 m ²	Superficial
Boqueirão I	21 L 185002	Multicomponencial	Planície de	Área de	Não	Superficial

Nome do Sítio	Coordenada UTM (SIRGAS 2000)	Categoria	Padrão de Instalação	Condição Atual da Área	Dimensões	Profundidade
	8321263		baía	comunidade rural ribeirinha com pastos e roças de coivara	mensurado	
Boqueirão II	21 L 184997 8321618	Multicomponencial	Planície de baía	Área de comunidade rural ribeirinha com pastos e roças de coivara	Não mensurado	Superficial
Boa Esperança	21 L 183376 8334147	Multicomponencial	Planície de baía	Área de comunidade rural ribeirinha com pastos e roças de coivara	31400 m ²	0-80 cm
Betânia	20 L 788760 8444975	Multicomponencial	Planície de baía	Área de pastagem de uma fazenda e ancoradouro	Não mensurado	Superficial
Calvarinho	20 L 820667 8363911	Multicomponencial	Planície de baía	Área de pastagem de uma fazenda e ancoradouro	Não mensurado	Superficial
Calvário	20 L 819946 8363151	Multicomponencial	Planície de baía	Área de pastagem de uma fazenda e ancoradouro	Não mensurado	Superficial

Prancha 55. Vila Bela e o patrimônio da região no âmbito do Projeto Fronteira Ocidental

1 e 2. Escavações realizadas junto às ruínas da igreja matriz de Vila Bela da Santíssima Trindade no âmbito do Projeto Fronteira Ocidental; 3 a 5. Cultura material identificada a partir da escavações, caracterizada por vestígios metálicos, fragmentos de faiança portuguesa e vestígios cerâmicos de produção local/regional; 6 a 8. Exemplos de escavações realizadas no Complexo Santo Antônio dos Militares, às margens do rio Guaporé, em Vila Bela; 9 e 10. Artefatos metálicos (chave e dobradiças) oriundos das escavações no Complexo.

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

(Crédito Imagens: Zanettini Arqueologia, 2006).

Prancha 56. Vila Bela e o patrimônio da região no âmbito do Projeto Fronteira Ocidental

1. Planta da Nova Povoação de Casal Vasco (1782) - Original pertencente à Casa de Ínsua, Portugal. É possível observar muitas semelhanças entre esta planta e as áreas submetidas a levantamentos de detalhe, envolvendo a igreja, quartel e residência temporária do Governador; 2 a 5. Exemplos de intervenções realizadas junto aos remanescentes estruturais de Casal Vasco; 6 a 10. Exemplos da cultura material identificada no sítio Casal Vasco, contando com fragmentos de cerâmica de produção local/regional, faiança portuguesa, metais, tinteiros em grês, entre outros.

Crédito Imagens: Zanettini Arqueologia, (2005).

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

Prancha 57. Vila Bela e o patrimônio da região no âmbito do Projeto Fronteira Ocidental

1 a 4. Vestígios que caracterizam o sítio histórico Zeferino, associado à antiga estrutura de fazenda, marcada por vestígios construtivos (alicerces de “pedra-canga”) de possíveis canais de lavagem de minérios; 5 a 7. Vestígios construtivos (alicerces de “pedra-canga”) identificados no sítio histórico Dona Maria, associado à antiga estrutura de fazenda; 8 a 11. Exemplos da cultura material identificada no sítio Dona Maria, marcada por fragmentos de faiança portuguesa, faiança fina e cerâmicas de produção local/regional.

Crédito Imagens: Zanettini Arqueologia, 2005).

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

3.2.3. Estudo de caso 3: Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico Projeto Ernesto / Pau-A-Pique (EPP)

O Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico Projeto Ernesto / Pau-A-Pique (EPP)³, desenvolvido a partir de projeto de pesquisa no âmbito da arqueologia preventiva entre os anos de 2008 e 2012, compreendeu o estudo de áreas destinadas à implantação do empreendimento de exploração mineral Ernesto/Pau-a-Pique, nos municípios de Pontes e Lacerda e Porto Esperidião, estado do Mato Grosso.

O Programa envolveu atividades de prospecção arqueológica junto dos terrenos alvos de licenciamento ambiental, bem como de escavação das evidências arqueológicas identificadas. Conforme apontado por Zanettini (2012), a pesquisa resultou na localização de muros de contenção, estruturas de barramento de pedra, cavas, mundéu, poço, canaletas para escoamento de água (associados ao período colonial), assim como pilhas de rejeito e galerias escavadas na rocha resultantes das atividades de garimpo entre os anos 1970-1990. Da mesma forma, foram identificados sítios arqueológicos lito-cerâmicos pré-coloniais, os quais não serão aqui detalhados em virtude do objeto desta pesquisa.

Entre os vestígios relacionados à atividade de mineração colonial, cabe destacar a identificação e cadastro dos sítios arqueológicos Lavrinhas, Lavrinhas II e Pau-a-Pique. Os dois primeiros incidem, possivelmente, sobre área que abrigou, historicamente, o Arraial de Lavrinhas. O sítio Pau-a-Pique, por sua vez, pode estar relacionado ao antigo arraial colonial de Santa Bárbara, conforme destacado pela documentação histórica. Cabe apontar que, dadas as características geológicas locais, associadas ao desenvolvimento de novas tecnologias voltadas à extração mineral, acarretou na contínua exploração da área, configurando uma zona de vestígios arqueológicos e remanescentes estruturais que abarca, cronologicamente, desde o século XVIII até o presente (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2012).

³ Permissão Federal de Pesquisa nº 2 de 19 de Janeiro de 2011 (Anexo II – Item 1 - Processo IPHAN nº 01450.003249/2010-11) e Portaria nº 1 de 17 de Janeiro de 2012 (Anexo II – Item 05 - Processo IPHAN nº 01450.003249/2010-11).

Tabela 6. Sítios arqueológicos identificados no Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico Projeto Ernesto / Pau-A-Pique (EPP)

Evidências arqueológicas	Coordenada UTM (SIRGAS 2000)	Descrição
Sítio Lavrinhas	21 L 257634 8302994	Sítio histórico de habitação e mineração colonial, possivelmente associado ao Arraial de Lavrinhas
Sítio Lavrinhas II	21 L 257573 8305531	Sítio histórico de habitação e mineração colonial, possivelmente associado ao Arraial de Lavrinhas
Sítio Pau-a-Pique	21 L 269621 8266695	Sítio histórico de habitação e mineração colonial, possivelmente associado ao Arraial de Santa Bárbara
Pica Pau	21 L 269985 8268739	Sítio lito-cerâmico pré-colonial
Serrinha	21 L 270543 8282846	Sítio lito-cerâmico pré-colonial
Cágados	21 L 269508 8286060	Sítio lito-cerâmico pré-colonial
Santa Maria	21 L 264905 8293305	Sítio lito-cerâmico pré-colonial

O sítio Lavrinhas está associado a uma área de habitação de exploração mineral colonial, possivelmente associado ao Arraial de Lavrinhas, fundado entre 1731 e 1740, o qual fez parte do primeiro conjunto de arraiais mineradores instalados no vale do Guaporé, acompanhando os novos achados auríferos: São Francisco Xavier, Santana, São Vicente, Nossa Senhora do Pilar, Brumado, Ouro Fino, Boa Vista, Lavrinhas (CANOVA, 2003: 72). Ainda que o ouro superficial tenha se esgotado rapidamente, é possível que o Arraial de Lavrinhas tenha tido uma ocupação relativamente longa, talvez, tendo sua função primordial modificada, integrando o processo de produção e abastecimento de alimentos que dava sustentabilidade à atividade mineral (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2011). Conforme destaca Garcia (2003: 130), o Arraial abrigou o terceiro contingente populacional da sub-região do Guaporé, mas, ao que parece, já a partir de 1748 até o final do século XVIII, o ouro não saía mais com tanta abundância (GARCIA, 2003: 130).

O sítio foi alvo de atividades de prospecção arqueológica e escavação de detalhe, e mostrou-se bastante impactado pela atividade de garimpo

desenvolvida nas décadas de 1980-1990. Foram identificados vestígios de cultura material móvel, tais como fragmentos de cerâmica de produção local/regional, fragmentos de faiança portuguesa, de vidros e metal, além de telhas goivas, lajotas, tijolos maciços, blocos recortados de laterita, abarcando área com aproximadamente 67.807,61 m². Cabe destacar que também foram identificados vestígios de remanescentes de estruturas de mineração e/ou habitação, canais de adução, e poço elaborado em cantaria de laterita, alcançando quase quatro metros de profundidade, estruturado a partir do encaixe dos blocos de laterita, sendo esta a estrutura mais íntegra identificada no sítio (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2012) (Pranchas 58 a 60).

Quanto aos vestígios relacionados à possível estrutura de habitação, de acordo com Zanettini (2012),

“A antiga edificação teria sido construída na porção de meia encosta do terreno, onde haveria muros de arrimo de blocos lateríticos e solo. Sobre esta base seriam erguidas as paredes, provavelmente de tijolos de adobe e complementadas com tijolos maciços cozidos, no caso específico de algumas estruturas (fornos, beirais de janelas ou portas). A hipótese do emprego de adobe é estimulada pela presença de várias lentes de composição argilo-siltosa identificadas no perfil de escavação de algumas unidades de escavação. As divisões internas poderiam ser feitas pela técnica construtiva de pau-a-pique. Quanto ao revestimento interno do piso é possível que este fosse de solo batido, revestido de lajotas cerâmicas em alguns cômodos, ou, quiçá, guarnecido de vigas de madeira sobrepostas por assoalho de tábuas” (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2012: 106).

Cumpre apontar que, quando da realização dos estudos junto ao sítio arqueológico Larvinhas, a partir de informações orais, foi identificado e cadastrado o sítio Lavrinhas II em porção de terreno adjacente à área de influência direta do Projeto Ernesto. Pode-se dizer que, assim como o sítio Lavrinhas, o sítio Lavrinhas II faz parte da área que abrigava o antigo Arraial de Lavrinhas. O sítio, alvo de varreduras de superfície sistemáticas, uma vez que não seria impactado pelo projeto Ernesto, conta com a presença de muros de arrimo, estruturas de exploração mineral, como canais e canaletas, vestígios

claros de edificações em taipa com embasamento em pedra canga (laterita) lavrada, além de artefatos associados ao cotidiano do local como faianças finas e cerâmicas de produção local/regional associadas ao século XVIII e XIX, abarcando área com aproximadamente 132 mil m² (op.cit) (Prancha 61).

Finalmente, o terceiro sítio identificado no âmbito do Projeto Ernesto / Pau-A-Pique (EPP) associado à exploração mineral colonial, sítio Pau-a-Pique, está relacionado a uma cava de mineração colonial, encontrando-se, contudo, bastante descaracterizado em virtude das atividades de garimpo desenvolvidas no local até o ano de 2007. De acordo com informações orais, que ajudaram a delimitar a área do sítio, antes da implantação do garimpo, era possível identificar os vestígios da exploração colonial no local do sítio. Durante as atividades de escavação realizadas junto ao mesmo, foram identificados fragmentos cerâmicos de produção local/regional, de faiança portuguesa, de vidros e metais. Ainda de acordo com informações orais, era possível observar na área do sítio vasilhames cerâmicos, cachimbos, ferramentas metálicas (almocafres), colheres, cravos e fivelas de cintos, itens bastante comuns do universo material cotidiano das frentes de exploração coloniais. De acordo com análise da cartografia histórica, é possível que o sítio Pau-a-Pique esteja relacionado às antigas áreas de exploração do antigo Arraial de Santa Bárbara (Pranchas 62 e 63).

Prancha 58. Cartografia histórica indicando a localização do Arraial de Lavrinhas

Mapa Comissão Rondon. Carta de Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas. Folha nº 5. 19

Roteiro da Viagem Filosófica na Capitania de Mato Grosso (1789-92) de Alexandre Rodrigues Ferreira (COSTA, 2001).

Região de fronteira do Mato Grosso com a Bolívia desde Coimbra até à cidade de Vila Bela – [17--] (GARCIA, 1997).

Comissão Constructora de Linhas
Telegráficas no Estado de Matto-Grosso.
Reconhecimento para a escolha do traçado entre
Caceres e Matto-Grosso, 1906 (RONDON, 1949).

Tese de Doutorado	
Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental	
Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso	
Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia	
Museu de Arqueologia e Etnologia / USP	Out/2019

Crédito Imagens: Zanettini Arqueologia, 2012

Prancha 59. Sítio Arqueológico Lavrinhas (possível Arraial de Lavrinhas)

1 a 4. Etapas da escavação da Unidade de Escavação 1, realizada junto a poço de cantaria de laterita ("pedra-canga") de período colonial. 5 a 6. Aspectos das escavações realizadas junto a possível.

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

Prancha 60. Sítio Arqueológico Lavrinhas (possível Arraial de Lavrinhas)

1. Concentração de telhas goiva identificadas em subsuperfície; 2 e 3. Bloco de laterita lavrada, e lajota cerâmica associados à possível edificação; 4. Fragmentos de faiança portuguesa; 5. Fragmento de lâmina de tesoura metálica.; 6. Fragmento de telha; 7. Evidência de restos do madeiramento de aroeira de possível estrutura de cobertura do poço identificado no sítio; 8. Vestígios de vidro de garrafa tipo *Case Bottle* e fragmentos de faiança; 9 a 12. Fragmentos de recipientes cerâmicos e de cachimbo.

Crédito Imagens: Zanettini Arqueologia, 2012

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

Crédito Imagens: Zanettini Arqueologia, 2012

Prancha 61. Sítio Arqueológico Lavrinhas II (possível Arraial de Lavrinhas)

1. Quina de antiga edificação com paredes de taipa e alicerces de pedra canga lavrada, com lajotas cerâmicas associadas; 2. Lajota cerâmica observada em superfície; 3. Fragmento de possível peneira metálica; 4. Fundo de garrafa cilíndrica; 5. Pratos em faiança fina *shell edged*; 6. Procedimentos de limpeza na antiga edificação; 7. Alinhamentos de pedra canga; 8. Vestígios cerâmicos de produção local/regional.

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

Prancha 62. Cartografia histórica indicando a localização do Arraial de Santa Bárbara

Mapa Comissão Rondon. Carta de Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas. Folha nº 5.19

Charta dos Campos e Cabeceiras do Rio Barbados Levantada por Ordem do Ex.^{mo} Senhor Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Caceres / D.^{or} Pontes. 1783 (o polígono vermelho marca a localização, segundo o mapa, do Arraial de Santa Bárbara) (GARCIA, 1997).

Configuração do Istmo que formam os rios Alegre e Agapele. Cópia de original de 1773. – [17] (o polígono vermelho marca a localização, segundo o mapa, do Arraial de Santa Bárbara) (GARCIA, 1997).

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

Prancha 63. Sítio Arqueológico Pau-a-Pique (possível Arraial de Santa Bárbara)

O sítio Pau-a-Pique, bastante impactado por atividades de garimpo moderno, está associado a lavra de exploração mineral do período colonial e, de acordo com sua localização, pode estar relacionado ao antigo Arraial de Santa Bárbara. As escavações realizadas (1 e 2) permitiram a identificação de vestígios cerâmicos de produção local/regional (3 a 5), e faiança portuguesa (6), entre outros. As figuras 7 e 8 (almocrafe de ferro e colher de estanho) apresentam artefatos coletados no sítio por Eurípedes de Melo Carola, doados a equipe de pesquisa.

Crédito Imagens: Zanettini Arqueologia, 2011

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Trancoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

3.2.4. Estudo de caso 4: Avaliação Arqueológica Rápida da Lavra São Vicente

Este projeto de pesquisa, realizado no ano de 2007, integrou o Programa de Prospecções, Resgate e Monitoramento Arqueológico – Projeto São Francisco, e buscou avaliar a área de Lavra São Vicente, à época, em fase de reativação, efetuando o reconhecimento sistemático de zonas antropizadas no interior de propriedade da mineradora interessada na reimplantação do empreendimento de exploração, de modo a avaliar seu potencial arqueológico, contribuindo para a construção de quadro voltado ao entendimento da ocupação da área no contexto da mineração desenvolvida no período colonial, notadamente sua relação com o extinto Arraial de São Vicente (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2008).

A jazida de São Vicente está localizada cerca de 55 quilômetros do Arraial de São Francisco Xavier, no sopé da Serra de São Vicente (ou Serra da Borda), e foi explorada nas décadas de 1970/80, sem que tivessem sido desenvolvidos estudos arqueológicos preventivos, sendo possível notar uma série de intervenções de grande porte decorrentes dessa exploração, tais como abertura de cava, lagoas de decantação, pilhas de estéril, maquinários desativados e assim por diante. Conforme pode ser observado a partir das atividades desenvolvidas no bojo desta pesquisa, a área submetida a estudos incidia parcialmente sobre a zona historicamente relacionada a áreas de faisqueiras e de exploração sistemática (lavra) associadas ao Arraial de São Vicente, um dos seis principais núcleos mineradores surgidos ao longo da Serra de São Vicente no decorrer do século XVIII, não tendo sido possível, contudo, estabelecer uma delimitação espacial clara a respeito (op.cit).

Nesse sentido, a partir da análise de documentação cartográfica histórica reunida pelo Programa São Francisco e fontes textuais referentes à região alvo de avaliação, aliada às atividades de prospecções pontuais e oportunísticas incidentes sobre zonas previamente definidas a partir dos levantamentos cartográficos, aerofotogramétricos e orais, foi possível identificar uma série de evidências relacionadas à atividade de lavra desenvolvida no período colonial, certamente associadas à zona de influência do Arraial de São Vicente, tais como pilhas de rejeito decorrentes das atividades de apuração ou

desmonte na lavra, com dimensões e formas diversas, relacionadas ao tipo de ocorrência aurífera, áreas de lavra compostas por cavas contendo o material desmontado, canais de adução escavados no solo, por vezes estruturados com muros de arrimo, objetivando conduzir a água das frentes de lavra, barragens destinadas à contenção de nascentes e cursos d'água, evidências de artefatos descontextualizados relacionados a estruturas habitacionais ou congêneres (ocorrências isoladas), além de cultura material móvel caracterizada por vestígios cerâmicos de produção local/regional decorados, telhas, fragmentos de cachimbos, de metais, vidros, faianças portuguesas e faianças finas (Pranchas 64 a 67).

Prancha 64. Cartografia Histórica: sítio arqueológico Arraial de São Vicente

FONTE: GARCIA, João Carlos (coord.)
A mais dilatada vista do mundo:
inventário da coleção cartográfica da
Casa da Insua. Portugal, 2000, pg 25.

Em mapa datado de 1769, não aparece o Arraial de São Vicente à época um próspero arraial do mato Grosso. Esta carta indica a abrangência do sistema implantado ao redor da Serra da Borda no decorrer do período colonial. GARCIA, João Carlos (coord.) A mais dilatada vista do mundo: inventário da coleção cartográfica da Casa da Insua. Portugal, 2000, pg. 446.

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

Prancha 65. Cartografia Histórica: sítio arqueológico Arraial de São Vicente

Planta do Arraial de São Vicente datada de c. 1750, de exemplar existente na Biblioteca Municipal do Porto e na Casa da Ínsua, Portugal, que compõe mapa das plantas de quatro arraiais (Sant'Anna, Pilar, São Francisco Xavier e São Vicente). Esta reprodução faz parte da coleção de fotocópias selecionadas pelo Prof. Jaime Cortesão em 1952 para integrar o Atlas Histórico do Brasil.

ADONIAS, A. A cartografia da região amazônica. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Pesquisa Amazônica, 1963, p. 518.

Mapa da Expedição Rondon no qual registrou-se as “Ruínas de S. Vicente” além de outros antigos arraiais.

Tese de Doutorado	
Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental	
Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso	
Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia	
Museu de Arqueologia e Etnologia / USP	Out/2019

Prancha 66. Sítio arqueológico Arraial de São Vicente

(Crédito Imagens: Zanettini Arqueologia, 2008b).

1. Caixa escavada no solo possivelmente utilizada no processo de apuração do ouro, estruturada com blocos rochosos sobrepostos; 2 e 3. Muros de arrimo confeccionados com blocos rochosos sobrepostos próximo a canais de adução; 4. Inscrição em tronco de paineira com os dizeres “Exp. Mato-Grosso Amazonas 1927”; Patamar com arrimo; 5 a 9. Exemplos de arrimos confeccionados com blocos rochosos sobrepostos; 10 e 11. Exemplos de pilhas de rejeito resultantes do processo de desmonte da lavra.

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

Prancha 67. Sítio arqueológico Arraial de São Vicente

(Crédito Imagens: Zanettini Arqueologia, 2008b).

1. Fragmentos de cerâmica lisa e corrugada; 2. Fragmento de base quadrada de *case bottle*; 3. Faiança fina com decoração *blue edge*; 4. Fragmento de tampa de cerâmica corrugada; 5. Fragmento de borda de cerâmica corrugada; 6. Lajota; 7. Fragmento de cerâmica com decoração escovada; 8. Fragmento de cerâmica com decoração incisa; 9. Fragmento de cerâmica com decoração incisa; 10. Fragmento de borda cerâmica com decoração incisa; 11. Fragmento de cachimbo; 12 e 13. Fragmentos de faiança.

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

Diante do quadro exposto a partir dos resultados alcançados com os programas de pesquisa realizados na região microrregião do Alto Guaporé, no entorno regional de Vila Bela da Santíssima Trindade, fica atestado não apenas o alto potencial arqueológico da região, mas a densidade de sua ocupação, a qual abarca um longo espectro temporal. As figuras 14, 15 e 16 ilustram as evidências identificadas e cadastradas no âmbito dos programas de pesquisa indicados em epígrafe, de acordo com o cenário de ocupação ao qual estão associadas.

Figura 14. Sítios indígenas pré-coloniais identificados a partir dos programas de pesquisa desenvolvidos sob coordenação da Zanettini Arqueologia no entorno regional de Vila Bela da Santíssima Trindade.

Figura 15. Sítios históricos identificados a partir dos programas de pesquisa desenvolvidos sob coordenação da Zanettini Arqueologia no entorno regional de Vila Bela da Santíssima Trindade.

Figura 16. Sítios multicomponenciais identificados a partir dos programas de pesquisa desenvolvidos sob coordenação da Zanettini Arqueologia no entorno regional de Vila Bela da Santíssima Trindade.

4. Impressões comunitárias: a relação entre Vila Bela da Santíssima Trindade e o Arraial de São Francisco Xavier da Chapada

“A sociedade é, de fato, um contrato... É uma parceria em toda ciência, uma parceria em toda arte, uma parceria em cada virtude e em toda perfeição. Como os fins de uma tal parceria não podem ser obtidos em muitas gerações, ele se torna uma parceria não apenas entre aqueles que estão vivendo, mas entre aqueles que estão vivendo, aqueles que estão mortos e aqueles que nascerão” (BURKE, 2012 [1790]:56).

“Eu gosto de raízes. Plantas não crescem bem sem elas. O mesmo se passa com as pessoas” (EMMOTT, 1994: 28 – citação extraída de questionário).

As palavras de Edmund Burke que servem de epígrafe para este capítulo apontam, muito mais do que para uma possível ascendência dos mortos sobre os indivíduos no presente, para uma visão que busca ressaltar a nossa condição transitória no mundo, marcada, contudo, pela herança e valores legados por aqueles que vieram primeiro, os quais sobrevivem a nós (COUTINHO, 2014: 62-63). Dessa forma, não há como negar que o patrimônio arqueológico, dentre os diversos traços comuns compartilhados por uma determinada comunidade, tais como crenças, origem geográfica, origem étnica, é, sem dúvida, um dos principais elementos identitários que dão suporte à ideia de comunidade. Nessa mesma perspectiva, Higgins (1994) aponta que

“Para muitas pessoas, são os artefatos ou os monumentos mesmos que simbolizam a identidade de um povo. Imagens tais como aquelas que ilustram as tarefas escolares de cada criança são lembretes diários da manifestação física de nosso patrimônio como parte daquilo que somos. A visita a

um sítio histórico... lega ao indivíduo o conhecimento – e responsabilidade – de saber que somos apenas os mais recentes herdeiros de um passado longo...” (HIGGINS apud RUSSELL, 2006: 40, tradução nossa).

Ao refletir a respeito do conceito de memória, Le Goff (2006) destaca que,

“A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje... Mas a memória coletiva não é somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é, sobretudo oral, ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita, aquelas que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória... A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (LE GOFF, 2006: 469-471).

Ainda de acordo com Le Goff (op.cit), a memória coletiva fundamenta-se a partir de duas categorias de materiais, a saber, os documentos e os monumentos. Para o autor, *“o que sobrevive não é só o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa”* (op. cit: 525). Nesse sentido, pode-se aplicar à Arqueologia a condição que Le Goff relega à História enquanto disciplina, quando o mesmo destaca que,

“Enquanto conhecimento do passado, a história não teria sido possível se este último não tivesse deixado traços, monumentos, suportes de memória coletiva. Dantes, o historiador operava uma escolha entre os vestígios, privilegiando, em detrimento de outros, certos monumentos,

em particular os escritos, nos quais, submetendo-os à crítica histórica, se baseava. Hoje, o método seguido pelos historiadores sofreu uma mudança. Já não se trata de fazer uma seleção de monumentos, mas sim de considerar os documentos como monumentos, ou seja, colocá-los em série e tratá-los de modo quantitativo; e, para, além disso, inseri-los nos conjuntos formados por outros monumentos: os vestígios da cultura material, os objetos de coleção, os tipos de habitação, a paisagem, os fósseis, e, em particular, os restos ósseos dos animais e dos homens” (op. cit: 525, grifo nosso).

Por sua vez, Lucien Febvre (1949) ilustra aproximações estabelecidas pela Nova História com a Arqueologia, fundamentalmente no que diz respeito à ampliação do conceito de documento, apontando que

“A História faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Com signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem. Toda uma parte, e sem dúvida a mais apaixonante do nosso trabalho de historiadores, não consistirá num esforço constante para fazer falar as coisas mudas, para fazê-las dizer o que elas por si próprias não dizem sobre os homens, sobre as sociedades que as produziram, e para constituir, finalmente, entre elas, aquela vasta rede de solidariedade e de entreajuda que supre a ausência do documento escrito?” (FEBVRE, 1949: 428, grifo nosso).

Nesse sentido, a Arqueologia desempenha um papel fundamental na formação e estabelecimento de elos comunitários, tendo em vista que os elementos e características que definem o pertencimento a uma comunidade não são propriedades intrínsecas às pessoas envolvidas, mas sim condições produzidas conforme certos contextos sócio históricos em que as categorias foram estabelecidas, definidas em termos de identidade e diferença (FRANCO, 2014).

Laurajane Smith (1994: 300) apontou as deficiências que acompanham a teoria arqueológica quando a mesma se põe diante da questão da gestão do patrimônio arqueológico, destacando que *“a teoria arqueológica é insuficiente para lidar com a gestão do patrimônio e como o conhecimento arqueológico é usado dentro do processo de gestão”*. Desde então, arqueólogos buscam seguir algumas medidas para se tornarem parte dos processos de decisão locais, trabalhando com comunidades e partes interessadas em questões relativas à gestão do patrimônio, a partir de uma tomada de consciência da necessidade de reverter o quadro desenhado por Smith (1994), onde a autora observa como *“arqueólogos escrevendo sobre arqueólogos, escrevendo sobre arqueólogos... com pouco envolvimento com os problemas concretos e práticos colocados dentro da gestão do patrimônio”*. Segundo Shackel (2004), a Arqueologia encontra-se em boa posição para entender o papel do arqueólogo como participante e colaborador, trabalhando em questões relacionadas à identidade cultural e ao desenvolvimento do patrimônio.

Conforme destaca Carman (2014), o patrimônio cultural está inevitavelmente implicado na criação de um sentido de comunidade, e sua gestão acarreta consequências tanto para as comunidades a ele associadas, quanto ao patrimônio em si mesmo. Segundo o autor, as comunidades podem ser definidas tanto a partir do exterior, quanto a partir de uma auto definição e, nesse sentido, deve-se levar em consideração que os profissionais ligados ao estudo do patrimônio cultural também devem ser entendidos como uma comunidade entre tantas outras, com reivindicações e versões específicas sobre determinado passado, que dependem do contexto e da visão do propósito da arqueologia que o profissional defende (op.cit).

De acordo com Little (2012: 1-2), a arqueologia desempenha um papel importante no movimento, em escala global, em favor da preservação

patrimonial, reconhecendo um amplo conjunto de lugares tangíveis, entre eles, paisagens e sítios arqueológicos, além de grupos sociais/partes interessadas que guardam relação com aqueles, permitindo a conscientização e encorajando múltiplas formas de enxergar o mundo e nele exercer sua agência. Podemos apontar que a arqueologia, em sua dimensão pública, abrange um escopo temático e disciplinar muito mais amplo do que a vertente disciplinar preocupada, mormente, com o cumprimento de requisitos legais e regulatórios no bojo, por exemplo, do licenciamento ambiental. Ainda de acordo com a autora, arqueólogos profissionais praticam, ao menos, três modalidades no âmbito da arqueologia pública, a saber, a gestão dos recursos do patrimônio cultural, ações de educação patrimonial voltadas à discussão a respeito da necessidade de preservação do patrimônio arqueológico e, por fim, um ramo disciplinar que busca ações colaborativas que objetivam auxiliar comunidades, ou indivíduos, de forma a solucionar problemas de cunho social.

As últimas décadas têm sido marcadas pelo renovado interesse no universo relacionado às comunidades, especialmente no âmbito das ciências humanas e, de acordo com Franco (2014), dois aspectos fundamentais podem ser entendidos como responsáveis pela proliferação de estudos centrados nessa noção: o primeiro deles, diz respeito às transformações sociopolíticas ocorridas no mundo durante a segunda metade do século XX; e o segundo, relacionado ao primeiro, refere-se ao fim das grandes metanarrativas no estudo do conhecimento (FRANCO, 2014).

É possível observar o número crescente de arqueólogos comprometidos com a ideia de que as comunidades guardam um senso de seu próprio passado, sendo que aqueles buscam fazer parte do processo de tomada de decisão em relação ao desenvolvimento do seu próprio patrimônio. Esta perspectiva de mudança no seio da disciplina apresenta analogias com mudanças observadas no campo da antropologia, e enquanto a disciplina tem sofrido mudanças significativas, os arqueólogos parecem estar ainda começando a perceber a importância do envolvimento da comunidade no fazer arqueológico. Nesse sentido, o envolvimento e participação comunitária carrega a percepção de que os pesquisadores não são mais os únicos agentes culturais, devendo ser reconhecido que distintas histórias do passado podem

existir em qualquer lugar, e que as mesmas são continuamente moldadas e reconstruídas (SHACKEL, 2004: 2).

De acordo com Gnecco (2008), faz-se necessário que os indivíduos representados no discurso arqueológico passem a ser encarados também como representantes, sendo entendidos como agentes que devem indagar a respeito daquilo que se diz a seu respeito pelos pesquisadores, construindo, dessa forma, novas narrativas. De acordo com o autor,

“El individuo representado/ representante ahora aparece en el paisaje arqueológico de muchas maneras: como um sujeto que produce textos (que representa); como un sujeto que es representado, sabiendo conscientemente que está siendo representado y conociendo plenamente (pero también cuestionando y discutiendo) los medios de representación; como miembro de grupos de interés que otorgan múltiples sentidos y usos a las representaciones producidas” (GNECCO, 2008: 99 *apud* WICHERS, 2010: 48).

Nesse sentido, questões quanto ao papel dos pesquisadores perante as comunidades com as quais trabalham ou para quem trabalham inevitavelmente abrangem o grau em que os profissionais se envolvem com as agendas particulares dessas comunidades. Alguns se envolvem em projetos comunitários para permitir que a comunidade recupere parte de seu passado e, assim, enfatizem as desigualdades presentes. Outros se mostram mais preocupados em utilizar o estudo do passado como meio de se envolver diretamente com questões de desigualdade no presente. Para o primeiro, o passado é em si mesmo um meio de empoderamento, enquanto no segundo o passado é um mecanismo para tratar das preocupações atuais.

Hobsbawm (1983: 20) aponta que *“a História que se tornou parte do fundamento do conhecimento e da ideologia de uma nação, estado ou movimento não é o que realmente foi conservado na memória popular, senão o que foi selecionado, escrito, desenhado, popularizado e institucionalizado por aqueles cuja função era fazer precisamente isso”*. Dessa feita, tradições, significados e memórias são inventados, sendo legitimados através da

repetição ou de um processo de formalização e ritualização caracterizados pela referência ao passado, e, ao implicar continuidade com o passado, ou reinventando uma memória coletiva, essas tradições reforçam valores e comportamento (HOBSBAWM, 1983; SHACKEL, 2004: 3-4).

Marshall (2002: 216) sugere que é comum aos arqueólogos encontrarem dois tipos distintos de comunidades: aquele que corresponderia às comunidades geograficamente próximas a determinado bem patrimonial, e aquele definido a partir de uma relação de descendência perante tal patrimônio. Ambas as categorias não são mutuamente excludentes, sendo que uma comunidade local pode ser também descendente. Cabe destacar, por outro lado, que comunidades que guardam relações de descendência não necessitam apresentar, forçosamente, qualquer relação de proximidade geográfica. As comunidades relacionadas à diáspora africana, por exemplo, podem reivindicar afiliação a culturas distantes delas no espaço, tais como comunidades que reivindicam ligações com a cultura de um lugar de origem, mantendo costumes, tradições, vestimentas, entre outros (op.cit).

É claro que os termos identidade, identidade cultural e comunidade devem ser considerados como conceitos dinâmicos, uma vez que os fatores que nos dão um senso de identidade, seja nossa identidade pessoal, nacional ou comunitária, são muitos e complicados, estando, da mesma forma, sujeitos a constantes alterações. Nesse sentido, diante dessas distintas variáveis, como é possível entender quais são as características mais significativas de uma determinada comunidade, seu local ou território? Embora o ambiente físico seja importante ao envolver paisagens, habitats e edifícios, por exemplo, o lugar representa algo maior, devendo ser compreendido como uma rede de entendimento entre as pessoas e o meio ambiente, entre as pessoas e seus vizinhos, entre as pessoas e sua história, em meio a uma trama permeável a novas ideias, novas práticas e novas pessoas. A identidade cultural exige que, em um mundo em mudança, tentemos nos apegar ao que é importante do passado e adotar as melhores características do novo (DAVIS, 2007:70).

4.1. Percepções comunitárias acerca do patrimônio arqueológico regional

O envolvimento de uma comunidade na gestão do patrimônio depende do reconhecimento e de sua identificação diante do universo de referências culturais compartilhadas entre os indivíduos que a compõem. Dessa forma, esta pesquisa buscou apreender, a partir de discussões promovidas com parcela da população dos municípios de Vila Bela da Santíssima Trindade e de Pontes e Lacerda, qual a relação destas com as referências culturais em escala local e regional, especialmente no que diz respeito aos sítios arqueológicos identificados, cadastrados e estudados na região a partir de programas de arqueologia preventiva, caracterizados por componentes materiais de um passado que é parte fundamental da construção das identidades e memórias no presente. A partir de levantamentos de campo realizados nos anos de 2018 e 2019, foi possível estabelecer um quadro a respeito da percepção de alguns setores dos dois municípios, marcados por bens históricos e arqueológicos relevantes para a caracterização da ocupação da região.

As atividades de campo realizadas nos municípios de Vila Bela da Santíssima Trindade e Pontes e Lacerda buscaram avaliar tanto as condições atuais de preservação do Arraial de São Francisco Xavier da Chapada, a partir de visita técnica ao sítio arqueológico, quanto mapear as referências do patrimônio cultural, especialmente acerca dos bens arqueológicos, presentes na memória dos moradores dos dois municípios, uma vez que ambos são aqueles que guardam maior relação de proximidade com o Arraial. Nesse sentido, foram realizadas conversas informais com moradores locais, professores, público escolar e setores do poder público municipal (Secretaria de Cultura e de Educação) do município de Vila Bela, e professores e público escolar do município de Pontes e Lacerda.

Faz-se necessário destacar, em primeiro lugar, que, apesar do rico conjunto patrimonial que marca a região do Vale do Guaporé, concentrado principalmente no município de Vila Bela da Santíssima Trindade, e que é parte integrante do cotidiano local, uma vez que o núcleo histórico do município de Vila Bela é um sítio arqueológico histórico, referências e percepções

patrimoniais são mais comuns e recorrentes a partir dos olhares da população mais velha deste município.

Julgamos que tal cenário se deva em função do hiato decorrente do encerramento de pesquisas arqueológicas desenvolvidas na região desde o Projeto Fronteira Ocidental, desenvolvido entre os anos de 2002 e 2006, responsável, conforme já apontado, pelo mapeamento de conjunto considerável de sítios arqueológicos indígenas pré-coloniais, associados a ocupações africanas, europeias e de caráter multicomponencial.

Para além das atividades de cunho prospectivo e voltadas para a escavação de parte desse patrimônio, foram desenvolvidas ações no campo da divulgação e educação patrimonial, bem como dos procedimentos curatoriais adotados em relação aos acervos obtidos nas escavações e intervenções urbanas, no bojo de um processo de conscientização em prol da preservação dos recursos arqueológicos em âmbito municipal, pautado na orientação teórica definida pelo IPHAN em seu Guia de Educação Patrimonial, concebida *“como um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primordial de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”* (HORTA et al., 1999; ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2006a).

As atividades voltadas à divulgação das pesquisas no âmbito do Projeto Fronteira Ocidental buscaram estabelecer uma série de ações com foco na sensibilização e promoção da discussão em torno da temática da preservação dos recursos arqueológicos e culturais, não apenas em escala local/regional, mas nacional (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2006a).

As primeiras dessas atividades caracterizaram-se pela concepção de um programa de visitação às escavações realizadas no complexo de Santo Antônio dos Militares, localizado em Vila Bela, às margens do rio Guaporé, envolvendo a comunidade vilabelense, que participou das escavações, auxiliando nos registros e coletas realizadas, além de contar com monitores e sinalização das áreas estudadas (op.cit) (Prancha 68).

(Crédito Imagens: Zanettini Arqueologia, 2006).

Prancha 68. Ações educativas e de divulgação científica no âmbito do Projeto Fronteira Ocidental

Ações de educação patrimonial e divulgação científica desenvolvidas com a comunidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, envolvendo escavações arqueológicas com jovens, visitas ao museu e palestras escolares.

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

A partir dessa experiência, e diante dos acervos provenientes das escavações realizadas, implantou-se mostra temporária no Palácio dos Capitães Generais, antiga sede do governo de Mato Grosso quando a capital do estado encontrava-se em Vila Bela, atualmente ocupado pela Secretaria de Cultura do município. De acordo com Zanettini (2006),

“Durante a oportunidade, promoveu-se a reorganização do acervo de imagens sacras e objetos do cotidiano constantes do acervo da secretaria de Cultura, integrando ainda peças recém doadas por moradores. Essa atividade acabou por metabolizar o processo de doação de objetos que já ocorria na comunidade tal qual pudemos constatar em julho último, multiplicando-se o acervo o que vem a indicar claramente a necessidade de se instaurar uma discussão rumo à viabilização do museu histórico em Vila Bela, por ora, precariamente instalado nas dependências do palácio. Durante a etapa de campo procedeu ao levantamento de bens culturais móveis junto a moradores, sendo detectados acervo particulares de grande significação histórica passíveis de um aproveitamento museológico (mobiliário, imagens sacras, equipamentos de trabalho, armamentos antigos e assim por diante) (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2006a: 8).

Dentro desse quadro, toma corpo a iniciativa de estabelecimento de um museu em Vila Bela da Santíssima Trindade, no espaço do Palácio dos Capitães Generais, edifício de significação e integridade existente no centro histórico (tombado pelos governos federal e estadual), vocacionado como espaço museográfico na visão da comunidade local (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2015). Nesse sentido, o Museu Histórico e Arqueológico Joaquim Marcelo Profeta da Cruz surgiu em resposta aos anseios de parcela da comunidade de Vila Bela, interessada em dar uma destinação tanto aos bens mantidos sob guarda de munícipes, remanescentes da extinta capital do Mato Grosso, quanto dos acervos provenientes das pesquisas realizadas no âmbito do Projeto Fronteira Ocidental. A instituição foi criada por meio da Lei Municipal 729/2006 (Figuras 17 e 18) em consonância com orientações da

então Sub Regional do IPHAN em Mato Grosso, contando com o envolvimento da Zanettini Arqueologia em interação com a comunidade e autoridades locais, acompanhamento de pequenas obras de adaptação dos espaços, implantação da reserva técnica, catalogação preliminar do acervo histórico e assim por diante, tendo sido destinados recursos provenientes do Programa de Prospeções, Resgate e Monitoramento Arqueológico – Projeto São Francisco (op.cit).

Figura 17. Lei Nº 729/2006, que autoriza a criação do Museu Histórico e Arqueológico Joaquim Marcello Profeta da Cruz, em Vila Bela da Santíssima Trindade.

Figura 18. Publicação do Diário Oficial destacando a lei de criação do Museu Histórico e Arqueológico Joaquim Marcelo Profeta da Cruz, em Vila Bela da Santíssima Trindade.

Cabe apontar que, quando da emissão das Licenças Prévia (LP) e de Instalação (LI), em 1997, voltadas à instalação do empreendimento de exploração mineral no alto da Serra de São Vicente, próximo aos terrenos onde se encontra o Arraial de São Francisco Xavier da Chapada, pelo órgão ambiental do estado do Mato Grosso (extinta FEMA/MT), foi solicitado ao empreendedor, por determinação do IPHAN, que este apresentasse proposta concreta quanto às estruturas arqueológicas isoladas existentes na área

projetada para cava, contemplando, na medida do possível, a manutenção das mesmas. Em caso contrário, deverá se promover a eventual reconstituição destas estruturas em local apropriado, ou mesmo se for o caso, destiná-las ao museu a ser criado, onde deverá ser feita a incorporação e identificação do material de interesse arqueológico encontrado durante os serviços de abertura da cava e de outras obras civis (op.cit).

Cumprir destacar que, no ano de 2004, foi elaborada minuta de Termo de Cooperação, firmado entre a empresa Santa Elina Desenvolvimento Mineral S/A (ex-Yamana), IPHAN e Governo do Mato Grosso, objetivando, além da criação e operacionalização do museu,

“... identificar pontos de convergência buscando estabelecer sinergia entre esta iniciativa e demais ações e programas voltados ao estudo, preservação e divulgação do Patrimônio Cultural da região em apreço, a cargo do Ministério da Cultura, por intermédio de seu IPHAN e suas Superintendências Regionais, bem como por parte do Executivo Estadual, através de sua Secretaria de Cultura e Coordenadoria de Patrimônio; e desenvolver projeto envolvendo conceituação, definição quanto à localização, sua estruturação, manutenção e respectivo plano de extroversão museológica, de modo a dar conta do patrimônio arqueológico resgatado em sintonia com o cronograma geral do empreendimento em suas diversas etapas (implantação e operação)” (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2015: 20-21).

O Museu Histórico e Arqueológico Joaquim Marcelo Profeta da Cruz passou a abrigar, ainda em 2006, a exposição denominada *“Redescobrimos São Francisco Xavier: o cotidiano em um arraial de mineração do século XVIII”*, que ainda se encontra aberta ao público, constituída a partir dos vestígios materiais recuperados no bojo das pesquisas desenvolvidas no Arraial de São Francisco Xavier da Chapada. Da mesma forma, o museu abriga exposição voltada à reflexão sobre o patrimônio ambiental urbano vilabelense e os recentes impactos e transformações vivenciados no centro histórico, bem como apresentar avanço do conhecimento que se obteve para além do perímetro

urbano, sintetizando os resultados do Projeto Fronteira Ocidental, destacando, principalmente, a interculturalidade que caracteriza os processos sociais locais, marcado pela herança indígena, africana e europeia. Grande parte do material que marca esta exposição é oriundo de doações feitas por parte dos moradores locais, resultantes do processo de difusão cultural iniciado com o Projeto Fronteira Ocidental (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2006a; 2011).

As coleções geradas a partir do Projeto Fronteira Ocidental, que compõem grande parte da reserva técnica do Museu Histórico e Arqueológico Joaquim Marcelo Profeta da Cruz, foram submetidas a atividades curatoriais, de modo a atender demandas tais como a

“... utilização científica dos acervos e o uso pedagógico e/ou museológico das peças, além de comportar as atividades cotidianas dos trabalhos de documentação, conservação e restauro. Nesse sentido, podemos vincular esse procedimento curatorial com a chamada arqueologia pública, uma vez que tem como objetivo primordial a relação dos bens móveis, que integram o patrimônio público, com a sociedade” (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2006a: 16).

Contudo, a partir do ano de 2010, em virtude do colapso parcial de uma das paredes originais do Palácio dos Capitães Gerais, confeccionada em taipa de pilão, e algumas de suas vedações, foi determinada, por parte do IPHAN, a interdição do edifício para a execução das reformas e reparos necessários, sendo trasladados todos os acervos do museu para espaço provisório, alvo de adaptações para recebê-los, onde ainda hoje se localizam. Apesar de o edifício do Palácio dos Capitães Gerais encontrar-se restaurado, abrigando a Secretaria Municipal de cultura, os acervos ainda não retornaram ao seu espaço, aguardando, para tal, autorização do IPHAN. A reserva técnica temporária do Museu conta com aproximadamente 21.000 peças, entre vestígios pré-coloniais líticos e cerâmicos, além de vestígios associados às ocupações africanas e europeias, caracterizados por artefatos metálicos, louças, vidros, cerâmicas de produção local/regional, entre outros (Pranchas 69 a 72).

Prancha 69. Palácio dos Capitães Gerais, sede do Museu Histórico e Arqueológico Joaquim Marcelo Profeta da Cruz

1 e 2. Organização da exposição permanente quando do estabelecimento do museu envolvendo a comunidade, que ajudou na montagem dos painéis e vitrines; 3 e 4. Visita de estudantes da rede pública à Exposição Permanente Vila Bela Sem Fronteiras e realização das Oficinas de Capacitação em Patrimônio Cultural e Arqueologia; 5. Espaço expositivo no interior do Palácio dos Capitães Gerais.

Crédito Imagens: Zanettini Arqueologia, 2006

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

Prancha 70. Palácio dos Capitães Gerais, sede do Museu Histórico e Arqueológico Joaquim Marcelo Profeta da Cruz

1 e 2. Vista panorâmica do Palácio dos Capitães Gerais, restaurado, sede original do Museu Histórico e Arqueológico Joaquim Marcelo Profeta da Cruz;
3 a 7. Partes avariadas da estrutura da edificação que abriga o Palácio dos Capitães Gerais.

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

Prancha 71. Espaço temporário destinado a abrigar o Museu Histórico e Arqueológico Joaquim Marcelo Profeta da Cruz durante as obras de restauro do Palácio dos Capitães Gerais

Crédito Imagens: Zanettini Arqueologia, 2010

1. Reabertura do Museu Histórico e Arqueológico Joaquim Marcelo Profeta da Cruz, no ano de 2010, em edifício provisório, em virtude das avarias estruturais do prédio que abriga o Palácio dos Capitães Gerais;
2 a 5. Espaço expositivo interno, com mostras relativas ao patrimônio de Vila Bela, assim como ao Arraial de São Francisco Xavier da Chapada;
6. Reserva Técnica do Museu Histórico e Arqueológico Joaquim Marcelo Profeta da Cruz.

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

Prancha 72. Espaço temporário destinado a abrigar o Museu Histórico e Arqueológico Joaquim Marcelo Profeta da Cruz durante as obras de restauro do Palácio dos Capitães Gerais

1 a 6. Exposição “Redescobrimdo São Francisco Xavier: o cotidiano em um arraial de mineração do século XVIII”, voltada à difusão dos resultados das pesquisas no Arraial de São Francisco Xavier, além de dar visibilidade as ações empreendidas em prol da preservação dos recursos arqueológicos e históricos da área.

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

Crédito Imagens: Lucas Troncoso, 2019.

Cabe destacar que é realizado, mensalmente, o levantamento das visitas recebidas pelo museu municipal, cujos totais anuais são expostos abaixo:

Tabela 7. Relação de visitantes do Museu

RELATÓRIO GERAL DE VISITANTES DO MUSEU - ANUAL: 2004 A 2019				
ANO	VISITANTES RESIDENTES	VISITANTES BRASILEIROS	VISITANTES ESTRANGEIROS	TOTAL GERAL
2004	185	637	2	824
2005	872	931	13	1816
2006	1109	1217	9	2335
2007	816	1021	9	1846
2008	505	1417	29	1951
2009	614	1504	33	2151
2010	457	946	33	1436
2011	453	1101	5	1559
2012	246	721	16	983 (até outubro)
2013	445	847	11	1303 (até setembro)
2014	266	1091	1	1358
2015	639	949	21	1609
2016	378	913	20	1311
2017	443	259	55	757 (até setembro)
2018	158	781	22	960
2019	359	859	4	1222 (até setembro)
Total				23421

Diante do quadro exposto, que ilustra período marcado por uma série de iniciativas que buscaram envolver a comunidade vilabelense no âmbito de discussões a respeito do seu patrimônio, cabe destacar que é possível notar, a partir do encerramento do Projeto Fronteira Ocidental, a interrupção das ações de cunho educativo relativas ao patrimônio arqueológico junto à comunidade de Vila Bela.

Nesse sentido, conforme já exposto, esta pesquisa buscou colher elementos junto às comunidades dos municípios de Vila Bela da Santíssima

Trindade e Pontes e Lacerda relacionados às suas referências culturais, especialmente no que diz respeito ao seu patrimônio arqueológico. Para tal, foi elaborado um questionário (instrumento de percepção), que objetivou coletar alguns dados sobre o quadro patrimonial local durante o período da Festança de Vila Bela da Santíssima Trindade.

4.2. Discutindo o patrimônio durante a Festança de Vila Bela da Santíssima Trindade

A Festança de Vila Bela da Santíssima Trindade, celebrada há mais de duzentos anos, ocorre anualmente, durante a segunda quinzena do mês de julho, e marca período de homenagens aos santos devotados na região. Principal manifestação cultural de Vila Bela, a Festança congrega a Festa do Senhor Divino Espírito Santo, Festa do Glorioso São Benedito, Festa da Gloriosa Mãe de Deus, e Festa das Três Pessoas da Santíssima Trindade, cada qual organizada por suas respectivas irmandades religiosas.

A Festança pode ser entendida como uma herança cultural africana, fortemente presente no cotidiano da região, marcada oficialmente por rituais religiosos católicos com elementos de matriz africana e indígenas, envolvendo momentos de sociabilidade e confraternização nas casas das famílias tradicionais, além de um conjunto de rituais tais como a Folia do Divino, a Dança do Congo, a Dança do Chorado, rezas, missas, alvoradas e cerimônia de transmissão de posse dos novos festeiros (MOURA, 2005; SECMT, 2016) (Pranchas 73 e 74).

Fonte: Divulgação Prefeitura de Vila Bela, 2019.

Crédito Imagens: Lucas Troncoso, 2019.

Prancha 73. Festança de Vila Bela da Santíssima Trindade

1. Folder divulgado pela prefeitura municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, contendo a programação das festividades celebradas durante a Festa de Vila Bela da Santíssima Trindade no ano de 2019;
- 2 a 5. Registros da Festa do Senhor Divino Espírito Santo.

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

Crédito Imagens: Lucas Troncoso, 2019.

Prancha 74. Festança de Vila Bela da Santíssima Trindade

1 a 3. Registros da apresentação da Dança do Congo, realizada durante a Festa do Glorioso São Benedito; 4 e 5. Registros da apresentação da Dança do Chorado, realizada durante a Festa do Glorioso São Benedito; 6. Registro da Missa em honra ao Glorioso São Benedito..

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

Em dissertação de mestrado, Moura (2005) destaca que, entre os diversos significados para a celebração da Festança, podem ser observados aqueles vinculados às relações familiares e comunitárias, fundamentais para a manutenção das tradições da celebração, bem como uma preocupação voltada à

“legitimação de processos de uma política cultural da festa, implementada pelo poder político, por meio de discursos de representantes do Estado, que se fazem presentes, como também observações em artigos para a imprensa e folder, situando a Festança como algo tradicional, um patrimônio do Estado e que, como tal, precisa ser conservada. (...)” (MOURA, 2005: 33).

Ao refletir a respeito da relação da Festança como um patrimônio cultural e imaterial do Estado, que atrai público em escala regional, Moura (op.cit) se vale da análise de Canclini (1997) diante de um determinado elemento do patrimônio cultural, que

“... pode possuir algumas características como: o arcaico, ou o que pertence ao passado e é reconhecido como tal por aqueles que hoje o revivem, de um modo deliberadamente especializado; o residual, que se formou no passado e ainda se encontra em atividade dentro dos processos culturais, e o emergente, que designa novos significados e valores, novas práticas e relações sociais. Levar em conta também que, a inserção da cultura nas relações sociais mudou com a modernidade, onde os vínculos com a tradição não se efetuam através de uma relação ritual, de devoção a obras únicas, com um sentido fixo, mas mediante o contato instável com mensagens que são difundidas em múltiplos cenários e propiciam leituras diversas” (CANCLINI, 1997 apud MOURA, 2005:33-34).

Em sua tese de doutorado, ao discutir alguns dos aspectos que marcam a Festança, Carvalho (2018) destaca que

“É durante a festança, mas não apenas, que a população afrodescendente reafirma sua negritude e reverência e divulga sua história, por meio de falas e presença de seus anciãos, durante as cerimônias públicas, pela performance do Coral da Consciência Negra, pelo bailado histórico das mulheres do Chorado, exposições fotográficas e de obras de artistas da cidade. Destaca-se a Congada, manifestação cultural de origem afro-brasileira, que agrega elementos do catolicismo e memória ancestral africana, tendo São Benedito, Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia como homenageados pelos devotos em diversas partes do Brasil” (CARVALHO, 2018: 63).

Diante da relevância que a Festança apresenta para a comunidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, bem como para a região, julgamos apropriado aproveitar o período de celebrações para discutir com as comunidades, conforme já apontado, a respeito do seu patrimônio arqueológico e histórico.

A partir de diálogos mantidos com a Secretaria de Cultura de Vila Bela, foi-nos oferecida a oportunidade de apresentar, no Palácio dos Capitães Gerais, comunicação referente aos estudos contemplados por esta pesquisa à comunidade de Vila Bela, durante a celebração da Festa do Senhor Divino Espírito Santo, de modo a apresentar os resultados das pesquisas já desenvolvidas na região, e discutir a respeito das percepções da própria comunidade a seu respeito. Do mesmo modo, ações de comunicação foram desenvolvidas junto ao público escolar do Instituto Federal de Mato Grosso, no Campus de Pontes e Lacerda, município vizinho à Vila Bela, envolvendo alunos do ensino médio (Prancha 75).

Na ocasião, diante dos diálogos mantidos com as comunidades durante as comunicações realizadas, foi aplicado questionário voltado à temática do patrimônio local/regional, com ênfase no patrimônio arqueológico, respondido por parte daqueles que participaram das atividades de comunicação e se sentiram à vontade para tal. Baseados nas respostas oferecidas, buscamos apresentar algumas considerações a respeito das percepções comunitárias associadas à memória local/regional em relação ao patrimônio arqueológico. O

questionário apresentado à comunidade baseou-se nas seguintes questões, cujas respostas são apresentadas junto a cada uma delas.

Prancha 75. Atividades de comunicação desenvolvidas com as comunidades dos municípios de Vila Bela da Santíssima Trindade e Pontes e Lacerda

1 a 3. Ação de divulgação do projeto de doutorado junto à comunidade do município de Vila Bela da Santíssima Trindade, realizada no Palácio dos Capitães Gerais (Secretaria de Cultura), em 19 de julho, destacando questões referentes ao patrimônio arqueológico da região de Vila Bela; 4 a 6. Ação de divulgação do projeto de doutorado junto ao público estudantil do Campus de Pontes e Lacerda do Instituto Federal de Mato Grosso, no município de Pontes e Lacerda, em 23 de julho.

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

- **A sua cidade / comunidade oferece alguma atividade cultural?**
Qual? Quando acontece?

Gráfico 1. Questão: A sua cidade / comunidade oferece alguma atividade cultural? Qual? Quando acontece? (Município de Vila Bela).

Gráfico 2. A sua cidade / comunidade oferece alguma atividade cultural? Qual? Quando acontece? (Município de Pontes e Lacerda).

É possível notar que, para o caso do município de Vila Bela, a Festa ocupa lugar de destaque enquanto atividade cultural oferecida pelo município. Por sua vez, o grupo de alunos do município de Pontes e Lacerda destaca um amplo conjunto de atividades culturais, reunindo distintas expressões culturais, tais como a Festa da Maria Capoeira, a Expoeste (feira agropecuária), festa junina, festival de pesca, e Intervalo Cultural promovido pelo IFMT.

- **O que você sugere para visitar / conhecer na sua cidade / comunidade?**

Gráfico 3. O que você sugere para visitar / conhecer na sua cidade / comunidade? (Município de Vila Bela).

Gráfico 4. O que você sugere para visitar / conhecer na sua cidade / comunidade? (Município de Pontes e Lacerda).

Com relação a lugares sugeridos para visitação, a comunidade vilabelense destaca os espaços que abrigam fragmentos do patrimônio arqueológico/histórico local (Arraial de São Francisco Xavier da Chapada, sítio de Casalvasco, ruínas de Vila Bela, Palácio dos Capitães Gerais), o Museu Histórico e Arqueológico Joaquim Marcelo Profeta da Cruz, bem como espaços do entorno paisagístico, como o Parque Estadual Serra de Ricardo Franco e as

cachoeiras da região. Por sua vez, no que diz respeito às percepções do grupo de Pontes e Lacerda, nota-se a ênfase dada ao Posto Telegráfico Marechal Rondon, seguido de indicações a visitas aos rios e serras da região, fazendas, ao festival de pesca e exposição agropecuária, além do garimpo. Importa destacar o alto índice de respostas com dúvida sobre o que indicar (“*não sei*”) e aquelas que não indicariam nenhum lugar em específico (“*nada*”).

- **Você já teve algum contato em sala de aula com temas relacionados à Arqueologia?**

Gráfico 5. Você já teve algum contato em sala de aula com temas relacionados à Arqueologia? (Município de Vila Bela).

Gráfico 6. Você já teve algum contato em sala de aula com temas relacionados à Arqueologia? (Município de Pontes e Lacerda)

À esta pergunta, no que diz respeito à comunidade de Vila Bela, metade daqueles que participaram das atividades respondeu que já teve contato com temas relacionados à Arqueologia em sala de aula. Por sua vez, para o grupo

de Pontes e Lacerda, é possível verificar que a grande maioria dos alunos já teve contato, em sala de aula, com a temática da arqueologia, fato que pode indicar preocupação no diálogo entre as disciplinas ministradas no IFMT e o patrimônio local/regional.

- **O que a palavra patrimônio significa para você?**

Gráfico 7. O que a palavra patrimônio significa para você? (Município de Vila Bela).

Gráfico 8. O que a palavra patrimônio significa para você? (Município de Pontes e Lacerda).

Quando discutido o significado da palavra patrimônio, pode-se notar semelhanças entre as respostas dos grupos de Vila Bela e de Pontes e Lacerda, sendo destacadas percepções tais como *“Riqueza”, “Tudo que seja preservado”, “Herança do nosso passado”, “Algo muito importante”, “Um lugar que é nosso e que deve ser conservado e protegido”, “História”, “Lugar de extrema importância para uma comunidade”, “Lugar histórico onde houve uma sequência de acontecimentos mostrando o passado”, “Direito coletivo, propriedade individual que atenda uma função social”, “Algo que pertence a mim e à população”, “Local, objeto, uma lembrança do passado, representada por um objeto ou alguma outra coisa”, “Algo que pertence a alguém”, “Um conjunto de bens/algo de valor”, “Algo privado ou antigo”, “Algo importante que precisa ser preservado”, “Propriedade, podendo ser privada ou pública”, “Alguma posse material”, “As posses materiais e imateriais de uma pessoa ou instituição”, “Herança cultural e histórica de um determinado local a ser conservada”, “Herança deixada por parentes/entes queridos”, “O bem comum*

de uma sociedade”, “Um bem de grande valor, tanto monetário quanto sentimental, herdado ou constituído”.

- **Você sabe o que é um sítio arqueológico?**

Gráfico 9. Você sabe o que é um sítio arqueológico? (Município de Vila Bela).

Gráfico 10. Você sabe o que é um sítio arqueológico? (Município de Pontes e Lacerda).

Podemos notar que, ao responder a respeito do conhecimento acerca do que constitui um sítio arqueológico, as respostas oferecidas pelo grupo de Vila Bela apontam para uma maioria que conhece o seu significado, sendo possível observar, contudo, que parcela dos indivíduos desconhece, ou conhecem de maneira menos aprofundada, o seu significado. Por sua vez, a ampla maioria dos alunos que compõem o grupo de Pontes e Lacerda sabe o que representa um sítio arqueológico.

- **Em sua opinião, quais as razões para visitar um sítio arqueológico?**

Gráfico 11. Em sua opinião, quais as razões para visitar um sítio arqueológico? (Município de Vila Bela).

Gráfico 12. Em sua opinião, quais as razões para visitar um sítio arqueológico? (Município de Pontes e Lacerda).

Acerca da questão em epígrafe, ambos os grupos compartilham de entendimentos semelhantes, destacando, entre os motivos para visitar um sítio arqueológico, a oportunidade de *“aprender mais sobre a nossa história/passado”*, *“conhecer a sociedade, cultura e história de um povo”*, *“adquirir conhecimento”*, *“para fazer pesquisas”*, *“para observar tudo da criação ou construção do passado”*, *“reviver o nosso passado e ver como está a sua preservação”*, *“para entender o passado e melhorar o presente”*.

- **Você conhece algum sítio arqueológico ou algum outro tipo de patrimônio histórico da região de Vila Bela? Quais?**

Gráfico 13. Você conhece algum sítio arqueológico ou algum outro tipo de patrimônio histórico da região de Vila Bela? Quais? (Município de Vila Bela).

Gráfico 14. Você conhece algum sítio arqueológico ou algum outro tipo de patrimônio histórico da região de Vila Bela? Quais? (Município de Pontes e Lacerda).

No que diz respeito a essa questão, a ampla maioria da comunidade de Vila Bela conhece o patrimônio arqueológico local, sendo destacados o Arraial de São Francisco Xavier da Chapada, as ruínas de Vila Bela, o Palácio dos Capitães Gerais, o Complexo de Santo Antônio dos Militares e o sítio de Casalvasco. Por sua vez, as respostas oferecidas pelo grupo de Pontes e Lacerda também destacam o patrimônio de Vila Bela, sendo incluídos também o Posto Telegráfico Marechal Rondon, localizado em Pontes e Lacerda, e a Serra de Ricardo Franco.

• **Você já visitou algum desses lugares? Quais?**

Gráfico 15. Você já visitou algum desses lugares? Quais? (Município de Vila Bela).

Gráfico 16. Você já visitou algum desses lugares? Quais? (Município de Pontes e Lacerda).

Grande parte dos dois grupos já visitou os lugares que abrigam algum tipo de patrimônio indicados na questão anterior, com destaque para o complexo histórico das ruínas do centro de Vila Bela.

- **Você tem interesse em visitar algum sítio arqueológico?**

Gráfico 17. Você tem interesse em visitar algum sítio arqueológico? (Município de Vila Bela).

Gráfico 18. Você tem interesse em visitar algum sítio arqueológico? (Município de Pontes e Lacerda).

Ao serem indagados a respeito do interesse em visitar algum sítio arqueológico, a maioria absoluta de ambos os grupos demonstrou interesse.

- **Você tem interesse em participar de uma pesquisa arqueológica?**
Por quê?

Gráfico 19. Você tem interesse em participar de uma pesquisa arqueológica? Por quê? (Município de Vila Bela).

Gráfico 20. Você tem interesse em participar de uma pesquisa arqueológica? Por quê? (Justificativa) (Município de Vila Bela).

Gráfico 21. Você tem interesse em participar de uma pesquisa arqueológica? Por quê? (Município de Pontes e Lacerda).

Gráfico 22. Você tem interesse em participar de uma pesquisa arqueológica? Por quê? (Justificativa) (Município de Pontes e Lacerda).

Da mesma forma, a maioria de ambos os grupos tem interesse em participar de pesquisas arqueológicas, sendo destacadas as seguintes justificativas: *“pois acho interessante”, “interesse em descobrir coisas novas”, “obter experiência”, “obter conhecimento”, “importante para repassar a história aos filhos e obter mais conhecimento”, “desenvolvimento social”, “para entender como funciona a pesquisa na prática”, “para aprender técnicas de pesquisas arqueológicas”, “para compreender o nosso passado”, “gostaria de descobrir como era a vida dos antepassados”, “porque acho interessante conhecer”, “não acho que é o meu foco/ não tenho interesse na área”, “seria algo interessante e importante”, “para aprofundar o conteúdo discutido em sala*

de aula nas aulas de história”, “pois fomenta e materializa a história da nossa região”.

- **Você já visitou o Arraial de São Francisco Xavier da Chapada?**

Gráfico 23. Você já visitou o Arraial de São Francisco Xavier da Chapada? (Município de Vila Bela).

Gráfico 24. Você já visitou o Arraial de São Francisco Xavier da Chapada? (Município de Pontes e Lacerda).

Com relação àqueles que já visitaram o Arraial de São Francisco Xavier da Chapada, apenas três pessoas, de Vila Bela, já visitaram o sítio. A quase totalidade do grupo de Vila Bela não conhece o Arraial, sendo que nenhum dos alunos que compõem o grupo Pontes e Lacerda jamais o visitou.

- **Você já visitou o Museu Joaquim Marcelo Profeta da Cruz, em Vila Bela?**

Gráfico 25. Você já visitou o Museu Joaquim Marcelo Profeta da Cruz, em Vila Bela? (Município de Vila Bela).

Gráfico 26. Você já visitou o Museu Joaquim Marcelo Profeta da Cruz, em Vila Bela? (Município de Pontes e Lacerda).

Finalmente, ao nos debruçarmos sobre os indivíduos que já visitaram o Museu Joaquim Marcelo Profeta da Cruz, em Vila Bela, cabe destacar que a totalidade do grupo de Vila Bela já o visitou. Por sua vez, a maior parte daqueles que compõem o grupo de Pontes e Lacerda não visitou o museu, apesar da proximidade entre os dois municípios.

Para as demais questões que estruturam o questionário, apresentamos uma compilação das respostas obtidas.

- **Como você se sente ao visitar o Museu Joaquim Marcelo Profeta da Cruz?**

Respostas – Município de Vila Bela

"Um lugar contagiante. Sinto-me no passado. Desperta o interesse em quem deseja conhecer mais a história".

"Acho que falta formatação no atendimento. Não explicativo. Penso que museus precisam abrir nos finais de semana".

"Sinto-me voltando ao passado dos meus avós e bisavós".

"Muito bem. É como se eu fizesse parte de uma história, algo grandioso".

"Sinto-me como se estivesse no passado, mas descobrindo coisas da minha história".

"Emocionado, pois parte da história de minha cidade está ali".

"Voltar às origens do passado".

"Triste por estar em um local que não é adequado".

"Sinto vontade de conhecer mais".

"Emocionado por um sentimento muito forte".

"É um ambiente muito interessante que apresenta vários achados arqueológicos do local".

"Bem, muito bem".

Respostas – Município de Pontes e Lacerda

"Surpreendido com tantas coisas históricas".

"Conhecedor da história da minha região, história essa que maltratou muitas pessoas".

"Sinto-me visitando um pouco do passado".

"Sinto-me viva de poder ver de perto a história dos antepassados".

"Sinto-me bem conhecendo um pouco mais sobre o passado".

"É algo bom, ouvir coisas de antigamente encontradas".

"Acho algo muito interessante, principalmente, o fato de comparar como as coisas eram e como as coisas são".

"Como se estivesse expandindo minha visão em relação aos antepassados deste município e também do estado do Mato Grosso".

"Sentimento de volta ao passado".

"Acho interessante".

"Privilegiada em poder visitar um lugar com coisas muito antigas".

"Muito bom, porque vemos muitas coisas do século passado".

"Sentimento de curiosidade para aprofundar mais sobre".

"Sinto-me privilegiada".

"Sinto-me adquirindo novas informações sobre os antepassados, conhecendo mais a forma como viviam".

"Curioso para saber mais".

"É algo muito significativo, porque é algo importante na história, sendo responsável pela sociedade atual".

"Muito interessante".

"Eu achei muito massa as coisas".

"Achei incrível".

- **O que significa para você o museu estar em Vila Bela?**

Respostas – Município de Vila Bela

"Significa uma história viva".

"Um patrimônio histórico".

"É onde deve estar".

"Significa manter a história da nossa região".

"Acho que significa muito, pois é a nossa história que está nesse lugar".

"Significa muito, pois faz parte da nossa história".

"História, conhecimento".

"De grande importância para visitação e estudos. É muito rico".

"Valorização da história".

"Um meio muito importante para a comunidade conhecer um pedaço de sua história, sendo prova da história".

"Muito bom. Atrai turistas."

Respostas – Município de Pontes e Lacerda

"É um patrimônio da região e a enriquece".

"É importante ter uma fonte de conhecimento na região".

"Que as pessoas se preocupam em preservar a história da região".

"Significa que tiveram consideração com os antepassados que moravam ali e fizeram parte da história local".

"Reconhecimento por Vila Bela ser uma cidade histórica importante para o estado do Mato Grosso".

"Muito importante, pois é um local importante para a história do estado".

"Importante por ser a primeira capital do estado, além de ser uma rota de comércio português".

"Um pedaço da história".

"Significa que a cidade tem valores e interesses".

"É bem legal, pois as pessoas podem ir lá e conhecer mais sobre a cidade, o que ela foi".

"Muito interessante porque é muito bom algo histórico estar ao nosso redor".

"Porque Vila Bela era a capital e tudo do Reino era estabelecido lá, onde aconteceram as coisas".

"É especial ter um museu tão significante bem perto de nós".

"Importante patrimônio para quem mora lá e que veio de lá".

"Significa que o local já foi importante historicamente".

"Significa que abriga coisas que ajudam a contar a história do nosso país e região".

"Procura contar a história de Vila Bela".

"É de grande importância devido à Vila Bela ter sido a primeira capital do estado e, com o museu, a história fica mais acessível".

"Significa uma história que foi encontrada e que agora pode ser compartilhada".

"Muito bom, por estar bem próximo para visitar".

"Relembrar o que já aconteceu e manter viva a lembrança na memória".

"Lá foi uma cidade histórica então representa muita coisa".

"Significa um privilégio, pois posso visitar com frequência pelo fato de a distância ser curta".

"Sempre escuto as pessoas dizerem que é algo maravilhoso, que faz parte da nossa história".

"Uma lembrança de um passado dolorido e de muito sangue derramado".

"Por ser na minha região, fico feliz em ter algo lá".

"Significa que nada encontrado lá foi retirado do devido local".

"Descobrir um pouco mais sobre a história do meu povo e região".

- **A história de quem está sendo vista quando visitamos o Museu Joaquim Marcelo Profeta da Cruz, ou algum dos sítios arqueológicos da região?**

Respostas – Município de Vila Bela

"Dos portugueses".
"Do povo negro e do povo indígena".
"É vista a história dos índios e dos escravos".
"População de Vila Bela e região".

Respostas – Município de Pontes e Lacerda

"Não sei".
"História dos portugueses e escravos que ali viveram".
"A nossa história, enquanto moradores dessa região".
"Dos escravos que viveram na região".
"Das pessoas que viveram na região".
"A do povo mato-grossense, dos antepassados europeus e negros".
"Dos escravos".
"A história da região de Vila Bela".
"De figuras de grande importância para a construção de Mato Grosso".
"Quilombos".

- **Que experiências você valoriza ao visitar este lugar (Museu Joaquim Marcelo Profeta da Cruz)?**

Respostas – Município de Vila Bela

"Conhecimento e curiosidade".
"Uma experiência muito forte e rica de história".
"A experiência de explicar para alguém que não sabe".
"Informação".
"De voltar ao passado e ver como este povo trabalhava".
"O interesse das pessoas de saber mais sobre a própria origem".

"Valorizo a oportunidade de poder conhecer algo que faz parte da história".
"O conhecimento da minha própria cultura".
"Todo tipo de experiência e conhecimento".
"Dos escravizados".
"A história voltada a todos os vestígios que residem no local".
"Conhecimento".

Respostas – Município de Pontes e Lacerda

"O sofrimento dos negros, as memórias de quando Vila Bela era a capital".
"O aprendizado".
"O conhecimento sobre o passado e a importância da cidade para a construção da nossa história".
"Ao visitar lugares como estes, devemos valorizar a informação adquirida".
"As histórias que ficaram para nós".
"A de conhecer o nosso passado e as atividades que foram desenvolvidas".
"Conhecer mais a cultura e histórias do passado".
"A curiosidade humana com nossa criação".
"O conhecimento".
"Que as coisas antigas devem ser valorizadas".
"De poder ver o que eles faziam, como sobreviviam".
"De como as pessoas viviam, como moravam".
"O conhecimento de diferentes culturas que passaram pela região".
"Conhecimento, curiosidade e aprendizado".
"Valorizo a oportunidade de poder visitar este lugar".
"A der as coisas que ainda não havia visto".
"Materialização da história".
"Descrição da nossa história e da nossa região".
"Fico empolgada de conhecer".
"O trabalho de cada um e como se importam em cada detalhe e com a história".

- **Que mensagens você leva deste lugar (Museu Joaquim Marcelo Profeta da Cruz)?**

Respostas – Município de Vila Bela

"Vila Bela, um lugar de muitas riquezas".

"Que a história deste lugar precisa ser recontada".

"De muito conhecimento e valia, principalmente para nossos alunos e visitantes".

"De crescimento, aprendizado".

"A mensagem que nós precisamos valorizar o lugar onde vivemos".

"Conhecimento e aprendizado".

"História de nosso país".

"Muito satisfeito de saber da história de Vila Bela".

"Uma mensagem de muita tristeza, de como nosso povo foi valente, forte e escravizado".

Respostas – Município de Pontes e Lacerda

"Que temos uma longa história, na qual evoluímos e contribuiu bastante para a nossa sociedade".

"Que a vida antiga era muito complicada, com poucas opções".

"De experiência".

"Que se deve manter e preservar lugares assim".

"Que houve uma história naquele lugar, de diferentes formas e costumes".

"Que o local escolhido estrategicamente para não haver invasão deixou grandes marcas na localidade".

"Mensagens da história".

"O quanto antigamente era muito diferente dos dias de hoje. O quanto mudou".

"Que se não houvesse acontecido isso, talvez eu não estaria aqui, e que é bom ir a esses locais".

"A importância dos antepassados e desenvolvimento (evolução da sociedade)".

"De como as sociedades se organizavam".

"Que é um local com uma rica cultura".

"Nunca visitei, mas acredito que se pode levar um sentimento de não estar alienado com sua própria história".

"A história da região, a cultura".

"A de conhecer o nosso passado e as nossas origens em geral".

"De que tudo o que vivemos e histórico".

"O quão interessante e importante é estar a par dos acontecimentos históricos da região".

"Uma experiência muito boa por ver coisas que eram até usadas".

"Simplicidade".

- **Que significado tem um lugar como este para a região de Vila Bela?**

Respostas – Município de Vila Bela

"É importante para a história, não só local, mas para a história do Brasil".

"Conhecer sua história".

"Que seja conhecido pelo Brasil todo".

"Essência do local".

"Que a nossa história é valorizada".

"Um significado muito importante, pois conta a história da cidade".

"A valorização de toda a nossa história".

"Ficamos agradecidos com este potencial muito rico".

"Da forma como existe hoje, congelamento de uma cultura. Da forma como pode existir: reconstrução de uma narrativa".

"Um ponto estratégico que se tornou riqueza e ponto histórico para o estado do Mato Grosso".

"Valorização da história".

Respostas – Município de Pontes e Lacerda

"Traz o grande marco que a cidade deixou na história".

"Acredito que muito significado, pois é algo que traz memórias passadas".

"Lembranças e confiança".

"A história se torna acessível para moradores e visitantes".

"Dar a devida importância e visibilidade para a história da região".

"Um significado muito grande, pois podemos visitá-lo e presenciar algo histórico perto de nós e, em alguns momentos, estudar sobre".

"Uma contribuição para a identidade cultural da região".

"Alto significado, pois lugares assim são de suma importância".

"Enriquecimento cultural".

"Um significado histórico, pois relata todo o passado de Vila Bela".

"Demonstra como Vila Bela foi bonita".

"Tem um significado enorme por guardar artefatos históricos da cidade".

"É significativo, pois é um museu de nossos antepassados localizado no Mato Grosso".

"Preservar as raízes históricas e culturais do povo que vive ali e da região como um todo".

"É um atrativo e um lugar onde você aprende bastante".

"Algo que demonstra sua importância e valorização do seu povo".

"Significado muito importante, pois ali guarda algo importante sobre a história da cidade".

"É muito histórico e bom para estudar fatos históricos".

"Um local importante para a história".

"Significa uma identidade muito forte, pois diz muito sobre quem são e quem eram os antepassados".

"Alto significado, por tratar de coisas encontradas lá e de antigamente, com muito valor".

"Acho que gratificante, pois além de um ponto histórico tem muitas coisas interessantes".

"Valorização da cultura".

"Muito importante porque guarda muita história do passado".

"Significa que a cidade e a região foram formadas por muitos fatores históricos".

"Preserva a história da nossa eterna capital e mostrar a sua importância".

A partir dos resultados observados com os questionários respondidos por parte da comunidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, assim como por parte dos alunos do ensino médio do Instituto Federal de Mato Grosso, do Campus Pontes e Lacerda, é possível notar que há, sim, um forte reconhecimento do patrimônio local/regional. Contudo, também é possível verificar que grande parte do patrimônio arqueológico, que extrapola os limites

do centro histórico de Vila Bela, e aqui devem ser incluídas as referências a sítios indígenas pré-coloniais, aos sítios relacionados às ocupações africanas, europeias, e àqueles multicomponenciais, que compõem a paisagem cultural de região, não é observada nos depoimentos fornecidos por parcela da comunidade. Nesse sentido, nos valem das análises de Wichers (2010) que, ao tecer algumas considerações a respeito da temática da musealização da arqueologia no bojo de programas de arqueologia preventiva desenvolvidos pela Zanettini Arqueologia, elencou, dentre alguns dos projetos, o *Projeto Vila Bela Sem Fronteiras: a pedagogia museológica e a reversibilidade dos olhares*, apontando alguns aspectos merecedores de reflexão, onde

“As ações permitiram a preservação de um patrimônio arqueológico diversificado e ampliaram o uso qualificado desses recursos por parte da comunidade; A discussão conceitual do projeto como um todo amadureceu. (...) O museu foi criado, mas apenas como espaço físico, faltando ainda à implantação de um plano museológico, que envolva um planejamento estratégico; A existência de projeto de licenciamento ambiental permitiu a implantação do laboratório e reserva técnica de Arqueologia, mas o mesmo ainda funciona de forma ‘isolada’, uma vez que o museu não tem quadro funcional apropriado ou qualquer outra ação continuada” (WICHERS, 2010: 302, grifo nosso).

A reflexão da autora se baseia em algumas considerações feitas por Zanettini (2007), ao destacar que

“(...) do ponto de vista da gestão e uso, apesar dos esforços até o momento empreendidos, os resultados se encontram aquém do desejado, avaliando-se que as ações não foram ainda suficientemente contundentes a ponto de assegurar e manter articulada e permanente a discussão a respeito do vasto patrimônio cultural e ambiental da região, ao menos nos moldes e amplitude preconizada pelos idealizadores do Projeto Fronteira. É patente que os vilabelenses vêm se organizando a passos vistos para tal, contando hoje com quase duas dezenas de associações e entidades culturais em atividade. Igualmente,

o IPHAN e a Secretaria de Estado da Cultura intensificaram amplamente ações e sua presença na região. Porém, se aproxima o momento de estreitar ao máximo o relacionamento entre as diversas esferas que interagem na preservação rumo à definição de objetivos e estratégias comuns no campo da administração desses recursos em prol da comunidade” (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2007b apud WICHERS, 2010: 301-302).

Nesse sentido, a partir das atividades realizadas, e tendo em vista a necessidade de fortalecer e estreitar o relacionamento comunitário a fim de que sejam aprimorados os aspectos referentes à preservação e divulgação das referências patrimoniais em esfera local/regional, compartilhamos das percepções de Zanettini (2007b; 2015) e Wickers (2010), entendendo que se mostra fundamental a estruturação de plano museológico para o Museu Histórico e Arqueológico Joaquim Marcelo Profeta da Cruz, a fim de que o mesmo possa desempenhar suas funções, como ferramenta apropriada, dada a sua natureza, junto à comunidade (pesquisa, salvaguarda, comunicação), fazendo parte, não apenas como museu regional de sua vida social, mas como instrumento de identidade, desafiando relações de poder em favor da inclusão social e abrindo espaço para o estabelecimento e condução de agendas próprias às comunidades (NEWMAN & MCLEAN, 2006; SMITH & WATERTON, 2009).

5. O encerramento de mais um ciclo de exploração minerária: antes, agora e cenários futuros de preservação do Arraial de São Francisco Xavier da Chapada

“Há lugares de onde se tira a prata, lugares onde o ouro é apurado; o ferro é extraído do solo, o cobre é extraído de uma pedra fundida. Foi posto um fim às trevas, escavaram-se as últimas profundidades da rocha obscura e sombria. Longe dos lugares habitados (o mineiro) abre galerias que são ignoradas pelos pés dos transeuntes; suspenso, vacila, longe dos humanos. A terra é sacudida em suas entranhas como se fosse pelo fogo. As rochas encerram a safira, assim como o pó do ouro. O homem põe a mão no sílex, derruba as montanhas pela base; fura galerias nos rochedos, O olho pode ver nelas todos os tesouros. Explora as nascentes dos rios, e põe a descoberto o que estava escondido”.

Livro de Jó 28:1-11

Os recursos geológicos desempenharam papel significativo na história político-econômica do Mato Grosso, a qual se relaciona diretamente com o setor de exploração mineral. A área-alvo de estudos desta pesquisa, marcada por condições geológicas adequadas para essa exploração, está inserida na Província Sunsás, unidade crono-tectônica mais jovem do extremo sudoeste do Cráton Amazonas, formada durante o Ciclo Orogênico Sunsás, cronologicamente correlato ao Ciclo Orogênico Greenville na Laurencia e Báltica, no intervalo de 1.500 a 900 Ma. (BIZZI et al., 2003; LACERDA FILHO et al., 2004). Esta Província é composta pelos terrenos/domínios: Santa Helena, Faixa Colorado e Bacia/ Faixa Aguapeí. A evolução tectônica da Província Sunsás é marcada por episódios tectonomagmáticos e de sedimentação concomitantes que se encontram amplamente distribuídos na região sudoeste do estado do Mato Grosso, seguindo em direção à Rondônia, e parte oriental da Bolívia (LACERDA FILHO et al., 2004).

Associadas a estes terrenos, ocorrem importantes mineralizações auríferas de origem hidrotermal, condicionadas por um forte controle estrutural. A diversidade de ambientes geológicos presente no estado do Mato Grosso atesta o seu alto potencial mineral, tendo sido cadastradas, de acordo com Lacerda Filho et al. (2004), 428 ocorrências minerais, abrangendo distintas províncias metalogenéticas, distritos mineiros e áreas de potencialidade mineral, abarcando as seguintes categorias: metais nobres, gemas, substâncias metálicas, rochas e minerais industriais e recursos hídricos.

Os arraiais de mineração colonial incidentes sobre a porção da fronteira ocidental estão inseridos no Distrito Aurífero do Alto Guaporé, que engloba as ocorrências de ouro dos municípios de Porto Esperidião, Vila Bela da Santíssima Trindade, Pontes e Lacerda e Nova Lacerda (LACERDA FILHO et al., 2004: 140). Scabora & Duarte (1998), destacam que estas ocorrências auríferas foram descobertas no início do século XVIII pelos “bandeirantes”, os quais deixaram diversos vestígios de suas atividades tais como ruínas de habitações, lavras abandonadas e canais de adução de água, sendo retomadas, na década de 80, as atividades de mineração por garimpeiros e empresas de mineração (LACERDA FILHO, 2004: 140). Estima-se que, entre os anos de 1980 e 1995, foram produzidas cerca de 30 toneladas de ouro no Distrito Aurífero do Alto Guaporé, quantidade que, segundo Lacerda Filho et al. (op.cit) *“não reflete a quantidade real de ouro extraída pelos garimpeiros nas mais de duas dezenas de ocorrências ao longo de toda a Faixa Móvel Aguapeí”*.

Quando nos debruçamos sobre aspectos da geologia econômica, a maioria das unidades mapeadas apresentava um grande porte de mineralização aurífera, constatando-se também que “os portugueses lavraram todo tipo de ocorrência, seja ela pequena ou de grande porte, não deixaram passar nada” (ARIELO, 1994). Entre essas ocorrências pode ser citada a presença de ouro em veios de quartzo hidrotermal (veios de quartzo ascendidos através de explosões endógenas na crosta terrestre, sendo estes cristalizados em fraturas e falhas; visto que o ouro é um elemento químico volátil nessas condições, rapidamente é carregado através de vapores ou fluídos superaquecidos e saturados, sendo um dos primeiros elementos a mineralizar com o resfriamento dessas injeções), em porções de rochas pelíticas alteradas

ou em depósitos secundários quaternários aluvionares (pláceres), grupiarias (depósitos de cascalho de meia encosta) ou de crostas lateríticas, originados do intemperismo das unidades metassedimentares locais antigas. Neste levantamento geológico, há também menções quanto à existência de túneis de lavra no córrego Casarão associados aos veios hidrotermais, além de um depósito aluvionar lavrado no córrego Longa Vida (PETRI & FÚLFARO, 1988: 559 *apud* MENDES & PETRI, 1971; ARIELO 1994: 10; ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2012).

De acordo com Lacerda Filho et al. (2004), a mineralização aurífera desta província está vinculada à evolução tectono-termal mesoproterozóica da Faixa Móvel Aguapeí, no intervalo entre 1.2 e 1.0 Ga., correspondente ao período de colagem final do supercontinente Rodínia (LITHERLAND et al., 1986; SCABORA & DUARTE, 1998; FERNANDES et al., 2004; LACERDA FILHO et al., 2004). A mineralização está associada às rochas metassedimentares da Formação Fortuna (Grupo Aguapeí) e ao seu embasamento, representado pelas rochas vulcanossedimentares do Complexo Rio Alegre e pelas rochas graníticas da Suíte Santa Helena, sendo as mais importantes ocorrências de ouro no embasamento representadas pelos depósitos Ellus, Agropan e Maraboa (Suíte Intrusiva Santa Helena), Onça e Incra (Grupo Pontes e Lacerda) e Bananal (complexo metavulcano-sedimentar Rio Alegre). Ainda de acordo com o autor,

“... as mineralizações relacionadas à Formação Fortuna são representadas pela Mina de São Vicente (Domínio de Dobramentos Simétricos – Norte da Faixa Móvel Aguapeí), depósitos da Região da Lavrinha (Domínio Tectônico Contracional de Baixo Ângulo – Porção Central da Faixa Aguapeí) e depósito Pau-a-Pique (Domínio Tectônico Transcorrente – Sul da Faixa Móvel Aguapeí)... As mineralizações auríferas se restringem à porção central da Faixa Móvel Aguapeí, que marca o limite entre os terrenos Santa Helena e Rio Alegre.... As mineralizações de ouro no Distrito de Alto Guaporé estão associadas às rochas da Formação Fortuna, base do Grupo Aguapeí, e em seu embasamento, distribuídas em alguns destes domínios. As Idades $40\text{Ar}/39\text{Ar}$ em sericita hidrotermal (Fernandes et. al.,

2003b) obtidas em sete depósitos de ouro encaixados nas rochas do Grupo Aguapeí (Mineiros, Pau-a-Pique, Ernesto e Pombinha) e em seu embasamento (Ellus, Maraboa e Incra), somados aos dados de geologia estrutural, demonstram uma íntima relação das mineralizações auríferas com a evolução geotectônica da Faixa Móvel Aguapeí...Em todas as ocorrências ao longo da Faixa Móvel Aguapeí o minério é constituído por sistemas de veios de quartzo e disseminações nas encaixantes... Em relação aos depósitos do Grupo Aguapeí, os teores mais elevados de ouro nos veios de quartzo estão associados com os de texturas comb, sacaroidal e de substituição.." (QUADROS, 2004 apud LACERDA FILHO, 2004: 143).

É possível notar nas Pranchas 76 e 77 a relação entre as mineralizações auríferas da região e os arraiais de mineração fundados no século XVIII na porção do vale do Guaporé destacada nesta pesquisa.

JAZIMENTOS	
MINA	
01 - Córrego I	
DEPÓSITO	
01 - Subarea C8	
02 - Subarea C9	
03 - Subarea C1	
OCORRÊNCIA	
01 - Córrego da onça	
02 - Lavrinha	
03 - Lavrinha	
04 - Lavrinha	
05 - Lavrinha	
06 - Lavrinha	
07 - Lavrinha	
08 - Quatro	
09 - Lavrinha	
10 - Serra Azul	
11 - Serra Azul	
12 - Fazenda Apalimão	
13 - Alagoas	
14 - Barroal	
15 - Rio Capão	
16 - Marão	
17 - Pau a Pique	
18 - Subarea C28	
19 - Subarea C29	
20 - Subarea C20	

CARACTERÍSTICAS DOS JAZIMENTOS	
STATUS	
MINA PARALISADA	DEPÓSITO
OCORRÊNCIA	
ARRAIA NOVO	
CLASSE	
PRIMARIA	SECUNDARIA
TAMANHO	
RESERVA - PRODUÇÃO ATUALIZADA DE OURO	
10 a 25t	>10t
INDETERMINADO	
GARRAGEM	
SEM GARRAGEM	PARALISADA

AMBIÊNTE GEOLÓGICO E LITOESTRATIGRAFIA	
PERMIANO	Permiano
	Permiano
	Permiano
	Permiano
TRIASSICO	Triássico
	Triássico
	Triássico
	Triássico
JURASSICO	Jurássico
	Jurássico
	Jurássico
	Jurássico
CRETÁCIO	Cretáceo
	Cretáceo
	Cretáceo
	Cretáceo
TERCIÁRIO	Terciário
	Terciário
	Terciário
	Terciário
QUATERNÁRIO	Quaternário
	Quaternário
	Quaternário
	Quaternário

Prancha 77. Mineralizações auríferas

1. Mapa apresentando a distribuição das jazidas auríferas da área Jauru/Barra dos Bugres, com indicações das ocorrências minerais de Pau a Pique e Lavrinha (Fonte: Ministério de Minas e Energia - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - Diretoria de Geologia e Recursos Minerais).

- Ocorrência Mineral Pau a Pique (sítio Pau a Pique – possível Arraial de Santa Bárbara)
- Ocorrência Mineral Lavrinha (sítio Arraial de Lavrinhas e sítio Lavrinhas II)

Tese de Doutorado

Horizontes Mineradores: arqueologia da mineração e a gestão do patrimônio arqueológico sob a ótica do licenciamento ambiental

Aluno: Lucas de Paula Souza Troncoso

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Out/2019

5.1. O processo de fechamento de minas

As pesquisas desenvolvidas junto a contextos arqueológicos marcados pela exploração mineral estão associadas ao aumento da demanda de estudos no bojo do licenciamento ambiental voltados a obras de infraestrutura, principalmente a partir da implantação do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC), lançado em 2007, que englobava uma série de medidas político econômicas voltadas à retomada do crescimento econômico do país, prevendo investimentos em obras dos setores de infraestrutura, geração de energia, recursos hídricos, transportes, entre outros.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), no período abarcado pela primeira década dos anos 2000 (2000 a 2010), a produção mineral brasileira cresceu em 400%, em virtude da procura maior por minerais, principalmente pelo elevado índice de crescimento mundial. Durante o período que abarca o desenvolvimento desta pesquisa, de acordo com o IBRAM, nota-se um decréscimo da produção mineral brasileira de US\$ 40 bilhões (2014) para US\$ 38 bilhões (2015), reflexo da redução dos preços das *commodities* minerais e da queda da atividade mineral no País e no mundo, não significando, contudo, redução da produção nacional.

Figura 19. Produção Mineral Brasileira (PMB) (Extraído de IBRAM, 2018).

O período em destaque é marcado, da mesma forma, pelo número de pesquisas de arqueologia preventiva no âmbito de Estudos de Impacto

Ambiental (EIA) junto a empreendimentos voltados à exploração mineral, abarcando porções territoriais até então não submetidas a estudos (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2012). O investimento na produção desses estudos permitiu que a arqueologia adentrasse territórios até então desconhecidos do ponto de vista de sua cultura material, revelando a relação entre minerações contemporâneas e minerações antigas, dado que, com a evolução das tecnologias de exploração mineral, as grandes empresas mineradoras estão frequentemente localizadas, conforme já exposto, em áreas de mineração mais antigas, sendo esta uma das principais características destas paisagens: a sobreposição e coexistência de elementos associados a diferentes períodos de ocupação (COSTA, 2010).

O aumento das expectativas voltadas à proteção ambiental, o desejo de reduzir os riscos à saúde humana, a competição por terras e o crescente valor do ambiente natural como espaço de lazer, levaram a melhorias marcantes nos requisitos regulatórios e na prática da exploração minerária em vários países. Dessa forma, muitas companhias de mineração introduziram políticas de gestão, práticas e tecnologias objetivando a redução significativa dos danos ambientais causados por essa exploração. Quando vistos em combinação com desejos crescentes de preservação de terrenos como repositórios de ativos biológicos valiosos, de serviços ambientais naturais e apelo estético, parece provável que esses desenvolvimentos ajudem a impulsionar a melhoria contínua na prática de mineração (PECK, 2005).

A declaração final da Conferência Rio +20 (Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável), intitulada “O Futuro que Queremos”, destaca, em seu parágrafo 228, reconhecer *“a importância de arcabouços legais e regulatórios, e de políticas e práticas fortes e eficazes para o setor mineral que resultem em benefícios econômicos e sociais e incluam salvaguardas efetivas para reduzir os impactos sociais e ambientais e conservar a biodiversidade e os ecossistemas, inclusive durante o período pós-fechamento”*.

A atividade de mineração produz efeitos positivos ou negativos, tal como qualquer tipo de atividade realizada pelo homem, contudo, dado o alto potencial de impacto ambiental negativo desse tipo de atividade, são necessários investimentos de grande monta que busquem minimizá-los.

Diante de tal cenário, nos últimos anos, o fechamento de minas se tornou um dos principais problemas enfrentados pelas empresas de mineração, comunidades locais, e países que abrigam empreendimentos mineradores em todo o mundo. Para empresas de mineração, riscos de segurança, ambientais e sociais podem ocorrer, e passivos significativos muitas vezes são inevitáveis caso o processo de fechamento de um dado empreendimento seja realizado de maneira inadequada. Para as comunidades diretamente relacionadas a esses empreendimentos, o fechamento de minas pode causar sérios problemas devido à ameaça de colapso econômico e social, podendo afetar uma região inteira. Da mesma forma, governos estão sujeitos a custos relativos a grandes passivos ambientais, a menos que sejam previstas as estruturas apropriadas para a sua mitigação, além de redução significativa da renda proveniente dos tributos arrecadados (PECK, 2005).

O fechamento de minas pode ocorrer como resultado da extração total das reservas minerais dentro dos limites físicos de um depósito ou minas ou por causa de mudanças nos aspectos econômicos geológicos ou fatores externos que tornam as reservas inviáveis em um determinado momento. Minas abandonadas são frequentemente associadas a mudanças marcantes da morfologia da superfície e ao regime hidrogeológico, e podem levar a uma série de problemas de contaminação e instabilidade que contribuem para uma situação de depressão econômica regional (SMITH & UNDERWOOD, 2000).

O planejamento que envolve o processo de fechamento de minas mostra-se como um novo conceito em muitos países, em grande parte devido a uma combinação de incerteza na previsão de condições econômicas futuras, a uma falta de consciência dos impactos ambientais que podem ocorrer como resultado de simplesmente fechar e abandonar minas e falta de legislação, regulamentos e aplicação efetiva exigida dos proprietários de minas para realizar ações apropriadas antes do e após o fechamento. Nos últimos anos, o legado de minas abandonadas, associado a problemas ambientais, fez com que autoridades reguladoras em distintos países prestassem uma atenção muito maior aos efeitos prováveis do fechamento de minas a fim de evitar problemas futuros semelhantes. Nesse sentido, incentiva-se, hoje, o planejamento para o fechamento de minas desde os primeiros momentos de um dado projeto de exploração, sendo que o programa de desativação, assim

como os métodos e meios de reabilitação e restauração do local tornaram-se parte integrante do processo de planejamento e dos procedimentos de solicitação para o licenciamento em muitos países (IBIDEM).

O desenvolvimento de legislações e regulamentações ambientais específicas, aliado à ampliação da conscientização acerca das questões relevantes dentro da indústria de mineração e aumentando as expectativas por parte dos acionistas, grupos de interesse, e membros do público em geral, resultaram em muitas organizações oriundas tanto do setor público, quanto do setor privado, voltadas ao desenvolvimento de políticas de gestão. Nesse sentido, há uma percepção de que o fechamento de minas deve ser planejado adequadamente, com bastante antecedência, envolvendo a avaliação detalhada das condições específicas do local e as possíveis medidas de mitigação por uma equipe multidisciplinar, em diálogo constante com as autoridades reguladoras apropriadas, objetivando eliminar passivos futuros (SMITH & UNDERWOOD, 2000; PECK, 2005; STACEY et al., 2010).

É possível notar que, ao longo da última década, houve um aumento significativo diante das ações que envolvem o planejamento de fechamento de minas em muitos países por organizações governamentais, levando a cabo programas de reestruturação de setores voltados à produção mineral. A rápida mudança das condições econômicas em vários países, especialmente os do leste europeu e acompanhando o desmembramento da antiga União Soviética, fez com que os governos considerassem o fechamento de um grande número de minas, geralmente em curto prazo e antes que o planejamento adequado para o fechamento fosse realizado. A retomada do interesse na mineração em certas partes do mundo, por exemplo, na América Latina, também fez com que as empresas de mineração considerassem cuidadosamente passivos potenciais relacionados a minas fechadas ou abandonadas, assim como as implicações ambientais da abertura de novas (SMITH & UNDERWOOD, 2000).

O planejamento para o fechamento de minas envolve a consideração de uma série de questões frequentemente complexas, incluindo aspectos técnicos, legais, financeiros e socioeconômicos. Empresas de mineração, comunidades e governos, tendem a estar fortemente envolvidos nos problemas oriundos do processo de fechamento de minas, sendo, cada qual, diretamente impactado e preocupado com o respectivo envolvimento das outras partes.

Entre os problemas que podem surgir a partir do processo de encerramento das atividades de exploração mineral podem ser incluídos a falta de comunicação sobre os diversos aspectos que marcam tal processo, tais como as expectativas das comunidades e grupos sociais envolvidos com o fechamento, a capacidade do empreendedor de cumprir, de maneira satisfatória, com os planos de encerramento, atendendo, dessa forma, às políticas governamentais. Nesse sentido, os processos de fechamento de minas podem ser entendidos como um excelente exemplo de como um modelo baseado no diálogo e cooperação entre as partes interessadas pode reduzir custos e melhorar os resultados para todos os atores envolvidos nesse processo (SHELDON et al., 2002).

A discussão acerca dos impactos advindos da instalação de empreendimentos minerários deve levar em consideração todas as etapas que marcam o seu ciclo de vida, uma vez que, de acordo com Sánchez (2011: 185),

“(...) impactos significativos podem decorrer de ações realizadas em diferentes etapas. Não há uma forma única para dividir o ciclo de vida de um empreendimento em períodos – devem-se considerar as características próprias de cada tipo de projeto. (...) para uma mina, não se pode esquecer da etapa de desativação e fechamento, quando ocorrem impactos socioeconômicos como o desemprego e a redução da arrecadação tributária municipal, e deve-se preparar medidas de gestão voltadas para atenuar os impactos remanescentes e programas de recuperação de áreas degradadas. De qualquer forma, as etapas básicas geralmente consideradas são planejamento, implantação e operação, ao passo que a importância de planejar as etapas de desativação e fechamento vem sendo progressivamente reconhecida” (SANCHEZ, 2001: 185).

A tabela abaixo destacada, extraída de Sánchez (2011), exemplifica o ciclo de vida de um empreendimento de mineração, envolvendo as etapas de planejamento, implantação, operação, desativação e fechamento.

Tabela 8. Estruturação das ações que compõem empreendimentos de mineração (Extraído de SÁNCHEZ, 2011: 182-183).

Fase de Pesquisa e Planejamento
Contratação de pessoal temporário
Serviços topográficos
Abertura de vias de acesso
Instalação de acampamentos
Mapeamento geológico, prospecção geofísica e geoquímica
Perfuração e coleta de testemunhos
Retirada de material para ensaios
Realização de ensaios de laboratório ou em escala-piloto
Elaboração de projeto de engenharia
Fase de Implantação
Aquisição de terras
Contratação de serviço de terceiros
Encomenda de máquinas e equipamentos
Construção ou serviços de melhoria das vias de acesso
Implantação de canteiro de obras
Contratação de mão de obra para construção
Remoção da vegetação
Decapamento e terraplanagem
Estocagem de solo vegetal
Perfuração de poços e galerias de acesso para minas subterrâneas
Preparação de locais de disposição de estéréis e de rejeitos
Instalação de linha de transmissão de energia elétrica ou instalação de grupo gerador
Implantação de sistema de captação e armazenamento de água
Construção e montagem das instalações de manuseio e beneficiamento
Construção e montagem das instalações de apoio
Disposição de resíduos sólidos
Implantação de viveiro de mudas
Recrutamento de mão de obra para a fase de operação
Fase de Operação
Remoção de vegetação
Decapamento da jazida
Abertura de vias subterrâneas
Drenagem da mina e áreas operacionais
Perfuração e desmonte de rocha
Carregamento e transporte de minério e estéril
Disposição de estéréis
Disposição temporária de solo vegetal
Revegetação e demais atividades de recuperação de áreas degradadas
Estocagem de minério
Britagem e classificação
Beneficiamento

Secagem dos produtos
Processamento metalúrgico ou químico
Disposição de rejeitos
Estocagem dos produtos
Expedição
Transporte
Estocagem de insumos
Disposição de resíduos sólidos
Manutenção
Aquisição de bens e serviços
Fase de Desativação
Retaludamento e implantação de sistema de drenagem
Preenchimento de escavações
Fechamento do acesso e aberturas subterrâneas e sinalização
Revegetação e recuperação de áreas degradadas
Desmontagem das instalações elétricas e mecânicas
Remoção de insumos e resíduos
Demolição de edifícios
Dispensa da mão de obra
Supervisão e monitoramento pós-operacional

Entre as fases que caracterizam o ciclo de vida de empreendimentos minerários, a exploração mineral abrange os momentos iniciais da vida de uma mina em potencial. A etapa de planejamento é marcada pela realização de estudos técnicos e econômicos, envolvendo, da mesma forma, atividades de prospecção, exploração e avaliação mineral, que vão desde aquelas menos danosas ao meio ambiente, como sensoriamento remoto de satélites, até as mais invasivas, como a perfuração intensiva, a partir de sondagens geológicas, em espaços fechados (DIIS, 2016; SÁNCHEZ, 2011). Diante de tal quadro, as atividades de exploração têm o potencial de afetar adversamente o meio ambiente caso não sejam gerenciadas de maneira adequada. A aplicação de práticas de gerenciamento ambiental de alto padrão na exploração é essencial para garantir que essas atividades sejam adequadamente controladas, principalmente para proteger áreas ambientalmente sensíveis.

Muitas vezes é antes, ou durante fase de planejamento, que o envolvimento da comunidade local, que guarda relação com o empreendimento, começa. Em alguns casos, por exemplo, mostram-se necessárias negociações e o consentimento de comunidades locais ou proprietários de terras, e, nesse sentido, a qualidade do envolvimento da

comunidade nesta fase inicial é muito importante, uma vez que influenciará os relacionamentos futuros, sendo necessário abordar, neste momento, os possíveis impactos ambientais e sociais decorrentes da exploração, além de preocupações e expectativas comunitárias.

De acordo com o *Leading Practice Sustainable Development Program for the Mining Industry* (2016), as principais atividades que precisam ser realizadas nesta fase inicial e que serão úteis para o planejamento e fechamento futuros incluem o desenvolvimento de relacionamentos com as partes interessadas locais, reguladores e comunidade; discussões preliminares com as principais partes interessadas sobre o conceito de mina e o uso da terra após a mineração e o agrupamento de questões que talvez precisem ser abordadas; a coleta de dados iniciais da linha de base ambiental, incluindo qualidade e quantidade das águas superficiais e subterrâneas, tipos de solo, tipos de vegetação, valores da fauna e dados meteorológicos; uma avaliação preliminar da caracterização de rochas residuais durante exploração; e, por fim, a manutenção de registros de assuntos relacionados às partes interessadas e resoluções (DIIS, 2016: 35).

No processo de avaliação de um dado empreendimento minerário, sua viabilidade é um aspecto relevante, marcado pela avaliação dos possíveis impactos econômicos, ambientais e sociais do projeto de mineração. Estudos de viabilidade são necessários nas etapas anteriores à exploração e produção, a fim de que se possa justificar o investimento contínuo de recursos financeiros de um dado projeto, além de serem necessários para esclarecer os fatores básicos que determinam tanto o seu sucesso, quanto os seus principais riscos.

Dessa forma, faz-se necessária uma etapa de monitoramento de linha base, que deve ter início ainda na fase de pré-viabilidade de um projeto de exploração minerária, buscando incluir todas as questões ambientais, econômicas e sociais relevantes identificadas no planejamento de riscos. Pesquisas e programas de monitoramento devem diferenciar os impactos diretos e indiretos das operações de exploração minerária e quaisquer outros fatores que possam ameaçar não apenas os valores da biodiversidade local e regional, mas também o seu patrimônio cultural. No bojo desse processo, as informações resultantes são essenciais para o desenho eficaz de programas de gerenciamento e reabilitação e objetivos de fechamento (op.cit).

No tocante à fase de planejamento de um determinado empreendimento voltado à exploração mineral, busca-se alcançar um projeto integrado do sistema de mina no qual o minério deverá ser extraído e preparado de acordo com as especificações desejadas pelo mercado, seguindo certas restrições ambientais, sociais, legais, e regulamentares aceitáveis. Engenheiros de minas, geólogos e consultores, os quais geralmente possuem maior influência no planejamento de projetos de exploração de minas, devem levar em consideração os problemas que envolvem o seu fechamento, integrando elementos econômicos, ambientais e sociais nas tomadas de decisão da empresa. As decisões tomadas durante esta fase podem ter consequências no longo prazo para o meio ambiente, para questões envolvendo os usos futuros da terra, saúde e segurança das comunidades envolvidas, as quais afetarão o processo de fechamento e abandono de minas.

Planos de encerramento de minas devem, portanto, ser requeridos pelas autoridades regulatórias como condição necessária para a aprovação do processo de estabelecimento de um projeto de exploração, e devem considerar a área potencial que será alvo dos impactos decorrentes das atividades, levando em conta, por exemplo, os volumes e tipos de resíduos que serão armazenados durante a exploração, incluindo resíduos de rochas e rejeitos; o posicionamento preferencial do material ao longo do terreno de modo a acomodar as características do material aos volumes disponíveis (por exemplo, os materiais que podem ser adequados para posicionamento próximo à superfície e os que podem ser contidos em profundidade de acordo com o relevo local); uma análise de opções alternativas e otimização de métodos ou opções selecionados; os locais apropriados e a capacidade necessária das instalações de armazenamento de água para consumo potável, suprimento de processos e gerenciamento de água no local; a estabilidade geotécnica da superfície do solo e estruturas de engenharia; os requisitos regulatórios para projeto e fechamento; os projetos propostos para instalações de armazenamento de resíduos; os custos para a reabilitação de um projeto paralisado e para seu futuro descomissionamento; e, finalmente, questões de desenvolvimento socioeconômico e sustentabilidade, uso de infraestrutura pós-mineração e distintos programas comunitários (DIIS, 2016: 38).

Uma vez iniciada a etapa de produção, inicia-se também a fase de operação, que pode abarcar períodos de exploração entre cinco e cinquenta anos, os quais são marcados por mudanças operacionais, expansões de plantas e reabilitação progressiva do projeto de exploração. Ao longo do processo de refinamento do plano de fechamento de mina, os empreendimentos precisam se concentrar nas metas de longo prazo e no uso da terra após o encerramento da atividade de mineração. Nessa fase, faz-se necessário alocar recursos financeiros, planejar e implementar medidas de fechamento e conclusão de minas durante, articulando equipes diretamente voltadas ao diálogo com as comunidades e outras partes interessadas no processo de descomissionamento (op.cit).

Na medida em que os recursos minerais são esgotados, aproxima-se a etapa de planejamento de fechamento do projeto de exploração. Contudo, a duração desse estágio é geralmente imprevisível, podendo seu ritmo acelerar, ou não, de acordo com as reservas de minério, com novas descobertas ou eventos imprevistos que possam conduzir, eventualmente, a um fechamento imprevisto. O descomissionamento e o fechamento envolvem a implementação dos planos de fechamento desenvolvidos nos estágios anteriores. Nesta fase, também pode ser necessário realizar investigações e estudos para identificar possíveis contaminações e confirmar se os resultados e critérios acordados foram cumpridos.

No momento do fechamento da mina, a maior parte do trabalho preparatório necessário para proteger o meio ambiente deve ter sido realizada como parte de um plano de fechamento bem concebido, progressivamente atualizado e implementado ao longo da fase de operações. As minas podem fechar inesperadamente durante a fase de operações por vários motivos, como falha no processo, limitações imprevistas de minério, colapso no valor das *commodities*, excedentes no orçamento, oposição por parte das comunidades locais, impactos ambientais inesperados significativos ou talvez uma combinação desses fatores (DIIS, 2016; PECK, 2005).

A fase de fechamento de empreendimentos de exploração mineral pode durar alguns anos, envolvendo a demolição/remoção da infraestrutura; a consolidação e descomissionamento das instalações de rejeitos; a remodelagem das formas de mineração remanescentes; o restabelecimento de

sistemas de hidrologia e drenagem de superfície; o tratamento, descarga ou disposição de água de baixa qualidade; conclusão dos processos de reabilitação e remediação; gerenciamento, monitorando, registrando e documentando os processos de fechamento; medindo o desempenho das atividades de fechamento em relação aos objetivos e critérios de fechamento acordados e relatando esse desempenho; inspeções, consultas e relatórios às partes interessadas sobre o progresso; aprovação e aprovação da comunidade e do governo em etapas (DIIS, 2016: 43).

Ainda segundo o *Leading Practice Sustainable Development Program for the Mining Industry* (2016), durante a fase pós-descomissionamento, mesmo depois que a maior parte da infraestrutura da mina foi demolida e/ou removida, tendo sido o local totalmente reabilitado, devem ser respeitados certos requisitos voltados ao gerenciamento e monitoramento contínuos do local, sendo avaliados, por exemplo, o processo de revegetação, assim como os recursos hídricos. e. Essa fase continua até que a aprovação final e a renúncia sejam alcançadas e os novos responsáveis pela propriedade dos terrenos os assumam, tornando-se responsáveis pela área. Entre as ações que marcam essa etapa, devem ser previstos a garantia de que a área se torne segura tendo em vista a inatividade da mina; o estabelecimento de protocolos de segurança para acesso ao local, a fim de evitar ações de vandalismo; ações de monitoramento e relatórios contínuos sobre as metas de reabilitação e fechamento em relação aos objetivos e critérios de fechamento acordados; fornecimento de monitoramento e outras informações ao regulador e às partes interessadas como parte das metas acordadas para obter a aprovação; renúncia a arrendamentos de mineração e transferência legal de responsabilidade contínua para as partes interessadas pós-fechamento e usuários da terra (IBIDEM).

Um plano de fechamento de mina deve refletir tanto os padrões e princípios corporativos, quanto como as diretrizes e marcos regulatórios legais, de modo a fornecer uma base adequada para estimar os custos de fechamento. Dessa forma, o plano deve incluir uma descrição detalhada do gerenciamento das atividades planejadas de fechamento de um dado projeto de exploração, contendo os objetivos e critérios que servirão de base para

avaliar as opções de fechamento propostas e identificar os principais indicadores de desempenho (DIIS, 2016: 59).

Um plano de fechamento de mina deve permitir que todas as partes interessadas tenham seus interesses considerados durante o processo de fechamento da mina e que seja alcançado um acordo sobre o uso da terra após o encerramento da atividade de mineração, além de garantir que o processo de fechamento seja realizado de maneira economicamente adequada, de maneira que se assegure que o custo do encerramento da atividade de exploração seja representado adequadamente nas contas da empresa, sem que a comunidade não responsabilizada com possíveis ônus financeiros (IBIDEM).

Dessa forma, um plano de fechamento de mina deve ser entendido como um documento dinâmico que precisa refletir o nível de detalhe apropriado ao estágio de desenvolvimento de um projeto de mineração e, conforme esperado, os planos de fechamento devem evoluir ao longo da vida útil de uma mina, e devem fornecer mais detalhes à medida que a mina se aproxima do seu estágio de descomissionamento e fechamento. Para manter a credibilidade e a aceitação da comunidade, é fundamental que as informações no plano de fechamento de minas sejam precisas e relevantes.

Conforme apontam Sheldon et al. (2002), havia uma expectativa, a partir da segunda metade do século XXI, de que ao menos vinte e cinco grandes empreendimentos minerários, localizados em países em desenvolvimento, passassem por ciclos programados de encerramento. A maneira como esses processos de fechamento/descomissionamento serão desenvolvidos apresenta um potencial para moldar o diálogo, em escala global, sobre os custos e benefícios da mineração, uma vez que o encerramento de atividades de exploração minerária é algo bastante complexo, e, dadas as preocupações de todos os atores interessados e envolvidos com questões ambientais, impactos sociais e econômicos, faz-se necessário ter em mente que a aplicação das melhores práticas no processo de descomissionamento vai muito além de aspectos e soluções técnicas.

Dessa feita, de modo a se buscar as soluções mais adequadas para a resolução dos possíveis problemas oriundos do processo de fechamento de minas, tem sido adotada, cada vez mais, uma prática dialógica de consulta,

envolvendo empresas de mineração, governos e comunidades locais, necessária para que uma mina seja fechada com o menor impacto possível. De fato, para ser totalmente eficaz, o processo de fechamento de um empreendimento minerário deve ser pensado ainda nas fases iniciais de seu projeto de implantação. O seu fechamento adequado pode ser entendido como uma ferramenta que permita a transferência do capital extraído pela atividade mineradora para gerações vindouras, alcançando, assim, condições de sustentabilidade e benefícios para as comunidades que guardam alguma relação com tais empreendimentos, de modo a garantir, por exemplo, que oportunidades econômicas de desenvolvimento baseadas na exploração dos recursos minerais não sejam perdidas, assim como passivos ambientais não sejam legados às comunidades (IBIDEM).

Para que seja possível atingir esse cenário desejável, devem ser postas em prática, por parte das empresas mineradoras, ações construtivas, conforme já exposto, desde os momentos iniciais de um determinado projeto de exploração, a fim de minimizar, ao máximo, possíveis impactos ambientais e sociais negativos. Da mesma forma, deve ser buscado o envolvimento proativo das comunidades locais, de modo que sejam garantidos, de forma sustentável, os eventuais benefícios obtidos com a exploração minerária para as gerações futuras. Cabe também aos governos o fornecimento de estrutura legal, concepções de planejamento estratégico prévio e suporte às comunidades locais para que os mesmos não tenham de gerenciar, futuramente, problemas de ordem ambiental e social complexos.

Com o tempo, o fechamento de minas deve passar a ser visto não apenas como o fim das atividades de extração e beneficiamento, mas como um passo no bojo de processos amplos de recuperação ambiental de ecossistemas e de renovação social para as comunidades, que deverão perdurar muito tempo além do fim daquelas atividades. Como parte dessa tendência positiva, o planejamento de instalação de minas, seguido por práticas de fechamento de minas e a condução de suas operações buscaram, nos últimos anos, por um processo de encerramento de operações minerárias ambiental e socialmente aceitável. Enquanto no passado as comunidades frequentemente viam que a única opção disponível era se um depósito deveria ser explorado ou não, passou a ser demonstrado que a maneira pela qual uma

mina é planejada pode apresentar uma série de influências positivas sobre a magnitude e duração dos impactos sobre o período de exploração minerária e após o seu encerramento (ENVIRONMENTAL PROTECTION AGENCY, 1995a: 2; PECK, 2005).

Strongman (2000) destaca a declaração de um conselheiro do Banco Mundial, para quem

“Há uma divisão fundamental entre os interesses das empresas de mineração e os interesses das comunidades onde a mineração ocorre. As empresas de mineração normalmente querem desenvolver minas, obter um bom retorno para os acionistas e, em seguida, sair quando a produção terminar, para que possam desenvolver mais minas e continuar a produzir em outro lugar. As comunidades, por outro lado, querem ver oportunidades de riqueza e renda criadas em seu meio, que durarão ao longo do tempo” (STRONGMAN, 2000 apud PECK, 2005: 14).

Ao discutir a respeito dos desafios que marcam o processo de encerramento da exploração minerária, Clark et al. (2000) apontam que

“Um plano abrangente para o fechamento de minas abandonadas, em operação, ou que venham a ser implantadas, continua a ser um grande desafio para praticamente todos os países que apresentem empreendimentos minerários. Para acomodar a necessidade de fechar minas abandonadas e garantir que aquelas existentes e futuras sejam adequadamente fechadas, faz-se necessária a cooperação de uma comunidade diversificada de partes interessadas, métodos novos e inovadores de financiamento de fechamento e grandes mudanças políticas e legislativas na maioria das nações para garantir um desenvolvimento sustentável pós-mineração” (CLARK et al., 2000: 75).

A identificação de novos corpos de minério por meio da exploração minerária é algo constante e recorrente, e, uma vez que as reservas contidas em qualquer depósito são finitas, deve ser prevista a conclusão das atividades

de exploração em algum momento futuro. Nesse sentido, o processo geral de desativação de minas deve ser integrado com o planejamento de operação da mina, implicando uma suposição implícita de que o descomissionamento geralmente ocorre em um estágio da vida de operação da mina onde o processo econômico de extração de minérios cessou de acordo com algum plano ordenado. A partir dessa perspectiva, caso os pressupostos que caracterizam o planejamento integrado do processo de exploração de minas sejam levados em conta, então se mostra viável que uma mina possa ser projetada e operada com foco contínuo nos resultados esperados de fechamento progressivo e de acordo com um cronograma bem conhecido (PECK, 2005: 37).

No entanto, esse é um processo cujo *modus operandi* não tem sido o padrão no bojo dos projetos de mineração. A história mostrou que a atividade de mineração pode cessar por vários motivos e quase a qualquer momento. Grande parte do legado da atividade de exploração minerária é mais do que o resultado do abandono de minas na ausência de estruturas legais e regulamentares para garantir trabalhos adequados de descomissionamento. Em muitos casos, eles fizeram parte de situações econômicas ou sociais mais amplas, que são estressantes para as comunidades dependentes da mineração, e podem, por si só, ter contribuído para a cessação da atividade de mineração (IBIDEM).

Entre os fatores que contribuem para o encerramento das atividades de mineração, podem ser considerados: o esgotamento de reservas minerais, resultado da extração total das reservas minerais dentro dos limites físicos de um depósito ou da área da mina; mudanças inesperadas ou deterioração das condições geológicas; mudanças nas condições de mercado; mudanças em outros fatores econômicos externos que inviabilizam as reservas em um determinado momento; (não) viabilidade financeira da empresa; condições ambientais adversas; ou, condições políticas adversas ou perturbações sociais (ENVIRONMENT AUSTRALIA, 2002a; 2002b; PECK, 2005; SMITH & UNDERWOOD, 2000).

Além dos aspectos acima destacados, é importante observar que, em alguns casos, a atividade de mineração pode ser suspensa apenas temporariamente, por um dado período de tempo que pode variar

significativamente, sendo o projeto colocado sob cuidados e manutenção (ENVIRONMENT AUSTRALIA, 2002a; PECK, 2005; ROBERTSON & SHAW, 1998). No entanto, uma vez atingidos os limites econômicos ou outros limites das operações, o descomissionamento e o fechamento final desses projetos temporariamente interrompidos, mostram-se como inevitáveis. Nesse sentido, em alguns casos, pode ser difícil definir entre uma mina oficialmente classificada como “sob cuidados” e manutenção, e aquela que é abandonada.

A discussão que envolve a prática de uma atividade de exploração minerária, ambiental e socialmente responsável, é marcada, geralmente, por um debate focado em projetos de minas a partir de contextos presentes ou futuros. Contudo, deve-se levar em consideração o legado passado, materializado na forma de locais abandonados, outrora marcados pela atividade de exploração minerária (BALKAU, 2005b; PECK, 2005).

Entre os problemas ambientais que devem ser enfrentados por projetos de exploração minerária, o passivo caracterizado pela infraestrutura de antigas instalações de minas abandonadas mostra-se como um fator adverso, e muitas vezes recorrente, a ser mitigado. Até a consolidação das normativas legais que regem todo o processo de desenvolvimento de um projeto de exploração minerária, historicamente, era prática comum o abandono de frentes de mineração uma vez esgotados os depósitos minerais. Tal cenário legava porções de terrenos marcadas pelas cicatrizes da exploração, sem que se desse o processo de revegetação local, com os resíduos despejados de maneira aleatório ao longo da paisagem, denotando a pouca preocupação com os efeitos adversos para com o meio ambiente e ecossistemas locais em longo prazo (VAN ZYL, SASSOON, FLEURY & KYEYUNE, 2002b).

Em muitos desses casos, não há claramente responsável designado ou autoridade legal, financeira, e instrumentos técnicos utilizados, sendo que as abordagens voltadas às questões sociais mostram-se inadequadas tanto para essas áreas abandonadas quanto para as comunidades do seu entorno. Além disso, fatores como os custos potenciais de processos de reabilitação de minas abandonadas, aliados à ausência de critérios e padrões de reabilitação implicam atraso no que diz respeito às ações tanto da indústria quanto das autoridades públicas (BALKAU, 2005a). De fato, embora tenha havido solicitações de intensidade variável para ações de intervenientes, houve

poucas tentativas, por parte de organismos internacionais, até agora para examinar a questão e fornecer orientação concreta às instituições nacionais (EUROPEAN ENVIRONMENTAL BUREAU, 2000; MILLER, 1998; 2005; ONORATO et al., 1997; PECK, 2005; STRONGMAN, 2000). De acordo com o Departamento de Interior dos Estados Unidos,

“Mais de 400.000 minas abandonadas são encontradas em terras federais. Além disso, muitas mais se encontram adjacentes a territórios federais, ou afetando a qualidade da água e os recursos biológicos sob responsabilidade federal. Minas extintas contaminaram terras públicas e privadas com mais de 50 bilhões toneladas de resíduos minerários. Nas regiões de carvão dos Apalaches, a drenagem ácida de minas degradou mais de 13.000 milhas de cursos d’água, deixando alguns habitats aquáticos praticamente sem vida. A limpeza e remediação de minas abandonadas exigirão um grande investimento dos contribuintes. Somente na Virgínia Ocidental, a indústria do carvão gasta aproximadamente 1 milhão de dólares por dia para tratar a drenagem ácida de minas” (DEPARTAMENTO DE INTERIOR DOS ESTADOS UNIDOS, 1998).

Conforme aponta Peck (2005), dados a respeito da quantidade de empreendimentos minerários abandonados ainda são escassos e imprecisos, sendo sem que os impactos sociais e econômicos possam ser avaliados de maneira sistemática. De acordo com o autor, na Eslováquia e na Hungria há, respectivamente, o registro de cerca de 17000 e 6000 empreendimentos minerários abandonados. De acordo com o *United Nations Environmental Programme (UNEP)*, estima-se que haja entre 100.000 e 500.000 pequenas e médias minas abandonadas na região Oeste dos Estados Unidos, sendo que, deste total, 25% apresentam problemas relacionados a questões de saúde e segurança, e 5% associados a questões ambientais, principalmente à poluição de águas. Por sua vez, existem cerca de 13.000 minas abandonadas de carvão, pequenas e médias na região Leste, causando, principalmente, problemas de saúde e segurança (UNEP, 2001).

Por sua vez, quando contemplados os empreendimentos de exploração mineral já encerrados e submetidos a ações voltadas à mitigação dos impactos decorrentes do período de atividades, fica clara a sua incidência em países ricos, marcados por uma história consolidada de exploração mineral, tais como Austrália, Alemanha, Canadá e Estados Unidos, destoando, contudo, de um cenário em escala global marcado pela falta de atenção às questões de segurança e riscos ambientais de projetos de exploração abandonados, ilustrando, dessa forma, um cenário que difere daquele observado em países com economia ainda em desenvolvimento, caracterizados por opções socioeconômicas e ambientais limitadas (PECK, 2005; STACEY et al., 2010). Entre alguns dos fatores para a manutenção deste problema, o enorme passivo financeiro que deve ser incorporado a qualquer programa sistemático de reabilitação sistemática constitui fator de desincentivo para que se dê o envolvimento de atores econômicos no processo de reabilitação ou mitigação de danos junto a minas abandonadas (PECK, 2005).

Apesar de o planejamento de fechamento de minas ser um tema presente nas discussões que envolvem empreendimentos minerários, órgãos reguladores e comunidade acadêmica (SÁNCHEZ et al., 2013), as operações voltadas ao fechamento e desativação de empreendimentos minerários em território nacional ainda englobam poucas experiências, mostrando-se, nesse sentido, como uma prática ainda não plenamente consolidada (SÁNCHEZ, 2011). Conforme destaca Sánchez (op.cit), é possível notar uma série de avanços no que diz respeito a processos de recuperação de áreas degradadas, todavia marcados por aspectos jurídicos que detêm o desenvolvimento de planos voltados ao fechamento de minas.

Conforme aponta Farias (2002: 21-22), a Constituição Federal, em seu artigo 225, § 2º, *“impõe àquele que explorar recursos minerais a responsabilidade de recuperar os danos ambientais causados pela atividade de mineração, consistente na obrigação de recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com a solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma de lei”*.

Segundo destacado por Freire (2014), o processo de reabilitação de uma determinada área submetida à exploração mineral é caracterizado pela “reparação dos impactos ambientais causados pela atividade mineral e é

essencial para o aproveitamento dos recursos minerais, devendo estar em sintonia com o princípio do desenvolvimento sustentável. A reabilitação está atrelada à criação de novos usos para o local alterados pelo empreendimento minerário (FREIRE, 2014: 92).

De acordo com Sánchez et al. (2013),

“Fechamento de mina é assunto muito discutido nos últimos anos. Empresas de mineração têm preparado planos de fechamento, órgãos reguladores começaram a fazer exigências para que empresas planejem o fechamento, congressos internacionais são dedicados inteiramente ao tema e guias foram publicados em alguns países. No entanto, pouquíssimas minas foram fechadas segundo algum plano preestabelecido, as medidas de fechamento ainda são confundidas com ações de recuperação de áreas degradadas, a experiência adquirida ainda é pouco partilhada com os profissionais do setor e os avanços no conhecimento ainda carecem de sistematização. Os manuais de engenharia de minas publicados há vinte anos sequer mencionavam a desativação ou o fechamento como etapas do período de vida de uma mina. Nos cursos de engenharia de minas, só muito recentemente o tema começou a ser mencionado, mas ainda de forma muito tímida.”
(SÁNCHEZ et al., 2013: 21).

A Portaria Nº 237, de 18 de outubro de 2001, emitida pelo Departamento Nacional de Produção Mineral, busca aprovar as Normas Reguladoras de Mineração, considerando a necessidade de expedir uma regulamentação voltada a aplicar do Código de Mineração e respectiva legislação, de modo a otimizar ferramentas adequadas para elaborar e avaliar projetos de exploração minerária, objetivando a outorga de títulos minerários, a fiscalização e demais atribuições do Departamento Nacional de Produção Mineral. Da mesma forma, a Portaria avalia a necessidade de se aperfeiçoar os aspectos técnicos da atividade mineradora, considerando a contribuição de novas tecnologias, assim como da necessidade do desenvolvimento de ações integradas com as diversas entidades que operam no bojo da atividade minerária, de modo que o interesse da sociedade diante da exploração racional dos recursos minerais

seja atendido, minimizando os impactos sociais e ambientais originados a partir dessa atividade (BRASIL, 2001).

Nesse sentido, por meio da Norma Reguladora 20 (NRM-20), os procedimentos normativos e operacionais para os casos de fechamento de mina, suspensão e retomada das operações mineiras. Ao deliberar sobre tais procedimentos, a Norma Reguladora 20 (NRM-20) entende por fechamento de mina a interrupção total e definitiva das explorações minerárias. Sobre este processo, a NRM-20 destaca que

“Para o fechamento de mina, após comunicação prévia, é obrigatório o pleito ao Ministro de Estado de Minas e Energia, em requerimento justificativo devidamente acompanhado de instrumentos comprobatórios nos quais constem:

- a) relatório dos trabalhos efetuados;*
- b) caracterização das reservas remanescentes;*
- c) plano de desmobilização das instalações e equipamentos que compõem a infraestrutura do empreendimento mineiro indicando o destino a ser dado aos mesmos;*
- d) atualização de todos os levantamentos topográficos da mina;*
- e) planta da mina na qual conste as áreas lavradas recuperadas, áreas impactadas recuperadas e por recuperar, áreas de disposição do solo orgânico, estéril, minérios e rejeitos, sistemas de disposição, vias de acesso e outras obras civis;*
- f) programa de acompanhamento e monitoramento relativo a:*
 - I- sistemas de disposição e de contenção;*
 - II- taludes em geral;*
 - III- comportamento do lençol freático;*
 - IV- drenagem das águas;*
- g) plano de controle da poluição do solo, atmosfera e recursos hídricos, com caracterização de parâmetros controladores;*
- h) plano de controle de lançamento de efluentes com caracterização de parâmetros controladores;*
- i) medidas para impedir o acesso à mina de pessoas estranhas e interditar com barreiras os acessos às áreas perigosas;*
- j) definição dos impactos ambientais nas áreas de influência do empreendimento levando em consideração os meios físico, biótico e antrópico;*
- l) aptidão e intenção de uso futuro da área;*

- m) conformação topográfica e paisagística levando em consideração aspectos sobre a estabilidade, controle de erosões e drenagens;*
- n) relatório das condições de saúde ocupacional dos trabalhadores durante a vida útil do empreendimento mineiro e*
- o) cronograma físico e financeiro das atividades propostas”*
(BRASIL, 2001: 62-63).

Ainda conforme a NRM-20, quando um determinado projeto de exploração não possui um plano de fechamento no âmbito de seu Plano de Ação de Emergência (PAE), o seu responsável passa a ser obrigado a apresentar o referido plano conforme acima destacado, sendo necessária a sua atualização periódica (IBIDEM).

Da mesma forma, a NRM-20 concebe a ideia de suspensão de mina como a interrupção temporária das atividades de exploração. Ao tratar da suspensão das operações de exploração minerária, a Norma aponta que

“Para a suspensão das operações mineiras, após comunicação prévia, é obrigatório o pleito ao Ministro de Estado de Minas e Energia em requerimento justificativo caracterizando o período pretendido, devidamente acompanhado de instrumentos comprobatórios, nos quais constem:

- a) relatório dos trabalhos efetuados e do estado geral da mina e suas possibilidades futuras;*
- b) caracterização das reservas remanescentes, geológicas e lavráveis;*
- c) atualização de todos os levantamentos topográficos da mina;*
- d) planta da mina na qual conste a área lavrada, a disposição do solo orgânico, estéril, minério, sistemas de disposição, vias de acesso e outras obras civis;*
- e) áreas recuperadas e por recuperar;*
- f) planos referentes a:*
 - I- monitoramento do lençol freático;*
 - II- controle do lançamento de efluentes com caracterização de parâmetros controladores;*
 - III- manutenção das instalações e equipamentos;*
 - IV- drenagem da mina e de atenuação dos impactos no meio físico especialmente o meio hídrico;*

V- monitoramento da qualidade da água e do ar para minimizar danos aos meios físico, biológico e antrópico e

VI- retomada das operações;

g) medidas referentes a:

I- bloqueio de todos os acessos à mina e, quando necessário, manutenção de vigilância do empreendimento de modo a evitar incidentes e acidentes com homens e animais e garantir a integridade patrimonial;

II- proteção dos limites da propriedade mineira;

III- desativação dos sistemas elétricos;

h) riscos ambientais decorrentes da suspensão;

i) atualização dos estudos tecnológicos e de mercado dos bens minerais objeto da concessão;

j) descrição detalhada dos elementos de suporte indicando as suas localizações em planta e

l) esquema de suspensão das atividades no qual conste:

I- plano sequencial de desmobilização das operações mineiras unitárias e

II- eventuais reforços ou substituição dos elementos de suporte visando facilitar a ulterior retomada das operações” (BRASIL, 2001: 61-62).

Contudo, é patente, junto aos órgãos ambientais, a falta de diretrizes e critérios que norteiem a elaboração e análise de planos voltados ao processo de fechamento de empreendimentos minerários, assim como certa estagnação da discussão concernente à utilização de instrumentos financeiros que garantam a disponibilidade de recursos para o fechamento, voltados, principalmente, para a implementação de medidas que corrijam, por exemplo, impactos ambientais e medidas compensatórias (SÁNCHEZ, 2007: 198). Algumas empresas já desenvolveram critérios e procedimentos internos para planejar o fechamento de suas minas, seja para atender a políticas corporativas, seja para responder a exigências de órgãos reguladores do mercado de capitais, e, igualmente, empresas de consultoria passaram a desenvolver competências na preparação de planos de fechamento (IBIDEM).

Ao discutirem sobre boas práticas relacionadas ao processo de fechamento de minas, Sanchez et al. (2013) destacam a necessidade do desenvolvimento de programas que fomentem a diversificação da base

produtiva local, assim como a implantação de programas que busquem o desenvolvimento comunitário,

“O planejamento de fechamento deve prever a adoção de programas que tenham por objetivo fomentar as habilidades e capacidades da comunidade e, ao mesmo tempo, promover o desenvolvimento – ou criar as condições para que isso venha a ocorrer - de outras atividades paralelas à mineração e dela independentes, diversificando a base produtiva local. É preciso, portanto, criar mecanismos que garantam a formulação e implementação de um modelo de desenvolvimento local sustentável de longo prazo, de modo a promover o desenvolvimento econômico e social, promover uma diversificação na base da economia, fomentando novas alternativas de trabalho e renda e uma diversificação de parcerias institucionais. Esse processo não pode prescindir da participação da sociedade e do poder público local. Nessa perspectiva, a empresa deve adotar diferentes iniciativas, como compartilhar com a comunidade conhecimentos e habilidades nas áreas de comércio, administração, finanças, logística, abastecimento, por meio da promoção da capacitação e qualificação de agentes locais como pequenos comerciantes e empreendedores. A qualificação de fornecedores de bens e serviços, locais e regionais, possibilita a ampliação de sua atuação para outros setores além da mineração. Na mesma direção estão os programas de alfabetização de adultos ou de capacitação de jovens adultos, iniciativas que podem gerar valor para a comunidade. Tais programas e projetos precisam ser perenes e, principalmente, não podem ter um caráter assistencialista e imediatista. (...)” (SÁNCHEZ et al. 2013: 164-165).

Em muitas municípios, as operações de mineração podem ser entendidas como a única atividade econômica predominante, fato que acarreta em uma forte dependência econômica e tributária (SÁNCHEZ, 2007; DIIS, 2016). O estabelecimento de uma operação de mineração quase sempre traz infraestrutura significativa para o local da mina, para a comunidade local e para a região em geral. Portanto, a indústria pode desempenhar um papel crítico e

contribuir para o desenvolvimento econômico regional, fornecendo oportunidades de treinamento e emprego em uma variedade de profissões e serviços. Os projetos de capacitação da comunidade durante a fase operacional de uma mina exigem o planejamento e a implementação de iniciativas específicas para essa comunidade, geralmente em parceria com outras partes interessadas, para fornecer resultados positivos em longo prazo (DISS, 2016: 27).

O envolvimento e o desenvolvimento das partes interessadas e da comunidade são processos sobrepostos, mas distintos. O engajamento eficaz das partes interessadas é parte integrante do desenvolvimento da comunidade, mas o engajamento também pode ser realizado para outros fins, como por exemplo, para abordar as preocupações da comunidade sobre os impactos ambientais. Nesse sentido, o desenvolvimento de programas deve ser orientado pelas necessidades da comunidade, não da empresa, e deve procurar contribuir para o fortalecimento da viabilidade da comunidade a longo prazo. A ligação entre as empresas de mineração e a comunidade é importante em cada estágio da operação da mina e uma parte vital para alcançar um legado positivo da mineração (op.cit: 28).

Ao analisar os impactos sociais advindos do processo de fechamento de minas, e levando em conta as quedas de receitas e tributos, Sánchez (2007) destaca que

“Nesta situação, o fechamento de uma mina representa desemprego, forte redução da atividade econômica e queda substancial da arrecadação de impostos. Assim como o fechamento de uma mina deve ser planejado para reduzir o passivo ambiental e os impactos ambientais remanescentes, também devem ser contemplados os impactos sociais do fechamento. A mineradora pode ter um papel preponderante na preparação da comunidade durante a transição para o período pós-mineração, mas esta preparação requer amadurecimento e um prazo possivelmente longo para envolver e engajar os atores sociais. Um conceito-chave que pode orientar a preparação para uma transição suave é o de capital social, ou seja, o conjunto de normas, instituições e relações que dão forma às interações sociais e sustentam a ação coletiva. As

empresas podem e devem contribuir ativamente para a formação do capital social nas comunidades em que atuam se engajando em programas de cooperação e parceria com associações comunitárias, órgãos governamentais e prefeituras. A presença de uma empresa de mineração durante alguns anos ou décadas pode ser uma oportunidade única para alavancar o desenvolvimento social de uma pequena comunidade ou município, mas o processo envolve a construção de parcerias e de uma relação de confiança entre atores sociais e a provável liderança da empresa, como catalisadora. Caso contrário, continuaremos a presenciar o declínio de comunidades mineiras” (SÁNCHEZ, 2007: 198-199).

Sánchez (op.cit) também destaca a necessidade de valorização do patrimônio mineiro, enfatizando que

“O resgate do passado e a apropriação da história local pelas antigas e atuais comunidades mineiras poderiam contribuir para o desenvolvimento local, através de projetos de conservação, restauro e uso turístico e educativo de antigas minas, instalações de tratamento de minerais e demais elementos do patrimônio mineiro, a exemplo do que ocorre em muitas regiões mineiras de diversos países. Não se trata somente de conservar edificações por seu eventual caráter monumental, mas de registrar e resgatar a mineração como atividade humana, elemento cultural e, por exemplo, documentar e expor seu papel na sobrevivência de um grande contingente de pessoas. (...) Os planos de fechamento de minas deveriam contemplar um inventário do patrimônio cultural mineiro e incluir, quando apropriado, programas que visassem sua valorização” (SÁNCHEZ, 2007: 200).

Nesse sentido, diante de tal colocação, cabe destacar que, apesar de serem discutidos em sala de aula os aspectos que marcaram os ciclos de exploração mineral em território nacional, conforme destaca Sánchez (op.cit), a maior parte do patrimônio mineiro e referências culturais a ele associadas são pouco discutidos, e, na grande maioria dos casos, ignorados a ponto de

sofrerem impactos de tal ordem que acarretem em sua completa destruição. É desejo desta tese demonstrar o quão importante é a reflexão acerca da necessidade de preservação desse patrimônio.

A concepção de planos de fechamentos de minas que levem em conta pesquisas sobre o patrimônio histórico e arqueológico associado à exploração mineral mostra-se, em muitos casos, como uma saída no que diz respeito às estratégias de uso futuro de áreas de exploração, uma vez que, segundo Sánchez (op.cit) o valor intrínseco ao patrimônio pode ser fator relevante para o uso turístico e/ou educacional de uma antiga mina, e estruturas associadas, ou sítios arqueológicos, sendo muitos os exemplos ao redor do mundo, de minas transformadas em museus, parques, ou centros multiuso. De acordo com o autor,

“Escavações subterrâneas ou a céu aberto, instalações industriais, oficinas, núcleos habitacionais, infraestrutura de apoio como centrais de produção de energia e diversos outros elementos podem ser avaliados quanto a seu interesse histórico e patrimonial. Tais elementos poderão estar fora da área de concessão ou de propriedade da empresa de mineração e ainda assim representar interesse para integrar um plano de conservação, valorização e uso do patrimônio histórico mineiro. É importante notar que um elemento de interesse patrimonial não é necessariamente antigo, mas algo que tem valor por suas características intrínsecas ou contextuais. Uma empresa de mineração pode ter um papel catalisador, reunindo interesses de diferentes grupos que poderiam se beneficiar de iniciativas de valorização do patrimônio. Ademais, o resgate e a conservação do patrimônio contribuem para mostrar que a mineração desempenhou um papel histórico importante na ocupação e no desenvolvimento de muitas regiões, reforçando seu histórico papel econômico e social histórico e também atual” (SÁNCHEZ, 2007: 87).

Ao refletir a respeito dos novos usos de áreas alvo de exploração mineral, Freire (2014) também destaca a necessidade de

“ser previamente determinados, com a participação de todos os atores envolvidos no processo minerário do local (comunidade-empresários-Estado). Um novo uso para a área minerada implica em falar em pós-fechamento de mina, em promover um uso comercial, agrícola, cultural, de preservação ou a conservação ambiental” (FREIRE, 2014: 92).

Georgina Pearman (2009), autora da obra *“101 Uses Things to Do With a Hole in the Ground”*, compila uma série de exemplos de novos usos para áreas de mineração, sejam elas de superfície ou de subsuperfície, apontando exemplos bem sucedidos liderados por ações comunitárias, destacando projetos que tiveram efeito positivo duradouro em suas comunidades, contrastando com a imagem convencional do declínio social e econômico após o fechamento das minas. Em última análise, uma opção final de fechamento deve ser desenvolvida, apoiada pelas partes interessadas e que atenda aos objetivos de fechamento a um custo aceitável (DISS, 2016). Freire (2014) destaca alguns exemplos da obra de Pearman (2009), a saber,

“Na cidade de Baden-Wurtemberg, na Alemanha, uma cava de mina aberta após o planejamento de fechamento de mina e da promoção da revegetação e biodiversidade do local da área minerada ganhou novo uso turístico de recreação e esportes. A prática de pesca e andar de barco à vela também é comum no lago da barragem de rejeitos. Nos morros que circundam o lago há a prática de caminhadas, ciclismo, hipismo, trilhas naturais e observação de pássaros. Com reuso similar, pode-se citar também a antiga mina de pedra ardósia de Cornwall, UK, que hoje possui a maior tirolesa da Europa, que atravessa o lago face a face (distancia aproximada de 1,5km e a uma altura de 30m), que antes era a barragem de rejeitos da mina. Na Austrália, em Homebush Bay, na cidade de Sydney o cenário lunar da mina foi utilizado para as filmagens do filme Mad Max, o cenário até hoje é mantido intacto e passou a ter vocação turística. Pearman ressalta que a mineração sempre gerou interesse turístico, desde o século 15 há relatos de que as minas de sal em Wieliczka atraíam grupos turísticos para vê-la em atividade e após a atividade. Minas como a de Bingham Canyon, nos Estados Unidos, chegam a receber cerca de

150.000 pessoas por ano para visitação das suas estruturas”
(PEARMAN, 2009 *apud* FREIRE, 2014: 93).

Ao discutir os processos que envolvem o fechamento de minas, Freire (op.cit)

*“A UNESCO possui 16 áreas mineradas denominadas como “Sítios de Herança Mineira Mundial”, fazendo parte desta lista a cidade histórica de Ouro Preto, Diamantina e o denominado Centro Histórico da Cidade de Goiás, além de locais no Reino Unido como Cornwall and West Devon Mining Landscape, Ironbridge Gorge e Blaenavon Industrial landscape, México, Chile, Bolívia, Noruega, Polônia, Japão, Áustria, República Checa, Alemanha e Espanha, demonstrando que basta planejar o reuso da área minerada para que uma nova atividade econômica seja desenvolvida, promovendo um novo ciclo de desenvolvimento regional. Em Aosta Valley, na Itália, o queijo Fontina é centenário e era produzido nos Alpes. Hoje a cooperativa local em Aosta Valley utiliza a estrutura de uma mina de ouro subterrânea para curtir o queijo e maturá-lo para consumo. A capacidade de armazenamento é de 200.000 unidades e o carregamento dos queijos é o mesmo utilizado para transportar o minério” (PEARMAN, 2009 *apud* FREIRE, 2014: 93).*

Os exemplos destacados a seguir, apesar de escaparem à competência de discussões pertinentes ao campo disciplinar da arqueologia, ilustram casos de minas desativadas que passaram a abrigar atrações com apelo turístico, sendo incorporadas a roteiros turísticos das localidades sobre as quais incidem.

Tabela 9. Exemplos de minas desativadas que abrigam atrações turísticas (Extraído de SHERMAN, 2019).

<p>Mina desativada de Bonne Terre</p>	<p>A mina desativada de Bonne Terre, localizada no Missouri, Estados Unidos, foi uma das primeiras minas terrestres de chumbo da história e ainda uma das maiores cavernas feitas pelo homem do mundo. Maior produtora de mundial de minério de chumbo, a mina foi desativada em 1962, após cem anos de exploração. Atualmente a mina Bonne Terre é uma das principais atrações turísticas do estado do Missouri, envolvendo visitas guiadas em seus níveis mais superficiais, onde os mineiros cavaram com picaretas e pás há mais de um século. Da mesma forma, são realizados passeios de barco em seu lago artificial, localizado no interior da mina, onde também podem ser realizados mergulhos autônomos, naquele que é considerado o mais profundo ponto de mergulho em água doce do mundo.</p>
<p>Slate Caverns</p>	<p>Localizada em Snowdonia, País de Gales, é possível realizar visitas às minas de ardósia que empregaram mais de 17.000 homens quando do ápice da Revolução Industrial, de modo a experimentar alguns aspectos da vida cotidiana dos mineiros que ali trabalharam. No interior das cavernas subterrâneas são realizadas atividades com tirolesas e de escalada. Ainda no País de Gales, as minas de Great Orme, descobertas em 1987, abrigam túneis escavados com ferramentas de pedra e ossos, há 4000 anos, na Idade do Bronze, sendo realizadas visitas monitoradas em seu interior.</p>
<p>Kolmanskop</p>	<p>Localizada no deserto da Namíbia, a cidade fantasma de Kolmanskop nasceu, no início do século XX, a partir da exploração alemã de diamante. Com o advento da Primeira Guerra</p>

	<p>Mundial, as operações de mineração foram definitivamente interrompidas. Hoje, o que resta da cidade, incluindo a mina, está coberto de areia, que invade até o interior dos edifícios. Quem visita o local pode explorar as casas e os edifícios comunitários deixados pelos alemães após o término das operações de exploração.</p>
Salina Turda	<p>A Salina Turda, localizada na Romênia, é caracterizada por uma mina subterrânea de sal, que remonta ao século XI, cuja exploração se deu até início do século XX. Utilizada hoje como centro de haloterapia e atração turística, aqueles que a visitam podem ter contato com os equipamentos utilizados, observar aspectos da extração e realizar passeios de barco em seu lago subterrâneo e até mesmo em uma roda gigante.</p>
Mina de Sal de Wieliczka	<p>A Mina de Sal de Wieliczka, localizada na Polônia, possui cerca de 6.000 anos de história. Considerada uma das minas de sal mais antigas do mundo, produziu sal até 2007, sendo considerada, hoje, monumento histórico oficial da Polônia. Da mesma forma, e considerada uma das maiores atrações turísticas de toda a Polônia, com mais de um milhão de visitantes anualmente. No subsolo, os visitantes podem explorar passagens sinuosas, quatro capelas, um lago subterrâneo e até estátuas esculpidas em salgema pelos mineiros.</p>
Gold Reef City	<p>Em Johannesburgo, uma das principais atrações turísticas é caracterizada por parque temático construído no topo de uma antiga mina de ouro. Embora a Gold Reef City tenha começado sua vida como uma mina em funcionamento, ela se transformou em parque temático, modelado para se parecer com a</p>

	era da Corrida do Ouro nos anos 1880. O parque também abriga um museu, sendo realizadas demonstrações centradas em torno da mineração de ouro.
Quarry Park e Nature Preserve	Localizado nos arredores de St. Cloud, no estado de Minnesota, Estados Unidos, Quarry Park e Nature Preserve abriga vinte pedreiras de granito abandonadas, utilizadas, hoje em dia, para uma variedade de atividades, tais como natação, escalada, pesca, observações da paisagem natural, e mergulho. O parque também abriga trilhas para caminhada, permitindo que os visitantes viagem de pedreira em pedreira.

Um exemplo nacional merecedor de nota é apontado por Sánchez et al. (2013), associado à preservação do patrimônio histórico mineiro, diz respeito ao processo de conservação da Mina de Morro Velho, localizada em Nova Lima, Minas Gerais. De acordo com os autores, a mina de Morro Velho abarcou período de vida útil de 170 anos, o maior na história nacional, e apresenta grande valor histórico, materializado na infraestrutura localizada tanto em superfície, quanto em subsuperfície. Sua desativação buscou levar em consideração

“as oportunidades de conservação e valorização do patrimônio, ao lado das questões sociais - principalmente a recolocação de trabalhadores - e ambientais - destacando-se a remediação de áreas. Um Centro de Memória havia sido instalado pela empresa em 1994, na chamada Casa Grande, construída no século XIX pelo então proprietário da mina. O Centro reúne objetos relacionados à mineração - como lanternas de mineiros - e à vida empresarial e social e é aberto à visita. Já o plano para uso das antigas instalações prevê a urbanização da área, localizada no centro de Nova Lima, com conservação de edifícios de valor histórico. A desmontagem e demolição das estruturas incluiu o reaproveitamento de materiais, como a estrutura de pinho de riga com a qual havia sido construída a

antiga instalação de tratamento de minério e a realização de uma escavação arqueológica, que resgatou artefatos do século XIX. O projeto de uso futuro prevê a urbanização da área de cerca de 20 ha onde se localizam as minas subterrâneas e as antigas instalações de tratamento de minério, já demolidas. O desenvolvimento imobiliário tencionado inclui usos residenciais, comerciais e de lazer, e um polo de fabricação de joias foi cogitado, pois estabeleceria um vínculo com o passado aurífero. Um Museu da Mina, também concebido como parte do projeto de uso futuro, teria a função de preservar a memória histórica, assim como os edifícios de interesse patrimonial que seriam conservados. Outras instalações de interesse histórico estão distribuídas nas imediações, com destaque para as antigas centrais hidrelétricas do início do século XX, uma delas transformada em centro de educação ambiental” (SÁNCHEZ et al., 2013: 88).

Diante da necessidade de se pensar a condição futura de preservação do Arraial de São Francisco Xavier da Chapada a partir do processo de descomissionamento e fechamento de mina que deverá ser executado pelos empreendedores responsáveis pela Mina São Francisco, apresentamos, a seguir, um possível modelo que busque tanto a sua preservação, quanto sua divulgação ao público, o qual julgamos apropriado dadas as características que marcam o Arraial.

5.2. Um modelo para o Arraial de São Francisco Xavier da Chapada

Como preservar, proteger e, acima de tudo, dar sentido ao conjunto de bens patrimoniais para que os modos de vida passados sejam reconstruídos e os processos subjacentes e condicionantes ao comportamento dos seres humanos apreendidos? Todas essas questões são complexas, pois se referem a questões do campo da política e da ética, história e autoimagem, que, de forma alguma, podem ser plenamente científicas ou objetivas, e que deixam claro que, em última análise, a arqueologia é pura e simplesmente um debate contemporâneo crítico a respeito do passado (UNESCO, 1998).

A capacidade da Arqueologia, enquanto disciplina, para atrair o interesse público para o seu objeto de estudo levantou novos desafios nas últimas décadas, especialmente acerca de uma condição de delicado equilíbrio entre o direito do público de ter acesso a seu patrimônio cultural e o bom estado de preservação e conservação desse patrimônio, assim como de uma nova consciência e sensibilidade a respeito dos pontos de vista dos povos indígenas e grupos minoritários.

A discussão a respeito da preservação do Arraial de São Francisco Xavier da Chapada deve levar em conta qual o instrumento que permitiria o estabelecimento de um quadro adequado para que se dê não apenas sua preservação, mas que o aproxime das comunidades com as quais guarda relação. Nesse sentido, museus de sítios arqueológicos desempenham um papel importante na proteção do patrimônio cultural (ERTURK, 2006).

Conforme aponta Baker (2010), os museus já foram o principal local de pesquisa arqueológica e, embora a academia tenha suplantado o museu nesse papel ao longo do século XX (WILLEY & SABLOFF, 1980), os museus ainda são reconhecidos como a principal conexão institucional entre a arqueologia como profissão e disciplina e a sociedade em geral (SHANKS & TILLEY, 1992), devendo ser entendidos como uma ferramenta poderosa para a comunicação de informações arqueológicas.

Silverman (2006: 3) destaca que, nas duas últimas décadas, os museus passaram a receber atenção crítica de estudiosos de distintas disciplinas, sendo incorporadas ao campo museológico questões a respeito da história dos museus, da relação entre museus e nacionalismo, aspectos da arquitetura de museus, a relação entre museus e turismo, e museus como espaços de contestação, abarcando discussões sobre classe, formação de identidade, cultura pública e representação.

Contudo, no bojo dos estudos que envolvem a temática dos museus, pouca atenção tem sido dada aos museus de sítio arqueológico, categoria de museu que pode ser considerada como um instrumento auxiliar bastante adequado para a promoção da preservação do registro arqueológico. Como reflexo dessa pouca atenção, Silverman (op.cit) aponta a definição elaborada pelo *International Council of Museums* (ICOM), ainda em 1982, que classifica, de forma bastante rasa, museus de sítio arqueológico como “*museus*

localizados no ponto em que as escavações ocorreram". O ICOM reconhece, da mesma forma, outras categorias de museu, tais como museus etnográficos, ecológicos e históricos, todos eles, assim como o museu de sítio, voltados à proteção de propriedades naturais ou culturais, móveis e imóveis, em seu local original, de modo a que seja possível *"adquirir, conservar e comunicar evidências materiais das pessoas e de seu ambiente"* (ICOM, 1989; SILVERMAN, 2006).

Silverman (2006: 4) considera que museus de sítios arqueológicos *"ocupam uma posição privilegiada, também como patrimônio, diante de discussões no campo da mediação cultural e da representação"*. Por sua vez, Mgonomezulu (2004), ao indicar a complexidade que caracteriza museus de sítio arqueológico, observa que eles

"... não existem isolados; eles adquirem significado em uma rede de sistemas interpretativos e de exibição que são desenvolvidos principalmente dentro de instituições museais... O sítio é um espaço e o museu é um lugar que produz conhecimento, o qual simboliza a relação entre as sociedades e seu patrimônio em um dado momento. O museu ancora simultaneamente essa relação e funciona como uma zona de mediação... um museu não é apenas um instrumento que explica o sítio arqueológico em uma relação estática que é atualizada de acordo com o ritmo de novos desenvolvimentos museográficos. O sítio e o museu designam um espaço patrimonial cujos limites se adaptam e se transformam, se sobrepondo, ocasionalmente, quando um espaço patrimonial assume as características de um museu" (MGOMEZULU, 2004 *apud* SILVERMAN, 2006: 3-4).

A ideia de museu de sítio, conforme destaca Frankenberg (2014), foi utilizada pela primeira vez na década de 1950, voltada para descrever um museu junto de um local marcado por significado científico ou histórico, que buscava interpretar o local para os visitantes. Dessa forma, à época, os museus de sítio poderiam estar relacionados a museus localizados em sítios históricos e/ou arqueológicos, ou em centros de interpretação de visitantes junto a parques, monumentos naturais e históricos. A partir da década de 1960,

passa a ser empregado, igualmente, o termo “museu regional”, utilizado para identificar museus locais e especializados que interpretavam objetos e fenômenos de uma localização geográfica específica, como um distrito, paisagem ou vila, e, assim como os museus de sítios, museus regionais englobavam tanto aspectos da história natural e cultural, quanto se baseavam em disciplinas para além do universo da arqueologia (op.cit). Quando olhamos para a ideia de museu de sítio para além do campo da arqueologia, podemos notar sua consolidação como termo empregado para museus ao ar livre, incluindo nessa categoria, casas de valor histórico, vilas históricas, museus folclóricos, parques históricos, entre outros (SCHAFERNICH,1993; MOOLMAN 1996; SWANSON, 2009).

Embora o uso original do termo “museu regional” sugerisse vários locais ou localidades dentro de uma área definida, o termo às vezes era aplicado a museus de sítios individuais, museus comunitários e ecomuseus. A expansão desses termos ocorreu em paralelo com a ampliação das definições de patrimônio e de lugares culturalmente significativos no âmbito das políticas internacionais, levando, contudo, a uma situação marcada por alguma confusão, onde a ideia de museu de sítio era aplicada a museus com edifícios deslocados de seus locais e contextos originais e reconstruídos em configurações que não existiam no passado (AHMAD, 2006; FRANKENBERG, 2014).

Considera-se que os museus de sítio estão associados a espaços geográficos definidos, e devem buscar auxiliar na interpretação de aspectos da cultura, história e/ou ambiente em escala local/regional, transmitindo um determinado senso de lugar, de modo que permita aos visitantes e comunidades a ele relacionadas entender a relevância e significância de um local e conectá-los ao passado (DAVIS, 2011). Nesse sentido, sítios arqueológicos se encaixam nessa definição de museus de sítio, apresentando, contudo, características únicas e enfrentam desafios com base na sua natureza de sítio arqueológico, nas informações que marcam o registro arqueológico e nas relações percebidas com as comunidades vivas a eles associadas (FRANKENBERG, 2014).

Há um entendimento comum entre arqueológicos que um museu de sítio é caracterizado por edifício localizado em um determinado sítio arqueológico,

no qual é exibida a cultura material proveniente das escavações realizadas no local, e talvez de locais relacionados, acompanhados de textos explicativos que interpretam o local e sua cultura arqueológica para o público (SILVERMAN, 2006). Erturk (2006) e Swanson (2009) identificam o museu de sítio arqueológico como um sítio arqueológico associado a elementos interpretativos, como painéis de texto ou um museu no local de um determinado sítio que exige que o mesmo seja preservado, protegido e periodicamente aberto ao público. É possível notar que tais definições são marcadas pela ênfase na necessidade de integração da interpretação do registro arqueológico e demais elementos que caracterizam o sítio para o público.

Erturk (2006: 338) destaca que um museu de sítio arqueológico ou um centro de visitantes pode ser estabelecido em sítios arqueológicos com o objetivo de proteger e exibir o patrimônio arqueológico em seu contexto original. Nesse sentido, um museu de sítio arqueológico pode ser definido como uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e seu desenvolvimento, localizado em um determinado sítio arqueológico ou próximo a ele, e que conserva, documenta, pesquisa, comunica e exibe o patrimônio cultural móvel encontrado como resultado de escavações ou pesquisas realizadas no sítio arqueológico para fins de preservação, documentação, estudo, interpretação e educação no local.

Diante de tal quadro, e levando-se em conta as definições que caracterizam o universo dos museus, um museu de sítio deve coletar, preservar, pesquisar, exibir e transmitir ao público o conjunto de evidências e interpretações a respeito das atividades humanas passadas que marcaram aquele local e seu entorno paisagístico. A partir desta perspectiva, um museu de sítio arqueológico deve ser capaz de explicar o significado e a relevância de um determinado sítio e seu contexto de ocupação, enquadrando as evidências e interpretações com relação aos métodos de pesquisa arqueológica e a vários contextos históricos, ambientais, entre outros. Nesse sentido, o objetivo dos museus arqueológicos de sítio deve ser traduzir o registro arqueológico de um local ou região específica, para compreensão e fruição do público, tarefa esta que requer mais do que simplesmente exibir ou documentar o registro material,

incentivando os visitantes a fazer perguntas sobre o registro do material e sobre seu significado (CHAN, 2011).

Em definição apontada pelo ICOM, em 1982, um museu de sítio arqueológico pode ser entendido como um museu concebido e criado para proteger bens naturais ou culturais, móveis e imóveis, em seu local original, ou seja, preservados no local em que esses bens foram criados ou descobertos (SCHAFFERNICH, 1993). Küsel (1989:) amplia essa definição destacando que o museu de sítio, por outro lado, preserva e interpreta os restos da história cultural ou dos fenômenos da história natural em um local onde eles foram preservados *in situ* ou reconstruídos. Um museu local também possui, como qualquer outro museu, as funções de conservação, documentação, pesquisa e interpretação.

Apesar das definições apresentadas darem conta da natureza dos museus de sítio, ainda há, na prática, de acordo com Moolman (1996: 2), certa confusão na literatura voltada à discussão do seu significado. Alguns questionamentos surgem quando da discussão a respeito do desenvolvimento específico de museus de sítio, tais como, poderia um sítio arqueológico caracterizado por valores simbólicos ou religiosos, por exemplo, ser desenvolvido como um museu de sítio? Qual a possibilidade de desenvolvimento de um local como museu de sítio quando seus elementos mais significativos não são imediatamente visíveis, tais como fenômenos geológicos ou arqueológicos incidentes em subsuperfície?

As questões e debates enfrentados pelos museus de sítios arqueológicos e por arqueólogos e demais pesquisadores envolvidos com os mesmos, abarcam questões que envolvem o equilíbrio e prioridades nas áreas da museologia, da pesquisa arqueológica e da teoria e da prática da gestão do patrimônio arqueológico, expondo desafios decorrentes das necessidades que envolvem os sítios arqueológicos, seus visitantes, pesquisadores e gestores, além das comunidades que guardam relação com os sítios, seja ela geográfica ou de ancestralidade (WATSON, 2007; GRAHAM & HOWARD, 2008; OKAMURA & MATSUDA, 2011; FRANKENBERG, 2014).

Conforme aponta Silverman (2006), os museus de sítio devem ser enxergados como ferramentas que permitam que os arqueólogos cumpram suas responsabilidades éticas com relação ao envolvimento público, de

maneira dialógica a fim de que se alcance, junto às partes interessadas, de que maneira, e quais aspectos de um sítio deverão ser preservados e interpretados. Dessa forma, museus de sítios arqueológicos cumprem, ao mesmo tempo, a função de intérpretes, de patrimônio e de instrumentos no bojo de políticas culturais que contemplem aspectos turísticos e de desenvolvimento, permitindo não apenas a coleta, preservação e exibição de vestígios e dados de um ou mais sítios de uma determinada localidade ou região, mas equilibrando a preservação local também através de escavações e reconstruções do contexto ao qual estão associados (FRANKENBERG, 2014).

As questões de conservação e preservação também contribuem para as tecnologias escolhidas para interpretação e a relação do museu com a produção de conhecimento. Museus regionais e de sítio contemporâneos, uma vez que participam do discurso museológico profissional em escala global, abordam a interpretação como uma explicação destinada a provocar ou permitir que os visitantes criem seu próprio conhecimento e apreendam seu próprio significado sobre os sítios arqueológicos (MULLER, 2005).

Igualmente, é apresentada uma série de desafios no que diz respeito tanto à base da interpretação quanto à forma como os visitantes são conceituados e abordados, uma vez que, devido à grande quantidade e complexidade das informações produzidas pelos sítios arqueológicos, o planejamento interpretativo dos museus regionais e de sítios é um processo altamente seletivo, no qual o recorte apenas de um número limitado de temporalidades, características, espaços e histórias é exibido e transformado em comunicação. Nesse sentido, as decisões sobre quais histórias transmitir e a partir de quais perspectivas devem ser contadas exigem uma compreensão clara a respeito da diversidade, das necessidades e capacidades dos visitantes e controle sobre o estado atual e o potencial futuro da pesquisa arqueológica e museológica (FRANKENBERG, 2014).

As informações e interpretações apresentadas pelos museus de sítio, seja em escala local e/ou regional, podem ser lidas de diferentes maneiras e levadas a diferentes propósitos pelos visitantes e críticos, devendo retratar e explicar as relações entre ideias, coisas e pessoas, de forma que possam promover a geração colaborativa de conhecimento e apoiar a formação e expressão de identidade de grupos específicos (op.cit).

Em muitos países, sítios arqueológicos, museus de sítio, e museus regionais são vistos como parte de uma rede de destinos culturais de turismo, e como uma ferramenta auxiliar para a implementação de iniciativas governamentais de gestão do patrimônio ou políticas culturais (ERTURK, 2006; DEMOULE, 2012), sendo vistos como uma alternativa de desenvolvimento em áreas economicamente desfavorecidas, ajudando também na busca por soluções para possíveis relações tensas com grupos minoritários e setores de excluídos da população (FRANKENBERG, 2014).

Uma vez que, como disciplina, a arqueologia mostra-se como um campo cada vez mais autocrítico e auto reflexivo ao interrogar suas próprias práticas, uma série de questões éticas foi levantada no bojo de estudos críticos voltados aos museus, nos quais a representação dos indivíduos e o relacionamento com comunidades vivas e descendentes estão entre os mais destacados para os arqueólogos (SILVERMAN, 2006: 6-7).

A *Society for American Archaeology* (SAA) adota alguns princípios éticos que devem permear o universo da pesquisa arqueológica, representando um esforço para a aplicação das responsabilidades complexas que os arqueólogos carregam diante dos recursos arqueológicos, e para todos que manifestam interesse nestes recursos, ou que são afetados pela prática da arqueologia (LYNOTT & WYLIE, 1995:8). Nesse sentido, foram estabelecidos oito princípios éticos que devem ser observados, conforme expostos a seguir:

Tabela 10. Princípios de Ética Arqueológica (Extraído de *Society for American Archaeology* (SAA) – *Principles of Archaeological Ethics*, 2016).

Princípio No. 1 - Acompanhamento	O registro arqueológico, ou seja, os materiais e localidades arqueológicas in situ, coleções arqueológicas, registros e relatórios, é insubstituível. Todo o arqueólogo tem a responsabilidade de trabalhar em favor da conservação de longo prazo e proteção do registro arqueológico praticando e promovendo o acompanhamento cuidadoso do registro arqueológico. Arqueólogos são protetores e promotores do registro arqueológico para o benefício de todos. Conforme eles investigam e interpretam o registro arqueológico, eles devem usar o conhecimento especial que desenvolvem
----------------------------------	---

	para promover a compreensão e apoio do público para sua preservação de longo prazo.
Princípio No. 2 - Responsabilidade	Responsabilidade nas pesquisas arqueológicas, inclusive em todos os níveis de atividade profissional, requer o reconhecimento da responsabilidade pública e empenho para fazer todo o esforço, de boa fé, para consultar de forma ativa com o(s) grupo(s) afetado(s), visando o estabelecimento de uma relação de trabalho que pode ser benéfica a todos os envolvidos.
Princípio No. 3 - Comercialização	A Sociedade para Arqueologia Americana reconhece há muito tempo que a compra e venda de objetos fora do seu contexto arqueológico está contribuindo para a destruição do registro arqueológico nas Américas e no mundo. A comercialização de objetos arqueológicos, ou seja, seu uso como mercadorias a serem exploradas para prazer ou lucro pessoal, resulta na destruição de locais arqueológicos e de informação contextual que é essencial para entender o registro arqueológico. Portanto, arqueólogos devem considerar cuidadosamente os benefícios para aprendizado de um projeto contra os custos da possibilidade de melhorar o valor comercial de objetos arqueológicos. Sempre que possível, arqueólogos devem dissuadir, e eles mesmos devem evitar atividades que aumentam o valor comercial de objetos arqueológicos, especialmente objetos que não estão em instituições públicas, ou não estão disponíveis para análise científica, interpretação pública, e exposição.
Princípio No. 4 - Educação do Público e Orientação	Arqueólogos devem procurar e participar em esforços colaborativos com outros interessados no registro arqueológico, visando a melhoria da preservação, proteção, e interpretação do registro. De forma particular, arqueólogos devem empenhar-se para: 1) buscar apoio público para a proteção do registro arqueológico; 2) explicar e promover o uso de métodos arqueológicos e técnicas para a compreensão do comportamento humano e sua cultura; e 3) comunicar as interpretações arqueológicas do passado. Existe um público grande para a arqueologia, inclusive

	<p>alunos e professores, povos nativos das Américas e outros grupos étnicos, religiosos e culturais, os quais acreditam que o registro arqueológico possui aspectos importantes do seu patrimônio cultural, legisladores e governantes, jornalistas, e outras pessoas envolvidas na mídia, além do público em geral. Arqueólogos que não podem assumir a educação e orientação do público diretamente devem encorajar e apoiar os esforços de terceiros nestas atividades.</p>
Princípio No. 5 - Propriedade Intelectual	<p>Propriedade intelectual, conforme contido no conhecimento e documentos criados através da análise de fontes arqueológicas, é parte do registro arqueológico. Como tal, esta deve ser tratada de acordo com os princípios de acompanhamento e não como um caso de posse pessoal. Se há uma razão importante, e nenhuma restrição jurídica ou conflito de interesses, o pesquisador pode ter acesso primário à materiais e documentos originais por um tempo razoável e limitado, após o qual estes materiais e documentos devem ser disponibilizados a terceiros.</p>
Princípio No. 6 - Relatórios Públicos e Publicação	<p>Dentro de um prazo razoável, o conhecimento ganho pelos arqueólogos através da análise do registro arqueológico deve ser apresentado de forma acessível (através da sua publicação ou outros meios) a maior gama possível do público interessado. Os documentos e materiais nos quais a publicação e outras formas de comunicação são baseados devem ser armazenados permanentemente em um local seguro. O interesse na preservação e proteção de localidades arqueológicas in situ deve ser considerado ao publicar e distribuir informação sobre a sua natureza e local.</p>
Princípio No. 7 - Registros e Preservação	<p>Arqueólogos devem trabalhar ativamente pela preservação de, e acesso de longo prazo a, coleções arqueológicas, registros e relatórios. Considerando isto, arqueólogos devem encorajar colegas, alunos, e terceiros a usar as coleções, registros e relatórios de forma responsável nas suas pesquisas, como um dos meios para a preservação do registro arqueológico in situ, e de</p>

	aumentar o cuidado e atenção dados a essa porção do registro arqueológico, o qual foi removido e incorporado em coleções arqueológicas, registros e relatórios.
Princípio No. 8 - Treinamento e Recursos	Dada a natureza destrutiva da maioria das investigações arqueológicas, arqueólogos devem assegurar que eles tem treinamento, experiência e facilidades adequadas, além do suporte necessário para efetuar qualquer programa de pesquisa iniciado por eles de forma consistente com os princípios acima e os padrões contemporâneos de práticas profissionais.
Princípio No. 9 - Ambientes Seguros para Trabalho e Educação	Arqueólogos em todos os ambientes profissionais, educacionais e outros ramos profissionais, incluindo trabalhos de campo e conferências, são responsáveis pela formação da próxima geração de arqueólogos. Parte dessas responsabilidades envolve a criação de um ambiente de apoio e seguro para estudantes e estagiários. Isso inclui conhecer as leis e políticas de sua nação de origem e locais de trabalho institucionais que dizem respeito ao assédio e assédio baseado em sexo, identidade de gênero, orientação sexual, etnia, deficiência, origem nacional, religião ou estado civil. Os membros da SAA cumprirão essas leis e assegurarão que o trabalho e os cenários educacionais em que se desempenham suas funções como supervisores sejam conduzidos de modo para evitar violações destas leis e agir para manter estes ambientes de trabalho e de aprendizagem seguros e respeitosos.

Ao enaltecer o potencial que marca os museus de sítio arqueológico, Silverman (2006: 7) destaca que, dos nove princípios éticos estabelecidos pela *Society for American Archaeology* (SAA), sete deles podem ser alcançados através dos museus de sítio, a saber: a promoção da gestão/acompanhamento do registro arqueológico (Princípio 1); funcionamento dos museus de sítio em consulta com os grupos afetados (Princípio 2); cumprir com a missão da educação pública e da divulgação (Princípio 4); apresentar o conhecimento da investigação arqueológica ao público de forma acessível (Princípio 6); funcionar como depositários apropriados de materiais e registros oriundos da pesquisa

arqueológica (Princípio 7); patrocinar oficinas de treinamento que ensinem padrões contemporâneos de prática profissional à comunidade local para que indivíduos e organizações locais possam conduzir adequadamente qualquer programa de pesquisa que iniciem ou do qual participem (Princípio 8); contribuir com a criação de um ambiente de apoio e seguro para estudantes e estagiários, desenvolvendo pesquisas em consonância com as leis e políticas de sua nação de origem que dizem respeito ao assédio e discriminação de quaisquer tipos, assegurando ambientes de trabalho e de aprendizagem seguros e respeitosos (Princípio 9).

Nesse sentido, a partir das características e potencialidades que marcam museus de sítios arqueológicos, esta pesquisa entende que o Arraial de São Francisco Xavier da Chapada deve ser considerado como forte candidato a abrigar essa categoria de museu, tanto por congregar componentes de interesse arqueológico e museológico, quanto por ser aquela uma categoria que desempenha papel fundamental na proteção e preservação *in situ* do patrimônio arqueológico.

Ao discutir as normativas e diretrizes no âmbito de uma política nacional de gerenciamento do patrimônio arqueológico, Lima (2016: 37) remete ao princípio da conservação *in situ*, que *“atribui ao Estado a obrigação de manutenção de um determinado número de sítios arqueológicos, de diversas épocas, intactos, ou parcialmente, para que sua exploração possa ser beneficiada pelos progressos da técnica e pelo avanço dos conhecimentos arqueológicos”*, pressuposto análogo ao Artigo 6º da Carta de Lausanne.

Ademais, conforme destacado nas Bases para a Política Nacional de Museus, do Ministério da Cultura (2005),

“A noção de patrimônio cultural, do ponto de vista museológico, implica a abertura para o trato com o tangível e o intangível, a dimensão cultural pressuposta na relação dos diferentes grupos sociais e étnicos com os diversos elementos da natureza, bem como no respeito às culturas indígenas e afrodescendentes. Para cumprir esse papel, os museus devem ser processos e estar a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento. Comprometidos com a gestão democrática e participativa, eles devem ser também unidades de investigação

e interpretação, de mapeamento, documentação e preservação cultural, de comunicação e exposição dos testemunhos do homem e da natureza, com os objetivos de propiciar a ampliação do campo das possibilidades de construção identitária e a percepção crítica acerca da realidade cultural brasileira” (BRASIL, 2003: 8).

Ao ser enquadrado na categoria de museu de sítio, o Arraial de São Francisco Xavier da Chapada pode, e deve ser entendido como uma ferramenta fundamental para contribuir com os processos de salvaguarda, renovação e educação patrimonial relativos ao patrimônio arqueológico da região de Vila Bela da Santíssima Trindade. Julgamos que as estratégias de gestão voltadas à preservação do sítio devem buscar sua visibilidade através de ações integradas que permitam o diálogo, a partir de seus elementos arqueológicos, entre o campo da investigação científica, da museologia e do turismo em escala regional, de modo que se busque uma relação entre passado e presente, *“estabelecendo pontes de significado entre o patrimônio histórico da região com os processos sociais contemporâneos por que passam a comunidade de Vila Bela”* e do entorno regional (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2006b).

A proposta de criação de um museu de sítio na área do Arraial de São Francisco Xavier da Chapada comunga com os pressupostos estabelecidos pelo Projeto Fronteira Ocidental, que buscavam, à época de seu desenvolvimento, o estabelecimento de um museu aberto em Vila Bela da Santíssima Trindade, relacionando as distintas referências patrimoniais do município através da musealização do conjunto de bens que compõem o seu centro histórico (WICHES, 2010), atendendo às necessidades de prover a sociedade com dados a respeito do seu passado, promovendo o diálogo calcado na relevância da preservação de uma memória e identidade regional, integrando e revitalizando *“os seus núcleos históricos de forma harmônica no crescente desenvolvimento social e econômico do município”* (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2006b: 2).

Nesse sentido, conforme destaca Silverman (2006: 13), museus de sítios são ferramentas importantes em escala local e regional uma vez que desempenham papel relevante na construção da identidade. Tal concepção

toma corpo a partir de pressupostos oriundos da “Nova Museologia” da década de 1980, preocupada com o desenvolvimento comunitário, que reconhece a necessidade de criação de museus locais que envolvam a comunidade no desenvolvimento de uma apreciação de seus próprios lugares, entendendo os museus não apenas como espaços físicos e sociais, mas que objetivem interferir, de maneira efetiva, nas relações sociais entre toda uma comunidade e a preservação, a educação, e utilização do um patrimônio histórico e cultural (VERGO, 1989; WALSH, 1992; SILVERMAN, 2006; ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2006b).

Ao avaliar as mudanças percebidas a partir da Nova Museologia, Zanettini (2006b) aponta que

“Desde a década de 1980 o museu passou a ser mais ativo na busca de novos objetos, se utilizando, em pesquisa, de novos espaços, mais abertos, aprimorando a visão entre sistema e ambiente, de uma maneira total, abarcando o artificial e o natural, ou seja: a história e a natureza, respectivamente. Desde quando os museus abriram-se para novas experiências ambientais, os seus espaços foram se transformando e aproximando das estéticas das categorias que eles abrigam e dos perfis paisagísticos e sociais que os cercam (...) em um museu a experiência do ver, perceber, contemplar, aprender, apreender, revela-se na sensibilidade que, além de remeter ao passado, nas lembranças, nos proporciona o enriquecimento dos conteúdos dos objetos, seja da própria cultura (endógeno), seja referencias pertinentes a ela, porém de outra cultura (exógeno)” (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2006b: 2-3).

Conforme defende Bruno (2006), ao tratar a respeito dos processos museológicos, um museu aberto pode ser percebido e estruturado dentro de uma escala de ampliações do alcance da projeção das ações patrimoniais, que vai dos museus comunitários até os ecomuseus, passando pelos museus de sítio, museus de cidade, museus de território e museus de sociedade. Esses diferentes modelos de musealização exigem mudanças metodológicas, que deslocam a atenção das coleções para as múltiplas possibilidades de referências patrimoniais, sem, contudo, perder de vista os dois pilares que

fundamentam as atividades técnico-científicas, a saber: a salvaguarda, baseada na conservação e na documentação; e os processos de comunicação, caracterizados pelas exposições e atividades de cunho explicativo (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2006b).

Dessa forma, o *corpus* documental gerado a partir das pesquisas desenvolvidas no Arraial de São Francisco Xavier da Chapada deve servir como eixo norteador para a elaboração de uma estratégia de gestão patrimonial, haja vista os levantamentos, intervenções e caracterização das estruturas e elementos arqueológicos que compõem o Arraial, realizados em mais de uma década de pesquisa. Cabe destacar, contudo, que o potencial informativo do sítio é altíssimo, uma vez que, apesar dos esforços envidados no levantamento e mapeamento das estruturas e vestígios imóveis que o caracterizam, poucas áreas do núcleo do Arraial foram submetidas a escavações sistemáticas voltadas à recuperação de informações relativas à cultura material móvel do universo de suas práticas cotidianas. Nesse sentido, cabe entender o Arraial como uma sala de aula, com grande potencial de projetá-lo socialmente (OREJAS, 2001).

O Arraial constitui fragmento do processo de construção e ocupação da fronteira ocidental, sendo uma referência física, ainda muito bem preservada do universo da exploração mineral colonial. O abandono paulatino das atividades de exploração, aliado à sua localização, criaram condições propícias para a preservação das estruturas e vestígios que compõem sua área nuclear. Nesse sentido, julgamos ser de extrema relevância o estabelecimento de um plano de ações que contemple, no universo de um museu de sítio, a possibilidade de campanhas periódicas de escavação e estudos sistemáticos, compondo uma espécie de sítio-escola, que envolvam as comunidades locais, trazendo estudantes e público geral que demonstrem interesse em participar de projetos de pesquisas arqueológicas, tornando-os coparticipes na construção do conhecimento. Tal interesse já foi manifestado pela maioria dos indivíduos que participaram das atividades de divulgação desta pesquisa, conforme exposto no Capítulo 4. Atividades desempenhadas em sítios-escola buscam desenvolver um processo de aprendizagem por meio da experiência, fora das salas de aula, permitindo, muitas vezes, reflexões que complementam o que é aprendido dentro delas.

Diante de tal quadro, tanto a Universidade Estadual de Mato Grosso, quanto o Instituto Federal de Mato Grosso, que abrigam campus no município de Pontes e Lacerda, distante cerca de 80 quilômetros de Vila Bela, poderiam ser considerados parceiros de um futuro museu de sítio, principalmente no bojo de atividades de pesquisa de caráter interdisciplinar, que objetivem a promoção da divulgação do conhecimento gerado por uma referência patrimonial tão relevante da região. Não se pode perder de vista a ideia de que *“o trabalho com a comunidade é, provavelmente, o compromisso mais importante do arqueólogo”* (FUNARI et al., 2007: 226).

Da mesma forma, o Museu Joaquim Profeta da Cruz deve ser entendido como uma estrutura museológica associada ao Arraial de São Francisco Xavier da Chapada, uma vez que abriga todo o acervo proveniente das pesquisas desenvolvidas no Arraial. Espera-se que sejam estabelecidas as diretrizes que nortearão a definição de plano museológico específico para o museu de Vila Bela em um futuro próximo, conforme determinações do IPHAN-MT e, na esteira desse movimento, devem ser pensados, igualmente, e de maneira dialógica, os primeiros passos desse processo de gestão do Arraial de São Francisco Xavier da Chapada.

Cremos que, como primeira medida, faz-se necessário o estabelecimento de diálogo entre o IPHAN-MT e a empresa responsável pelo empreendimento de exploração localizado no entorno do Arraial a fim de que seja facilitado o acesso ao sítio por parte das comunidades locais. Mesmo com os riscos de segurança inerentes a uma área marcada pela atividade de extração, deve-se buscar reduzir ao máximo os entraves ao acesso à área do sítio, de modo que não se configure uma espécie de privatização mineradora, conforme destaca Jofré (2015), dos

“... lugares de memória patrimonializados através dos inventários e intervenções realizadas pelos EIA’s em projetos de mega-mineração. Os lugares de memória, convertidos em sítios arqueológicos através da narrativa científica arqueológica oferecida por estes relatórios, ingressam na lista de bens patrimoniais móveis e imóveis do Estado; não obstante, o acesso físico a estes não é de ordem pública e está restrito somente aos empregados das empresas. As autorizações para

visitar estes lugares interditados devem ser feitas por meio de contatos com as empresas ou com o governo provincial. Esta privatização mineradora dos lugares de memória (convertidos em patrimônio cultural provincial e nacional) responde ao fato de que se encontram dentro de empreendimentos mineiros que foram cedidos em arrendamento por anos ou décadas pelo Estado a estas empresas” (JOFRÉ, 2015: 147).

Um segundo passo no processo da futura gestão do Arraial de São Francisco Xavier da Chapada diz respeito à necessidade de diálogo entre o empreendedor, hoje corresponsável pela salvaguarda do Arraial, comunidades locais e IPHAN-MT, a fim de que possa ser pensado, conjuntamente, um modelo de museu tendo em vista o potencial arqueológico e museológico do Arraial de São Francisco Xavier da Chapada. Valemo-nos dos pressupostos estabelecidos por Zanettini (2006b) para o município de Vila Bela, que buscavam, quando da proposição de um museu aberto na cidade,

“... desenvolver uma nova tecnologia de musealização, tanto do ponto de vista de estruturas arquitetônicas necessárias, como do aproveitamento museológico dos sítios, edificações e acervos (museus ao ar livre, trilhas educativas, sinalizações pontuais, etc..) que busque soluções simples e eficientes para explorar ao máximo o potencial educativo e turístico da área” (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2006b).

Nesse sentido, podem ser elaborados, por exemplo, roteiros que configurem um circuito patrimonial, envolvendo o conjunto de referências arqueológicas e históricas de Vila Bela da Santíssima Trindade e região, do qual o Arraial faz parte, de modo que seja possível a discussão a respeito da vida cotidiana no passado, abarcando as áreas que abrigam sítios indígenas pré-coloniais, sítios associados a comunidades quilombolas e indígenas contemporâneas, até as porções do território onde incidem os sítios associados à exploração mineral colonial (op.cit).

Tais ações podem ser entendidas como uma forma de desenvolvimento de um turismo cultural sustentável, que, por meio do apoio das instituições envolvidas (sejam privadas ou públicas), de acordo com Scatamacchia (2005),

“... seria uma medida segura de conservação, com um retorno de positivo de rentabilização. Uma contribuição importante para o fortalecimento dessa postura é a transformação e a ampliação do mapa cultural, incorporando aos roteiros turísticos culturais o patrimônio arqueológico. O aumento das solicitações para a utilização do patrimônio arqueológico como interesse turístico vai gerar trabalhos de gestão para a avaliação de potencial e geração de informação, criando cada vez mais estruturas que vão facilitar o aproveitamento desses recursos” (SCATAMACCHIA, 2005: 81).

Cabe destacar que o turismo sustentável em sítios arqueológicos deve levar em consideração os impactos sociais e ambientais do desenvolvimento da infraestrutura turística, a interação entre populações e visitantes locais e a oportunidade de apresentar ao público informações que apenas a arqueologia, enquanto disciplina, pode fornecer sobre o passado.

Court et al. (2019: 24-32) descrevem dois níveis de sustentabilidade que podem ser aplicados quando se discute a respeito do turismo relacionado ao patrimônio arqueológico. O primeiro nível diz respeito à sustentabilidade na escala do sítio arqueológico; o segundo abarca uma escala maior, levando em consideração o entorno ambiental do sítio, que avalia não apenas como o patrimônio pode ser preservado, interpretado e apreciado, mas também como o mesmo pode contribuir com a sociedade, em uma relação, conforme definido pelos pesquisadores, de benefícios recíprocos do patrimônio. Essa abordagem envolvendo o segundo nível de sustentabilidade mostra-se interessante, uma vez que contempla o conjunto patrimonial em escala regional, afastando-se de uma escala voltada exclusivamente para a análise do sítio arqueológico.

Cumprе apontar que o *Archaeological Institute of America* considera a concepção de sustentabilidade voltada ao patrimônio arqueológico como a condição de preservação de sítios por meio da combinação aspectos tradicionais do campo da conservação com intensas iniciativas de divulgação e engajamento que permitam a conscientização sobre os problemas do universo da preservação e envolvem as comunidades locais no processo de administração do seu patrimônio (COMER & WILLEMS, 2019).

Comer & Willems (op.cit) apontam que é preciso levar em consideração que, toda vez que um sítio arqueológico é aberto ao público, cria-se automaticamente a expectativa de que a iniciativa atrairá turistas das mais diversas origens. Contudo, com exceção de sítios arqueológicos muito famosos e de grande apelo, a maior parte dos turistas é composta pelo público local e regional, como podemos ver a partir das contagens mensais realizadas pelo Museu Joaquim Profeta da Cruz, em Vila Bela. Nesse sentido, os pesquisadores destacam a importância de se levar em consideração esse tipo de aspecto antes da abertura de um sítio para visitaço, sendo que, da mesma forma, muito importante conhecer quais os atributos e valores associados ao stio.

Quando o processo de explorao mineral que atualmente desenvolvido no entorno do Arraial de So Francisco Xavier da Chapada se encerrar, sua paisagem sero incorporados os vestgios do episdio de minerao do final do sculo XX e incio do XXI, legando uma paisagem que tende a apresentar elementos complexos, tais como estruturas industriais no mais utilizadas e marcas na paisagem causadas pelo homem atravs da explorao do local. Conforme aponta Landorf (2019), muitos stios caracterizados por estruturas industriais encontram-se em locais isolados, assim como o Arraial, e podem apresentar aspectos que envolvem alguns riscos, como por exemplo, poos de minas desativados e resduos contaminados. Para o cenrio de preservao do Arraial de So Francisco Xavier, as novas feies paisagsticas advindas da explorao recente faro parte, inevitavelmente, do seu entorno paisagstico, incluindo camadas oriundas dos processos industriais, aliadas a uma esttica utilitria, cujos efeitos para o turismo esto no custo e na complexidade de acesso a essas reas (LANDORF, 2019: 8-9).

Ainda de acordo com Landorf (op.cit),

“Um impacto menos bvio vem do fato de ter grupos de interesses extensos e variados que complicam o processo de engajamento das partes interessadas, enquanto a esttica utilitria influencia as percepes de valor com um pblico acostumado a uma herana visualmente mais agradvel. Com essas caractersticas em mente, a principal preocupao a

capacidade dos sítios industriais, particularmente em locais remotos, de gerar renda suficiente a partir de visitas turísticas e outros usos comerciais para operar de maneira sustentável” (IBIDEM).

A Tabela 11, a seguir, destaca alguns critérios que, de acordo com Landorf (2019), podem ser úteis para a avaliação de potencial turístico para sítios associados a complexos industriais. Acreditamos que os mesmos também poderiam ser aplicados para avaliar as percepções comunitárias a respeito do potencial do Arraial e no bojo de um processo de planejamento de sua gestão:

Tabela 11. Dimensões e critérios de avaliação do patrimônio industrial (Extraído de LANDORF, 2009).

Dimensões dos valores associados ao patrimônio	Crítérios
Valores Culturais	Quão atuais são as relações de partes interessadas com o sítio (ele está inserido na memória viva das comunidades)?
	Qual é o nível de significância do patrimônio no local (local, nacional ou internacional)?
Valores Físicos	Qual é o nível de acesso e interpretação dos visitantes ao sítio?
	Qual o grau de autenticidade e conservação dos atributos significativos do sítio?
Valores de Produto	Qual a distância do sítio para outras atrações turísticas compatíveis?
	Qual é o nível de apelo do turismo histórico?
Valores de Experiência	Qual é o nível de sofisticação tecnológica e design educacional/cognitivo do sítio?
	Qual o envolvimento dos visitantes na criação de experiências no sítio?
Valores de Sustentabilidade	Qual a extensão da participação das partes interessadas no sítio (o sítio é gerenciado por uma parceria ou por um processo democrático)?
	Qual é o nível de planejamento estratégico no local (quão rigoroso é o processo e integrado aos objetivos nacionais)?

Conforme apontado por Zanettini (2006b) essa porção do território de Mato Grosso, tendo em Vila Bela uma espécie de síntese da história nacional, permite a discussão, de forma integrada ou isolada, dos seguintes processos históricos:

Tabela 12. Processos históricos que caracterizam Vila Bela da Santíssima Trindade e região.

Temática	Dimensão
Pré-história e história indígena	A diversidade e a antiguidade da ocupação indígena do território nacional em períodos pré-coloniais (vista a riqueza de registros pré-históricos e área indígenas ainda existentes na região).
A colonização portuguesa	As políticas coloniais de ocupação e administração do território nacional (visto Vila Bela ter sido fundada enquanto uma capital regional e administrativa e contar ainda com o Palácio dos Capitães-generais entre suas edificações históricas).
Ciclos econômicos do Brasil colônia	O ciclo do ouro e a história da mineração em geral (visto Vila Bela ter sido um importante centro de mineração aurífera e ainda contar com empreendimentos nesta área).
História geopolítica e militar do Brasil	A demarcação e defesa de fronteiras (visto Vila Bela ter exercido função militar importante na defesa da fronteira ocidental nacional).
História da Amazônia	Políticas administrativas, comércio e navegação fluvial (visto Vila Bela ter sido parte integrante de programas administrativos aplicados à Amazônia assim como ter se beneficiado do comércio fluvial da rede amazônica).
História da escravidão, dos quilombos e das manifestações culturais afro- brasileiras	Visto Vila Bela ter sido e ser ainda habitada por uma população de origem africana e por sua situação de isolamento ter preservado muitas tradições culturais de origem afro-brasileira.
História das ciências	Em particular as primeiras expedições científicas), visto Vila ter sido visitada por alguns expedicionários históricos, como o artista e integrante da famosa expedição Langsdorf Aimé-Adrien Taunay, sepultado em solo vilabelense.

Nesse sentido, nos valem de Zanettini (2006b) para propor um esboço de roteiro que possa auxiliar nas etapas do processo de salvaguarda e preservação do Arraial, envolvendo: pesquisa dos bens culturais da região de Vila Bela a partir dos inventários já disponíveis; definição do conceito gerador e seleção de roteiros temáticos; estudos de potencial de visitação e públicos alvos; elaboração de conteúdos pedagógicos em diferentes mídias;

organização de eventos em Vila Bela e Pontes e Lacerda reunindo as partes interessadas (representantes dos municípios, professores, alunos e público geral) com seminários temáticos sobre o projeto do museu de sítio, incluindo seminários abertos à população; elaboração de um plano de comunicação e mídia sobre o projeto; elaboração final da proposta de implantação do museu de sítio; estudos de viabilidade para aproveitamento da infraestrutura física já implantada no alto da Serra de São Vicente, para que a mesma possa abrigar os equipamentos e estruturas necessários a centro de apoio, bem como a possíveis estruturas museográficas permanentes.

Cumprе apontar que, uma vez encerradas as atividades de exploração no entorno do Arraial de São Francisco Xavier da Chapada, parte da infraestrutura implantada no alto da Serra de São Vicente poderia ser incorporada à estrutura do museu a ser criado. Os equipamentos instalados no local abarcam rede de energia elétrica, rede de abastecimento de água, edifícios de escritório e alojamentos, entre outros, que poderiam abrigar centro de apoio aos visitantes, espaço entendido como ponto de referência do conjunto musealizado, configurando-se como *“a conjugação entre equipamentos e a interpretação necessária ao benefício dos visitantes... complementando a apreciação do próprio bem cultural”* (DEMARTINI, 2003: 148). Nesse sentido, as estruturas que já se encontram próximas ao Arraial poderiam abrigar espaços destinados à recepção/orientação; administração; área para exposições; sanitários, ambulatório para primeiros socorros; almoxarifado; auditório, entre outros (op.cit).

Cabe destacar, contudo, que se faz necessário o diálogo entre o IPHAN-MT, órgãos ambientais, e empresa mineradora, a fim de equacionar a questão dos custos relativos ao processo de descomissionamento da mina, buscando promover o seu reinvestimento em favor do bem cultural alvo de preservação, cuja viabilização, dentro de uma perspectiva sustentável, deverá envolver esforços por parte da União e Estado, assim como os proprietários da terra onde está localizado o sítio e órgãos do poder municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade (Secretarias de Cultura e Educação), objetivando a gestão compartilhada do bem. Nesse sentido, valemo-nos das palavras de Silva (2019)

“O patrimônio arquitetônico e arqueológico é exigente, não se compadece do abandono ou o esquecimento. Requer atenção e cuidados. E não podemos pensar que recuperar o bem, no sentido de fazer obras estruturais, é, por si só, suficiente. Mais do que isso, ele tem de ter uso. É necessário que existam planos de gestão que equacionem o que fazer depois da recuperação. É preciso promovê-la e fazer com que ela possa vir a constituir-se como um fator de desenvolvimento econômico para um território. Deve-se pensar em uma perspectiva de itinerário, que leve as pessoas a fazer um percurso, a querer conhecer outros patrimônios, que conte uma história, que traga felicidade e alegria” (SILVA, 2019: 105-106).

CONCLUSÃO

*“Está morrendo o nosso
passado e insisto: - um dia,
acordaremos sem passado”.*

Nelson Rodrigues

A reflexão exposta nesta tese buscou discutir a necessidade de preservação do Arraial de São Francisco Xavier da Chapada, fragmento histórico do processo de exploração mineral desenvolvido na fronteira ocidental do território colonial português, junto à microrregião do Alto Guaporé. Para tal, em um primeiro momento foi exposto o contexto que caracteriza o Arraial, partindo de sua identificação e cadastro, bem como de sua relação com outros eventos análogos, relacionados à exploração mineral e ocupação dessa porção precisa do território mato-grossense, sendo destacados alguns dos aspectos que fazem com que o Arraial seja matéria desta reflexão a respeito da necessidade de sua preservação.

Da mesma forma, foram apresentados os resultados de programas de pesquisa desenvolvidos na região nas duas últimas décadas, a maioria deles no bojo da arqueologia preventiva, que permitiram o cadastro de amplo conjunto de evidências (mais de oitenta sítios arqueológicos), as quais abarcam longo espectro temporal, englobando sítios indígenas pré-coloniais, sítios associados a ocupações africanas e europeias, além de sítios multicomponenciais. Apesar da diversidade dos bens patrimoniais identificados, esta pesquisa privilegiou o elemento voltado à discussão a respeito do processo de exploração mineral, responsável pelo estabelecimento, ainda na primeira metade do século XVIII, de uma série de arraiais e frentes de lavra, do qual o Arraial de São Francisco Xavier da Chapada faz parte. Cabe destacar que parcela dos arraiais que constam da historiografia e registros históricos foi submetida a algum tipo de atividade no bojo dos programas de pesquisa realizados.

Cumprе apontar que as pesquisas realizadas em escala regional na área alvo de estudos forneceram uma série de elementos para o

desenvolvimento de estudos acadêmicos, proporcionando a estruturação, conforme apontado, de um denso *corpus* documental que guarda grande potencial para a articulação das diversas temáticas que possam envolver futuras pesquisas voltadas ao patrimônio em âmbito local/regional.

Nesse sentido, dentre os bens e referências patrimoniais que compõem a paisagem cultural da fronteira ocidental, elencamos aqueles relacionados à exploração mineral, dando destaque ao Arraial de São Francisco Xavier da Chapada, cuja integridade e estado de conservação o colocam em uma posição singular e destacada entre os demais eventos associados ao mesmo contexto de ocupação. Cabe destacar que o presente trabalho pode ser entendido como um desdobramento de pesquisa de mestrado (TRONCOSO, 2103) que analisou, através de técnicas arqueometalúrgicas, acervo de artefatos metálicos oriundos de escavações realizadas na área nuclear do Arraial no âmbito de programa de pesquisa de monitoramento arqueológico desenvolvido até o ano de 2014.

Nesse sentido, diante da perspectiva de encerramento das atividades de exploração mineral atuais, as quais impõem a mineradora responsável por elas a condição de corresponsável pela salvaguarda momentânea do Arraial, mostrou-se urgente a necessidade de se discutir as condições de sua preservação futura, uma vez encerrado o processo de descomissionamento da mina.

Pensando no Arraial de São Francisco Xavier da Chapada como parte integrante da paisagem da fronteira ocidental, e como referência cultural das comunidades locais, compartilhamos da ideia de Meneses (2011), de que *“a gente não escapa das coisas materiais, mas elas não têm valores intrínsecos, não têm nada de imanente que não sejam as propriedades físico-químicas. No entanto, elas têm propriedades de natureza material que permitem externalizar ideias, expectativas, ideologias, memórias, identidades; elas funcionam como mediadoras, como combustível para a intervenção no mundo real. Então, eu diria que elas atuam como uma dimensão de qualificação diferencial”*.

Julgamos apropriada a tentativa de se estabelecer um museu de sítio arqueológico no alto da Serra de São Vicente, entendendo ser esta não apenas uma iniciativa que objetive a preservação do Arraial, mas uma forma de aproximá-lo das comunidades locais que pouco contato tem com uma

referência patrimonial local/regional tão significativa. Diante da riqueza das manifestações culturais e do patrimônio histórico material e imaterial da região de Vila Bela da Santíssima Trindade, se faz necessário o estabelecimento de diálogos entre as referências culturais, tendo por objetivo o tratamento de diferentes temas que se interconectam ao passado e no presente.

Conforme defendido por Zanettini (2006b),

“Os bens culturais devem assim ser entendidos no seu sentido mais amplo, enquanto referências e práticas que reproduzem e modificam os ritos e símbolos, os saberes e os lugares que formam o conjunto mais consistente e visível de referências e marcos utilizados por determinado grupo social na construção de sua identidade, paisagem e território. O museu pode assim ser composto de um conjunto de acidentes geográficos, paisagens, edificações dentro de núcleos urbanos e rurais, etc..., elementos dispostos como peças em exposição permanente, descritos em documentos antigos, registrados nos solos arqueológicos, distribuídos ao longo de toda uma região” (ZANETTINI, 2006b: 8).

Assim como propõem Barreiro et al. (2018: 481), também acreditamos que o Arraial de São Francisco Xavier da Chapada apresente quatro ciclos de vida, marcados por um primeiro ciclo original, quando do estabelecimento e funcionamento do sítio; seguido de um ciclo pós-deposicional, a partir de seu abandono e de um terceiro, o ciclo moderno, iniciado a partir de sua recuperação; por fim, um quarto ciclo, composto por sua reincorporação à sociedade, ganhando uma vida social, cuja responsabilidade recai sobre gestores do patrimônio e partes interessadas.

Espera-se, portanto, que o Arraial de São Francisco Xavier da Chapada sirva como ferramenta dialógica na busca pelo restabelecimento de vínculos comunitários, atuando como mediador nos processos de identidade, e envolvendo a participação das comunidades locais na construção dialógica de um discurso museológico, valendo-se das histórias e memórias locais.

Importa destacar também que esta pesquisa buscou dialogar com as comunidades dos municípios de Vila Bela da Santíssima Trindade e de Pontes e Lacerda, a fim de colher elementos a respeito de suas percepções acerca do

patrimônio local/regional. Apesar de a maioria ter afirmado conhecer o Arraial de São Francisco Xavier da Chapada, a quase totalidade jamais o visitou. Dessa forma, esperamos que, a partir do diálogo entre gestores, membros da comunidade, representantes dos municípios, e demais partes interessadas, possa ser retomada a ligação entre a comunidade e o Arraial, de forma que os agentes sociais sejam também responsáveis pela sua preservação.

BIBLIOGRAFIA

ABSI, P. y P. CRUZ. (2005). **Patrimonio, ideología y sociedad. Miradas desde Bolivia y Potosí.** Tinkazos 19: 77-97.

ADLER, M.; BRUNING, S. (2008). **Navigating the fluidity of social identity: collaborative research into cultural affiliation in the American Southwest.** In.: Collaboration in archaeological practice: engaging descendent communities. Editado por C. Colwell-Chanthaphonh e T.J. Ferguson, pp. 35-32. Lanham: Altamira Press.

AHMAD, Y. (2006). **The scope and definitions of heritage: from tangible to intangible.** International Journal of Heritage Studies 12: 292-300.

ARCHAEOLOGICAL INSTITUTE OF AMERICA. (n.d.). **A guide to best practices for archaeological tourism.** www.archaeological.org/tourism_guidelines

ALONSO, V. I.; MEURS, V. M. (2012). **Assessing the performance of conservation activities.** In.: Zancheti, S. M. & K. Similä, eds. Measuring heritage conservation performance, pp. 1-14. Rome, ICCROM.

ANCA, Javier Luaces. (2008). **La arqueología desde el sector privado: actividad profesional o empresarial.** Resumen de los cursos de postgrado impartidos en la Universidad de Santiago en los años 1998 y 2000.

ANSCHUETZ, K., WILSHUSEN, R; SCHEICK, C. (2001). **An archaeology of landscapes: perspectives and directions.** Journal of Archaeological Research 9(2): 157-211.

ARANTES, A. A. (1990). **La preservación del Patrimonio como Práctica Social.** Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP.

ARAOZ, Gustavo F. (2011). **Preserving Heritage Places under a New Paradigm.** Journal of Cultural Heritage Management and Sustainable Development 1(1):55–60.

ARIELO, J. A. (1994). **Área São Francisco, Mapeamento Geológico Regional, Escala 1: 10.000, SFX-RT-035-Santa Elina.** Dezembro de 1994, 33 págs., 2 mapas, 23 fotos, Relatório Interno Mineração Sta. Elina.

ARIZPE, Lourdes. (2000). **Cultural Heritage and Globalization.** In: Erica AVRAMI, Randall Mason, Marta de la Torre (eds.). Values and Heritage Conservation (Research Report, The Getty Conservation Institute). Los Angeles: The J. Paul Getty Trust.p. 32 – 37.

ASH, Aidan. (2005). **A Nice Place for a Harbour Or Is It? Investigating a Maritime Cultural Landscape: Port Willunga, South Australia.** Maritime Archaeology Monograph and Report Series, No. 4. Flinders University, Adelaide, South Australia.

ASHMORE, Wendy; KNAPP, Bernard. (1999). **Archaeologies of Landscape.** Blackwell, Malden, MA.

ASHMORE, R. D.; DEAUX, K.; MCLAUGHLIN-VOLPE, T. (2004). **An organizing framework for collective identity: articulation and significance of multidimensionality.** Psychological Bulletin 130(1): 80-114.

AVRAMI, Erica; MASON, Randall; DE LA TORRE, Marta (eds.). (2000). **Values and Heritage Conservation** (Research Report, The Getty Conservation Institute). Los Angeles: The J. Paul Getty Trust.

BADEN, William. (2013). **Systems Theory**. In. **Theory in social and cultural anthropology: an encyclopedia**. Edited by R. Jon McGee and Richard L. Warms, pp. 849-851, Texas State University.

BAKER, A. W. (2010). **Exhibiting Archaeology: Archaeology and Museums**. Annual Review of Anthropology. 39:293-308.

BALKAU, F. (2005a). **Abandoned Mine Sites: Problems, Issues and Options** (Unpublished agenda note presented at Post-Mining Alliance Priority Setting Workshop hosted by UNEP, Paris). Paris: UNEP Division of Technology, Industry and Economics.

BALKAU, F. (2005b). **Towards a Process for International Action on Abandoned Mine Sites – issues and options** (Unpublished agenda note presented at Post-Mining Alliance Priority Setting Workshop hosted by UNEP, Paris). Paris: UNEP.

BALLART, Josep. (1997). **El patrimônio histórico y arqueológico: valor y uso**. Ariel Patrimonio, Barcelona.

BARREIRO, David MARTÍNEZ; CRIADO BOADO, Felipe; TÉLLEZ, Virtudes; SÁNCHEZ, Cristina Carretero; PARGA DANS Eva; SÁNCHEZ Raquel Martín. (2018). **Las tres vidas de Altamira y el futuro**. SÉMATA, *Ciencias Sociais e Humanidades*, vol. 30: 479-502.

BARRETO, Cristiana. (2000). **A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil**. Revista USP, São Paulo, n.44, p. 32-51, dezembro/fevereiro 1999-2000.

BASTOS, R.; SOUZA, M.; GALLO, H. (2005). **Normas e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico**. IPHAN, 9ª Superintendência Regional, São Paulo.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. (1967). **The Social Construction of Reality: A Treatise in the Sociology of Knowledge**. Garden City, NY: Anchor Books.

BERKSON, A. (2009). **Talking to Tree Huggers: integrating archaeology into natural resource programs**. The SAA archaeological record, 9 (1): 14-17.

BINFORD, L. (1982). **The archaeology of place**. Journal of Anthropological Archaeology 1: 5–31.

BIZZI, L. A.; SCHOBENHAUS, C.; BAARS, F. J. et al. (2003). **Geologia, tectônica e Recursos minerais do Brasil: Sistema de Informações Geográficas – SIG e Mapas na escala 1:2.500.000**. In.; BIZZI, L. A. ; SCHOBENHAUS, C.; VIDOTTI, R. M.; GONÇALVES, J. H. (ed.) *Geologia, Tectônica e Recursos Minerais do Brasil: texto, mapas e SIGI*. CPRM: Ed. UnB.

BLAKE, J. (2000). **On defining the cultural heritage**. International and Comparative Law Quarterly, Vol. 49, nº1, p.61-85.

BOURDIEU, P. (1984) **Distinction: A Social Critique of the Judgement of Taste**. London: Routledge & Kegan Paul.

BURKE, E. (2012). **Reflexões sobre a Revolução na França**. Tradução de Herculano de Lima Einloft Neto. s.c.e. Disponível em: <http://dagobah.com.br/wp-content/uploads/2017/02/BURKE-Edmond-1790-Reflex%C3%B5es-sobre-a-Revolu%C3%A7%C3%A3o-Francesa-Volume-1.pdf>

BRASIL. (1961). **Lei Federal n. 3.942, de 26 de julho de 1961**.

BRASIL. (1979). **Lei nº 6.757**. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional Pró-Memória e dá outras providências. 17 de dezembro de 1979. Brasília/DF.

BRASIL. (2003). **Ministério da Cultura. Bases para a Política Nacional de Museus**. In: BRASIL. Ministério da Cultura. Política Nacional de Museus: memória e cidadania. Brasília, DF, p. 7-12.

BRUNO, M.C.O. (2006). **Museologia e Museus: os inevitáveis caminhos entrelaçados**. Cadernos de Sociomuseologia no 25. Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – CeIED: 5 – 20.

BYRNE, Denis. (2008). **Heritage conservation as social action**. In: R. Harrison, J. Jameson and J. Schofield (eds), The Cultural Heritage Reader. London: Routledge.

CALDARELLI, S. B. (org). (1996). **Atas do simpósio sobre política nacional do meio ambiente e patrimônio cultural. Repercussões dos dez anos da Resolução CONAMA nº001/86 sobre a pesquisa e a gestão dos recursos culturais do Brasil**. Universidade Católica de Goiás, Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Goiânia.

CALDARELLI, Solange B. (1999). **Levantamento arqueológico em planejamento ambiental**. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, Suplemento 3: 347-369.

CALDARELLI, Solange B. (2000). **A arqueologia como profissão**. Anais do IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Rio de Janeiro, 15 p.

CALDARELLI, S. B. (2007). **Pesquisa arqueológica em projetos de infraestrutura: a opção pela preservação**. Revista do Patrimônio, 33: 153-174. Rio de Janeiro: IPHAN-Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, número especial sobre Arqueologia e Preservação.

CALDARELLI, Solange B. (2010). **Participação da arqueologia na criação de Unidades de Conservação no Brasil como medida compensatória aos impactos sobre o patrimônio arqueológico**. 1.^a Conferência da REDE de Língua Portuguesa de Avaliação de Impactos Lisboa (Fundação Cidade de Lisboa), 16-19 de junho de 2010.

CALDARELLI, Solange B.; SANTOS Maria do C. M. M. (2000). **Arqueologia de contrato no Brasil**. Revista da USP, São Paulo, n 44, p. 52-73, dezembro/fevereiro 1999-2000.

CALDARELLI, Solange B.; JULIANI, L. J. C. O.; SANTOS Maria do C. M. M. e MAXIMINO, E. P. (2001). **Do caminho novo das Minas Gerais à Rodovia Fernão Dias: arqueologia de uma estrada paulista**. Revista do CEPA, Santa Cruz, UNISC, vol. 25, n 34, p.7-126.

CANCLINI, Néstor G. (1997). **Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP (Ensaio Latino-americanos, 1).

CANOVA, L. (2003). **Os doces bárbaros: imagens dos índios Paresi no contexto da conquista portuguesa em Mato Grosso (1719-1757)**. Mestrado (dissertação), ICHS/UFMT, Cuiabá.

CARMAN, J. (1995). **Interpretation, writing and presenting the past**. In.: I. Hodder, M. Shanks, A. Alexandri, V. Buchli, J. Carman, J. Last and G. Lucas (eds) *Interpreting Archaeology: Finding Meaning in the Past*. London: Routledge, 95-9.

CARMAN, J. (2000). **Theorising a realm of practice: introducing archaeological heritage management as research field**. *International Journal of Heritage Studies*, Vol.6, nº4, p.303-308. Archaeology and Heritage, London: Continuum.

CARVALHO, Patrícia. M. (2012). **A travessia atlântica de árvores sagradas: estudos de paisagem e arqueologia em área de remanescente de quilombo em Vila Bela/MT**. Dissertação de Mestrado, MAE-USP, São Paulo.

CARVALHO, Patrícia. M. (2018). **Visibilidade do negro: arqueologia do abandono na comunidade quilombola do Boqueirão - Vila Bela/MT**. Tese de Doutorado, MAE-USP, São Paulo.

CASTILHO, Ione. (2008). **Missão jesuítica colonial na Amazônia Meridional: Santa Rosa de Mojo: uma missão num espaço de fronteira (1743-1769)**. Dissertação (mestrado), PUC-RS.

CHAN, A. A. (2011). **Translating archaeology for the public: empowering and engaging museum goes with the past**. *International Journal of Heritage Studies* 17: 169-89.

CHAVIS, D. M.; WANDERSMAN, A. (1990). **Sense of community in the urban environment: a catalyst for participation and community development**. *American Journal of Community Psychology* 18(1): 55-81.

CHOAY, Françoise. (2001). **The Invention of the Historic Monument**. Translated by L. M. O'Connell. Cambridge University Press, Cambridge.

CLARK, A. L.; NAITO, K., & Clark, J. C. (2000). **Legal Framework for Mine Closure. Paper presented at the Mine Closure and Sustainable Development**. Workshop organised by the World Bank and the Metal Mining Agency of Japan, Washington D.C.

COLLCUTT, S. (1994). **The archaeologist as consultant**. In.: J. HUNTER & I. RALSTON (eds.) *Archaeological Resource Management in the UK*. Washington, Alan Sutton Publishing, pp. 158-168.

COMER, Douglas; WILLEMS, Annemarie. (2019). **Introduction: Feasibility as the Cornerstone of Effective Management of Public Archaeological Sites**. 10.1007/978-3-319-92756-5_1.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA. (1986). **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 001, de 23 de janeiro de 1986**.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA. (1997). **RESOLUÇÃO Nº 237, DE 19 DE dezembro DE 1997.**

COSTA, Diogo. M. (2003). **Lavras do Abade: Estratégia de gestão do patrimônio arqueológico histórico em Pirenópolis, Goiás.** Dissertação (mestrado), UCG, Goiânia

COSTA, Diogo. M. (2010). **Water and War at Pyreneus Mountains: Historical Eco-Archaeology of a Goldmine Village in the end of Nineteenth Century, Mid-Western Brazil.** Anthropology, University of Florida, Gainesville.

COSTA, Everaldo Batista da; SCARLATO, Francisco C. (2009). **As fases de (re)produção do patrimônio cultural brasileiro: interpretação e valoração da paisagem urbana da gênese colonial à mercantilização das cidades históricas no Brasil.** OLAM: Ciência & Tecnologia, Rio Claro, ano 9, v. 9, n. 1, p. 8-47, jan./jun.

COURT, Sarah; D'ANDREA, Ascanio; DUCA, Francesca; PESARESI, Paola; THOMPSON, Jane. (2019). **Managing Herculaneum in Context: Measuring Benefits for People and Places.** 10.1007/978-3-319-92756-5_3.

COUTINHO, João Pereira. (2014). **As ideias conservadoras.** Editora Três Estrelas.

CRESPI, M. (2001). **Raising Muted Voices and Identifying Invisible Resources.** CRM, 23 (5): 4-6.

CRUMLEY, C. (ed.). (1994). **Historical Ecology: cultural knowledge and changing landscapes.** Santa Fe, NM: School of American Research Press.

DALLAS, Costis (2015). **Curating Archaeological Knowledge in the Digital Continuum: from Practice to Infrastructure.** Open Archaeology. 1: 176–207.

DALLAS, Costis. (2016). **Jean-Claude Gardin on Archaeological Data, Representation and Knowledge: Implications for Digital Archaeology.** Journal of Archaeological Method & Theory. Vol. 23 Issue 1, p. 305-330.

DARVILL, T. (2005). **Approaching value and importance in archaeological resource management.** In: MATHERS, C.; T. DARVILL & B. J. LITTLE (eds.) *Heritage of Value, Archaeology of Renown.* Gainesville: Univ. of Florida Press, pp. 21- 42.

DARVILL, Timothy; SAUNDERS, Andrew; STARTIN, Bill. (1987). **A Question of National Importance: Approaches to the Evaluation of Ancient Monuments for the Monuments Protection Programme in England.** *Antiquity* 61, nº233, 393–408.

DARVILL, T., GERRARD, C.; STARTIN, B. (1993). **Identifying and protecting historic landscapes.** *Antiquity*, 67(256), 563-574. doi:10.1017/S0003598X00045762.

DARVILL, Timothy; WAINWRIGHT, Geoffrey. (1995). **The Monuments at Risk Survey: An Introduction.** In.: *Conservation and Management of Archaeological Sites* 1, no. 1, 59–62.

DAVID, B.; JULIAN, T. (2008). **Landscape archaeology: introduction.** *Handbook of Landscape Archaeology.* 27-43. Routledge Handbooks Online

DAVIS, P. (2011). **Ecomuseums: a sense of place.** 2nd edn. London: Continuum International Publishing Group.

DE LA TORRE, Marta. (ed). (1997a). **The Conservation of Archaeological Sites in the Mediterranean Region**. An International Conference Organized by the Getty Conservation Institute and the J. Paul Getty Museum, 6–12 May 1995. Los Angeles: The Getty Conservation Institute.

DE LA TORRE, Marta. (1997b). **The Archaeological Heritage in the Mediterranean Region**. In: M. de la Torre, ed. *The Conservation of Archaeological Sites in the Mediterranean Region: An International Conference Organized by the Getty Conservation Institute and the J. Paul Getty Museum, 6–12 May 1995*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, p. 5–14.

DE LA TORRE, Marta. (ed). (2002). **Assessing the Values of Cultural Heritage: Research Report**. Los Angeles: Getty Conservation Institute.

DEAGAN, K. A. (1996). **Environmental Archaeology and Historical Archaeology**. In: *Case Studies in Environmental Archaeology* (E. J. Reitz, L. A. Newsom, and S. J. Scudder, eds.), Plenum Press, New York, pp. 339–358.

DEEBEN, J. et al. (1999). **Proposals for a practical system of significance evaluation in archaeological heritage management**. *European Journal of Archaeology*, 2 (2): 177-99.

DELPHIM, Carlos F. de M. (2009). **Patrimônio Natural do Brasil**. In: FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra & RAMBELLI, Gilson. (Org.). *Patrimônio Cultural e Ambiental: questões legais e conceituais*. 1ed. São Paulo: Annablume, 2010, v. 1, p. 167-186.

DEMARRAIS, E., CASTILLO, L. J.; EARLE, T. (1996). **Ideology, Materialization and Power**. *Current Anthropology*, vol. 37, no. 1, 15-31.

DEMARTINI, Célia M. C. (2003). **Caracterização cultural e gerenciamento do patrimônio arqueológico do Parque Estadual da Ilha do Cardoso**. Tese de Doutorado, FFLCH-USP, São Paulo.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (DNPM). (2001). **Portaria Nº 237, de 18 de outubro de 2001**.

DEPARTMENT OF CULTURE, RECREATION & TOURISM (CRT). (2011). **Field Standards for Archaeological Monitoring**. Division of Archaeology. Section 106. Field Standards. State of Louisiana.

DIIS (Department of Industry, Innovation and Science) (2016). **Leading Practice Sustainable Development Program for the Mining Industry**. Australian Government, Canberra.

DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. (1979). **The World of Goods: Towards an Anthropology of Consumption**. London: Allen Lane.

DOUMAS, Christos G. (2013). **Managing the Archaeological Heritage: The Case of Akrotiri, Thera (Santorini)**. In: *Conservation and Management of Archaeological Sites*. Volume 15, 2013 - Issue 1. P.109-120.

DUNNELL, R. C. (1980). **Evolutionary Theory and Archaeology**. Michael Schiffer (Editor), *Advances in Archaeological Method and Theory*, 3, Academic Press, New York.

DUNNELL, R. C. (1981). **Archaeology: Archaeological Constructs: An Aspect of Theoretical Archaeology**. Jean-Claude Gardin. *American Anthropologist*, 83: 446-447. doi:10.1525/aa.1981.83.2.02a00540.

ENDERE, Maria L. (2000). **Arqueología y Legislación em Argentina. Cómo proteger El patrimônio arqueológico**. Olavarría: INCUAPA/UNC. Vol.1. Série Monográfica B.

ENGLISH HERITAGE. (2005). **Heritage Dividend Methodology: measuring the impact of heritage projects**. (Available at: www.english-heritage.org).

ENGLISH HERITAGE. (2009). **Heritage counts 2009: an annual survey of the state of England's historic environment**. (Available at: <http://www.hc.english-heritage.org>).

Entrevista com Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses. *Estud. hist. (Rio J.)* [online]. 2011, vol.24, n.48 [cited 2019-10-29], pp.405-431. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862011000200009&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0103-2186. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21862011000200009>.

ENVIRONMENT AUSTRALIA. (2002a). **Mine Decommissioning**. Commonwealth of Australia.

ENVIRONMENT AUSTRALIA. (2002b). **Overview of Best Practice Environmental Management in Mining**. Commonwealth of Australia.

ENVIRONMENTAL PROTECTION AGENCY. (1995a). **Mine Planning for Environmental Protection**. Commonwealth of Australia.

ERTURK, N. (2006). **A management model for archaeological site museums in Turkey**. *Museum Management and Curatorship* 21: 336-48.

EUROPEAN ENVIRONMENTAL BUREAU. (2000). **The environmental performance of the mining industry and the action necessary to strengthen European legislation in the wake of the Tisza-Danube pollution (EEB 2000/016)**. Brussels: European Environmental Bureau (EEB).

FAIRCLOUGH, Graham. (2009b). **New Heritage Frontiers**. In: **Heritage and Beyond**. Edited by Daniel Therond and Anna Trigona, pp. 13–22. Council of Europe, Strasbourg. Disponível em: http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/identities/PatrimoineBD_en.pdf

FARIAS, CARLOS E. G. (2002). **Mineração e Meio Ambiente no Brasil**. Relatório Preparado para o CGEE. S.C.E.

FAWCETT, J. (ed). (1976). **The Future of the Past: Attitudes to Conservation**. London: Thames and Hudson.

FEBVRE, L (1949). **Vers une autre histoire**. In.: "Revue de métaphysiques et de morale". LVIII.

FEINMAN, G. M. & T. D. PRICE. **The Archaeology of the future**. In: Archaeology at the Millenium. New York: Springer, pp. 475-495, 2007.

FERNANDES, C. J.; RUIZ, A. S.; PINHO, F. E. C.; KUYUMJIAN, R. M. (2004). **Compartimentação da deformação na Faixa Móvel Aguapeí, sudoeste do Cráton Amazônico – Brasil, e as mineralizações auríferas associadas**. Rev. Bras. de Geociências.

FEUER, B. (2016). **Boundaries, borders and frontiers in archaeology: a study of spatial relationships**. Jefferson, North Carolina: McFarland & Company.

FERREIRA, A. (2008). **Aurélio - O Dicionário Da Língua Portuguesa**. Editora Positivo.

FERRIS, Neal. (2002). **When the air thins: the rapid rise of the archaeological consulting industry in Ontário**. Revista de Arqueologia Americana, 21, pp. 53-88.

FOGOLARI, Everson Paulo. (2007). **Gestão em projetos de arqueologia**. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-17032008-111955/>>. Acesso em: 2015-03-07.

FOJUT, Noel. (2009). **The Philosophical, Political and Pragmatic Roots of the Convention**. In: Heritage and Beyond, edited by Daniel Therond and Anna Trigona, pp. 13–22. Council of Europe, Strasbourg. Disponível em: http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/identities/PatrimoineBD_en.pdf

FORD, B. (2011). **The Archaeology of Maritime Landscapes**. New York: Springer

FOWLER, P. J. (1992). **The Past in Contemporary Society: Then, Now**. Routledge, London.

FRANCAVIGLIA, R. V. (1991). **Hard Places: Reading the Landscape of America's Historic Mining Districts**. University of Iowa Press. P.237

FRANCO, L. (2014). **Community and Archaeology**. In: Claire Smith & Jo Smith (eds.). Encyclopedia of Global Archaeology. Springer, New York: 1588-1591.

FRANKENBERG, S.R. (2014) **Regional/Site Museums**. In: Smith C. (eds) Encyclopedia of Global Archaeology. Springer, New York, NY

FREIRE, Mônica B. G. (2014). **A atividade minerária na efetivação da sustentabilidade intergeracional e do fechamento de mina**. Dissertação de Mestrado, Escola Superior Dom Helder Câmara, ESDHC, Belo Horizonte.

FRIGO, Manlio. (2004). **Cultural property v. cultural heritage: A “battle of concepts” in international law?**. In: International Review of the Red Cross. Volume 86, Issue 854. p. 367-378.

FUNARI, P. P. A. (2001). **Arqueologia**. São Paulo: Contexto.

FUNARI, P. P. A.; ROBRAHN-GONZALEZ, E. (2008). **Ética, capitalismo e arqueologia pública no Brasil**. História (São Paulo. Online), v. 27, p. 13-30.

FUNARI, P. P. A., Org.; PELEGRINI, S. C. A., Org.; RAMBELLI, G., Org.; (2009). **Patrimônio Cultural e Ambiental: questões legais e conceituais**. São Paulo, Annablume; FAPESP; Campinas: NEPAM.

FUNARI, P. P. A.; OLIVEIRA Nanci V. ; TAMANINI, E. (2007). **Archaeology to the lay public in Brazil: three experiences**. In: John H. Jameson, Jr; Sherene Baugher. (Org.). *Past Meets Present: archaeologists partnering with museum curators, teachers, and community groups*. 1ed. New York: Springer, p. 217-228.

GARCIA, R. C. (2003). **Mato Grosso (1800-1840): Crise e Estagnação do Projeto Colonial**. Tese(doutorado), FFLCH/USP, São Paulo.

GARCIA, D. S. C. (2005). **Território e negócios na “Era dos Impérios”: os belgas na fronteira oeste do Brasil**. Tese (doutorado), IE/UNICAMP, Campinas.

GARDIN, Jean-Claude. (1980). **Archaeological Constructs. An Aspect of Theoretical Archaeology**. Cambridge University Press.

GATHERCOLE, P.; LOWENTHAL, D. (eds). (1990). **The Politics of the Past**. One World Archaeology 12. London: Unwin Hyman Ltd.

GIDDENS, A. (1984). **The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration**. Cambridge: Polity Press.

GILLESPIE, W. B. & FARRELL, M. M. (2002). **Work Camp Settlement Patterns: Landscape-Scale Comparisons of Two Mining Camps in Southeastern Arizona**. *Historical Archaeology*, v. 36, n. 3.

GNECCO, C.; PIAZZINI, E. (eds.). (2003). **Arqueología al desnudo: reflexiones sobre la práctica disciplinar**. Popayán, Colombia : Universidad del Cauca, 358 p.

GNECCO, Cristóbal. (2008). **Manifiesto moralista por uma arqueologia reaccionaria**. IN: ACUTO, Félix A. & ZARANKIN, Andrés (Eds). *Sed non satiata II: acercamientos sociales en la arqueología latinoamericana*. (1ª ed., pp.93-102). Córdoba: Encuentro Grupo Editor.

GODOI, M. S. de. (2009). **A compensação ambiental prevista na Lei 9.985/2000**. In: FERRAZ, Roberto (coord.). *Princípios e limites da tributação 2*. São Paulo: Quartier Latin, p. 441-463.

GONZÁLEZ, Matilde, M. (1999). **Investigación y puesta en valor del patrimonio histórico: planteamientos y propuestas desde la Arqueología del Paisaje**. Universidad de Santiago de Compostela (Doctoral dissertation, Tesis doctoral inédita. Disponible en: <http://digital.csic.es/handle/10261/28279>).

GRAHAM, Brian; ASHWORTH, Gregory J.; TUNBRIDGE, John E. (2000). **A Geography of Heritage: Power, Culture & Economy**. Arnold, London.

GRAHAM, B; HOWARD, P. (2008). **The Ashgate research companion to heritage and identity**. Burlington: Ashgate.

GREIDER, T; GARCOVICH, L. (1994). **Landscapes; The Social Construction of Nature and the Environment**. *Rural Sociology*, vol. 59, no. 1, pp. 1-24.

- GREEN, E.L. (ed.) (1984). **Ethics and Values in Archaeology**. New York: Free Press.
- GREEN, S. W.; PERLMAN, S. M. (1985). **The archaeology of frontiers and boundaries**. Orlando: Academic Press, 362 pp.
- GREEN, L. F.; GREEN, D. R.; NEVES, E. G. (2003). **Indigenous knowledge and archaeological science**. *Journal of Social Archaeology* 3(3):366-398.
- GUARNIERI, W. R. C. (1990). **Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação**. *Cadernos Museológicos*, n. 3.
- GUIMARÃES, C. M. (1996). **Mineração colonial e arqueologia: potencialidades**. *Revista de Arqueologia*, Rio de Janeiro/Soc.Arq.Brasil., v. 9, p. 55-64.
- GUSTAFSSON, Anders; KARLSSON, Hakan. (2004). **Plats på scen. Kring beskrivning och förmedling av Bohusläns fasta fornlämningar genom tiderna** [Place on Stage. About Descriptions and Education Concerning Bohuslan's Ancient Monuments through the Ages]. Bohuslans Museum, Uddevalla.
- HALL, MARTIN; SILLIMAN, Stephen W. (2006). **Historical Archaeology**. Blackwell Publishing, Malden, Massachusetts.
- HARDESTY, Donald L. (1980-1981). **Historic sites archaeology on the western American frontier: theoretical perspectives and research problems**. *North American Archaeologist*, 2(1):67-82.
- HARDESTY, Donald L. (1980b). **The use of general ecological principles in archaeology**. In: *Advances in archaeological method and theory* (Vol. 3), edited by Michael Schiffer, pp. 157-187. Academic, New York.
- HARDESTY, Donald L. (1985). **Evolution on the Industrial Frontier**. In: *The Archaeology of Frontiers and Boundaries*, edited by S. Green and S. Perlman, pp. 213–229. Academic Press, New York.
- HARDESTY, Donald L. (1987c). **Evaluating Site Significance in Historical Mining Districts**. Paper presented at the 1987 Annual Meeting of the Society for Historical Archaeology, Savannah, Georgia.
- HARDESTY, Donald L. (1988). **The Archaeology of Mining and Miners: A View from the Silver State**. Special Publication 6, Tucson: Society for Historical Archaeology.
- HARDESTY, Donald L. (1990). **Evaluating site significance in historical mining districts**. *Historical Archaeology*, Volume 24, Issue 2, p. 42–51.
- HARDESTY, Donald L. (2003). **Mining Rushes and Landscape Learning in the Modern World**. In: *Colonization of Unfamiliar Landscapes: The Archaeology of Adaptation*, edited by Marcy Rockman and James Steele, pp. 81-95. Routledge Press, London.
- HARDESTY, Donald L. (2010). **Mining Archaeology in the American West: A View from the Silver State**. University of Nebraska Press.

- HARDESTY, Donald L.; FOWLER, Don D. (2001). **Archaeology and Environmental Changes**. In: New Directions in Anthropology and Environment: Intersections, Carole L. Crumley, editor, pp. 72-89. Altamira Press, Walnut Creek CA.
- HARDESTY, Donald L.; LITTLE, Barbara J. (2000). **Assessing Site Significance**. Walnut Creek: Lanham: New York: Oxford: Altamira Press.
- HARRINGTON, J. C. (1955). **Archaeology as an Auxiliary Science of American History**. American Anthropologist, v. 57, n. 6, p. 1121-1130.
- HAYDEN, D. (1995). **The Power of Place**. Cambridge, MA: MIT Press.
- HEATHER, P. J. (1996). **The Goths**. Blackwell Publishers, Oxford.
- HERBERT, L. de L. (2003). **Los proyectos de conservación integral: aspectos económicos, sociales, espirituales y culturales**. Correo del restaurador 7.
- HIGGINS, M. (1994). **Seanad Debates**. Dáil Éireann, vol. 440, c. 1338, 24 March.
- HOBBSBAWM, E; RANGER, T. (2002). **La Invención de la Tradición**. Crítica: Barcelona.
- HODDER, Ian. (1999). **Archaeology and Globalism**. In: The Archaeological Process – An Introduction. Oxford: Blackwell Publishers, pp. 148-177.
- HODDER, Ian. (2002). **Dialogical Archaeology and Its Implication**. In: Archaeology beyond dialogue. Salt Lake City, The University of Utah Press, pp. 1-7.
- HOLTORF, Cornelius. (2009). **A European Perspective on Indigenous and Immigrant Archaeologies**. World Archaeology 41(4):672–681.
- HOLTORF, Cornelius. (2017). **The Heritage of Heritage**. Heritage & Society, 5:2, p.153-174. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1179/hso.2012.5.2.153>
- HOLTORF, Cornelius. (2018). **Conservation and heritage as future-making**. ICOMOS University Forum. 1-13.
- HORTA, M. L. P. et al. (1999). **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Museu Imperial, IPHAN, MINC.
- HOSKINS, W. G. (1955). **The Making of the English Landscape**. Hodder and Staughton, London, UK.
- ICOMOS/ICAHM. (1990). **Carta de Lausanne (Carta para a proteção e a gestão do patrimônio arqueológico)**.
- INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). (2002). **Portaria n 230, de 17 de dezembro de 2002**.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). (2007). **Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural. Rio Grande de Sul, 18/08/2007**.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). (2009). **Portaria nº. 127 de 30/04/2009. Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira.**

IRELAND, T.; SCHOFIELD, J. (2015). **The Ethics of Cultural Heritage.** In: The Ethics of Cultural Heritage, edited by Tracy Ireland and John Schofield, New York: Springer, 1–10.

JACKSON, G. & SMITH, C. (2005). **Living and learning on Aboriginal lands: decolonizing archaeology.** In: Indigenous Archaeologies. Editado por C. Smith & M. W. Wobst, pp. 328-351. London: Routledge.

JENNINGS, J., F. PALACIOS, N. TRIPCEVICH y W. YEPES ALVAREZ. (2013). **The Huarhwa rock salt mine: archaeological implications of modern extraction practices.** In: Mining and quarrying in the ancient Andes. Sociopolitical, economic and symbolic dimensions, N. Tripceвич y K. Vaughn (Eds.), pp. 123-136, Springer, New York.

JOFRÉ, I. (2015). **Arqueologia de contrato, mega-mineração e patrimonialização na Argentina.** Revista de Arqueologia, 28(2), 139-154. doi:10.24885/sab.v28i2.432

JOHNSON, B. B. et al. (1992). **Projetos para a mudança estratégica em instituições de P&D.** In: Simpósio Nacional de Gestão da Inovação Tecnológica, 17., São Paulo. Anais... São Paulo: FEA\USP.

JOHNSON, M. (2006). **On the nature of theoretical archaeology and archaeological theory.** Archaeological Dialogues. Cambridge University Press. 13 (2) 117–132.

JOKILEHTO, Jukka. (2005). **A History of Architectural Conservation.** Ph.D. dissertation, University of York. Electronic document, http://www.iccrom.org/pdf/ICCROM_05_HistoryofConservation00_en.pdf, accessed January 6, 2012.

JULIANI, Lúcia J. C. O. (1996). **Gestão arqueológica em metrópoles: uma proposta para São Paulo.** 161 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

JUSTESON, J; HAMPSON, S. (1985). **Closed models of open systems: boundary conditions.** In: The Archaeology of Frontiers and Boundaries, ed. by S. W. Green and S. M. Perlman, pp.15-30. Academic Press, New York, New York.

KELLY, Marsha C. S., & ROGER, E. Kelly. (1983). **Arrastras: Unique Western Historic Milling Sites.** Historical Archaeology, 17(1): 85-95.

KING, Thomas F. (2002). **Cultural Resource Management: essays from the edge.** Walnut Creek: Lanham: New York: Oxford: Altamira Press.

KING, Thomas F. (2005). **Doing Archaeology: A Cultural Resource Management Perspective.** Walnut Creek, CA: Left Coast Press.

KING, Thomas F. (Org.). (2011). **A Companion to Cultural Resource Management.** Blackwell Publishing.

KING, Thomas F.; PARKER, Patricia L; BERG, Gary. (1977). **Anthropology in historic preservation: caring for culture's clutter**. New York: Academic Press.

THOMAS, J. (2004). **Archaeology and Modernity**. London: Routledge.

KIRCH, P. (1980). **The Archaeological Study of Adaptation**. In: M. Schiffer (ed.) *Advances in Archaeological Method and Theory*, vol. 3, New York: Academic Press.

KNAPP, A.B., PIGOTT, V and HERBERT, E. (eds). (1998). **Social Approaches to an Industrial Past, the Archaeology and Anthropology of Mining**. London: Routledge.

KOHL, P.; FAWCETT, C. (eds.) (1995). **Nationalism, politics and the practice of archaeology**. Cambridge University Press, Cambridge.

KREBS, J. R.; DAVIES, N. B. (1978). **Behavioral Ecology, An Evolutionary Approach**. Blackwell Scientific Publications, London.

KÜSEL, U.S. (1989). **Open-air Museum versus Site Museum**. SAMAB 18(5), 183.

KUWANWISIWMA, L. J. (2008). **Collaboration means equality, respect, and reciprocity: a conversation about archaeology and the Hopi tribe, in Collaboration in archaeological practice: engaging descendent communities**. Editado por C. Colwell-Chanthaphonh e T.J. Ferguson, pp. 151-169. Lanham: Altamira Press.

LACERDA FILHO, Joffre Valmório de; ABREU FILHO, Waldemar; VALENTE, Sidney Rodrigues; OLIVEIRA, Cipriano Cavalcante de; ALBUQUERQUE, Mário Cavalcanti de. (2004). **Geologia e Recursos Minerais do Estado de Mato Grosso. Programa Integração, Atualização e Difusão de Dados da Geologia do Brasil**. Goiânia: CPRM (Convênio CPRM/SICME-MT).

LANDON, D. and TUMBERG, T. (1996). **Archaeological perspectives on the diffusion of technology: An example from the Ohio Trap Rock mine site**. In: *The Journal of the Society for Industrial Archaeology* 22(2):40–57.

LANDORF, Chris. (2019). **Cultural Value and Sustainable Development: A Framework for Assessing the Tourism Potential of Heritage Places**. 10.1007/978-3-319-92756-5_2.

LAYTON, R. (Ed.). (1994). **Who needs the past? Indigenous values and archaeology**. London: Routledge.

LAWRENCE, S. (2000). **Dolly's Creek: an archaeology of a Victorian goldfields community**. Carlton, Vic.: Melbourne University Press.

LE GOFF, J. (2006). **História e Memória**. São Paulo: Ed. Unicamp.

LEWIS, Kenneth E. (1984). **The American Frontier: An Archaeological Study of Settlement Pattern and Process**. (Studies in Historical Archaeology.) New York: Academic.

LIMA, Ana Paula G. de L. (2016). **Patrimônio Arqueológico de Serranópolis-GO: reflexões para a busca de uma tutela compartilhada e efetiva**. Tese de Doutorado, MAE-USP, São Paulo.

LIMA, André P. S. de. (2010). **Academia, contrato e patrimônio: visões distintas da mesma disciplina**. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/711131/tde-23062010-115009/>>. Acesso em: 2015-03-07.

LIMA, Luiz Fernando E. (2010). **A ocupação Pré-Colonial na Fronteira Ocidental - Adaptabilidade humana, Territorialidade e Aspectos Geomorfológicos na Microrregião do Alto Guaporé, Mato Grosso**. Tese de Doutorado, MAE-USP. Vol. I e II, São Paulo.

LIMA, T. A. (1985). **Arqueologia Histórica: algumas considerações teóricas (resumo)**. In: 1º SEMINÁRIO DE ARQUEOLOGIA HISTÓRICA (1: 1985: Rio de Janeiro). Comunicação. Rio de Janeiro: SPHAN-FNPM, out.

LIMA, T. A. (1993). **Arqueologia histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991)**. Revista de História e Cultura Material. Nova Série, v.1, n. 1, p. 225-262.

LIPE, William D. (1974). **A Conservation Model for American Archaeology**. The Kiva 39, nos. 3-4, 213-45.

LIPE, William D. (1984). **Value and Meaning in Cultural Resources**. In: Henry Cleere (ed.), Approaches to the Archaeological Heritage, 1-11. Cambridge: Cambridge University Press.

LIPE, William D. (1985). **Conservation for What?** American Society for Conservation Archaeology Proceedings: 1-11

LIPE, William D. (2009). **Archaeological Values and Resource Management**. In: LYNNE, S.; LIPE, W. (Eds.). Archaeology & Cultural Resource Management: Visions for the Future. Santa Fe: School for Advanced Research Press. p.41-63.

LITHERLAND, M. et al. (1986). **The geology and mineral resources of the bolivian Precambrian shield**. London: British Geol. Survey (Natural environment Research Council), 153p.

LITTLE, B. (2009). **What can archaeology do for justice, peace, community, and the earth?** Historical Archaeology v.43, n.4, p. 115-119.

LITTLE, B. (2012). **Public Benefits of Public Archaeology**. In: Robin Skeates, Carol McDavid, and John Carman (eds.), The Oxford Handbook of Public Archaeology, Oxford, Oxford University Press, 395-413.

LOCK, G. (2003). **Using computers in archaeology: towards virtual pasts**. London: Routledge.

LOWENTHAL, David. (1996). **The Heritage Crusade and the Spoils of History**. London: Viking.

LOWENTHAL, David. (2000). **Stewarding the Past in a Perplexing Present**. In: Erica AVRAMI, Randall Mason, Marta de la Torre (eds.). Values and Heritage Conservation (Research Report, The Getty Conservation Institute). Los Angeles: The J. Paul Getty Trust. p. 18-25

LUMBRERAS, L. G. (1974). **La Arqueología como ciencia social**. Lima: Histar.

MADSEN, Torsten. (2004). **Classification and archaeological knowledge bases**. In: A.G. Lange (Ed). Reference Collections: Foundations for Future Archaeology, 35-41, Rijksdienst voor het Oudheidkundig Bodemonderzoek, Amersfoort.

MAGRINHO, Sofia. (2002). **Gestão privada de sítios arqueológicos públicos**. ERA Arqueologia, Portugal.

MAGAR, V. (2003). **Conserving religious heritage within communities in Mexico**. In: Stovel, H.; Stanley-Price, N. & R. Killick, eds. Conservation of living religious heritage: papers from the ICCROM 2003 forum on living religious heritage: conserving the sacred, pp. 86-93. Rome, ICCROM. (Disponível em: http://www.iccrom.org/pdf/ICCROM_ICS03_ReligiousHeritage_en.pdf).

MARSHALL, Y. (2002). **What is community archaeology**. World Archaeology 34(2):211-219.

MASON, Randall. (2008). **Assessing Values in Conservation Planning: Methodological issues and choices**. In: G. Fairclough, R. Harrison, J. H. Jameson Jnr, j. Scchofiel (eds). The Heritage Reader, New York: Routledge, 99-124.

MASON, R; AVRAMI, E. (2002). **Heritage values and challenges of conservation planning**. In: Management Planning for archaeological sites, edited by J. M. Teutonico and G. Palumbo, 13-26. Los Angeles, CA: The Getty Conservation Institute.

MATHERS, C., DARVIL, T., LITTLE, B. J. (eds.) (2005). **Heritage of Value, Archaeology of Renown: Reshaping Archaeological Assessment and Significance**. Gainesville, FL: University Press of Florida.

MCGIMSEY, C.R. (1984). **The value of archaeology**. In: E.L. Green (ed.) Ethics and Values in Archaeology, New York: Free Press, 171–174.

MCGUIRE, R. (1999). **A Arqueologia como ação política: o Projeto Guerra do Carvão do Colorado**. Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica na América do Sul. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, Suplemento 3, pp. 387-397. Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

MCMANAMON, F. P. (2000). **Archaeological messages and messengers**. Public Archaeology 1, 5–20.

MCMANAMON, F., DOERSHUK, J., LIPE, W., MCCULLOCH, T., POLGLASE, C., SCHLANGER, S., SULLIVAN, L. (2016). **Values-Based Management of Archaeological Resources at a Landscape Scale**. Advances in Archaeological Practice, 4(2), 132-148. doi:10.7183/2326-3768.4.2.132

MELLO NETO, U. P. **Arqueologia histórica, pesquisa histórica e restauração de monumentos**. Revista Pernambucana de Desenvolvimento, Recife, v. 2, n. 1, p. 13-17, jan. -jun. 1975.

MENDES, J. C.; PETRI, S (1971). **Geologia do Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. (1985). **Natureza da arqueologia e do documento arqueológico: problemas gerais da arqueologia brasileira (notas de aula)**. São

Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de São Paulo (USP) / IPHAN.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. (1987). **Identidade Cultural e Arqueologia**. In: Cultura Brasileira, Temas e Situações, Ática, Série Fundamentos. São Paulo.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. (1988). **Arqueologia de Salvamento no Brasil: uma avaliação crítica. Seminário sobre Política de Preservação Arqueológica**. Rio de Janeiro: PUCRJ. Sessão: Arqueologia de Salvamento (não publicado).

MERILLAS, O. F. (2003). **La educación patrimonial. Teoría y práctica para el aula, el museo e Internet**. Gijón (Astúrias): Ediciones Trea.

MERRIMAN, N. (1991). **Beyond the Glass Case: The Public, Museums and Heritage in Britain**. London: Leicester University Press.

MERRIMAN, N. (Ed.). (2004). **Public Archaeology**. London: Routledge.

MILLER, C. G. (1998). **Use of Financial Surety for Environmental Purposes**. Toronto: ICME.

MILLER, C. G. (2005). **Financial Assurance for Mine Closure and Reclamation** (ICCM study - www.icmm.com). London: International Council for Mining & Metals.

MINC. (1986). **Determinação nº 226. 28 de novembro de 1986**. Brasília/DF.

MONTICELLI, Gislene. (2005). **Arqueologia em obras de engenharia no Brasil: uma crítica aos contextos**. Tese de Doutorado, PUCRS, Porto Alegre.

MONTICELLI, Gislene. (2010). **Deixe Estar. Patrimônio, Arqueologia e Licenciamentos Ambientais**. EdPUCRS, Porto Alegre.

MOOLMAN, H. J. (1996). **Site museums: their origins, definition and categorisation**. Museum Management and Curatorship 15: 387-400.

MORAIS, J.L. (2006). **Reflexões acerca da arqueologia preventiva**. In: MORI, V.H. et al (Org). Patrimônio: atualizando o debate. 9ºSR/ IPHAN, São Paulo.

MORATTO, Michael J.; KELLY, Roger E. (1978). **Optimizing strategies for evaluating archaeological significance**. In: SCHIFFER, M (Ed.). Advances in Archaeological Method and Theory, p.1-30.

MOURA, Marília da Conceição Reis de. (2005). **Construções culturais nas práticas alimentares da festança em Vila Bela da Santíssima Trindade**. Dissertação de Mestrado. Cuiabá: UFMT.

MULLER, K. (2005). **A special issue on museums in the era of globalization**. Curator 48: 5-110.

MUÑOZ, C.; ÁNGELES, M. de los. (2007). **Patrimonio cultural y desarrollo local comunitario: el caso Incallajta**. Cochabamba, Bolívia, UMSS, Asdi/SAREC, INIAM.

MURTAGH, William J. (2006). **Keeping Time. The History and Theory of Preservation in America**. Third edition. Wiley & Sons, Hoboken, NJ.

- NEWMAN, A.; MCLEAN, F. (2006). **The impact of museums upon identity.** *International Journal of Heritage Studies* 12 (1), 49-68.
- NOVAL VILAR, B. (2009). **Talleres de valoración del patrimonio cultural y medidas de conservación preventiva como parte de los proyectos integrales de conservación con comunidades.** Paper presented at the 53 Congreso Internacional de Americanistas, 19-24th July, Mexico City, Mexico.
- NOVAL VILAR, B. (2010). **Importancia de la Participación Social en los Proyectos de Conservación del Patrimonio Cultural con Comunidades.** Paper presented at the XXI Mesa Redonda de la Sociedad Mexicana de Antropología, 12-18th of July 2010, Puebla, Mexico.
- NOVAL VILAR, B; SCHNEIDER R. G. (2005). **Conservación de la pintura mural de las Capillas Familiares de San Miguel Ixtla, Guanajuato: ejemplo de um proyecto integral de conservación con comunidades.** Triennial meeting (14th), The Hague, 12-16 September 2005. (Preprints: ICOM Committee for conservation). London, James & James.
- OKAMURA, K.; MATSUDA, A. (2011). **New perspectives in global public archaeology.** New York: Springer.
- ONORATO, W. T.; FOX, P.; STRONGMAN, J. E. (1997). **World Bank Group Assistance for Minerals Sector Development and Reform in Member Countries** (Disponível em: <http://www.natural-resources.org/minerals/CD/docs/twb/Assistance.pdf>). Washington D.C: World Bank.
- OREJAS, Almudena S. del V. (2001). **Los Parques Arqueológicos y el Paisaje como Patrimonio.** *Revista sobre Arqueología en internet*, (3)1,p. 1-9.
- ORSER, C. E. (1996). **A Historical Archaeology of the Modern World.** Nova Iorque, Plenum Press.
- ORSER, C. E. (2002). **Encyclopedia of Historical.** Routledge, New York.
- PALMER, Marilyn; NEAVERSON, Peter. (1998). **Industrial archaeology, principles and practice.** London & New York (NY): Routledge.
- PARCERO-OUBIÑA, C.; CRIADO-BOADO, F; BARREIRO, D. (2014). **Landscape Archaeology.** In Claire Smith & Jo Smith (eds.). *Encyclopedia of Global Archaeology.* Springer, New York: 4379-4388.
- PARDI, Maria L. (2002). **Gestão do Patrimônio Arqueológico, Documentação e Política de Preservação.** Dissertação de Mestrado Profissionalizante em Gestão do Patrimônio Cultural – Área de Concentração Arqueologia, Universidade Católica de Goiás, Goiânia.
- PATRIK, L. E. (1985). **Is there an archaeological record?** *Advances in Archaeological Method and Theory*, 27–62.
- PAXTON, P. (1999). **Is social capital declining in the United States? A multiple indicator assessment.** *American Journal of Sociology* 105(1): 88-127.
- PEARCE, Susan M. (2000). **The Making of Cultural Heritage.** In: Erica AVRAMI, Randall Mason, Marta de la Torre (eds.). *Values and Heritage Conservation (Research*

Report, The Getty Conservation Institute). Los Angeles: The J. Paul Getty Trust. p. 59-64.

PEARMAN, G. (2009). **101 things to do with a hole in the ground**. Post-Mining Alliance, Eden Project, Cornwall, UK.

PEDRONI, Mário G. (2008). **Arqueometalurgia do sítio de Arraial de São Francisco**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Metalúrgica), POLI-USP, São Paulo.

PETRI, S. & FÚLFARO, V. J. (1988). **Geologia do Brasil**. São Paulo. Edusp, 631 p.

PIANKA, E. (1978). **Evolutionary Ecology**. 2nd Edition, Harper and Row, New York.

PLOSKA, Karolina. (2009). **Theory and practice of archaeological heritage management: A European perspective**. PhD Thesis, Cardiff University.

PNUD. (2010). **Human Development Report 2010. Programa de las naciones unidas para el desarrollo**. (Available at: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2010/>).

POULIOS, Ioannis. (2010). **Moving Beyond a Values-Based Approach to Heritage Conservation**. Conservation and Management of Archaeological Sites 12(2):170–85.

PROTT, Lyndel V.; O'KEEFE, PATRICK, J. (1992). **Cultural Heritage or Cultural Property?**. In: International Journal of Cultural Property. Volume 1, Issue 2. p. 307-320.

RABELLO, Sonia. (2009). **O Estado na preservação dos bens culturais: o tombamento**. Rio de Janeiro: IPHAN.

RAMAZZOTTI, M. (2014). **Analytical Archaeology and Artificial Adaptive Systems**. In: **ARCHEOSEMA. Artificial Adaptive Systems for the Analysis of Complex Phenomena**. Collected Papers in Honour of David Leonard Clarke. Archeologia e Calcolatori, Suplemento 6, p.15-52.

RENFREW, C.; BAHN, P. (2004). **Archaeology: Theories, methods and practice**. 4ª Ed. London: Thames & Hudson.

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. (2015). **Fundação Nacional Pró-Memória**. In: _____. (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6.

RICOUER, P. (1999). **Memory and Forgetting**. In: R. Keaney & M. Dooley (Eds.), Questioning ethics: Contemporary debates in philosophy (pp. 5–11). Oxford: Routledge.

RIMISP. (2007). **Proyecto de desarrollo territorial rural a partir de productos y servicios de identidad Huacas de la Costa Norte, Perú**. Informe final. Instituto de Estudios Peruanos, con el auspicio de la Fundación Ford.

RINGBECK, Birgitta. (2008). **UNESCO - Plans for World Heritage Sites - A practical guide**. Bonn, Germany.

RIVERA, F. y R. LORCA. (2010). **Uso social de una Arqueología Histórica del Capitalismo y los dilemas de su patrimonialización: el caso del Mineral de Capote**. Revista Chilena de Antropología 22: 33-56.

ROBERTSON, A. M.; SHAW, S. C. (1998). **Alternatives Analysis for Mine Development and Reclamation**. Paper presented at the Twenty-second Annual British Columbia Mine Reclamation Symposium, Penticton, Vancouver.

ROSA, J. H. (2009). **Entre alagados e penhascos: o ouro da liberdade nas resistências quilombolas do século XVIII na capitania de Mato Grosso - região mineradora Guaporeana**. Dissertação (mestrado), MAE-USP, São Paulo.

RUSSELL, I. (2006). **Images, Representations and Heritage: Moving beyond Modern Approaches to Archaeology**. New York: Springer Science 389 pp.

SABLOFF, J. A. & W. ADHMORE. (2001). **An Aspect of Archaeology's Recent Past and Its Relevance in the New Millenium**. In: G. M. FEINMAN & T. D. PRICE (eds.), Archaeology at the Millenium. New York: Springer, 11-32.

SALADINO, A. (2010). **Prospecções: o patrimônio arqueológico nas práticas e trajetória do IPHAN**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro para obtenção do título de doutor, Rio de Janeiro.

SALADINO, A. (2014). **IPHAN, arqueólogos e patrimônio arqueológico brasileiro: um breve panorama**. Revista de Arqueologia, vol. 26, nº 2; vol. 27, nº 1. SAB: 41 - 58.

SALAZAR, D.; VILCHES, F.; (2014). **La arqueología de la minería en el centro-sur andino: Balance y perspectivas**. Arqueología y Antropología Surandinas. Estudios Atacameños, nº 48: 5-21.

SÁNCHEZ, L. E. (2007). **Mineração e meio ambiente**. In: F.R.C. Fernandes; G.M.M. Matos; Z.C. Castilhos; A.B. Luz. (Org.). Tendências Tecnológicas Brasil 2015. Geociências e Tecnologia Mineral. Rio de Janeiro: Centro de Tecnologia Mineral, p. 191-208.

SÁNCHEZ, L. E. (2011). **Planejamento para o fechamento prematuro de minas. REM**. Revista Escola de Minas (Impresso), v. 64, p. 117-124.

SÁNCHEZ, L. E.; SILVA-SANCHEZ, S. S.; NERI, A. C. (2013). **Guia para Planejamento do Fechamento de Mina**. 1. ed. Brasília: Instituto Brasileiro de Mineração, v. 1. 223p

SANT'ANNA, Márcia. (2015). **Preservação como prática: sujeitos, objetos, concepções e instrumentos**. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 1. ed. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc. (termo chave Preservação). ISBN 978-85-7334-279-6

SANTOS, M. C. M. M. (2001). **A problemática do levantamento arqueológico na avaliação de impacto ambiental**. Tese de doutoramento, MAE-USP, São Paulo.

SCABORA, J. A. & DUARTE, C.L. (1998). **A jazida de ouro de São Vicente – município de Nova Lacerda – MT**. A Terra em Revista, n.4, p.32-42.

SCATAMACCHIA, M. C. M. (2005). **Turismo e Arqueologia**. 1. ed. São Paulo: Aleph. 85p.

SCHIFFER, Michael B.; HOUSE, John H. (1977). **An Approach to Assessing Scientific Significance**. In: SCHIFFER, M.; GUMMERMAN, G. (Eds.). *Conservation Archaeology: A Guide for Cultural Resource Management Studies*. New York: Academic Press. p.249-257.

SCHMITZ, Pedro I. (2001). **Avaliação e perspectivas da Arqueologia Brasileira**. Canindé, Revista do Museu de Arqueologia de Xingó, n 1, p. 53-61, dezembro.

SCIFONI, Simone. **Paisagem cultural**. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete).

SEABURY, P. M. (1981). **Archaeological Monitoring: Its use and effectiveness**. University of South Florida.

SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DE MATO GROSSO (SECMT). **Bens tombados**. Disponível em: <http://www.cultura.mt.gov.br/-/imoveis-tombados>

SHACKEL, P. A.; CHAMBERS, E. J. (eds.). (2004). **Places in Mind: Public Archaeology as Applied Anthropology**. New York: Routledge.

SHAFERNICH, S. M. (1993). **On-site museums, open-air museums, museum villages and living history museums: reconstruction and period rooms in the United States and the United Kingdom**. *Museum Management and Curatorship* 12: 43-61.

SHANKS M.; TILLEY C. Y. 1992. **Re-Constructing Archaeology: Theory and Practice**. London/New York: Routledge

SHARROCK, F. W.; GRAYSON, D. K. (1979). **"Significance" in contract archaeology**. *American Antiquity*, 44 (2): 327-28,

SHELDON, Christopher G.; STRONGMAN, John E.; WEBER-FAH, Monika. (2001). **It's Not Over When It's Over: Mine Closure Around the World**. World Bank. (Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTOGMC/Resources/notoverwhenover.pdf>).

SHENNAN, S. (1981). **Archaeological Constructs: An Aspect of Theoretical Archaeology**. By Jean-Claude Gardin. xii 202 pages, 27 figures. Cambridge University Press and Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1980. *Proceedings of the Prehistoric Society*, 47, 18-18. doi:10.1017/S0079497X00008835.

SHERMAN, Skye. (2019). **Seven abandoned mines that are now awesome tourist attractions**. Matador Network (Disponível em: <https://matadornetwork.com/read/abandoned-mines-now-visit/>).

SILBERMAN, N. A.; FRERICHS, E. S. (eds.). (2001). **Archaeology and Society in the 21st Century**. Jerusalem: Israel Exploration Society, The Dorot Foundation.

- SILVA, Paula. (2019). **Desafios da gestão patrimonial e economia em Portugal**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, v. 39, p. 101-116.
- SILVA, F. A.; BESPALÉZ, Eduardo; STUCHI, F. F. (2011). **Arqueologia colaborativa na Amazônia: Terra Indígena Koatinemu, Rio Xingu, Pará**. Amazônica: Revista de Antropologia (Online), v. 3, p. 32-59.
- SILVERMAN, H. (2006). Archaeological site museums in Latin America. Gainesville: University Press of Florida.
- SIMÕES, M. F. (1972). **Índice das fases arqueológicas brasileiras: 1950-1971**. Publicações Avulsas, 18, Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi.
- SIMÕES, M. F. (1986). **Salvamento Arqueológico**. In: Almeida Jr., José M. G. org) Carajás: desafio político, ecologia e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense/CNPq, p. 534-551.
- SKEATES, Robin. (2000). **Debating the Archaeological Heritage**. Bristol Classical Press; First Edition.
- SMITH, C.; JACKSON, G. (2008). **The ethics of collaboration: whose culture? Whose intellectual property? Who benefits?** In.: Collaboration in archaeological practice: engaging descendent communities. Editado por C. Colwell-Chanthaphonh e T.J. Ferguson, pp 171-199. Lanham: Altamira Press.
- SMITH, F. W.; UNDERWOOD, B. (2000). **Mine closure: the environmental challenge**. Transactions: Institution for Mining and Metallurgy (Section A: Minerals technology), 109 (September-December).
- SMITH, G. S.; MESSENGER, P. M.; SODERLAND, H. A. (eds). (2010). **Heritage Values in Contemporary Society**. Walnut Creek, Calif.: Left Coast Press.
- SMITH, L. (1994). **Heritage Management as Postprocessual Archaeology**. Antiquity 68: 300–9.
- SMITH, L. (2004). **Archaeological theory and politics of cultural heritage**. Routledge.
- SMITH, L. (2006). **The Uses of Heritage**. London. New York : Routledge, Taylor & Francis Group.
- SMITH, L.; WATERTON E. (2009). **Heritage, Communities and Archaeology**. London: Duckworth.
- SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA. (2002). **Anais do Simpósio: A Arqueologia no meio empresarial**. Universidade Católica de Goiás, IGPA, Goiânia.
- STACEY, J., NAUDÉ, A., HERMANUS, M., FRANKEL, P. (2010). **The economic aspects of mine closure and sustainable development**. Literature overview of lessons for the socioeconomic aspects of closure. Project 73835 of the Coaltech Research Association, Report 1 of 2. CSMI: WITS. p. 1-32
- STARTIN, Bill. (1995). **The monuments protection programme: protecting what, how, and for whom?**. In: M. A. Cooper, A. Firth, J. Carman e D. Wheatley (eds.) Managing Archaeology. 137-145. Londres. Routledge.

- STEFFEN, J. (1980). **Comparative frontiers**. University of Oklahoma Press, Norman.
- STINE, Linda; SELIKOFF Kristen (2000). **Landscape Archaeology at Tannenbaum Park, Greensboro, North Carolina**. Prepared for the Tannenbaum-Sternburger Foundation, the Guilford Battleground Company, and Tannenbaum Historic Park.
- STRONGMAN, J. (2000). **Mine Closure: An Overview of the Issues** (A presentation to the Government of Indonesia Mine Closure Workshop, Jakarta, Indonesia, available at <http://www.natural-resources.org/minerals/CD/docs/twb/MineClosure.pdf>). Washington D.C: World Bank.
- SULLIVAN, Sharon. (1997). **A Planning Model for the Management of Archaeological Sites**. In Marta de la Torre (ed.), *The Conservation of Archaeological Sites in the Mediterranean Region* (Proceedings of an International Conference organized by the Getty Conservation Institute and the J. Paul Getty Museum, May 1995), 15–26. Los Angeles: The Getty Conservation Institute.
- SULLIVAN, L.P., CHILDS, T. S. (2003). **Curating archaeological collections: from the field to the repository**. Walnut Creek Calif.: Rowman Altamira.
- SWANSON, D. K. (2009). **Site museums and monuments**. In *Encyclopedia of library and information sciences*, 3rd edn. New York: Taylor and Francis.
- TABACZYŃSKI, Stanisław; ZALEWSKA, Anna. (2013). **A farewell to the creator of logicism and a friend of Polish archaeology from the bank of the Seine**. *Przegląd Archeologiczny*. Nº 61, 5-13.
- TEAGUE, George. (1987). **The Archaeology of Industry in North America**. Unpublished Ph.D. dissertation, University of Arizona, Tucson.
- THOMPSON, S. (1973). **Pioneer colonization: a cross-cultural view**. Addison-Wesley Module in Anthropology, No. 33.
- TILLEY, C. (1994) **A Phenomenology of Landscape**, Explorations in Anthropology. Berg, Oxford, UK.
- TRONCOSO, Lucas P. S. (2013). **Um estudo arqueometalúrgico dos artefatos resgatados do Arraial de São Francisco Xavier**. Dissertação (mestrado), MAE-USP, São Paulo.
- TRONCOSO, Lucas P. S. (2018a). **Reflexões e possibilidades acerca da gestão do patrimônio arqueológico no contexto de um arraial de mineração do século XVIII**. In: Migliorini, Jeanine Mafra (Org.). *Sítios Históricos e Centros Urbanos*. Ponta Grossa (PR), Atena Editora, p. 52-67.
- TRONCOSO, Lucas P. S. (2018b). **Breves Consideraciones Acerca de la Practica de la Arqueologia en el Escenario Brasileño: La Arqueología Preventiva y Algunas Contribuciones. Investigación** – Cultura, Ciencia y Tecnología. Instituto de Cultura, Ciencia y Tecnología (ICCT). Vol. 10, Nº 20: 43-49.
- TULLY, G. (2007). **Community archaeology: general methods and standards of practice**. *Public Archaeology* 6(3):155-187.

UNEP. (2001). **Abandoned Mines – Problems, Issues and Policy Challenges for Decision Makers**. (Summary Report from Santiago Workshop). Paris: United Nations Environmental Programme (UNEP) Division of Technology, Industry and Economics (DTIE).

U.S. Department of Interior. (1998). **Annual Accountability Report – U.S. Geological Survey Highlights** (Departmental report within 1998 DOI Annual Accountability Report. Disponível em: <http://www.doi.gov/pfm/acct98/index.html>). Washington DC: U.S. Department of Interior.

VAN ZYL, D.; SASSOON, M.; FLEURY, A.-M.; KYEYUNE, S. (2002a). **Mining for the Future: Appendix B - Mine Closure Working Paper** (Report for the Mining Minerals and Sustainable Development (MMSD) Project 34): International Institute for Environment and Development (IIED) & World Business Council for Sustainable Development (WBCSD).

VAN ZYL, D.; SASSOON, M.; FLEURY, A.-M.; KYEYUNE, S. (2002b). **Mining for the Future: Appendix C – Abandoned Mines Working Paper** (Report for the Mining Minerals and Sustainable Development (MMSD) Project 28): International Institute for Environment and Development (IIED) & World Business Council for Sustainable Development (WBCSD).

VARINE, H. de. (2012). **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Porto Alegre: Medianiz.

VERGO, Peter. (1989). **The New Museology**. London: Reaktion.

VILCHES, F., L. SANHUEZA y C. GARRIDO. (2014a). **Patrimonio (in)visible: arquitectura de remeseros en San Pedro de Atacama**. ARQ 88. En prensa.

VOLPATO, L. R. (2008). **Quilombos em Mato Grosso: resistência negra em área de fronteira**. In: REIS, J. J. & GOMES, F. dos S. Liberdade por um Fio: história dos quilombos no Brasil. São Paulo, Cia das Letras.

VON GERNET, Alexander. (1994). **Archaeology as Discourse – an Editorial Essay**. Ontario Archaeology. N.57, 3-22.

VOSS, B. (2008). **Sexuality Studies in Archaeology**. Annual Review of Anthropology 37: 317–336.

VOSS, B. (2012). **Curation as research. A case study in orphaned and underreported archaeological collections**. Archaeological Dialogues, 19, 145–169.

WADA, C. Compensação Ambiental, março/2007. Disponível em: <http://www.cmqv.org> (acesso em março de 2015).

WALLERSTEIN, Immanuel. (1977). **The modern world system**. Academic Press, New York.

WALSH, Kevin. (1992). **The Representation of the Past: Museums and Heritage in the Post-modern World**. London: Routledge.

WATSON, S. 2007. **Museums and their communities** (Leicester Readers in Museum Studies). London: Routledge.

WEST, Susie; ANSELL, Jacqueline. (2010). **A History of Heritage**. In: Understanding Heritage in Practice, edited by S. West, p. 7–46. Manchester University Press, Manchester and New York.

WHALLON, R. (1985). **Archaeological Constructs: An Aspect of Theoretical Archaeology**. Jean-Claude Gardin. Cambridge University Press, Cambridge, England, 1980. xii 202 pp., figures, glossary, biblio.index. American Antiquity, 50(3), 693-698. doi:10.2307/280332.

WICHERS, Camila. (2010). **Museus e Antropofagia do Patrimônio Arqueológico: (Des) caminhos da prática brasileira**. Tese de Doutorado – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, ULHT, Portugal.

WICHERS, Camila. (2014). **Dois enquadramentos, um mesmo problema: Os desafios da relação entre museus, sociedade e patrimônio arqueológico**. Revista de Arqueologia, vol. 26, nº 2; vol. 27, nº 1. SAB: 16 - 39.

WICHERS, Camila; DUARTE CANDIDO, M. M.; ALFONSO, L. P.; CARVALHO, B.; ZANETTINI, P.E. (2013). **Plano Museológico do Museu do Alto Sertão da Bahia**.

WILLEMS, Willem; VAN DEN DRIES, Monique. (2007). **Quality Management in Archaeology**. London: Oxbow.

WILLEY G. R, SABLOFF J. A. (1980). **A History of American Archaeology**. San Francisco: Freeman.

WILLIAMSON, R. F. (1998). **Trends and Issues in Consulting Archaeology**. In: Canadian Archeological Association Conference, Victoria.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2000). **Programa de salvamento arqueológico da área impactada pela lavra de ouro Mineração Santa Elina. Arraial de São Francisco Xavier da Chapada. Alto da Serra de São Vicente**. Nova Lacerda-MT. Outubro de 2000.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2002). **Projeto Fronteira Ocidental: Arqueologia e História Vila Bela da Santíssima Trindade (Fase 1)**, Zanettini Arqueologia, SECMT.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2004). **Programa de resgate e monitoramento arqueológico. Projeto São Francisco, nas adjacências do Arraial de São Francisco Xavier da Chapada**, Zanettini Arqueologia.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2006a). **Projeto Fronteira Ocidental: Arqueologia e História Vila Bela da Santíssima Trindade (Fase 3)**, Zanettini Arqueologia, SECMT.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2006b). **Projeto Museu Aberto de Vila Bela da Santíssima Trindade**, Zanettini Arqueologia, SECMT.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2007). **Projeto São Francisco – Monitoramento Arqueológico Ano de 2006. Vila Bela da Santíssima Trindade / Conquista D'Oeste**. Zanettini Arqueologia.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2007b). **Projeto Fronteira Ocidental. Arqueologia e História - Vila Bela da Santíssima Trindade, Mato Grosso**. Relatório Final Fase 4. Relatório Final, São Paulo.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2008a). **Projeto São Francisco – Monitoramento Arqueológico Ano de 2008**. Vila Bela da Santíssima Trindade / Conquista D'Oeste. Zanettini Arqueologia, dezembro de 2008.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2008b). **Avaliação Arqueológica Rápida / AAR. Lavra São Vicente**. Município de Nova Lacerda - Mato Grosso. Relatório Final.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2010). **Projeto São Francisco – Monitoramento Arqueológico Ano de 2009**. Vila Bela da Santíssima Trindade / Conquista D'Oeste. Zanettini Arqueologia, fevereiro de 2010.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2011a). **Programa de Prospeção, Resgate, Monitoramento e Educação Patrimonial Projeto Pilar de Goiás**.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2011b). **Projeto São Francisco – Monitoramento Arqueológico Ano de 2011**. Vila Bela da Santíssima Trindade / Conquista D'Oeste.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA (2012). **Programa de Prospeção e Resgate Arqueológicos. Projeto Ernesto / Pau-a-Pique (EPP). Relatório Final**. Municípios de Pontes e Lacerda e Porto Esperidião, Estado do Mato Grosso, Etapa 2.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2014a). **Projeto São Francisco – Programa de Resgate e Monitoramento – Laudo Arqueológico da Área a ser Destinada à Alteração/Ampliação de Depósito de Estéril**. Vila Bela da Santíssima Trindade / Conquista D'Oeste. Zanettini Arqueologia, junho de 2014.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2014b). **Projeto São Francisco – Monitoramento Arqueológico Ano de 2013**. Vila Bela da Santíssima Trindade / Conquista D'Oeste. Zanettini Arqueologia, fevereiro de 2014.

ZANETTINI, Paulo. (1989). **Etnoarqueologia do negro no Mato Grosso: reconhecimento arqueológico e cadastro de sítios**. S.l. Pró Memória, mimeo.

ZANETTINI, Paulo E. (2008). **Arqueologia e Sociedade**. IV Reunión Internacional de Teoría Arqueológica en América del Sur – Inter-Congreso del WAC, Catamarca, Argentina.

ZANETTINI, Paulo. (2009). **Projetar O Futuro Para A Arqueologia Brasileira: Desafio De Todos**. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural – Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: Desafios, Estratégias, e Experiências para uma Nova Gestão – Ouro Preto, Minas Gerais.

ZIMMERMAN, L. J. (1994). **Sharing control of the Past**. *Archaeology*, 47 (65): 67-68.

ZIMMERMAN, L. J. (2006). **Consulting Stakeholders**. In: BALME, J.; PATERSON, A. (eds.) *Archaeology in Practice*. Victoria: Blackwell Publishing, 39-58.